

# Economia Social e Pública

LUCCA SIMEONI PAVAN  
(Organizador)



 **Atena**  
Editora  
Ano 2018

Lucca Simeoni Pavan  
(Organizador)

# **Economia Social e Pública**

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### **Conselho Editorial**

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E19	Economia social e pública [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-27-7 DOI 10.22533/at.ed.277180409  1. Cooperativismo – Brasil. 2. Economia social. I. Pavan, Lucca Simeoni.  CDD 334.0944
-----	---

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

E-mail: [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O estudo da economia tem como foco principal estudar as relações de eficiência da escolhas dos agentes. Este ramo da ciência trata da obtenção da melhor escolha por parte dos agentes econômicos dada as restrições que eles enfrentam. Em sua grande maioria, os estudos econômicos e, por sua vez, as decisões de políticas consequentes destes estudos, falham quando não levam em conta os impactos sociais de tais escolhas econômicas e como tais políticas transbordam para outros segmentos da sociedade que não foram vislumbrados no momento de formulação e aplicação de determinada política.

Estudos econômicos que coloquem ao centro questões sociais e públicas no conjunto de fatores influenciados por políticas e decisões econômicas são de fundamental importância na construção de uma sociedade próspera, justa e organizada. Por este fato, este livro compila excelentes estudos que abordam questões sociais e questões públicas conjuntamente com o ferramental propiciada pela ciência econômica. A ênfase principal dos artigos é tratar especificamente da economia solidária, e quais suas aplicação e interpretações de fenômenos econômicos esta metodologia proporciona e quais são suas contribuições para a interpretação das relações econômicas e sociais.

Nesta coletânea os estudos abordam as mais diferentes regiões do Brasil, tratando de questões regionais e da desigualdade econômica existente em nosso país. A localização é um fator destacado dentre os trabalhos contidos aqui. Por meio da Economia Solidária, estudou-se tanto a região urbana quanto a região rural, mostrando que a utilização da teoria da economia Solidária pode incorporar diversos aspectos da organização territorial. Outro aspecto relevante estudado são as questões econômicas e jurídicas referentes ao mercado de trabalho, que foram abordadas por meio das teorias Econômicas voltadas para as questões sociais e de interesse público.

Por fim, esta coletânea vem contribuir imensamente com o estudo da Economia Social e Pública, principalmente ao que se refere à questões de Economia Solidária e Arranjos ou Associações Produtivas. Sem dúvida o leitor terá em mãos excelentes referências para identificar temas de estudo, referências para pesquisas e autores identificados com o tema.

Lucca Simeoni Pavan  
Doutorando em economia pelo PPGDE/UFPR

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Gabriela Comissario Santos Susana Iglesias Webering	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>22</b>
EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA	
Roberto André Polezi Eduardo Avancci Dionisio	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>36</b>
TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA	
Ingrid Cabral Machado Newton José Rodrigues da Silva	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>64</b>
O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO	
Elenize Freitas Avelino Roberta Monique da Silva Santos	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>70</b>
CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?	
Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo Erika Araújo da Cunha Pegado	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>79</b>
ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.	
Dayana Machado Rocha Cleane da Silva Nascimento Márcia Teixeira Falcão Emerson Clayton Arantes	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>92</b>
MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP <sup>1</sup>	
Newton José Rodrigues da Silva Marisa Vicente Catta-Preta Thais Maria Muraro Silva Mariany Martinez dos Santos	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>124</b>
LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES	
Márcia Silveira Farah Reis	
Newton José Rodrigues da Silva	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>159</b>
ECONOMIA SOCIAL SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS	
ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO,	
MANAUS, AMAZONAS	
Duarcides Ferreira Mariosa	
Luciana Melo Felix da Silva	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>168</b>
ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS	
SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	
Arlete Cândido Monteiro Vieira	
Roney Rezende Rangel	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>186</b>
QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO	
DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	
Newton José Rodrigues da Silva	
Abelardo Gonçalves Pinto	
Edna Ferreira Maddarena Lopez	
Olivier Mikolasek	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>222</b>

## SENTIDOS DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

**Gabriela Comissario Santos**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
(UFRRJ)

**Susana Iglesias Webering**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
(UFRRJ), Departamento de Administração e  
Turismo (DAT), Instituto Multidisciplinar (IM), Nova  
Iguaçu – Rio de Janeiro

**RESUMO:** Nas últimas décadas o mundo do trabalho passou por diversas transformações, gerando a flexibilização das organizações e a precarização das relações de trabalho, ao mesmo tempo em que se viu aumentar o fenômeno de associações e cooperativas criadas pelos trabalhadores. O sentido que o indivíduo atribui ao seu trabalho também se transformou, precisando ser analisado nessa nova configuração. Por essas razões, este estudo teve o objetivo analisar o sentido que o participante de um projeto de economia solidária atribui ao seu trabalho. Para isto, foi realizado um estudo de caráter qualitativo com participantes do projeto Artesãs da Maré. Quanto aos fins, a pesquisa foi descritiva e explicativa, quanto aos meios, uma pesquisa de campo. Como resultado, a centralidade do trabalho na vida do indivíduo e os sentidos atribuídos indicam tanto recompensa financeira, como também, sentimentos de autorrealização e solidariedade

gerando satisfação pessoal, aprendizagem, conhecimento e contribuição com a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; sentidos; economia solidária; precarização.

**ABSTRACT:** In the last decades the world of work has undergone several transformations, generating the flexibility of organizations and the precariousness of labor relations, the same time the phenomenon of associations and cooperatives created by workers has been increased. The sense that the individual attributes to his work has also changed, needing to be analyzed in this new configuration. For these reasons, this study had the objective to analyze the meaning that the participant of a solidarity economy project attributes to his work. For this, a qualitative study was carried out with participants of the Artesãs da Maré project. Regarding the ends, the research was descriptive and explanatory, as far as the means, a field research. As a result, the centrality of work in the individual's life and the assigned meanings indicate both financial reward and feelings of self-realization and solidarity, generating personal satisfaction, learning, knowledge and contribution to society.

**KEYWORDS:** work; senses; solidarity economy; precariousness

## 1 | INTRODUÇÃO

Diversas transformações incidiram no mundo do trabalho com a nova reestruturação produtiva, entre elas, o processo de precarização (ANTUNES, 1999). Como consequência, voltaram a ter destaque formas *alternativas* de organização, como associações e cooperativas, com a proposta de melhorar a vida socioeconômica do trabalhador (SINGER, 2002). Mediante essas transformações, o objetivo deste trabalho é analisar os sentidos do trabalho para participantes de projetos solidários.

O associativismo e o cooperativismo são práticas com validade atual em um mundo em transformação. O movimento de Economia Social e Solidária surgiu da necessidade de uma organização que defenda o interesse das pessoas, como forma de cooperação econômica em favor do trabalho humano, sendo um produto da sociedade capitalista e uma resposta aos problemas sociais do mundo do trabalho (FRANTZ, 2012).

Esta outra Economia propõe inclusão social mediante um desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e distribuição de renda. A proposta é a não exploração do homem e sim a autogestão, onde há uma soma dos esforços de cada integrante e uma justa distribuição dos resultados alcançados, respeitando o trabalhador e com ênfase na qualidade de vida (SINGER, 2002).

No entanto, existem contradições inerentes ao projeto de uma economia solidária, pois os empreendimentos atuam sob o mecanismo do capital. Dúvidas, portanto, se o movimento de economia solidária é revolucionário ou reacionário, apenas se adequando ao modo de produção vigente, no qual os trabalhadores são obrigados a gerir si próprios como capitalistas para se adaptarem ao padrão produtivo. A partir desse pressuposto surge um dilema: os empreendimentos de economia solidária irão fracassar por manterem sua ideologia de constituição ou, quando se tornarem grandes organizações, irão perder suas características, assumindo modelos burocráticos e modo de gestão gerencial, inclusive comprando a força de trabalho de outros trabalhadores. Para Benini e Benini (2010), a economia solidária necessita de planejamento político para além do capital, com gestão social anti-burocrática e, principalmente, uma real melhora na vida do trabalhador.

Antunes (1999) afirma que todas as transformações na morfologia do trabalho acarretam em um novo significado, novas formas de organização do trabalho, inéditas formas de representação trabalhistas, ou seja, modos distintos de ser do trabalho. O trabalho não perdeu relevância, apenas precisa ser analisado em seu novo contexto.

Para isto, fomos a campo coletar dados para descrever os sentidos que participantes de um projeto de economia solidária atribuem ao seu trabalho. A experiência selecionada foi o projeto Artesãs da Maré, no Rio de Janeiro, que existe desde o final da década 1990.

## 2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

O princípio básico da economia solidária é a igualdade entre todos os participantes e não a desigualdade crescente do capitalismo. Essa igualdade é baseada na cooperação entre os participantes no lugar da competição (SINGER, 2002).

A economia solidária surgiu na Grã-Bretanha, pouco depois do capitalismo industrial, como resposta ao intenso empobrecimento dos artesãos provocado pela propagação das máquinas na produção fabril. Diante desse cenário, industriais mais esclarecidos propuseram leis de proteção aos trabalhadores que, ao mesmo tempo em que os beneficiava, aumentava a produtividade, já que os trabalhadores estavam motivados (SINGER, 2002).

No Brasil, a economia solidária começou a ganhar espaço a partir da década de 1980, com o alto nível de desemprego que acentuou a exclusão social, o que gerou espaço para formas cooperativas e associativas de trabalho. Segundo Singer (2002), a empresa solidária é baseada na cooperativa de produção que, diferente das cooperativas de consumo, crédito, compras e vendas, valoriza os produtores e não fornecedores ou clientes. O autor afirma que nessas associações de trabalhadores são aplicados os princípios de igualdade e democracia, onde todos os sócios têm a mesma cota do capital da cooperativa. Além disso, economia solidária não envolve apenas o processo de produção, mas também finanças, trocas, consumo e comércio justo e solidário.

Portanto, uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de empreendimentos autogestionários. Esse processo ocorre quando há interesses e objetivos comuns, provocando a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Em organizações autogestionárias os participantes exercem práticas participativas dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, quando nem mesmo fatores externos impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. Isto porque sua viabilidade econômica envolve critérios de eficácia e efetividade, que acompanham aspectos culturais, ambientais e sociais. Essa é a grande tensão que sofrem tais experiências (WEBERING, 2014).

A economia solidária ainda é pouco conhecida no Brasil, pois é um sistema complexo e diferenciado, de difícil inserção na realidade capitalista. Essa organização do trabalho promove uma inclusão social em que não só as pessoas são beneficiadas, mas também o meio ambiente, criando estratégias de desenvolvimento sustentável (SINGER, 2002).

A eficiência de empreendimentos solidários é diferente de organizações capitalistas, pois não se dá exclusivamente com retornos financeiros, mas sim com otimização de processos democráticos, valorização do ser humano e aumento da qualidade de vida dos associados e da sociedade. Para Pinheiro e Paula (2014), a eficiência em empreendimentos solidários é social, pois assume uma lógica de somar

o potencial dos indivíduos vinculados por relações de solidariedade, atingindo uma melhor condição tanto material quanto simbólica para a sociedade.

As incubadoras universitárias têm desenvolvido papel importante na formação autogestionária dos trabalhadores, bem como na viabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos. A incubação está vinculada ao processo de ensino, pesquisa e extensão universitária. A função das universidades tem sido reunir o conhecimento teórico com a prática dos empreendimentos para auxiliar na formação de trabalhadores e propor melhorias em seus processos. Tal aprendizagem se dá por meio de educação continuada, levando em consideração a cultura e história da comunidade (BARBIERI; BETANHO, 2014).

O cooperativismo popular é visto como um importante meio para a aprendizagem da economia solidária através da troca de experiências relacionadas à prática emancipatória da autogestão. Das mazelas do sistema capitalista – como desigualdade na distribuição de renda, acesso limitado aos meios de produção e degradação do meio ambiente – surge a necessidade de buscar movimentos emancipatórios com intuito de resgatar a dignidade humana e preservar o meio ambiente. A economia solidária contribui para a emancipação humana através de convivência coletiva e harmônica com o meio ambiente, onde o trabalhador é sujeito da própria ação em sociedade. Uma educação popular baseada em princípios de autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade (BAPTISTA; FISCHER, 2011).

Ao mesmo tempo, esse movimento apresenta contradições. Grande parte dos empreendimentos solidários não possui planejamento formal e um certo radicalismo ideológico provoca uma aversão em relação à administração, o que os torna ainda mais vulneráveis. De acordo com Santos, Vieira e Borinelli (2013), é dada maior ênfase a questões ideológicas em detrimento de conteúdos técnicos e que, para este projeto tornar-se mais eficaz, é necessária maior produção de conhecimento e tecnologias sociais.

Para Gaiger (2013), existe uma carência de estudos qualitativos e quantitativos para a compreensão das tipologias de organizações, suas variações, características e classificações. Isto está relacionado à falta de uma legislação adequada. No Brasil, para se formar uma cooperativa, por exemplo, a necessidade de no mínimo vinte pessoas. Por isso, muitos indivíduos optam por associações que podem ser formadas a partir de duas pessoas (MALASSISE; ALVES, 2011).

### **3 | A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

A precarização do trabalho ganhou novos contornos com a transição do fordismo para o Toyotismo, o novo sistema de acumulação flexível adepto da lógica neoliberal. De acordo com Antunes (1999), a crise do capital se deu, entre outros fatores, pela queda da taxa de lucro dada pelo aumento do custo da força de trabalho e pelo esgotamento

do padrão de acumulação taylorista/fordista devido ao desemprego estrutural. O autor também cita a concentração de capitais devido a fusões de empresas, a crise do Estado do bem-estar social acarretando na crise fiscal e o aumento do número de privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo.

O toyotismo, oriundo do Japão, se alastrou para o ocidente como nova forma de organização do trabalho, na qual se adota um modelo de produção flexível e o trabalhador necessita ser qualificado em diversas funções. Para o autor, o fordismo adotava uma lógica despótica de maneira clara, já o toyotismo adotou uma política participativa que defende a interação do trabalhador, o que, na verdade, mascara sua ação manipulatória. Esta necessidade de qualificação era usada para o aumento da produtividade, o que gerava concorrência entre os trabalhadores além da alta rotatividade dos mesmos, aumentou também a terceirização e o trabalho temporário, diminuindo consideravelmente o direito dos trabalhadores (ANTUNES, 1995).

Um dos impactos mais graves do toyotismo é o desemprego estrutural, que segue uma estratégia de aquisição de capital contra o trabalho mediante o aumento da exploração do trabalhador que passou a realizar diversas funções. Outra causa do desemprego, é o aumento considerável da automação, da robótica e da microeletrônica nos processos de produção. O uso de tecnologias da informação e comunicação permitiu a substituição de grande parte dos trabalhadores por máquinas que além de aumentar o nível de desemprego, impunha um maior grau de conhecimento e especialização (ANTUNES, 1995).

Com a redução do mercado industrial e variações no setor de serviços, Antunes (1999) afirma que houve um crescimento no trabalho do terceiro setor, configurando uma forma alternativa de ocupação, perfil comunitário e voluntário, sem fins diretamente lucrativos que existem a margem do mercado, absorvendo uma parcela pequena dos trabalhadores expulsos do mercado e por isso não é uma alternativa duradoura, apenas se enquadra em um papel de funcionalidade no mercado de trabalho capitalista. Para este autor, foi com o terceiro setor que surgiu a economia solidária, a margem da lógica mercantil, porém esse movimento não é uma alternativa capaz de substituir o mercado do capital nem sua expansão alterar de forma efetiva o sistema de valorização do capital.

Nesse contexto, também houve uma significativa diminuição dos sindicatos em escala global devido à dificuldade dos sindicatos de se organizar mediante a heterogeneização e complexidade do novo mundo do trabalho. Ocorreu uma segregação entre trabalhadores estáveis, trabalhadores em situação precária e desempregados, surgindo assim um abismo social que reduz o poder sindical. Essa dessindicalização agrava ainda mais a precariedade do trabalho, os trabalhadores tornam-se individualistas e submissos, pois temem perder as poucas oportunidades de emprego que restaram (ANTUNES, 1995).

A partir dos anos 90 o toyotismo se instaurou completamente no modo de produção brasileiro, enfraquecendo a força dos sindicatos. Para Alves (2000), esse

modelo de acumulação flexível se implantou de maneira dominante, capturando de forma inovadora a subjetividade do trabalhador, os sindicatos perderam o poder reivindicatório e apenas se adequaram ao novo sistema de produção.

Outra consequência da precarização do trabalho é a tendência declinante no preço da força de trabalho. Com o processo de acumulação flexível houve uma deterioração da remuneração do emprego formal respaldada por políticas governamentais, principalmente depois do plano real, no qual foi legalizada a livre negociação salarial entre empresas e trabalhadores. Ainda segundo os autores, a queda na remuneração se deve ao consentimento da mão-de-obra a receberem salários inferiores devido ao alto nível de desemprego estrutural (FARIA; KREMER, 2005).

Para Antunes (2009), a emergência de um certo empreendedorismo, as falsas cooperativas e os trabalhos voluntários são formas de trabalho que mascaram a superexploração e até mesmo a autoexploração. Também a categoria dos estagiários como mão-de-obra barata que exercem funções diferentes de sua real formação. O trabalho cyber, conhecido como cybertariado, geração que combina informatização com informalização.

Junto com a crise no mundo do trabalho há uma pressão para aumentar a flexibilidade da legislação trabalhista em escala global, porém é um fato que tal flexibilidade só aumenta o subemprego e desemprego. Há uma flagrante contradição na sociedade do capital: à medida que o desemprego aumenta, aumenta a degradação social e a barbárie. Por outro lado, se o capital continuar em pleno crescimento, a destruição do meio ambiente é inequívoca (ANTUNES, 1995).

Visto isso, para Antunes (2010), é de suma importância a criação de um novo sistema de metabolismo social. O autor reconhece ser um desafio, porém imprescindível, a construção de um novo modo de produção, pautado em produzir valores de uso socialmente necessários.

Em uma entrevista de Nogueira e Silva (2015) realizada com Antunes vinte anos após a publicação do livro *Adeus ao Trabalho*, o autor defende a atualidade do tema, explicando que a classe trabalhadora não se extinguiu, mas sim aumenta a cada ano e está cada vez mais heterogênea. A criação do “colaborador” pelo capitalismo recente, apenas acentua a captura da subjetividade do trabalhador em favor do capital. A forma de mudar os efeitos negativos dessas transformações está na ação de movimentos sociais, que se tornaram mais eficazes que sindicatos e partidos políticos. São as lutas sociais que têm como palco ruas e praças públicas que conseguem provocar as mudanças sociais.

#### 4 | OS SENTIDOS DO TRABALHO

Ao definir trabalho, Antunes defende que “a importância da categoria trabalho está em que ela constitui como fonte originária, primária de realização do ser social”

(1999, p. 16). Esse trabalho não se refere ao trabalho assalariado, mas sim, ao trabalho concreto, atividade vital, desse modo, o trabalho traduz-se como uma experiência elementar da vida cotidiana, suprimindo as necessidades sociais.

Araújo e Sachuk (2007) evidenciam a mudança de sentido atribuído ao trabalho de acordo com cada época e formas de produção. As autoras alegam que mesmo com as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho, ele ainda é fundamental para a existência humana: é por meio dele que o ser humano transforma a natureza com a finalidade de satisfazer suas próprias necessidades. Deste modo, o trabalho proporciona conhecimento e habilidades ao homem, como também sofrimento e alienação e representa a principal ligação do homem com o mundo e com outros homens.

De acordo com Andrade *et al* (2012), os significados e sentidos do trabalho caracterizam um fenômeno bastante complexo e é alvo de pesquisa de diversos autores em variadas áreas. As autoras ressaltam a diferença entre os termos significado e sentido do trabalho, o primeiro está relacionado com uma acepção constituída de maneira coletiva e o segundo relaciona-se com experiências individuais, baseadas na percepção pessoal.

Andrade *et al*(2012) defendem que há dois tipos de sentidos atribuídos ao trabalho, a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. A racionalidade instrumental está baseada em incentivos econômicos e utilitaristas, recompensas financeiras e de poder. Já a racionalidade substantiva está pautada em sentimentos de autorrealização, solidariedade, satisfação e valor emancipatório. As autoras constataram que o grau dos dois tipos de racionalidade está relacionado com o ambiente organizacional e o segmento de mercado. A incidência da racionalidade instrumental é mais comum em empresas de modelos altamente burocráticos, com alta competitividade no mercado, já a racionalidade substantiva tem predominância em organizações alternativas, como cooperativas e fundações.

Deste modo, de acordo com estudos realizados em diferentes organizações com diversos trabalhadores, Andrade *et al* (2012) constataram que um tipo de racionalidade não exclui a outra, ambas existem concomitantemente na mesma organização, em todos os níveis e em graus diferentes. Sendo assim, os sentidos atribuídos ao trabalho e a racionalidade estão relacionados: o sentido do trabalho está não só em garantir a sobrevivência com retornos financeiros, mas também na satisfação pessoal e autorrealização.

Já Kubo e Gouvêa (2012) analisaram fatores que influenciam os sentidos atribuídos ao trabalho, tais como: a centralidade do trabalho, normas sociais, também objetivos e resultados valorizados. A pesquisa foi realizada com trabalhadores da área pública e privada. A centralidade do trabalho refere-se à importância que o indivíduo associa ao trabalho em diversas fases da vida. As normas sociais representam tanto o que o indivíduo espera da sociedade, como treinamentos e especialização, quanto o dever de contribuir com a mesma. Os objetivos e resultados valorizados representam

o que o indivíduo almeja com o seu trabalho. Os resultados apontaram: em primeiro lugar, a centralidade do trabalho; em segundo, os objetivos e resultados valorizados; e, em terceiro, as normas sociais. Com a pesquisa os autores chamam atenção para a grande importância atribuída ao trabalho pelos indivíduos, assim como uma melhor compreensão de sentimentos intrínsecos em relação ao trabalho.

Mediante pesquisas realizadas em diversos países, Morin, Tonelli e Pliopas (2007) alegam que o sentido do trabalho pode atingir um nível de neutralidade até centralidade na vida de um indivíduo. Já em uma pesquisa realizada no Brasil, com jovens administradores, as autoras constataram que o trabalho é essencial na vida das pessoas e o sentido principal indicado pelo grupo de pessoas entrevistadas é o trabalho garantir a sobrevivência.

Para classificar o material da pesquisa, Morin, Tonelli e Pliopas (2007) utilizaram o trabalho e seus sentidos para o indivíduo, seus sentidos para a organização e seus sentidos para a sociedade. As autoras explicam que na dimensão individual foram encontrados aspectos como satisfação pessoal, aprendizagem e conhecimento, na dimensão organizacional foram observados fatores como utilidade e relacionamentos e na dimensão social a contribuição para a sociedade foi o mais citado.

Como resultado da pesquisa, Morin, Tonelli e Pliopas (2007) explicam que o trabalho foi indicado pelos entrevistados com sentido positivo e de caráter central na vida das pessoas. Outra conclusão apontada pelas autoras é a relação de forma unânime entre trabalho e dinheiro o que indica muita semelhança com pesquisas internacionais, porém houve maior ênfase na relação entre trabalho e sobrevivência no contexto brasileiro.

Para Morin (2001) um desafio importante para os administradores é entender como as múltiplas transformações do mundo do trabalho têm atingido as organizações e, conseqüentemente, os sentidos do trabalho. Um fato importante a ser considerado é que ao mesmo tempo em que milhares de pessoas sofrem pela falta de uma vaga, outras sofrem pelo fato de terem que trabalhar excessivamente (MORIN, 2001, p.9).

Para Antunes (1999), o trabalho está assumindo novas formas, sejam elas estáveis, imateriais, qualificada ou de serviços. O trabalho não perdeu relevância, apenas precisa ser analisado em seu novo desenho em escala global. Por exemplo, a diminuição de trabalhadores fabris fez com que aumentasse exponencialmente os trabalhadores no setor de serviços. Essa reorganização também influencia a nova divisão sexual do trabalho, em que tem cada vez mais peso a mulher como parte da classe trabalhadora.

Para uma vida ter sentido no trabalho é necessário que tenha sentido fora dele. Para isto, o tempo livre na vida dos indivíduos é fundamental. A luta pela redução da jornada de trabalho precisa estar como prioridade no mundo do trabalho. Porém, a redução do tempo de trabalho não deve acarretar em redução de salário, para, desse modo, alcançar um trabalho cheio de sentido e uma vida autêntica fora dele (ANTUNES, 1999).

De acordo com Morin (2001), para que um trabalho tenha sentido, é essencial que o trabalhador que o realiza saiba para onde ele o conduz. Para a autora é importante que os objetivos sejam claros e relevantes e que os resultados tenham valor aos olhos de quem o realiza. Para um indivíduo reconhecer que seu trabalho tem sentido é importante que seja um trabalho satisfatório, exercido de acordo com as competências do trabalhador. Não obstante, o trabalho exercido tem que testar a capacidade de quem o realiza, com a finalidade de proporcionar crescimento pessoal e senso de responsabilidade.

Para um novo metabolismo social a sociedade precisaria estar orientada a atender necessidades humanas e sociais, já que o sistema do capital é voltado para sua autovalorização. O tempo disponível não deve ser explorado para a expansão e valorização do capital, mas sim usado para suprir necessidades sociais. Para um real sentido do trabalho vivo é necessário eliminar o tempo de produção excedente e supérfluo que produz um sentido desestruturante e abstrato para o capital. A estrutura do capital desestrutura o ser social, logo, uma nova reestruturação do ser social ajudará a desestruturar o capital, gerando assim uma subjetividade autêntica e proporcionando um novo sentido ao trabalho (ANTUNES, 1999).

Mesmo com o crescente processo de precarização e desemprego estrutural, o mundo do trabalho continua essencial para a existência humana.

## 5 | METODOLOGIA DA PESQUISA

O tipo de pesquisa utilizado, quanto aos fins (VERGARA, 2009), foi a pesquisa descritiva, pois visa expor as características de determinada população. Neste caso, do projeto de economia solidária Artesãs da Maré, como também de seus participantes e suas condições de trabalho. Quanto aos meios (VERGARA, 2009), o tipo de pesquisa utilizado foi a pesquisa de campo, pois permite uma investigação empírica em determinado local, buscando elementos que possam explicar um fenômeno. Desse modo, este trabalho objetivou explicar como o fenômeno de economia solidária ocorre no projeto Artesãs da Maré, o processo de trabalho e atividades realizadas pelos seus participantes.

Com base nas classificações de Vergara (2009), a coleta de dados pode ser feita através de entrevista, “a entrevista é um procedimento no qual você faz perguntas a alguém que, oralmente lhe responde.” (VERGARA, 2009, p. 52). Este trabalho utilizou entrevistas com participantes a fim de se obter informações que ajudem a identificar o sentido que os trabalhadores atribuem ao seu trabalho, como o tempo, a importância e o suporte que o trabalho propicia para a família e momentos de lazer.

As entrevistas foram realizadas nos dias 25 e 26 de maio de 2017, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro, na feira do circuito Ecosol do qual o projeto Artesãs da Maré faz parte; com 7 participantes do projeto, sendo 2 responsáveis pela administração e

5 participantes da produção do empreendimento.

O método utilizado foi a análise de conteúdo, uma técnica para tratamento de dados que almeja identificar o que está sendo dito sobre determinado tema. De acordo com a transcrição da entrevista, sua análise foi do tipo de grade mista em que se define preliminarmente as categorias a respeito do objetivo da pesquisa, entretanto é admitido inclusão ou exclusão de categorias surgidas durante o processo de análise, estabelecendo assim, o conjunto final de categorias (VERGARA, 2009).

A análise de conteúdo possui três etapas: a etapa de pré-análise, que se refere à seleção dos materiais e a definição dos procedimentos; a etapa de exploração do material, que significa a exploração destes procedimentos; a etapa de tratamento dos dados e interpretação, que gera os resultados da investigação. É nesta etapa última etapa que se confirma o propósito da pesquisa (VERGARA, 2009). Mediante esses procedimentos, este trabalho confrontou os resultados obtidos com as informações do referencial teórico do estudo a fim de responder o problema de pesquisa e, assim, chegar à conclusão do sentido que o participante de economia solidária atribui ao seu trabalho.

## **6 | ANÁLISE DE DADOS**

A análise de dados deste trabalho será feita de acordo com pesquisa documental e entrevistas realizadas com 7 participantes do projeto Artesãs da Maré. Perpassa a caracterização da associação Devas, a descrição do projeto Artesãs da Maré e das atividades realizadas para entender os elementos que determinam o sentido que os participantes do projeto Artesãs da Maré atribuem ao seu trabalho.

### **6.1 Associação Devas**

A associação Devas é um projeto social baseado nos princípios do comércio justo e solidário, localizada na Nova Holanda, Complexo da Maré, Rio de Janeiro. O seu maior desafio: gerar trabalho e renda para homens e mulheres de baixa escolaridade que vivem em situação de extremo risco social. O projeto surgiu em 1994 voltado para participantes do Programa de Hipertensão e Diabéticos nos postos municipais de saúde. O objetivo é formar e capacitar grupos para a formação de cooperativas e associações de produção e geração de renda. Homens são capacitados em manutenção de ar refrigerado, motores elétricos e pintura de paredes e mulheres são treinadas em costura, corte, modelagem, bordado, crochê e tricô. A Associação Devas abriga ainda outros projetos, como a Rede Jovem da Maré, Luz & Ação e O Futuro é Hoje. Nos últimos anos, passaram pelos seus cursos 3.137 pessoas, desse total, 82,37% são analfabetos funcionais (DEVAS, 2013).

## 6.2 Projeto Artesãs da Maré

O projeto Artesãs da Maré foi fundado em 22 de outubro de 1998 dentro da associação Devas, com o objetivo de gerar renda para mulheres, onde elas fazem a gestão do empreendimento (DEVAS, 2013).

De acordo com *entrevistada 1*, o projeto Artesãs da Maré começou assim que ela terminou sua faculdade e notou na comunidade uma grande dificuldade de geração de trabalho e renda, em especial entre as mulheres. De fato, o movimento de economia solidária começou a ganhar espaço, no Brasil, a partir da década de 1990 devido aos níveis de desemprego e exclusão social vividos desde a década de 1980, quando a possibilidade de trabalho solidário e autogestionário emerge na forma de cooperativas ou associações produtivas (SINGER, 2002). Sendo assim, foi feito um levantamento para saber o que as mulheres da comunidade sabiam fazer: muitas sabiam costurar e bordar. Com isso, o projeto começou com a produção de roupas e acessórios para serem vendidos em feiras.

A *entrevistada 1*, responsável pelo projeto, informa que as principais atividades desenvolvidas são costura, bordado, crochê, tricô, aproveitamento de retalho, corte, passar roupas e venda dos produtos. Porém, o ideal é que cada participante passe por todas as atividades, ao mesmo tempo em que se respeita a aptidão de cada um. Sobre a disseminação dos conceitos de economia solidária, a entrevistada alega que são realizadas reuniões semanais com o intuito de passar informações e abrir diálogo sobre o trabalho. Os principais conceitos discutidos são a autogestão, o comércio justo, a qualidade de vida, a qualidade de trabalho, a importância de pensar no coletivo, a divisão das tarefas e responsabilidades dentro do grupo.

A respeito da estruturação das atividades e do trabalho, a responsável comenta que há uma ficha técnica no Excel onde cada atividade tem sua valoração e cada produto está discriminado com o preço da matéria prima e mão de obra por peça trabalhada. Desta forma, cada participante é devidamente recompensada pelo trabalho realizado.

A entrevistada afirma que durante muito tempo, o projeto Artesãs da Maré contava com 26 associadas, porém, atualmente, com a queda nas vendas, o projeto tem apenas 11 participantes. Este é um desafio: a grande queda das vendas devido à crise econômica do país. Outra dificuldade mencionada é a falta de políticas públicas. O único apoio do governo são as feiras do Circuito Ecosol fornecidas pela prefeitura.

A associação Devas - Artesãs da Maré faz parte do projeto Rio Economia Solidária (RIOECOSOL) que tem por objetivo fomentar e apoiar o desenvolvimento da economia solidária como alternativa econômica e de inclusão social em quatro comunidades populares do Rio de Janeiro – os complexos do Alemão e de Manguinhos, a favela Santa Marta e o conjunto habitacional da Cidade de Deus. Este projeto vem realizando diagnósticos participativos para a identificação dos tecidos sócio-produtivos; formando e capacitando atores locais para atuarem como empreendedores solidários

(RIOECOSOL, 2011).

Assim, surgiu o Circuito Rio Ecosol com a parceria da Prefeitura do Rio, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) com o Fórum Municipal de Economia Solidária e o Programa Polos do Rio. Mensalmente são organizadas feiras em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro com produtos artesanais, trabalhos manuais e arte popular. São mais de 100 empreendimentos de economia solidária que participam do circuito, tendo como diferencial a sustentabilidade, gerando trabalho e renda, e inovando sobre materiais que seriam descartados (RIOECOSOL, 2011).

A SEDES enfrenta um gargalo antigo da economia solidária, a comercialização. O projeto Rio Economia Solidária objetiva apoiar a comercialização de produtos artesanais confeccionados pela cadeia produtiva de economia solidária, o circuito promove eventos segundo os princípios norteadores do comércio justo. O projeto beneficia diretamente 3.500 pessoas, entre mulheres, homens e jovens moradores dessas comunidades, com dificuldades de inserção na atividade produtiva e de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho (RIOECOSOL, 2011).

### 6.3 Perfil dos participantes e principais atividades realizadas

A **Tabela 1** descreve o perfil dos 7 participantes entrevistados, de acordo com a idade, estado civil, escolaridade e filhos, respeitada a identidade de cada um.

	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos
Entrevistada 1	F	68	Ensino superior	Viúva	1
Entrevistado 2	M	71	Ensino superior	Separado	4
Entrevistada 3	F	58	Ensino médio	Casada	3
Entrevistada 4	F	37	Ensino médio	Separada	2
Entrevistada 5	F	63	Ensino médio	Casada	3
Entrevistada 6	F	45	Ensino médio	Casada	2
Entrevistada 7	F	56	Ensino médio	Casada	2

Tabela 1- Perfil dos participantes

Nota-se que 6 participantes são do sexo feminino e 1 do sexo masculino. A idade média é de 56 anos e todos possuem filhos. Apenas 2 entrevistados têm ensino superior, a *entrevistada 1* e o *entrevistado 2*, que fazem parte da administração do projeto, as demais fazem parte da produção.

A **Tabela 2** mostra as principais atividades realizadas e o tempo de cada participante no projeto.

	Atividades realizadas	Tempo no projeto
<b>Entrevistada 1</b>	Responsável pelo projeto. Faz parte da administração. Faz o trabalho político, participando de fóruns e conselhos de economia solidária. Também participa da comercialização dos produtos.	19 anos
<b>Entrevistado 2</b>	Administrador do projeto. Faz administração do estoque, administração financeira, cálculo dos preços, formulação das fichas técnicas de cada produto, levantamento das vendas e relatório de contabilidade. Também participa da comercialização dos produtos.	18 anos
<b>Entrevistada 3</b>	Costura, bordado, desenho de novos modelos de roupa e comercialização do produto.	19 anos
<b>Entrevistada 4</b>	Bordado, crochê, costura e passar roupas.	11 anos
<b>Entrevistada 5</b>	Costura, tricô, bordado, desenho de novos modelos de roupa.	18 anos
<b>Entrevistada 6</b>	Tricô, crochê, passar roupa, também trabalha no corte de tecido.	15 anos
<b>Entrevistada 7</b>	Costura e bordado. Também auxilia na comercialização dos produtos.	15 anos

Tabela 2 – Atividades realizadas e tempo no projeto

Conforme a **Tabela 2**, as principais atividades realizadas pelo pessoal da produção é a costura, corte, bordado, desenho de novos modelos, tricô, crochê, passar roupas e algumas também participam na comercialização dos produtos nas feiras do circuito Ecosol. Os *entrevistados 1 e 2* realizam atividades voltadas para a administração do projeto e ambos trabalham na comercialização. Todos os participantes têm mais de 10 anos no projeto e alguns estão desde o começo, há 19 anos. Alguns relataram ter abandonado o projeto para trabalhar com costura em empregos formais, porém, retornaram porque foram demitidos ou por insatisfação com o emprego. Todos já tiveram outras ocupações, conforme mostra a **Tabela 3**.

	Empregos anteriores
<b>Entrevistada 1</b>	Terapia ocupacional
<b>Entrevistado 2</b>	Banco e indústria
<b>Entrevistada 3</b>	Costura
<b>Entrevistada 4</b>	Vendedora de lojas
<b>Entrevistada 5</b>	Costura e empregada doméstica
<b>Entrevistada 6</b>	Cozinheira, vendas e garçomete
<b>Entrevistada 7</b>	Costura

Tabela 3 – Empregos anteriores

Sobre o motivo dos participantes terem optado pelo projeto de economia solidária, para os administradores foi o cunho social. Já para as entrevistadas que fazem parte da produção, as razões foram o desemprego ou insatisfação com o trabalho, embora atualmente reconheçam a importância social do seu trabalho e a melhora que representa na qualidade de vida. A **Tabela 4** ilustra o motivo de cada participante.

	Motivo de opção pelo projeto
Entrevistada 1	Social
Entrevistado 2	Social
Entrevistada 3	Desemprego
Entrevistada 4	Desemprego
Entrevistada 5	Insatisfação com o emprego
Entrevistada 6	Insatisfação com o emprego
Entrevistada 7	Desemprego

Tabela 4 – Motivo de opção pelo projeto de economia solidária

Sobre a diferença do trabalho em um projeto de economia solidário e outros trabalhos, as diferenças citadas foram uma melhor qualidade de vida, devido ao fato do projeto ser perto de casa, já que todos os participantes moram no Complexo da Maré. Outra diferença citada é valorização do trabalho realizado, já que todos recebem por aquilo que fazem, conforme afirma o *entrevistado 2*:

Nesse o objetivo é conseguir seu sustento, mas as pessoas ganham pelo trabalho que fazem, não há mais valia, se sobrar dinheiro esse dinheiro é repartido pelas pessoas do grupo, nunca fica com uma pessoa só (*Entrevistado 2*).

A valorização do ser humano também foi citada, já que o trabalho é autogestionário, dando margem para cada participante ter liberdade de organizar o próprio trabalho. Os entrevistados também apontaram que neste projeto o trabalho é democrático e justo, outra diferença é a boa relação dentre os participantes já que todos se conhecem por morarem na mesma comunidade.

É muito diferente. Esse trabalho preza a valorização do ser humano, isso é em primeiro lugar, aqui não tem exploração, as pessoas têm mais liberdade e trabalham por que gostam. Lá fora as coisas são bem diferentes, há muita exploração. Aqui se tem a liberdade de trabalhar perto de casa, estar mais perto da família e realizar um trabalho digno e ser devidamente recompensado (*Entrevistada 5*).

A economia solidária se difere do trabalho no molde capitalista, pois nesse movimento as pessoas não vedem sua força de trabalho e não é um projeto que visa o lucro. Neste movimento, são os próprios associados que gerem o projeto, definindo as técnicas de produção e a correta distribuição dos ganhos econômicos (SINGER, 2002).

Quando perguntados como os conceitos de economia solidária são exercidos, foram citados os principais conceitos relacionados ao tema e como eles são praticados. Os entrevistados também afirmaram que fazem reuniões para discussão desses conceitos e buscam mais informações em leituras. Abaixo, a **Tabela 5** com os principais conceitos de economia solidária citados pelos entrevistados, assim como a descrição feita por eles.

Princípios	Descrição
<b>Autogestão</b>	Gerenciamento da associação pelos próprios associados. Liberdade de cada participante escolher como vai produzir.
<b>Comércio justo</b>	Respeito ao valor do trabalho de quem produz. Relação justa entre produtores e consumidores.
<b>Cooperação</b>	Ajuda mútua de todos os associados. Todos cooperam para o bem da coletividade.
<b>Democracia</b>	Respeito à liberdade de opinião de cada participante. Todos têm voz no projeto, as decisões são tomadas em conjunto.
<b>Respeito com o consumidor</b>	Preço justo e igual para todos os consumidores. O preço é único para todos os clientes.
<b>Respeito com o meio ambiente</b>	Aproveitamento e reciclagem de diversos materiais. Evitar ao máximo o desperdício.
<b>Centralidade no ser humano</b>	Valorização do ser humano, de seu trabalho e principalmente sua qualidade de vida.

Tabela 5 – Princípios de economia solidária

De fato, a economia solidária se caracteriza como uma diversidade de práticas econômicas que se tornam possíveis quando há interesses e objetivos comuns, provocando a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária (SINGER, 2002).

Atualmente, a renda mensal é de 1.500,00 reais, em média. Do ano de 2016 para 2017 houve uma queda nas vendas que eles acreditam ser em função da crise econômica. Como os participantes recebem em função das vendas, esta queda interfere na produção e renda de cada um.

A respeito da relação com os colegas de trabalho, todos os entrevistados responderam que é uma relação muito boa, na qual todos são amigos e se respeitam.

É tranquila, a gente sempre tem como proposta o diálogo, discutir tudo, a gente tenta colocar que todos são responsáveis por tudo, tanto quem produz como quem vende (*Entrevistado 2*).

Todos nós somos muito amigos, há muito diálogo, muita cooperação. Nós buscamos nos ajudar ao máximo. Há conflitos como em qualquer trabalho, mas a gente procura conversar (*Entrevistada 3*).

É muito boa, todos somos amigos, todos nos conhecemos, é uma relação de amizade onde há muita conversa, a gente discute o que é melhor para o nosso trabalho, todo mundo opina (*Entrevistada 6*).

Esta convivência coletiva é fundamental para que o trabalhador seja sujeito da própria ação em sociedade, respeitados os princípios da autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade. Esta convivência contribui com a geração de conhecimento, devolvendo a autonomia sobre a vida humana. Sendo assim, a economia solidária contribui para a busca de movimentos emancipatórios no resgate da dignidade humana (BAPTISTA; FISCHER, 2011).

Desta forma, caracterizamos os participantes do projeto Artesãs Maré, bem como suas principais atividades realizadas e condições de trabalho, como princípios

exercidos, renda média e relação com os colegas de trabalho. A próxima etapa se ocupará em entender os elementos que determinam o sentido que os participantes do projeto Artesãs da Maré atribuem ao seu trabalho.

#### 6.4 Sentidos do trabalho

De acordo com estudos, há dois tipos de sentidos atribuídos ao trabalho, a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva. A racionalidade instrumental está relacionada com incentivos econômicos e utilitaristas, recompensas financeiras e de poder. Já a racionalidade substantiva, está relacionada em sentimentos de autorrealização, solidariedade, satisfação e valor emancipatório (ANDRADE *et al*, 2012).

Para entender os elementos que os participantes do projeto Artesãs da Maré atribuem ao seu trabalho, foi perguntado a importância que o trabalho tem na vida dos mesmos.

Uma das coisas mais importantes que tenho na vida é esse trabalho (*Entrevistado 2*).

É um trabalho muito importante, eu me sinto muito bem de trabalhar aqui, é um trabalho social, voltado para emprego e renda de mulheres que precisam (*Entrevistada 3*).

Pra mim é muito importante, pois é daqui que tiro meu sustento, crio meus filhos (*Entrevistada 4*).

Tudo o que eu tenho hoje em dia é graças a esse trabalho, consegui reformar minha casa com ele. É um trabalho muito bom, ajuda as mulheres da minha comunidade (*Entrevistada 6*).

É muito importante esse projeto, como outros projetos de economia solidária, visa a qualidade de vida das pessoas, então é uma forma de trabalho muito satisfatória, pois além de ganhar nossa renda, a gente percebe que o que a gente faz é valorizado (*Entrevistada 7*).

Esses relatos denotam a centralidade que o trabalho pode desenvolver na vida das pessoas e como a racionalidade substantiva tem importância em organizações alternativas, como cooperativas e associações. Porém, um tipo de racionalidade não exclui a outra, ambas existem concomitantemente para garantir a sobrevivência com retornos financeiros, mas também a satisfação pessoal, social e autorrealização (WEBERLING, 2010; ANDRADE *et al*, 2012). Aprendizagem, conhecimento, melhoria das relações humanas e contribuição com a sociedade também estão relacionadas (MORIN; TONELLI; PLIOPAS, 2007). Tanto que quando questionados se o trabalho é satisfatório, os entrevistados responderam unanimemente que sim, identificados com tais elementos, mencionando ainda que no projeto todos são amigos, há muita cooperação e ajuda mútua.

Questionados sobre quantas horas trabalham por dia, todos os participantes não

souberam responder com precisão. Eles alegam que como o trabalho é flexível, não há hora certa para começar ou terminar, depende do que eles acham que devem produzir.

Eu trabalho muito, pois além de trabalhar lá no projeto e aqui com as vendas, ainda tem um trabalho político, pois eu participo do fórum municipal de economia solidária, conselho estadual de economia solidária. Às vezes 10, 11 horas da noite ainda estou trabalhando (*Entrevistada 1*).

Isso é muito variável, quando se tem feira a gente trabalha mais de 12 horas por dia, muitas vezes também trabalho dentro de casa administrando, fazendo levantamento das vendas e estoque, relatório de contabilidade (*Entrevistado 2*).

Varia muito, aqui cada uma faz seu horário, é bem flexível. Eu trabalho cerca de 8 horas por dia, mas tem dias que é mais ou menos (*Entrevistada 4*).

Isso é difícil definir, varia de dia para dia. Às vezes trabalho mais, às vezes trabalho menos. Lá na produção às vezes fico o dia inteiro, às vezes levo trabalho pra casa e tem dias também que venho aqui pra feira, então é difícil saber (*Entrevistada 7*).

Deste modo, a autogestão pode gerar certa incoerência, pois como as associações e cooperativas estão inseridas no modelo capitalista, muitas vezes os trabalhadores se sentem obrigados gerir a si próprios como capitalistas para se adaptarem ao padrão produtivo. Sendo assim, essa necessidade de adequação pode instaurar modelos burocráticos (BENINI; BENINI, 2010).

Porém, mesmo com uma sobrecarga de horas trabalhadas, questionados se há tempo para aproveitar as horas livres, os entrevistados responderam que sim. Eles alegam que a flexibilidade de escolher o próprio horário também permite a organização do tempo para aproveitar as horas de lazer.

Aproveito, pois durante a semana eu tenho de 2 a 3 dias de feira, outro dia vou no projeto, há dias em que fico em casa trabalhando e os outros dias eu fico livre. Há muita diferença com outros tipos de trabalho, pois não há horas fixas, a gente é mais livre para fazer nosso horário (*Entrevistado 2*).

Sim, como somos nós que fazemos nossos horários, dá para aproveitar, consigo buscar meu filho na escola e fazer outras atividades. Final de semana é ainda melhor (*Entrevistada 3*).

De fato, para uma vida ter sentido no trabalho é necessário que tenha sentido fora dele, é fundamental o tempo livre na vida dos indivíduos para um autêntico sentido no trabalho (ANTUNES, 1999). Deste modo, nota-se que os participantes do projeto Artesãs da Maré, conseguem organizar seu tempo devido à autogestão do projeto.

Para uma vida ter sentido em todas as esferas do ser social, é necessária a extinção de barreiras de tempo de trabalho e não trabalho. Por meio de uma nova sociabilidade onde liberdade e necessidade se realizam mutuamente (ANTUNES, 1999). Para os participantes do projeto, o trabalho executado por eles vai além de uma obrigação, eles reconhecem ser um trabalho social, onde há ajuda mútua para o bem da coletividade. Questionados sobre o sentido que atribuem ao seu trabalho, os

participantes responderam:

É o sentido da participação social e eu procuro dar não só para mim, mas para quem eu trabalho o protagonismo feminino. A minha batalha é pelo protagonismo, é você ser alguém, você fazer alguma coisa e ter uma consciência crítica (*Entrevistada 1*).

Eu sinto que com esse trabalho sou uma pessoa útil, desempenho uma função social. Colaboro da forma que eu posso com um projeto que sei que ajuda pessoas que precisam (*Entrevistada 3*).

É o sentido de fazer parte de uma sociedade, ter uma ocupação, ter amizades. Trabalhar por uma causa que eu acredito (*Entrevistada 5*).

Quando questionados sobre as dificuldades de se trabalhar em um projeto de economia solidaria, os entrevistados citaram a incerteza de se trabalhar com vendas e a falta de apoio governamental.

Há uma dificuldade de se ter onde vender, o governo podia criar lojas para a gente ter um lugar fixo na venda dos produtos. Às vezes aqui a gente se sente muito vulnerável (*Entrevistada 1*).

O que eu posso falar é que de um tempo pra cá as vendas caíram muito, isso interfere na nossa produção e no que a gente ganha. Isso atrapalha porque a gente não sabe ao certo quanto vai ganhar, de quanto vai ser o retorno (*Entrevistada 4*).

Apesar de ser um trabalho bonito, muitas pessoas não dão valor e ainda é um trabalho pouco conhecido. O governo devia ajudar mais, divulgar mais, capacitar mais pessoas. Hoje tudo que a gente consegue é graças a nós, não há muito apoio (*Entrevistada 7*).

Dificuldades poderiam ser evitadas com o desenvolvimento de cadeias produtivas e uma ação mais contundente das administrações públicas. Para os participantes do projeto Artesãs da Maré, há muita instabilidade e incerteza quanto ao futuro do movimento de economia solidária devido à atual crise política e econômica. Questionados sobre o atual contexto os *entrevistados 2, 3 e 4* responderam:

Acho que tá muito complicado, esse ano a gente começou a sentir muita dificuldade de vendas. Acho que foi por conta da insegurança social, por conta de corrupção, da crise, as pessoas têm mais receio de comprar, também por conta do desemprego (*Entrevistado 2*).

Vejo algumas dificuldades, dá pra ver na queda das vendas. Este projeto depende muito do que é vendido, de quanto as pessoas compram, com toda essa crise dá para notar que afeta muito as vendas, isso é ruim (*Entrevistada 3*).

Acho que esse movimento sofre influências por causa dessa crise, as vendas caíram muito. Acho que a gente tem pouca oportunidade, não tem muito amparo, então depende só das vendas, aí fica complicado (*Entrevistada 4*).

Mesmo com essas vulnerabilidades, as *entrevistadas 1 e 5* se mostraram esperançosas em relação à economia solidária.

A economia solidária é um movimento muito forte, todas as pessoas envolvidas trabalham muito para fazer dar certo. Nós não temos o amparo que precisamos, mas nós continuamos lutando, já passamos por muita coisa e continuamos existindo. Eu

acho que a atual situação não é a melhor, mas já passamos por coisas piores e vamos continuar indo para frente com a força do nosso trabalho (*Entrevistada 5*).

Há muita instabilidade, muitas pessoas acham que está tudo acabado, mas para mim não acabou, a gente já passou por muita coisa, a gente luta muito e vai continuar lutando (*Entrevistada 1*).

Para elas, a economia solidária é um movimento forte e o projeto Artesãs da Maré já passou por momentos difíceis iguais a estes, porém vai continuar perseverando. De acordo com a *entrevistada 1*, que é a responsável pelo projeto, junto com outras associações e cooperativas que participam do Plano Nacional de Economia Solidária, há muito trabalho a ser feito e o movimento continuará vivo.

Para que um trabalho tenha sentido, é importante que quem o realize saiba para onde ele conduz, é essencial que os objetivos sejam claros e valorizados e que os resultados tenham valor aos olhos de quem o realiza (MORIN, 2001). A **Tabela 6** apresenta a síntese das características de sentidos atribuídos ao trabalho, sendo possível perceber como estão contemplados nas falas dos participantes do projeto Artesãs da Maré.

Um trabalho tem sentido se...	Características
É realizado de forma eficiente e leva a um resultado	Finalidade
	Eficiência
É intrinsecamente satisfatório	Aprendizagem e desenvolvimento das Competências
	Realização e atualização
	Criatividade e autonomia
	Responsabilidade
É moralmente aceitável	Retidão das práticas sociais e Organizacionais
	Contribuição social
É fonte de experiências de relações humanas satisfatórias	Afiliação e vinculação
	Serviço aos outros
Garante a segurança e a autonomia	Independência financeira
	Saúde e segurança
Mantém ocupado	Ocupação

Tabela 6 – Sentidos do trabalho

Fonte: Adaptado, Morin (2001).

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho é possível perceber que a adesão dos trabalhadores ao projeto se deu em decorrência da crise do mundo do trabalho. Eles encontraram no empreendimento solidário um espaço de inserção, o que mudou sua perspectiva em relação ao trabalho, pois as atividades realizadas são não apenas satisfatórias, mas contribuem no sentido de sua autorrealização, relações solidárias, protagonismo

e contribuição social.

Nota-se também que há dificuldades e desafios inerentes, como excesso de horas trabalhadas e instabilidade econômica. Em parte, essas dificuldades poderiam ser amenizadas por políticas públicas adequadas à realidade dos empreendimentos solidários. Mesmo com esses desafios, os participantes do projeto demonstraram como o trabalho fundamentado em princípios solidários gera um sentido diferenciado em suas vidas.

De acordo com Antunes (1999), para um real sentido do trabalho a sociedade deve estar orientada de forma a atender necessidades humanas e sociais, eliminando o tempo de produção excedente e supérflua que desestrutura o indivíduo e a sociedade em si. Com o estudo do projeto Artesãs da Maré compreende-se como o empreendimento baseado em princípios de economia solidária acaba desenvolvendo uma dinâmica nesse sentido, por mais que tenha surgido por necessidades de sobrevivência dos seus membros.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo e precário mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANDRADE, Sílvia Patricia Cavalheiro de; DA ROSA TOLFO, Suzana; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. **Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva**: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. Revista de Administração Contemporânea, v. 16, n. 2, p. 200, 2012.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. Cortez Editora, 155 páginas, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo. Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_. **As configurações do trabalho na sociedade capitalista**. Revista katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 131-132, Dec. 2009.

\_\_\_\_\_. **A crise, o desemprego e alguns desafios atuais**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 104, p. 632-636, Dec. 2010.

ARAÚJO, Romilda Ramos de; SACHUK, Maria Iolanda. **Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas**. REGE. Revista de Gestão, v. 14, n. 1, p. 53, 2007.

BAPTISTA, Lucine Lopes; FISCHER, Rosa Maria. **Educação Popular e Emancipação Humana no ambiente da Economia Solidária**. Enanpad. Rio de Janeiro, setembro 2011.

BARBIERI, Rafaela Costa Cruz; BETANHO, Cristiane. **Mobilização de Conhecimentos de Administração em prol da Autogestão de Empreendimentos Solidários Incubados na Universidade**. Enanpad. Rio de Janeiro, setembro 2014.

BENINI, Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **As contradições do processo de autogestão no capitalismo**: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. Organizações &

Sociedade. v. 17, n. 55, p. 605-619, Outubro-Dezembro, 2010. 15 página(s).

FARIA, José Henrique; KREMER, Antonio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação.** Revista de Administração, v. 40, n. 3, p. 266-279, Julho-Setembro, 2005. 14 página(s).

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Unijuí, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. **O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária.** Revista da ABET, 2013.

KUBO, Sergio Hideo; GOUVÊA, Maria Aparecida. **Análise de fatores associados ao significado do trabalho.** Revista de Administração, v. 47, n. 4, p. 540-554, 2012.

LIMA, Jacob Carlos; SOUZA, André Ricardo de. **Trabalho, solidariedade social e economia solidária.** Lua Nova, São Paulo, n. 93, p. 139-168, Dec. 2014 .

MALASSISE, Regina Lúcia Sanches; ALVES, Rozane. **Princípios cooperativistas: Uma reflexão sobre oportunidades e desafios no contexto da economia solidária.** 2011.

MORIN, Estelle. **Os sentidos do trabalho.** Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 08-19, Sept. 2001.

\_\_\_\_\_; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. **O trabalho e seus sentidos.** Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 47-56, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. **Adeus ao trabalho? Vinte anos depois...** Entrevista com Ricardo Antunes. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 773-799, Dec. 2015.

PINHEIRO, Daniel Calbino; DE PAULA, Ana Paula Paes. **Para uma discussão da eficiência na economia solidária: Algumas implicações teóricas e empíricas.** Revista ORG & DEMO, v. 16, n. 2, 2015.

RIBEIRO, Sérgio Dias; MUYLDER, Cristiana Fernandes. **Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade.** Organizações & Sociedade, v. 21, n. 71, p. 581-614, Outubro- Dezembro, 2014. 34 página(s).

SANTOS, L. M. L. D.; VIEIRA, S. F. A.; BORINELLI, B. **Economia Solidária e estratégia: entre princípios e pragmatismo.** Revista Ibero-Americana de Estratégia, v. 12, n. 4, p. 261-278, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em de pesquisa em administração.** São Paulo. Editora Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo. Editora Atlas, 2009.

WEBERING. Susana Iglesias. **Os Pontos Cegos das Teorias Organizacionais Segundo Guerreiro Ramos.** Anais do XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Autogestão e cooperação em uma perspectiva cooperativista e sistêmica: O contexto cooperativo espanhol e brasileiro.** 401 p. Tese (Doutorado). Programa de Engenharia de Produção / COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

## EMPREENDEDORISMO SOCIAL: INTEGRANDO SOCIEDADE E ACADEMIA

### **Roberto André Polezi**

Centro Universitário Salesiano de São Paulo  
(UNISAL).  
Americana – SP

### **Eduardo Avancchi Dionisio**

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)  
Campinas - SP

**RESUMO:** Essa pesquisa objetivou mostrar como uma instituição de ensino superior pode contribuir para incentivar as atitudes empreendedoras (sociais) em estudantes da graduação. Para atingir esse objetivo, nós propomos aos estudantes um projeto de inovação, orientado a resolução de problemas socioeconômicos da cidade de Americana/ SP. A partir de entrevistas com os estudantes engajados no desenvolvimento de soluções sociais, foi constatado que os estudantes desenvolveram senso crítico e a capacidade de propor soluções capazes de melhorar seu contexto. Por fim, identificamos que os estudantes preferem uma abordagem empreendedora social para a resolução dos problemas, em vez de desenvolver e transferir tecnologias para a comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inovação. Tecnologia social. *Design thinking*

**ABSTRACT:** This research aimed to show how an institution of higher education can contribute to encourage (social) entrepreneurial attitudes in undergraduate students. To achieve this goal, we propose to the students an innovation project, aimed at solving the socioeconomic problems of the city of Americana / SP. From interviews with students engaged in the development of social solutions, it was found that students developed a critical sense and the ability to propose solutions capable of improving their context. Finally, we identify that students prefer a social entrepreneurial approach to problem solving, rather than developing and transferring technologies to the community.

**KEY-WORDS:** Innovation. Social Technology. Design Thinking

### 1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como propósito compreender de que forma uma instituição de ensino superior (IES) tem contribuído para as atitudes empreendedoras sociais dos estudantes do curso superior em comunicação social. Dentro deste enfoque cabe destacar dois objetivos específicos: (1) identificar se um projeto de inovação, desenvolvido em sala de aula, proporcionou aos estudantes

novas percepções, reflexões e ações, frente aos problemas sociais da cidade de Americana/SP; (2) trazer evidências acerca da percepção dos estudantes quanto aos conhecimentos para a consecução de habilidades empreendedoras com viés social, obtidos durante o desenvolvimento do projeto de inovação.

Essa pesquisa entende que as atitudes empreendedoras sociais geram atividades inovativas, realizadas por meio de combinações de diferentes recursos com vistas a buscar oportunidades e necessidades para impulsionar transformações sociais e/ou fornecer soluções para as demandas sociais (MAIR; MARTÍ, 2006). Entendemos que o empreendedorismo social representa uma das formas de transformar a realidade e estimular nos estudantes, o senso crítico, proporcionando ensino-aprendizagem mais amplo e democrático (GADOTTI, 2009).

Para atingir aos objetivos propostos, essa pesquisa foi dividida em mais cinco seções, excluindo-se essa da introdução. A segunda seção, apresenta o conceito de tecnologia social, realizando um contraponto com a tecnologia comercial. A terceira seção trata dos conceitos de empreendedorismo social e oportunidade empreendedora social, esta seção, também aborda as diferenças entre as definições e campos de estudo dessa vertente do empreendedorismo. A quarta seção trata dos procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa. Por fim, a quinta seção, aborda os resultados, apresenta uma síntese das soluções para problemas sociais desenvolvidas pelos estudantes e suas percepções em relação as questões sociais da cidade e habilidades empreendedoras desenvolvidas durante o desenvolvimento do projeto.

## 2 | TECNOLOGIA SOCIAL (TS)

A tecnologia está presente em cada aspecto do cotidiano humano, sendo um dos fatores que possibilitou os atuais padrões de desenvolvimento socioeconômico e o crescimento populacional (MACKENZIE; WAJCMAN, 1999). Contudo, ainda que a tecnologia possibilite transformações socioeconômicas e políticas, esses fatores contextuais interferem no seu desenvolvimento (AUTIO et al., 2014; MACKENZIE; WAJCMAN, 1999).

De acordo com Dagnino (2004) a tecnologia convencional (TC) não é adequada para difundir a inclusão social, pois busca criar valor comercial para seus desenvolvedores (empresas). Dessa maneira, a tecnologia convencional é:

Funcional para a empresa privada que, no capitalismo, é responsável por “transformar” o conhecimento em bens e serviços, os governos centrais apoiam seu desenvolvimento; organizações profissionais que a concebem estão imersos no ambiente social e político que a legitima e demanda; porque trazem consigo seus valores e, por isso, reproduzem-no (DAGNINO, 2004, p. 24).

Enquanto a TS é “adaptada a pequeno tamanho; liberadora do potencial físico e financeiro; e da criatividade do produtor direito; não discriminatória (patrão x empregado); orientada para o mercado interno de massa” (DAGNINO, 2004, p.

23), além de ser “capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos auto gerenciáveis e as pequenas empresas” (DAGNINO, 2004, p. 23).

O termo “tecnologia social” se relaciona com vários termos utilizados na área de ciências sociais, como “técnica social”, “pedagogia social”, “tecnocracia”, “sócio técnica”, “engenharia de ciências políticas”, “planejamento social”, entre outros (ETZEMÜLLER, 2009; KNOBLAUCH, 2006). Leibetseder (2011) argumenta que estes termos, são ligados pelo enfoque social. A TS se refere à aplicação do conhecimento sociológico na resolução de problemas aplicados, isto é, o conhecimento é a base para subsidiar as decisões ou atos específicos. Por outro lado, “a tecnologia social aplica métodos e teorias para obter uma análise científica baseada para um propósito, que é, então usado para decisões políticas” (LEIBETSEDER, 2011, p. 9) Para Etzemüller (2009) o uso de métodos e teorias fornecem um arcabouço empírico para o desenvolvimento de soluções racionais para problemas sociais. O Instituto de Tecnologia Social define TS como um “conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITSBRASIL, 2004, p. 26).

Adimensão científica é central no âmbito das TS, uma vez que todas as tecnologias se caracterizam pela aplicação de “conhecimentos, ciência, tecnologia e inovação para a resolução de um problema” (ITSBRASIL, 2012, p. 13). Embora integrem avanços científicos como a TC, as tecnologias sociais vão além das tecnologias convencionais, pois enfatizam aspectos ausentes ou negligenciados por esta última, fundamentando-se principalmente em conhecimentos empíricos e científicos para fornecer soluções para problemas sociais ou para atender as necessidades específicas, como “alimentação, saúde, saneamento e habitação, até atividades produtivas, de desenvolvimento e defesa do meio ambiente” (ITSBRASIL, 2012, p. 13). Gadotti (2009) enfatiza uma dimensão pedagógica, pois não impõe uma solução para problemas específicos, mas promove a inclusão e mudança social por meio da integração dos “sujeitos beneficiados pelo projeto ou produto, desde sua organização e implementação até sua avaliação” (GADOTTI, 2009, p. 56), tendo em vista, o desenvolvimento autônomo das localidades onde as tecnologias foram implementadas, além da sua permanência, continuidade e aprimoramento, minimizando as dependências tecnológicas da população (GADOTTI, 2009; ITSBRASIL, 2012).

### **3 | EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

A literatura de empreendedorismo apresenta múltiplas definições desenvolvidas por diferentes pesquisadores com pontos de vista, por vezes opostos (BAUMOL, 1990; DRUCKER, 1994; KIRZNER, 1978; SCHUMPETER, 1934). A seguinte definição de empreendedorismo foi utilizada nessa pesquisa:

a capacidade manifesta e a vontade dos indivíduos, por si só, em equipes, dentro e fora das organizações existentes, de: perceber e criar novas oportunidades econômicas (novos produtos, novos métodos de produção, novos esquemas organizacionais e novas combinações de produtos-mercado) e apresentar suas ideias ao mercado, diante da incerteza e de outros obstáculos, tomando decisões sobre localização, forma e uso de recursos e instituições (WENNEKERS, SANDER; THURIK, 1999, p. 46).

De acordo com Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) o empreendedorismo social é uma subdivisão do empreendedorismo comercial, a qual, segundo a OECD (2010, p. 188) “visa fornecer soluções inovadoras para problemas sociais não resolvidos. Portanto, muitas vezes acompanha os processos de inovação social, visando melhorar a vida das pessoas através da promoção de mudanças sociais”.

Contudo, a literatura não apresenta um consenso sobre a definição do termo empreendedorismo social e suas limitações para outras áreas de estudo continuam confusas (BRUYAT; JULIEN, 2001; DODD; ANDERSON, 2007; DODD; KELES, 2015; FELÍCIO; MARTINS GONÇALVES; DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, 2013; SPENCER; KIRCHHOFF; WHITE, 2008) Para alguns pesquisadores (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; BOSCHEE, 1998) o empreendedorismo social é uma atividade desempenhada por organizações sem fins lucrativos em busca de financiamento ou parcerias para criar valor social. Para outros (SAGAWA; SEGAL, 2000; WADDOCK, 1988), trata-se de uma atividade de responsabilidade social desempenhada por corporações com fins lucrativos. Por outro lado, um grupo de pesquisadores (ALVORD; BROWN; LETTS, 2004) se refere ao empreendedorismo social como um vetor de mudanças e de resolução de problemas sociais.

Nessa pesquisa, adotaremos a definição de empreendedorismo social proposta por Mair e Martí (2006, p. 37): “um processo que envolve o uso inovador e a combinação de recursos para buscar oportunidades para catalisar mudanças sociais e/ou atender às necessidades sociais”. Essa definição é adequada para refletir os pressupostos do trabalho proposto aos estudantes do curso de comunicação social, pois vemos o empreendedorismo social como um processo que resulta na criação de valor, este, obtido por meio da combinação de recursos e novos modelos de gestão. Tais combinações, objetivam explorar oportunidades para a criação de valor social, impulsionando a transformação social ou por meio do atendimento das demandas sociais. Por fim, o empreendedorismo social, quando visto como um processo, contempla a oferta de serviços e/ou produtos, mas também pode contemplar o desenvolvimento de novos negócios. Por fim, sob a ótica de processo, o empreendedorismo social envolve a alocação de recursos para fins produtivos, isto é, oferta de serviços e/ou produtos, mas também pode se referir ao desenvolvimento de novos negócios.

Embora o projeto desenvolvido em sala de aula, tenha como objetivos, o estímulo ao senso crítico, identificação de problemas sociais que afetam partes da população de Americana e o desenvolvimento de propostas de valor para atender as necessidades dessa camada social, a criação de novas organizações não se trata de

um dos objetivos diretos do projeto. Contudo, os estudantes têm a possibilidade de obter auxílio para o desenvolvimento de um negócio, baseado em sua proposta de valor na incubadora da instituição.

Conforme o exposto, a TS e o empreendedorismo social, embora apresentem orientação a resolução de problemas sociais, são dois campos distintos. A TS ocorre quando a propriedade da tecnologia, assim como o know-how é transferido para a comunidade. Por outro lado, o empreendedorismo ocorre, quando empreendedores oferecem soluções para um problema, no entanto, são remunerados por isso.

### 3.1 Reconhecimento da oportunidade social

A oportunidade trata-se de um fator essencial para o empreendedorismo comercial e social (MAIR; MARTÍ, 2006). A diferença entre as oportunidades comerciais e sociais reside no valor gerado por cada forma de empreendedorismo. A atividade empreendedora com viés comercial objetiva a maximização de riqueza pessoal e/ou acionária (AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; ROBINSON, 2006). Por outro lado, a geração de valor pelo empreendedorismo social é mais complexa, pois além da necessidade de criar valor econômico como o empreendedorismo comercial, esta modalidade visa a solução de problemas sociais, como a criação de renda para camadas sociais não favorecidas ou a revitalização de áreas de risco (CORNER; HO, 2010).

De maneira geral, o valor criado por empreendedores se materializa na forma de novos produtos e/ou serviços, processos e novos mercados (SCHUMPETER, 1934). Dessa maneira, o reconhecimento de uma oportunidade viável é um dos fatores que impulsionam a atividade empreendedora (MCMULLEN; SHEPHERD, 2006). Por outro lado, Alvarez e Barney (2007) argumentam que as oportunidades podem ser criadas pelos empreendedores ou derivadas de fatores exógenos. Contudo, no projeto desenvolvido em sala de aula, os estudantes foram orientados a reconhecer oportunidades sociais que além de promover transformações sociais, possam ser rentáveis.

## 4 | METODOLOGIA

Em agosto de 2016, no âmbito da disciplina de inovação oferecida pelo curso de comunicação social, foi apresentado um projeto com viés empreendedor, tendo em vista a geração de valores para o município de Americana/SP, valor este, medido por meio da criação de tecnologias sociais ou da ideação de um negócio social (empreendedorismo). A operacionalização desse projeto seguiu quatro etapas:

A **primeira etapa** consistiu na apresentação da proposta para o corpo discente da turma do quarto semestre do curso de comunicação social, embora, o mesmo já conhecesse conceitos teóricos sobre inovação e sustentabilidade, adquiridos ao longo

de todo o semestre. Durante essa etapa, os estudantes foram introduzidos ao conceito *Design Thinking* (DK) que se refere a uma abordagem crítica e criativa que permite organizar informações e ideias para subsidiar a tomada de decisões para promover transformações sociais por meio do aprendizado, considerando interesses e valores humanos no processo de modelagem (BROWN, 2009; MEINEL; LEIFER, 2012).

O DK é propositalmente um processo participativo e busca elaborar e avaliar ligeiramente múltiplas soluções plausíveis para obter uma considerada ótima (BROWN, 2008; DENNING, 2013). Esta abordagem tem origem na empresa IDEO, fundada em 1991 por David Kelley em parceria com outras empresas de design. Em 2006, com a fundação do Stanford Design Center por Kelley, o conceito de DK foi difundido no âmbito acadêmico e organizacional, resultando no desenvolvimento de projetos governamentais bem-sucedidos, os quais corroboraram para o direcionamento dos holofotes da administração público no *design thinking* (DENNING, 2013).

De acordo com Waloszek (2012) e Plattner, Meinel e Weinberg (2009) o DK se caracteriza por ser uma abordagem humana, a qual apresenta forte integração da experimentação com diversas ferramentas e tecnologias e, pela colaboração em equipes multidisciplinares. A abordagem ainda apresenta uma visão integrativa e holística sobre problemas complexos e, se trata de um processo constituído por seis etapas, são elas:

1. Compreender: trata-se de obter uma ideia/compreensão inicial de um problema;
2. Observar: nessa etapa, se faz necessário visitar o ambiente, observar o problema e suas características;
3. Definir: nessa fase, os envolvidos com o projeto deverão definir um foco de trabalho com base nas observações empíricas do problema e do local;
4. Idear: se trata da etapa na qual, os participantes devem gerar inúmeras ideias para expandir as possibilidades de encontrar uma solução ótima para um problema;
5. Prototipagem: nessa fase, é apresentada a solução inicial para o problema, a qual deve ser compartilhada com outras pessoas para além de identificar o grau de aceitação dessa solução, receber *insights* para aperfeiçoá-la.
6. Testar: nessa etapa, a solução é finalmente testada, caso tenha sucesso poderá ser implementada e replicada em outros ambientes que apresentam o mesmo problema.

A **segunda etapa** foi de responsabilidade dos estudantes e consistiu na identificação de uma problemática associada a questões sociais, que posteriormente foi confirmada, por pesquisa de campo por meio de elaboração e aplicação de questionários tendo em vista o aprofundamento em problemas relacionados aos transportes, financiamento de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e setores públicos. A **terceira etapa** foi desenvolvida em horário letivo, consistindo na construção do produto e/ou serviço relacionado ao problema social identificado. A **quarta etapa**

consistiu na apresentação dos resultados em sala de aula e avaliação pelos pares.

Na operacionalização deste estudo de natureza exploratória-descritiva, utilizou-se dados primários obtidos por meio de entrevistas com os estudantes para compreender e descrever suas propostas de transformação social orientadas à solução problemas associados a parte da população da sociedade de Americana e posteriormente, foram realizadas novas entrevistas para compreender as percepções dos estudantes envolvidos com o projeto, tendo em vista, identificar se os conhecimentos adquiridos proporcionaram criticidade em relação aos problemas sociais da cidade e geraram capacidades empreendedoras nos discentes para a exploração de oportunidades de empreendedorismo social.

## 5 | RESULTADOS

### 5.1 Descrição das propostas de geração de valor dos estudantes

O Grupo 1, formado por discentes do sexo masculino, antenados ao mundo tecnológico e aparentemente distantes de questões sociais, fizeram uma pesquisa com mais de 60 pessoas sobre os motivos pelos quais não contribuíram financeiramente para entidades filantrópicas que atuam em áreas de fragilidade social. Para resolver essa questão eles criaram o *Triangle*, um aplicativo com uma proposta de ligar as entidades filantrópicas, doadores e beneficiários dos serviços prestados pelas entidades. Na pesquisa feita por eles, o principal motivo da não contribuição foi a falta de praticidade e garantias de real ajuda, assim, o app faria essa fiscalização, da saída dos recursos financeiros, ao recebimento da entidade e do beneficiário, gerando um comprovante digital para quem fez uma doação, mostrando quais entidades podem receber e quais seus campos de atuação e o real beneficiado.

Criaram todo o conceito, *layout* do aplicativo, funcionalidade e monetizaram o aplicativo, resolvendo um problema social, ajudando entidades e facilitando doações, agentes transformadores de seu tempo.



Figura 1 - Interface do aplicativo “triangle”

Fonte: Elaboração própria

O grupo 2, constituído por 8 discentes (sendo 4 homens e 4 mulheres), sua questão foi resolver um problema grave na Cidade de Americana, o transporte público, nesta questão fizeram uma pesquisa com outros usuários do serviço e constataram inúmeros problemas como custo, horários, qualidade do ônibus entre outros, como proposta fizeram pesquisas para conhecer possíveis melhoras e como foi resolvido em outros locais, por fim, criaram um conjunto de soluções, aplicativo de controle do horário, e pontos mais próximos, ônibus movido por energia elétrica, pontos de parada com *wi-fi* e melhores estruturas. Com essas propostas refizeram a pesquisa e o número de usuários do transporte público teria um aumento significativo.



Figura 2 - Proposta de conectividade entre transporte público de qualidade e usuários  
Fonte: Elaboração própria

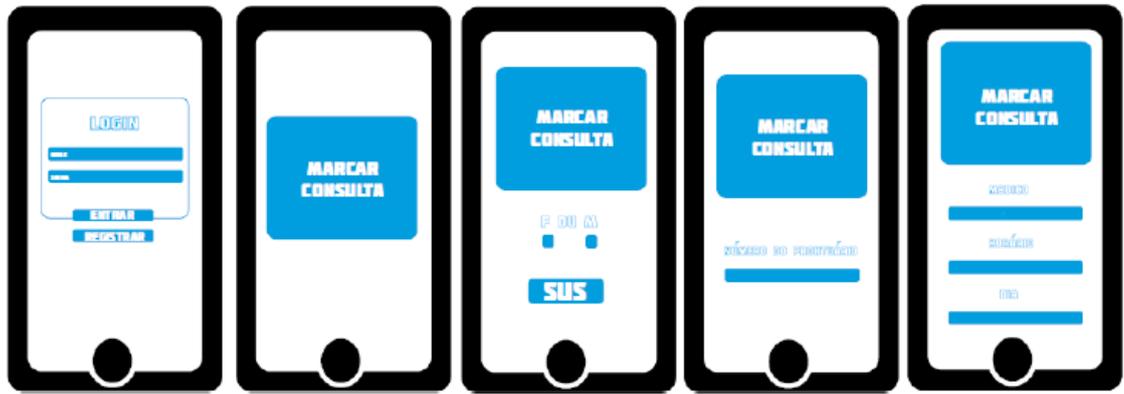


Figura 3 - Uma proposta de um aplicativo de agendamento de consultas no SUS

Fonte: Elaboração própria

O grupo 3 foi formado por 7 integrantes apresenta uma parcela maior de mulheres (5), entrevistaram a população que utiliza serviços oferecidos por postos de saúde e no hospital municipal da cidade. Os dados coletados forneceram evidências acerca de problemas associados a filas, atrasos e desorganização no setor de atendimento. Para solucionar este problema, o grupo propôs desenvolver um aplicativo de agendamento de consultas no sistema único de saúde (SUS), conforme ilustrado na Figura 3.

## 5.2 As percepções dos estudantes com relação ao projeto

Na seção anterior vimos que os estudantes foram capazes de gerar valor social por meio do desenvolvimento de tecnologias sociais. De forma geral todos os grupos entrevistados afirmaram que o projeto desenvolvido na disciplina de inovação proporcionou experiências que vão além da sala de aula, permitindo a interação com setores da sociedade que apresentam problemas de natureza social. Considere-se, por exemplo, os seguintes relatos: “O projeto abriu meu campo de visão para assuntos que não conhecia e não compreendia, permitindo que aplicasse meu conhecimento adquirido fora do ambiente acadêmico”. “Com certeza, pude enxergar de forma emancipada o poder da comunicação integrada a publicidade, enxergar o bem que podemos proporcionar para a sociedade para fins sociais!” “Em relação a interação com outros setores da sociedade, é possível dizer que a disciplina de inovação fez com que os olhares voltassem para problemas da cidade de Americana e como poderíamos colaborar para solucioná-los ou amenizá-los”.

Outro aspecto ressaltado pelos estudantes se refere aos benefícios gerados pelo projeto, o qual, no entendimento da população pesquisada, gerou criticidade e compreensão aprofundada acerca dos problemas sociais enfrentados por parte da sociedade americanense. Veja-se um dos entrevistados: “A problemática do projeto já de início gera busca aprofundada sobre os problemas sociais da cidade, problemas estes, “apaziguados” pelo poder público!” “O projeto que tivemos que desenvolver já foi uma ótima oportunidade para reconhecer os problemas atuais da cidade (como saúde, transporte) e como nós, estudantes, poderíamos interagir para mudar a realidade”.

Outro relato corrobora com essas afirmações:

O projeto gerou não só entendimento dos problemas, mas também uma maneira de pensarmos em grupo para resolvê-los, pois quando nos deparamos para debater sobre os problemas da cidade para encontrarmos uma maneira de ajudar para que esse problema se torne menor nos deparamos com diversos assuntos que podem ser solucionados de uma maneira “simples”, simples entre aspas no sentido de que não é impossível de serem resolvidos, e isso nos faz questionar “o que eu posso fazer para ajudar? Como posso ajudar, como posso fazer minha parte para resolver isso?”

Mesmo que o empreendedorismo social apresente um viés comercial, em termos de criação de valor econômico mínimo para os responsáveis pela operacionalização da atividade, iniciativa e/ou empresa e, os estudantes tenham sido orientados sobre a necessidade de gerar valor comercial mesmo em iniciativas com viés social e também conscientizados sobre a possibilidade de transformar sua ideia em um modelo de negócio por meio do apoio da incubadora de projetos presentes da instituição de ensino. Ainda assim, se consideram agentes de transformação social, tal como relato: “Sim, pois o projeto desenvolvido visa, pensando mais amplamente, em uma mudança de comportamento na sociedade e permite que essa mudança esteja disponível, de uma maneira de fácil acesso, para todos que estão dispostos a ajudar”. “Sim, mesmo monetizando um projeto, pude contribuir com uma ideia para o bem social.” Contudo, ainda que os estudantes se identifiquem como agentes de transformação, de maneira geral, os entrevistados observam oportunidades para tornarem-se empreendedores comercializando as ideias desenvolvidas durante a disciplina de inovação, considere-se a seguinte passagem: “Acredito que seja possível comercializar uma ideia voltada ao atendimento aos problemas sociais, sem pensar em obter lucros exagerados”. Outro relato corrobora essa ideia, veja-se a passagem de um dos estudantes envolvidos com a proposta de um aplicativo para agendamento de consultas: “A proposta da equipe foi um app que agendasse as consultas pelo celular. Assim, o paciente teria maior facilidade com o procedimento, evitando filas de espera nos hospitais. Em parceria com os alunos do SENAI, que foi o que a princípio sugerimos, ainda vejo chances de comercializar a ideia”.

Por outro lado, há ainda um ceticismo sobre a abrangência dos projetos sociais um dos entrevistados apresenta uma visão oposta, argumentando que um projeto social deve limitar-se apenas ao aspecto de assistencialismo, desconsiderando a dimensão econômica, veja-se o relato do entrevistado: “Acredito que quando se trata de um projeto que tenha viés social, pensar sobre comercializar a ideia para ganhar lucros pessoais não deve ser o foco”.

Mesmo que alguns estudantes apresentem visões opostas quanto a desenvolverem tecnologias que permitam solucionar problemas sociais e simultaneamente criarem valor comercial, os entrevistados concordam que o desenvolvimento do projeto, mesmo com viés social, proporcionou o aprendizado de habilidades não acadêmicas, isto é, habilidades empreendedoras. Considere-se os relatos: “Para elaborar e entregar

o melhor projeto possível, tivemos que desenvolver habilidades empreendedoras”. “O projeto proporcionou o desenvolvimento de habilidades empreendedoras, existe um tópico no projeto, em que o professor exige que de alguma forma, mesmo sendo um projeto social, para monetizarmos a ideia... Nessa etapa temos um contato vasto com as habilidades empreendedoras”.

De maneira geral, todos os entrevistados afirmaram perceber uma aproximação entre a academia (representada pelos estudantes) e a sociedade americanense durante o desenvolvimento do projeto, de acordo com os estudantes, identificar os problemas sociais e pensar sobre maneiras de solucioná-los por meio de propostas sociais, com a possibilidade de monetizar a iniciativa por meio do empreendedorismo social representa uma forma da academia e dos estudantes contribuírem de forma mais significativa para a sociedade. Considere-se a seguinte passagem: “o projeto trouxe conexão e conhecimento em áreas da sociedade que antes poderiam parecer distintas entre nós alunos, o principal foco é mostrar que inovar às vezes está mais perto do que se imagina, é treinar o olhar para problemas do cotidiano que te cercam”.

Os entrevistados ainda concordaram que o projeto proporcionou uma nova visão sobre as questões sociais da cidade: “Quando pesquisamos a nossa região identificamos diversos problemas sociais e por meio dessa iniciativa conseguimos compreender e propor soluções para problemas resultantes da má gestão política e descaso dos governantes”. Uma das entrevistadas, envolvida com a proposta de melhoria do serviço de transporte público corrobora com essa afirmação: “O projeto é interessante pela maneira que foi conduzido. Foi proposto aos alunos que realmente pesquisem sobre as necessidades e anseios da população, a pesquisa também é profunda quando se trata da condição de viabilizar financeiramente o projeto”. Outra integrante do mesmo grupo afirma que “a proposta é de grande utilidade para a população, ajudando com os horários de funcionamento das linhas e rotas dos ônibus e, segurança para os moradores, pois o ponto interativo seria monitorado e iluminado 24 horas”.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou compreender de que forma uma instituição de ensino contribui para as atitudes empreendedoras sociais dos estudantes do curso de Comunicação Social em Americana. Dentro deste enfoque, identificamos se o projeto proporcionou ao estudante novas percepções, reflexões e ações, frente as problemáticas sociais da comunidade americanense. Além disso, buscamos evidências acerca da percepção dos estudantes quanto aos conhecimentos para a consecução de habilidades empreendedoras com viés social obtidos durante o desenvolvimento do projeto. Para tanto, utilizamos dados primários obtidos por meio de entrevistas com os estudantes envolvidos em um projeto com viés de empreendedorismo social

desenvolvido na disciplina de inovação em um curso de comunicação social em Americana.

O projeto resultou no desenvolvimento de soluções para questões sociais voltadas ao transporte público, sistema local de saúde e para a conectividade das partes da sociedade dispostas a contribuir para o benefício de grupos marginalizados por intermédio de organizações não governamentais. Tais projetos foram desenvolvidos em sala de aula por estudantes da graduação que foram orientados a buscar soluções que além de melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais deveriam ser sustentáveis por meio de monetização.

Os resultados desse exercício proporcionaram aos alunos novas percepções, reflexões, perspectivas e ações frente as problemáticas sociais da comunidade americanense, as quais, foram comprovadas por meio de entrevistas realizadas com os estudantes, nesse caso, os protagonistas do desenvolvimento das soluções, elaboradas a partir do seu envolvimento com a sociedade. De maneira geral, os estudantes afirmaram que o projeto desenvolvido proporcionou uma visão holística sobre empreendedorismo, tecnologias e ações sociais, além de, por intermédio dos estudantes, aproximar a instituição de ensino da sociedade. Apesar das diferentes propostas para a resolução de problemas da cidade de Americana, apenas os integrantes do grupo 1 (aplicativo *triangle*) tem buscado a partir do projeto desenvolvido em sala de aula, operacionalizar um empreendimento social.

Para trabalhos futuros, pretendemos desenvolver um projeto interdisciplinar com os cursos com comunicação social e pedagogia tendo em vista aproximar de grupos atuantes em educação informal e não formal na cidade de Americana e adjacentes, por meio do desenvolvimento de tecnologias assistivas.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S. A.; BARNEY, J. B. Discovery and creation: alternative theories of entrepreneurial action. **Strategic Entrepreneurship Journal**, v. 1, n. 1–2, p. 11–26, nov. 2007.

ALVORD, S. H.; BROWN, D.; LETTS, C. Social Entrepreneurship and Societal Transformation: An Exploratory Study. **Journal of Applied Behavioral Science**, v. 40, n. 3, p. 260–282, 2004.

AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: Same, different, or both? **Entrepreneurship: Theory and Practice**, v. 30, n. 1, p. 1–22, 2006.

AUTIO, E. et al. Entrepreneurial innovation: The importance of context. **Research Policy**, v. 43, n. 7, p. 1097–1108, 2014.

BAUMOL, W. J. Entrepreneurship : Productive , Unproductive , and Destructive. **Journal of Political Economic**, v. 98, n. 5, p. 893–921, 1990.

BOSCHEE, J. **Merging Mission and Money: A Board Member’s Guide to Social Entrepreneurship**. Disponível em: <<http://www.socialent.org/pdfs/MergingMission.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

- BROWN, T. Design thinking. **Harvard Business Review**, v. 86, n. 6, p. 29–31, 2008.
- BROWN, T. **Change by Design: How Design Thinking Transforms Organizations and Inspires Innovation**. New York: HarperCollins, 2009.
- BRUYAT, C.; JULIEN, P. A. Defining the field of research in entrepreneurship. **Journal of Business Venturing**, v. 16, n. 2, p. 165–180, 2001.
- CORNER, P. D.; HO, M. How opportunities develop in social entrepreneurship. **Entrepreneurship: Theory and Practice**, v. 34, n. 4, p. 635–659, 2010.
- DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2004. p. 1–23.
- DENNING, P. J. Design thinking. **Communications of the ACM**, v. 56, n. 12, p. 29–31, 1 dez. 2013.
- DODD, S. D.; ANDERSON, A. R. Mumpsimus and the Mything of the Individualistic Entrepreneur. **International Small Business Journal**, v. 25, n. 4, p. 341–360, 2007.
- DODD, S. D.; KELES, J. **Expanding the networks of disadvantaged entrepreneurs**. Paris: OECD Publishing, 2015.
- DRUCKER, P. F. **Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles**. 1. ed. New York: HarperCollins Publishers Ltd., 1994.
- ETZEMÜLLER, T. Social engineering als Verhaltenslehre des kühlen Kopfes. In: ETZEMÜLLER, T. (Ed.). **Die Ordnung der Moderne Social Engineering im 20. Jahrhundert**. Bielefeld: transcript Verlag, 2009. p. 11–40.
- FELÍCIO, J. A.; MARTINS GONÇALVES, H.; DA CONCEIÇÃO GONÇALVES, V. Social value and organizational performance in non-profit social organizations: Social entrepreneurship, leadership, and socioeconomic context effects. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 10, p. 2139–2146, 2013.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- ITSBRASIL. **Caderno de Debate - Tecnologia Social no Brasil**. 26. ed. São Paulo: Instituto de Tecnologias Sociais, 2004.
- ITSBRASIL. **TECNOLOGIA SOCIAL: experiências exemplares I**. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2012.
- KIRZNER, I. M. **Competition and Entrepreneurship**. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- KNOBLAUCH, H. **Sozialtechnologie, Soziologie und Rhetorik**. Disponível em: <[http://www.as.tu-berlin.de/fileadmin/fg225/material\\_knoblauch/knoblauch\\_2006\\_Sozialtechnologie.pdf](http://www.as.tu-berlin.de/fileadmin/fg225/material_knoblauch/knoblauch_2006_Sozialtechnologie.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- LEIBETSEDER, B. A Critical Review on the concept of Social Technology. **Socialines Technologijos/ Social Technology**, v. 7564, n. 1, p. 7–24, 2011.
- MACKENZIE, D. A.; WAJCMAN, J. Introductory essay and general issues. In: MACKENZIE, D. A.; WAJCMAN, J. (Eds.). **The social shaping of technology**. 2. ed. Buckingham: Open University Press, 1999. p. 3–27.
- MAIR, J.; MARTÍ, I. Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight.

**Journal of World Business**, v. 41, n. 1, p. 36–44, 2006.

MCMULLEN, J. S.; SHEPHERD, D. A. Entrepreneurial Action and the Role of Uncertainty in the Theory of the Entrepreneur. **Academy of Management Review**, v. 31, n. 1, p. 132–152, 2006.

MEINEL, C.; LEIFER, L. Design Thinking Research. In: PLATTNER, H.; MEINEL, C.; LEIFER, L. (Eds.). . **Design Thinking Research: Measuring Performance in Context**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2012. p. 1–10.

OECD. **SMEs, entrepreneurship and innovation**. Paris: OECD Publishing, 2010.

PLATTNER, H.; MEINEL, C.; WEINBERG, U. **Design Thinking: Innovation lernen, Ideenwelten öffnen**. Munich: Mi, 2009.

ROBINSON, J. Navigating Social and Institutional Barriers to Markets: How Social Entrepreneurs Identify and Evaluate Opportunities. In: MAIR, J.; ROBINSON, J.; HOCKERTS, K. (Eds.). . **Social Entrepreneurship**. London: Palgrave Macmillan, 2006. p. 95–120.

SAGAWA, S.; SEGAL, E. Common Interest, Common Good: Creating Value Through Business and Social Sector Partnerships. **California Management Review**, v. 42, n. 2, p. 105–122, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **The Theory of Economic Development: An Inquiry into Profits, Capital, Credit, Interest, and the Business Cycle**. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

SPENCER, A. S.; KIRCHHOFF, B. A.; WHITE, C. Entrepreneurship, Innovation, and Wealth Distribution: The Essence of Creative Destruction. **International Small Business Journal**, v. 26, n. 1, p. 9–26, 2008.

WADDOCK, S. A. Building successful social partnerships. **Sloan Management Review**, v. 29, n. 4, p. 17–23, 1988.

WALOSZEK, G. **Introduction to Design Thinking**. Disponível em: <<https://experience.sap.com/skillup/introduction-to-design-thinking/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

## TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE OSTRAS DE CANANÉIA: TRADUÇÕES E RESILIÊNCIA

### **Ingrid Cabral Machado**

Médica Veterinária, Dra., Instituto de Pesca/SAA-SP. Integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista. Santos-SP

### **Newton José Rodrigues da Silva**

Zootecnista, Dr., Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/SAA-SP. Integrante da Secretaria Executiva do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista. Santos-SP

**RESUMO:** Analisa-se a Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra) com uma abordagem histórica, à luz da sociologia da tradução e do conceito de resiliência. A primeira fase, de 1969 a 1993, caracterizada pela utilização da metodologia difusionista. A segunda fase, 1994 a 2002, caracteriza-se intensa promoção da incubação, por ações fundamentadas no construtivismo. A terceira fase, de 2003 até 2016 abrange o período de autogestão, em que as decisões, o operacional e administração do empreendimento passaram ao encargo dos cooperados. Busca-se compreender os processos envolvidos na viabilização da proposta e os aspectos que afetaram a trajetória e os resultados do projeto da Cooperostra, a fim de contribuir para a construção das bases teóricas e metodologias na implantação de empreendimentos econômicos solidários.

### **PALAVRAS-CHAVE:**

Palavras-chave: sociologia da tradução, resiliência, economia solidária, ostreicultura, Cananéia

**ABSTRACT:** The Cananéia Oyster Producers Cooperative (Cooperostra) is analyzed with a historical approach, in light of the sociology of translation and the concept of resilience. The first phase, which took place from 1969 to 1993 characterized by the use of the diffusionist methodology. The second phase, from the year 1994 to 2002, is characterized by intense promotion of incubation, by actions based on constructivism. The third phase, which took place from 2003 to 2016, covers the period of self management in which the decisions, operation and administration of the enterprise were transferred to the cooperative. It seeks to understand the processes involved in the feasibility of the proposal and the aspects that affected the trajectory and results of the Cooperostra project, in order to contribute to the construction of the theoretical bases and methodologies in the implementation of supportive economic enterprises.

Keywords: sociology of translation, resilience, supportive economy, oyster farming, Cananéia.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os discursos de técnicos e governantes que sugerem a transformação de extratores de recursos naturais aquáticos em aquicultores são frequentes. Comumente utilizam de forma vaga o conceito de sustentabilidade para justificar intenções ou projetos que não se fundamentam em ensinamentos obtidos de experiências anteriores ou quaisquer referenciais teóricos que apontem os fatores determinantes dos resultados obtidos, sejam fracassos ou sucessos. A necessidade de conhecer as dinâmicas concernentes a essas iniciativas foi o motor para a realização do presente trabalho.

Dessa forma, analisa-se a trajetória das ações realizadas junto aos extratores de ostras de Cananéia, Estado de São Paulo – Brasil, entre os anos de 1969 a 2016, evidenciando os eventos mais importantes (Entende-se como evento uma ação governamental que promoveu algum impacto, a emergência de uma inovação técnica ou organizacional, o recebimento de um prêmio que proporcionou reconhecimento, a intervenção de um profissional que foi determinante para o curso da história). Ao longo do tempo, profissionais do poder público, sobretudo pesquisadores científicos, trabalharam para que fosse assegurada a sustentabilidade da produção da espécie *Crassostrea brasiliiana* e o aumento da renda dos extratores. Foram implantadas inovações técnicas e organizacionais que promovessem a adoção da ostreicultura pelos extratores, a reestruturação da cadeia produtiva da ostra e o ordenamento da sua captura, para que não desaparecesse.

A análise fundamentou-se em uma abordagem histórica utilizando como referencial teórico de análise a sociologia da tradução e o conceito de resiliência. Partiu-se da premissa que essa combinação possibilitaria ter uma visão mais ampla dos fatores determinantes pelo fracasso ou sucesso da atividade, assim como compreender as adaptações tecnológicas e organizacionais realizadas pelos extratores como forma de realizar inovações.

## 2 | METODOLOGIA

O procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados é a observação participante, que combina simultaneamente a análise documental, entrevistas a respondentes e informantes, participação e observação direta e introspecção (Lüdke e André, 2013). Utiliza-se a sociologia da tradução e o conceito de resiliência como referenciais teóricos de análise.

A sociologia da tradução (Callon, 1981, 1986, 1999; Amblard *et al.*, 2005; Latour, 2000; Bernoux, 2004) possibilita compreender como os atores colocaram-se em relação para a concretização do projeto. O coração da sociologia da tradução é constituído pela ideia de que uma inovação, seja técnica ou organizacional, não tem

força necessária para se impor quando inexistente uma rede sociotécnica que a viabilize. Assim, um projeto como a organização de aquicultores em associação ou cooperativa, por exemplo, aparentemente é bom. Porém, ele se tornará efetivamente bom se uma rede viabilizá-lo, pois não se imporá pelas suas qualidades próprias, conceituais. São os integrantes da rede atuando em cooperação, de forma alinhada, que farão com que a ideia se torne boa, que o projeto seja bom (Bernoux, 2004).

A resiliência (Holling, 1973; Berkes e Folke 1998; Gunderson, 2000; Gunderson e Holling, 2002) trabalha a persistência de relações em um sistema, sendo uma propriedade emergente que expressa a medida da capacidade dos sistemas em absorver pressões sobre as suas variáveis de estado, continuando a perdurar no tempo. A análise do projeto da Cooperostra sob esta perspectiva permite detectar quais os fatores determinaram o seu enfraquecimento ou o fortalecimento ao longo do tempo, definindo as modificações em sua trajetória, regidas por sua capacidade de adaptação e, em última análise, as suas perspectivas de sucesso ou fracasso.

Ambas abordagens demandam a perspectiva histórica dos acontecimentos, para que se façam análises adequadas.

### 3 | RESULTADOS E CONCLUSÕES

#### 3.1 Perspectiva histórica e análise pela Sociologia da Tradução

Cananéia é uma cidade insular costeira que se situa a sudoeste do estado de São Paulo, Brasil, a 265 km da capital. Apresenta temperatura média anual de 19,9°C e na vegetação do município predomina espécies da Mata Atlântica, havendo trechos de manguezais e restingas ao longo de sua faixa litorânea. A região pertence a um mosaico de áreas protegidas e tem sua relevância para a conservação ambiental reconhecida mundialmente, além de fortes componentes da cultura caiçara, quilombola e indígena, perfazendo um rico acervo cultural bem preservado. Pereira *et al.* (2000) afirmam que os manguezais integram o complexo estuarino de Iguape–Cananéia, que possui extensão de 110 km, onde ocorrem três espécies vegetais de mangue: *Rhizophora mangle*, *Laguncularia racemosa* e *Avicennia schaueriana*. As ostras *Crassostrea* spp ocupam a zona de entremarés dos manguezais, fixando-se nas raízes da *Rhizophora mangle* e em bancos submersos em locais de fundo consolidado. Sendo uma espécie estuarina eurialina, adapta-se aos rigores da variação de salinidade, bem como à exposição ao ar.

O extrativismo de ostras em Cananéia é realizado desde a década de 1940 como atividade de subsistência. Nas décadas de 1950 e 1960 passou a atender um mercado incipiente. Na década de 1970 consolidou-se como uma atividade econômica importante para o setor pesqueiro artesanal (Santos, 2008 *apud* Machado, 2009). A comercialização de ostras nesta fase se amplia e se consolida apoiada na ação

de agentes comerciais, atravessadores, que estabelecem com os extratores uma relação de patronato informal, ditando preços e condições das transações, sempre desvantajosas para os extratores. Inicia-se uma forte dependência por parte dos extratores destes agentes comerciais. A extração da ostra é realizada com a utilização de equipamentos simples, como foices, cestos e embarcações com ou sem motor. O diferencial para a prática da atividade são as exigências de habilidade para o deslocamento nos bosques de manguezal e o conhecimento dos ciclos da maré, visto que é necessário que se tenha maré seca para a extração ser feita nos bosques onde predomina a *R. mangle* (Machado, 2009).

### 3.1.1 Primeira fase – 1969 a 1993: pesquisa e difusão de tecnologia

Os primeiros estudos sobre a ostra de mangue *Crassostrea* spp nos manguezais de Cananéia começaram em 1969 e foram até 1973, sendo realizados pelo pesquisador japonês Takeshi Wakamatsu, vinculado à Universidade de São Paulo, em parceria com a Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Litoral Paulista (SUDELPA), órgão de fomento econômico pertencente ao governo do Estado de São Paulo. Em 1973 foi publicado pela SUDELPA o livro “A Ostra de Cananéia e seu Cultivo” escrito pelo pesquisador Takeshi Wakamatsu. Estes trabalhos, bem como as pesquisas sobre o cultivo subsequentes, se deram tanto em razão da percepção de que o recurso estaria ameaçado pela sobreexploração, por causa do aumento do extrativismo comercial, como pela perspectiva de aumento da produção em razão do cultivo, em uma lógica de desenvolvimento regional e abertura de oportunidades.

Posteriormente, pesquisadores do Instituto de Pesca deram continuidade aos trabalhos com maior aprofundamento quanto aos aspectos zootécnicos, tendo a assessoria de outro pesquisador japonês, Shizuo Akaboshi. Orlando Martins Pereira, pesquisador científico do Instituto de Pesca, em entrevista realizada em 12/02/2002, afirmou que foram realizadas pesquisas sobre o ciclo de maturação gonadal das ostras, fez-se o levantamento dos locais propícios para a captação de sementes utilizando-se dois materiais como substrato, seleção natural ou tratamento de castigo das sementes na entremarés e foram testados métodos de engorda. Assim, o objetivo principal era gerar conhecimentos para a utilização da *Crassostrea* spp na aquicultura pelos extratores locais. Em 1976 já havia sido definido um pacote tecnológico de criação de ostras denominado cultivo integral de *Crassostrea* spp. Entretanto, a origem da tecnologia é o Japão, tratando-se, assim, de adaptação. Para a geração das informações, utilizaram-se unidades experimentais em área sob a responsabilidade do Instituto de Pesca, que foram implantadas e monitoradas pelos próprios pesquisadores. O modelo de criação da espécie proposto tem três etapas, de acordo com Henriques *et al.* (2010): captação de sementes, seleção natural ou tratamento de castigo e engorda. Para que o ciclo seja concluído necessita-se de aproximadamente 24 meses. Segue breve descrição das fases de criação:

**Captação de sementes:** Inicialmente monitora-se os picos de produção de “sementes” (formas jovens) no ambiente estuarino, por meio do lançamento de coletores-teste na água. Posteriormente, utilizando-se lupa, verifica-se o resultado da captura, identificando-se o “pico” de assentamento de sementes. No pico, lançam-se os coletores comerciais, que devem permanecer de 2 a 3 meses imersos.

**Tratamento de castigo:** Essa fase é uma seleção natural induzida. Os coletores comerciais com as sementes são dispostos na zona de entremarés, onde permanecem por cerca de 3 meses com períodos de exposição ao ar, de acordo com o movimento das marés. Assim, somente entre 8 a 10% das ostras, as mais resistentes, sobreviverão. Quando atingem 2 cm são transferidas para os viveiros ou tabuleiros de engorda.

**Engorda:** As ostras são dispostas à densidade de 25 dúzias/m<sup>2</sup> em tabuleiros de 10 x 1 m feitos de bambus e telas de plástico. Essa fase requer de 18 a 24 meses. O ostreicultor deve diariamente manejar o viveiro de ostras, retirando as ostras mortas e predadores.

De acordo com o relato de Orlando Martins Pereira (entrevista realizada em 2002), a primeira ação de transferência da tecnologia descrita ocorreu em 1976. No referido ano, os pesquisadores captaram recursos com a SUDELPA para o financiamento de um curso de 45 dias para 12 extratores, com bolsa, alojamento e alimentação. O objetivo era transferir a tecnologia de cultivo integral e os recursos referentes à bolsa compensariam o período que os extratores não trabalhariam para participar do curso. Além dos aspectos técnicos, o programa do curso contemplou temas que foram apresentados por antropólogos, como educação dos filhos, saneamento básico, engajamento das mulheres na ostreicultura e comercialização. Foram apresentados documentários sobre outras realidades, mas com problemática similar. Houve, ainda, o financiamento gratuito da implantação de oito módulos de ostreicultura, considerando os extratores mais interessados. Porém, nenhum dos extratores adotou a ostreicultura. As unidades foram paulatinamente abandonadas, não passando de 8 meses de atividade. Pereira (2002)<sup>5</sup> afirma ainda que a participação dos profissionais das ciências se limitou à realização do curso, mas avalia que mesmo que tivessem um trabalho contínuo em Cananéia, a ostreicultura não se desenvolveria, pois havia um equívoco na metodologia, que se propunha a transformar extratores em aquicultores sem que fosse feito um estudo sobre os fatores limitantes da adaptação dos extratores a uma nova atividade. O fato de a tecnologia desenvolvida ser aplicada no próprio meio onde as ostras ocorrem naturalmente, não era suficiente para que ocorresse essa adoção.

A adoção do cultivo integral foi feita por uma empresa de propriedade de um francês que se instalou em Cananéia na metade da década de 1970, a Jacostrá. Houve apoio técnico dos pesquisadores do Instituto de Pesca, que transferiram a tecnologia gerada. Porém, paulatinamente houve o abandono do modelo de cultivo integral e a Jacostrá passou a adquirir ostras dos extratores, posteriormente eram depuradas e comercializadas. As ostras poderiam, também, ser colocadas em

engorda para crescimento e, depois, depuradas e comercializadas. Segundo Orlando Martins Pereira (entrevista realizada em 2002), a justificativa dada pelo empresário para o abandono do cultivo integral foi que o custo de produção era superior ao da extração. Os extratores vendiam a ostra para atravessadores a preços irrisórios que era comercializada. Assim, a Jacostra não poderia se dedicar ao cultivo, a não ser que houvesse preço diferenciado para as ostras cultivadas.

Essa foi a primeira ação do poder público em tentar fazer com que extratores de ostras adotassem a ostreicultura. Trata-se de uma ação vertical descendente que segue o receituário clássico do difusionismo, modelo utilizado na década de 1970 na América Latina para promover desenvolvimento da agricultura e da pesca. No presente caso, os próprios pesquisadores fizeram a difusão das informações com uma parceria estabelecida com os dirigentes da SUDELPA, órgão de fomento das atividades econômicas no litoral do estado de São Paulo. Essa ação não obteve os resultados esperados, visto que nenhum extrator adotou a ostreicultura e houve a continuidade da prática do extrativismo.

Pode-se afirmar que o curso e o financiamento de unidades de criação não foram atividades pertinentes, visto que não foi considerada a lógica dos extrativistas, que se comportam com o imediatismo típico dos caçadores: extrair – comercializar. A mudança proposta para os extrativistas era um brusco salto no tempo, considerando a evolução das atividades de caça e coleta no meio natural para agricultura, que significa o cultivar, cuidar. O projeto proposto pelos pesquisadores aparentemente era bom, pois caso a ostreicultura fosse adotada por todos os extratores, se poderia garantir a sustentabilidade da atividade sem preocupação com a manutenção dos estoques naturais. Porém, um projeto pode ser considerado bom somente quando tem capacidade de construir alianças entre diferentes atores para a sua viabilização.

Entre os anos de 1986 e 1987, uma década após a primeira experiência de difusão do pacote tecnológico de cultivo integral da ostra *Crassostrea* spp, a SUDELPA deslocou dois extensionistas para Cananéia com o objetivo de desenvolver a ostreicultura com a mesma metodologia da experiência anterior. Foi utilizada como referência a unidade de criação do Instituto de Pesca como unidade demonstrativa com a participação de pesquisadores. Líderes de comunidades foram contatados, visitas técnicas a extratores foram realizadas. Entretanto, ainda insistia-se na adoção do cultivo integral. Os resultados foram os mesmos da experiência realizada em 1975, com o agravante dos extensionistas não terem se adaptado à região. Efetivamente, o projeto não tinha capacidade de conquistar a adesão dos extratores. Entre 1987, ano em que os extensionistas da SUDELPA partiram de Cananéia e 1993, os experimentos com ostreicultura continuaram a ser feitos na unidade demonstrativa do Instituto de Pesca para o aperfeiçoamento dos métodos de cultivo.

Tratava-se de uma proposta de transferência de tecnologia de criação de ostras sem que houvesse problematização considerando diferentes aspectos que envolviam a sua extração, como relações de comercialização, renda gerada pela atividade e

organização dos extratores, por exemplo. Apesar do esforço dos pesquisadores e extensionistas, a metodologia utilizada não possibilitou a construção de uma rede sociotécnica, condição essencial para o sucesso do projeto.

### *3.1.2 Segunda fase – 1994 a 2002: pesquisa participativa, construção de rede e conquista do mercado*

Em 1994 foi estabelecida uma parceria entre a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Universidade de São Paulo e governo federal com o objetivo de diagnosticar potencialidades de implantação de Reservas Extrativistas em regiões da Mata Atlântica. Esse tipo de unidade de conservação possibilita o manejo de recursos naturais por comunidades tradicionais. Assim, foi indicada uma área de 1.200ha contígua ao bairro Mandira utilizada de forma comunitária por seus habitantes quilombolas. Trata-se de descendentes de pessoas que foram escravizadas que vivem por gerações da agricultura de pequena escala, pesca artesanal, extrativismo, artesanato, criação de animais de pequeno porte e fabricação de farinha de mandioca (Chamy e Maldonado, 2003).

Também em 1994 transferiram-se para Cananéia uma pesquisadora do Instituto de Pesca e um oceanógrafo da Fundação Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que tinha perfil profissional de extensionista. A opção de ambos em trabalhar com os extratores de ostras se deu pelo fato dos estudos sobre potencialidades econômicas realizados pela Secretaria do Meio Ambiente terem apontado a extração de ostras como uma atividade econômica importante para a comunidade local e por já haver um histórico de intervenções nas áreas de pesquisa e extensão (Marcos Bühner Campolim, Oceanógrafo da Fundação Florestal. Comunicação pessoal realizada em 2013).

#### **a) Análise do Contexto**

Pesquisadora e extensionista realizaram a análise do contexto para compreender os diferentes aspectos da extração de ostras e a posição dos diferentes atores envolvidos direta ou indiretamente na atividade. Os extratores trabalhavam duro e vendiam as ostras por preços baixos determinados por atravessadores. Chamy e Maldonado (2003) afirmam que a comercialização era quase que inteiramente clandestina, pois não atendia às exigências sanitárias e fiscais previstas em lei e que havia sobreexploração dos bancos naturais, como forma das famílias de extratores obterem uma renda mínima que lhes garantisse a sobrevivência. Os pesquisadores do Instituto de Pesca que atuaram no período anterior – 1969 a 1993 - tinham conhecimento da realidade dos extratores, da biologia da *C. brasiliiana* e da tecnologia de criação de ostras. Porém, não tinham a metodologia de extensão que valorizasse a participação ou uma abordagem que contemplasse diferentes aspectos da cadeia produtiva, propostas que eram trazidas pelos dois profissionais. Havia ainda a possibilidade de órgãos

governamentais financiarem projetos de apoio socioeconômico para os extratores e se ter contribuição técnica de profissionais de ONGs. Os profissionais, pesquisadora e extensionista, realizaram um estudo e cadastraram 123 extratores de ostras que exploram comercialmente 20 localidades de Cananéia (Campolim e Machado, 1997).

### b) Problematização

Os pesquisadores assumiram o papel de tradutores em um processo que poderia aumentar a renda dos extratores e promover ganhos ambientais com a exploração da ostra de forma racional, seja por meio do ordenamento da extração ou pela prática da aquicultura. A problematização foi realizada com a identificação dos interesses dos atores envolvidos direta ou indiretamente no problema, por meio de observação da extração e comercialização, aplicação de questionários para os extratores e realização de reuniões com os diferentes atores sociais, que tinham os seguintes interesses:

- **Extratores:** Ter melhor remuneração pelo produto, aumentar renda.
- **Outros pesquisadores:** Aumentar conhecimento e realizar publicações.
- **Agências de financiamento:** Financiar projetos que objetivassem a sustentabilidade de atividades econômicas realizadas por pequenos produtores, pescadores artesanais e comunidades tradicionais.
- **ONGs:** Apoiar projetos que objetivassem a sustentabilidade de atividades econômicas realizadas por pequenos produtores, pescadores artesanais e comunidades tradicionais.
- **Ostra:** Não sofrer sobre-exploração.
- **Atravessadores:** Continuar a explorar os extratores

Após a análise do contexto e a identificação dos atores e seus interesses, cabia aos profissionais que atuavam como tradutores buscar uma questão comum que colocasse os atores em relação para trabalharem juntos. A questão proposta foi:

**“Como realizar a exploração da ostra *Crassostrea spp* em Cananéia garantindo-se a sustentabilidade do recurso e o aumento da renda dos extratores?”**

### c) Ponto de Passagem Obrigatório

Essa questão, de caráter geral, abarcava diferentes aspectos da exploração e comercialização, tratando-se do Ponto de Passagem Obrigatório (PPO) no processo de construção da rede sociotécnica (Callon, 1986; Amblard *et al.*, 2005). A referida questão seria respondida com a execução de um projeto elaborado de forma participativa por Campolim e Machado (1997), que dependia do engajamento de órgãos governamentais e ONGs em uma rede onde cada um dos atores, individuais ou coletivos, teriam papel definido a desempenhar. Para os tradutores um conjunto de estudos e ações deveria ser realizado:

- Definição das técnicas produtivas que os extratores adotariam considerando que o modelo de cultivo integral não havia sido aceito.

- Definição do formato de organização comunitária com o objetivo principal de superar a ação dos atravessadores com a comercialização coletiva da produção.
- Realização de estudo de mercado para orientar a comercialização coletiva.
- Realização de estudos para que se pudesse debater regras/formas de manejo dos bancos naturais de ostras.
- Delineamento do perfil higiênico-sanitário das áreas produtivas e implantação de uma estação depuradora, com vistas à certificação sanitária da produção.
- Legalização dos extratores junto aos órgãos competentes.
- Proposição de adoção de licença especial de captura, exclusiva para extratores tradicionais de ostras, como forma de proteção ao recurso e às comunidades dele dependentes.

Estava em curso um processo de construção de alianças para se responder a uma questão ampla, integrada por diferentes subquestões que, para serem respondidas, necessitavam que a rede fosse construída. A presente proposta se distinguia das experiências anteriores pelo fato de não tratar apenas a transformação do extrativista em aquicultor, não se reduzia à introdução do cultivo de ostras, pois essa ação isolada não atendia às necessidades de organização da cadeia produtiva.

Observa-se assim, uma controvérsia estabelecida: um pesquisador que participou dos trabalhos na primeira fase considera que os resultados não foram positivos naquele período pelo fato de a tecnologia, ou seja, o modelo de cultivo integral, não ser apropriado para os extratores pelo fato de serem caçadores. A pesquisadora que atuou na segunda fase afirma que os resultados não foram positivos na primeira fase devido à abordagem se limitar à transferência de tecnologia, negligenciando os fatos de que os extratores necessitavam de regularização fiscal, que comercializavam para atravessadores em relações marcadamente desiguais, descritas posteriormente por Machado *et al.* (2013), que a situação sanitária era desconhecida, que o produto não tinha preço remunerador por não ser regularizado junto ao Sistema de Inspeção Federal e porque não havia para quem vender a não ser para os atravessadores que determinavam preços, pois o mercado consumidor estava distante. Percebe-se, na sua visão, que não basta ensinar técnicas de cultivo para o extrativista, pois haverá uma produção maior após a espera de meses para a ostra crescer, para, só então, vendê-la pelo mesmo preço daquela extraída do meio natural. Trabalhar somente com aspectos de produção, seja extrativismo ou cultivo, não resolve o problema da cadeia produtiva. O problema deve ser abordado de forma multidisciplinar. A proposta de construção da sustentabilidade da extração de ostra em Cananéia une os dois pesquisadores, que passam a colaborar mutuamente e se observam resultados concretos na etapa seguinte, de construção do Ponto de Passagem Obrigatório (PPO). A emergência das inovações é precedida por uma controvérsia de baixa intensidade representada pelas posições dos dois profissionais que trabalharão em parceria e cada um continuará a

dar a sua contribuição profissional de acordo com as suas competências, seja com o aperfeiçoamento tecnológico, nos estudos de avaliação dos estoques da *Crassostrea* spp no ambiente natural ou na operação de tradução.

O projeto mínimo estava criado. Agora, os tradutores tinham que operar para que os demais atores fizessem deslocamentos para o PPO e terem uma colaboração ativa. A Figura 1 representa o ponto de passagem obrigatório, retratando o deslocamento dos atores e do *actant Crassostrea* spp em direção ao PPO. Individualmente nenhum deles conseguiria superar o seu problema que impede o alcance do objetivo que possui. Cada um poderá alcançar o seu objetivo particular caso passe pelo PPO. A colaboração coletiva possibilitará que todos alcancem os seus objetivos.

Os atores deslocados para o PPO são heterogêneos: extratores, pesquisadores de diferentes áreas e representantes de agências de financiamento. Assim, os seus interesses também são heterogêneos. Para que cada grupo atinja o seu objetivo, deverá fazer um deslocamento para o PPO, ou seja, colaborar para a construção da sustentabilidade das atividades de extração e ostreicultura em Cananéia. Quando um grupo atinge o seu objetivo, possibilita que os outros grupos também atinjam os seus objetivos, havendo assim, colaboração. Assim, os tradutores junto com os porta-vozes de cada grupo propuseram uma metodologia de pesquisa-ação em que os extratores teriam participação ativa e desenvolveriam atividades de organização. Nessa etapa não há a participação de todos os integrantes de cada grupo. A representação é feita pelos seus porta-vozes. Os representantes das agências de financiamento também foram mobilizados, pois não é possível haver inovação, mudança, sem recursos para a realização de pesquisa, atividades de formação e investimento.

Nessa fase definiu-se de forma participativa, mediante a realização de um experimento de engorda com a implantação de um viveiro em uma das comunidades, que os extratores adotariam parte do modelo de cultivo integral. A atividade de extração continuaria a ser realizada, mas ostras com tamanho mínimo de 5 cm seriam terminadas nos tabuleiros, quando atingiriam cerca de 7 cm em 3 meses. Assim, foram eliminadas as fases de coleta de sementes e castigo ou seleção natural.

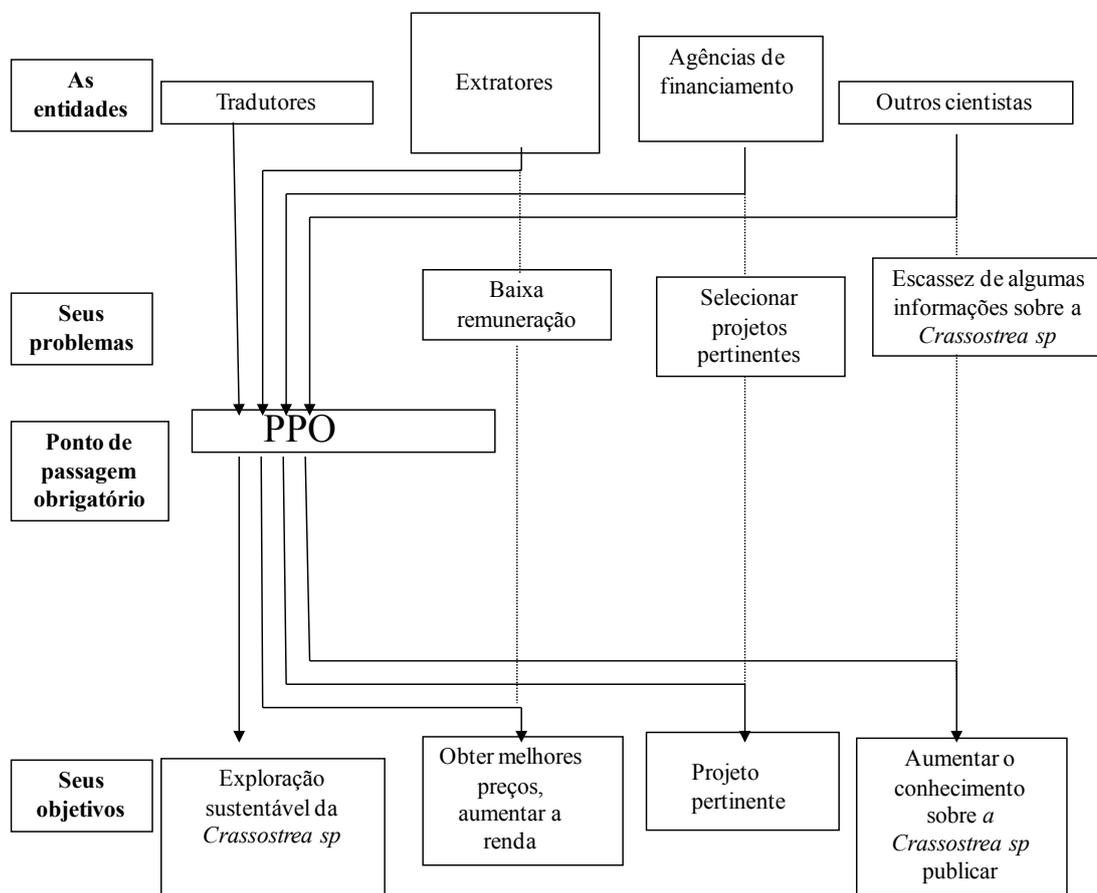


Figura 1 – Ponto de Passagem Obrigatório da rede sociotécnica no projeto da Cooperostra

A adoção somente da engorda permite que ostras sejam extraídas antes do período de defeso (período de proibição anual de extração das ostras, foi estabelecido pelo governo federal entre 18 de dezembro e 18 de fevereiro. Além disso, não é permitida a extração de ostras com tamanho abaixo de 5 cm ou maiores que 10 cm), estocadas e comercializadas quando não podem ser extraídas, período que coincide com o verão, quando ocorre grande demanda. Assim, os extratores se tornam também ostreicultores (Aquicultura se refere à criação de organismos que vivem parte ou a totalidade de suas vidas no meio aquático - peixes, moluscos, anfíbio, répteis, crustáceos e algas. Para um produto ser considerado de origem da aquicultura é necessário que durante o seu processo de criação ou cultivo haja algum tipo de intervenção humana com o objetivo o aumento da produção, por exemplo, a adubação, consorciação, alimentação artificial, controle populacional, proteção contra predadores, aeração artificial etc.). Henriques *et al.* (2001) afirmam que apesar da engorda ser apenas uma etapa do cultivo integral, ela não representa a extração pura e simples de ostras de menor tamanho. Essa afirmação fundamenta-se em Galvão *et al.* (2000), que encontraram em Cananéia a *C. brasiliensis* com 2 cm em fase de desova. Assim, a implantação da engorda pode contribuir com o repovoamento dos estoques naturais.

A atuação do tradutor – o extensionista da Fundação Florestal - foi de fundamental importância no processo que resultou na decisão dos extratores em adotar somente parte da tecnologia até então proposta, pois pesquisadores e representantes de agências de financiamento passaram a atuar de acordo com a nova perspectiva.

Ressalte-se que não houve rompimento com a proposta de cultivo integral, mas adaptação à realidade dos extratores, pois esperar acima de 24 meses para a ostra atingir o tamanho comercial era um período excessivo.

Além disso, inicia-se o processo de formação de uma cooperativa de extratores para comercializar ostras e são realizados monitoramento e pesquisa sobre a qualidade da água dos locais produtivos, avaliação de estoques naturais de ostras e densidades na engorda. O núcleo da rede sociotécnica já apresenta resultados.

#### **d) Atuação dos Porta-Vozes**

Para os sociólogos da tradução a rede é produto de uma negociação permanente. Inicialmente a representação de cada entidade ou grupo social é feita por porta-vozes para que seja possível se criar o acordo, pois se tem mais facilidade para o estabelecimento do diálogo e da coordenação das atividades. É condição indispensável que os porta-vozes tenham representatividade junto ao público. No presente caso, os representantes dos extratores são as lideranças. Os pesquisadores que participam ativamente das negociações são do Instituto de Pesca, que já atuavam em Cananéia no período anterior – 1969 a 1993. As agências de financiamento que participam dos debates são principalmente do governo federal, com apoio a projetos que contemplam a produção e promovem ganhos ambientais. Havia ainda, profissionais da Fundação Florestal e do NUPAUB/USP que apoiavam o desenvolvimento da atividade.

#### **e) Investimentos de forma**

Após ser feita a contextualização (quais são os atores envolvidos no problema e quais são os seus interesses?), os atores foram colocados em cooperação por uma questão comum (Como realizar a exploração da ostra *Crassostrea* spp em Cananéia garantindo-se a sustentabilidade do recurso e o aumento da renda dos extratores?), formando-se o embrião de uma rede sociotécnica que já apresentava resultados. O primeiro deles foi a definição de um modelo que combinava extração e ostreicultura. Concomitantemente, outras ações foram realizadas, como: a avaliação dos estoques de ostras pelos pesquisadores com a participação dos extratores e o início do processo de construção de uma cooperativa, o que exigia definição de estatuto, regras de comercialização, tarefas que cada um exerceria. Assim, havia mais de uma cena de tradução que representavam a solidificação da rede, os investimentos de forma.

#### **f) Intermediários**

Os diferentes atores que compõem a rede já trabalham em cooperação e possuem como referências o modelo que alia extração e ostreicultura, os conhecimentos sobre estoques naturais de ostras, sobre a depuração e informações sobre o funcionamento da cooperativa. Os intermediários são os saberes comuns que circulam na rede por informativos, reuniões e comunicações pessoais e a solidifica, devido à ligação que cria entre os seus integrantes. Entretanto, esses saberes ainda não foram apreendidos

por um número expressivo de atores, visto que a rede ainda não se expandiu.

### **g) Mobilização**

Nesse estágio os tradutores problematizaram o contexto, um PPO foi construído, houve investimentos de forma para que um sistema de ação complexo fosse simplificado, porta-vozes identificados e ligados entre eles pelos intermediários e resultados começaram a ser alcançados. A mobilização já está em curso, cada grupo de atores está mobilizado, exercendo um papel, participando efetivamente do processo. A rede se enraíza, cria as bases para a sua consolidação rumo a um processo irreversível de transformação da realidade. A mobilização está relacionada com a manutenção dos atores que integram o núcleo da rede sociotécnica criada no PPO em atuação constante, assim como aponta para a sua ampliação com a mobilização de outros atores. No presente caso a mobilização já se iniciou no processo de construção do PPO.

Como exemplo de mobilização há o engajamento de pesquisadores, participação dos extratores na definição do modelo que combina extração e criação, nos estudos de avaliação de estoques das ostras, no sistema de depuração de baixo custo e nas iniciativas concernentes à cooperativa. Observa-se que a metodologia empregada está associada a um processo que aliava pesquisa-desenvolvimento e assessoramento aos extratores. O papel de extensionistas era exercido pelos tradutores. Assim, um sistema local de inovação (SLI), de acordo com o modelo elaborado por Bureth e Llerena (1992), emergia como resultado de quatro polos de competência em relação: **pesquisa, formação, financiamento e produção**. Este último articulado ao mercado. Os representantes de cada um dos referidos polos foram colocados em relação pela ação dos tradutores.

### **h) Expansão e consolidação da rede**

A Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra) é formalizada em 1998, com 40 extratores de 10 bairros, há a implantação de uma unidade para depuração registrada no Sistema de Inspeção Federal, é adquirido um veículo para realização de comercialização, outros pesquisadores realizam estudos de mercado da ostra para orientar as atividades comerciais da cooperativa, são realizados cursos sobre aspectos do cooperativismo e de gestão de cooperativas. A rede se expande e integra pesquisadores, extensionista, representantes de agências de financiamento governamentais e ONGs, consumidores, agentes de governos federal, estadual e municipal que apoiavam o projeto. Inicialmente os cooperados seriam da comunidade tradicional do bairro Mandira. Porém, para que houvesse escala de comercialização, extratores dos outros bairros também foram motivados a integrar a Cooperostra. Os pilares da sustentabilidade eram formados pelos resultados do monitoramento da qualidade da água, pela estrutura da depuradora, conferindo certificação sanitária; pelas pesquisas referentes aos estoques de ostras nos mangues; aos estudos de

mercado; a paulatina conquista de consumidores nas regiões metropolitanas: Grande São Paulo, Baixada Santista e mesmo de outro estado, como o Rio de Janeiro; do aumento da renda dos produtores. Porém, sustentabilidade não é um fenômeno estável, depende da superação dos constantes desafios de diferentes naturezas que emergem e devem ser superados. A vigilância é de fundamental importância para que a rede tenha consolidação e os objetivos sejam alcançados.

### **i) Vigilância**

A comercialização da ostra não é uma tarefa simples, visto que deve ser comercializada viva, já depurada e distribuída em diferentes locais que normalmente adquirem pequenas quantidades, caracterizando um mercado pulverizado. Excetuando os atravessadores que atuavam em Cananéia, não havia outro comprador que pudesse adquirir quantidades expressivas. A cooperativa foi fundada para aumentar a renda dos extratores com a minimização da ação dos atravessadores e funcionava com a gestão realizada pela direção da cooperativa, integrada por extratores. Entretanto, havia dificuldades para os extratores se tornarem bons gestores de uma empresa cooperativa em pouco tempo, visto que o empreendimento necessitava de competências profissionais que não desenvolveram. Concluiu-se que era necessário profissionalizar a administração e a comercialização para superar os desafios impostos pela ordem de grandeza mercantil, segundo definição de Boltanski e Thévenot (1991).

A fragilidade administrativa do empreendimento abriu a oportunidade para que um profissional com formação em administração de empresas, inicialmente contratado para ministrar um treinamento em informática para os jovens filhos de cooperados, articulasse internamente a sua contratação como gerente da Cooperostra. Por sua influência, representantes comerciais vincularam-se à cooperativa. Os aspectos comerciais foram priorizados por esse gestor. Um escritório para tratar das vendas e pagamentos aos extratores foi alugado no centro da cidade. Evidenciava-se o distanciamento entre a tradição dos extratores representada pela ordem de grandeza doméstica (Boltanski e Thévenot, 1991) e a gestão comercial do gestor, quadro agravado com a falta de transparência das ações e pela suspeita de desvios que foram confirmados no ano de 2000, com a abertura de um processo judicial. A experiência de acessar o mercado com um profissional que não tinha origem na comunidade, que não utilizava comunicação adequada com os cooperados e agia sem lisura, provocou dívidas e desestruturação da organização. Além disso, um representante comercial aliado a um cooperado se apropriaram de parte do mercado da cooperativa e passaram a comercializar ostras compradas dos extratores não cooperados. A traição e a quebra da confiança trouxeram perda de consumidores e o aprofundamento da desestruturação da cooperativa. Observa-se que a vigilância da rede era baixa.

### **j) Transparência**

A transparência deve ser constante em todo o processo de construção da

rede para que não gere dúvidas entre aqueles que estão implicados no projeto. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede. Assim, após sete anos de trabalhos realizados por diferentes atores e operações de traduções, dever-se-ia reorganizar a Cooperostra com transparência nas ações e resgatar a confiança e a credibilidade do projeto, sob pena de se perder todos os avanços obtidos.

### *Ganhos no período*

De acordo com a revisão bibliográfica de Kefalas (2016), os mandiranos foram historicamente discriminados por serem negros, pobres e camponeses; assim, a identidade do grupo basear-se-ia no reconhecimento étnico e na rejeição/aceitação social.

No mesmo ano em que emerge a quebra da confiança na Cooperostra (2000), em razão de elementos externos e internos, a Comunidade Mandira ingressa no EAACONE – Equipe de Apoio e Articulação das Comunidades Negras do Vale do Ribeira, uma entidade que fortalece a sua identidade quilombola e amplia as suas perspectivas de ação coletiva. Essa afiliação, juntamente com outras frentes de trabalho associadas à identidade quilombola, vem a ser determinante da trajetória da comunidade Mandira, afetando indiretamente o desempenho da Cooperostra.

O ano de 2002 é o ano da decretação da Reserva Extrativista do Mandira e da titulação do Mandira como comunidade quilombola, marcando-o ainda mais com uma identidade comunitária diferenciada das demais comunidades pertencentes à Cooperostra.

Ainda em 2002, a Cooperostra é indicada para o Prêmio Iniciativa Equatorial na Conferência Rio + 10, recebendo um prêmio financeiro e um reconhecimento internacional como projeto sustentável (Machado, 2009). O Presidente da Cooperostra, o mandirano Chico Coutinho, vai à África do Sul para participar do evento, ato que carrega a carga simbólica do retorno à ancestralidade negra e a elevação da autoestima pelo reconhecimento do trabalho da comunidade.

### *3.1.3 Terceira fase –2003 até 2017: autogestão e protagonismo do Mandira*

Os eventos ocorridos com a Cooperostra no período anterior, que culminaram com o descrédito no acerto e na viabilidade de confiança em uma gestão externa, levaram à valorização dos aspectos locais, ao desenvolvimento da possibilidade de autogestão e um de novo sentido de apropriação da cooperativa por parte de seus cooperados. Alguns cooperados, antes acomodados em uma posição de meros usuários da cooperativa, passam a assumir funções estratégicas na administração e na comercialização. O número de extratores cooperados é reduzido, sendo que a maioria remanescente integra a comunidade Mandira. As proximidades cultural e geográfica

entre extratores cooperados são fatores facilitadores na recuperação de transparência nas relações e gestão do empreendimento. Assim, a autogestão é desenvolvida. Entretanto, a assunção dos processos de decisão e resolução dos problemas ainda é restrita a um grupo, não se disseminando entre todos os cooperados, como seria o desejável. As falhas na cooperação e reciprocidade são evidentes e o episódio da traição parece insuficiente para demover muitos cooperados da postura de “cliente” desinteressado para a de sujeito nos processos da cooperativa.

O principal aporte financeiro para o projeto de estruturação do projeto da Cooperostra veio de uma linha de financiamento do Ministério do Meio Ambiente – o PD/A (Projetos Demonstrativos Tipo A) sendo auferidos recursos em dois projetos distintos, um anterior e outro posterior ao episódio da traição. Em ambos os projetos a Associação da Reserva Extrativista do Bairro Mandira – REMA foi a entidade beneficiária. Entretanto, no primeiro projeto PD/A, conveniado em 1996, o protagonismo foi deslocado da REMA para a Cooperostra, com a anuência do financiador, em razão do entendimento de que a consolidação do projeto de sustentabilidade no manejo dos bancos de ostras se daria necessariamente por meio da cooperativa.

Com a crise ocasionada pela traição, a oportunidade de um novo aporte de recursos para reconstrução do trabalho foi prontamente aproveitada e o segundo projeto (PD/A2) foi submetido e aprovado para financiamento (2003); entretanto, neste momento, o protagonismo volta a ser da REMA. Esse fato, aliado a uma maior coesão desta comunidade, reforça os motivos pelos quais as rédeas da Cooperostra passam cada vez mais ao encargo dos cooperados do Mandira, levando ao descontentamento crescente por parte dos cooperados de outras comunidades.

Ao longo dos anos subsequentes, novas transformações ocorrem na comunidade Mandira, que reafirma o seu fortalecimento, como a diversificação de atividades produtivas, sustentada pela questão quilombola e também por meio dos subprojetos do PD/A2: produção de palmito, agricultura, costura, artesanato (Kefalas, 2016).

Entre 2009 e 2010 o Mandira passa a integrar o inventário e circuito quilombola do Vale do Ribeira, feito pela ONG Instituto Socioambiental, sendo oferecidos à comunidade cursos de turismo de base comunitária e treinamento de monitores ambientais. No contexto dessas atividades turísticas, o manejo de ostras ainda é o principal produto, entretanto é notório, a partir deste período, que o principal atrativo desta comunidade passa a ser ela própria, com sua bagagem histórica e cultural, a altivez progressivamente reconquistada, além da expertise na produção de ostras.

Entretanto, a despeito do avanço da estruturação da comunidade Mandira e, quiçá, também afetada por ele, a gestão da Cooperostra não é feita de modo adequado. Há falta de planejamento, centralização das decisões, negligência com as obrigações fiscais, falta de registros e fluxo de caixa e descompromisso com os trâmites formais (Lobo, Sales e Diegues, 2013). Conflitos se acirram, em razão da prevalência dos interesses dos cooperados do Mandira, motivando a evasão dos cooperados remanescentes de outras comunidades. No ambiente da Cooperostra,

patentemente, falham a cooperação, a reciprocidade e a alteridade. Entre 2013 até 2016, a má gestão do negócio leva à redução das suas atividades e à perda do registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), que é o selo do Ministério da Agricultura necessário para a produção legalizada de produtos de origem animal, conseguido mediante muito esforço. A comercialização de ostras retorna à condição clandestina anterior à implantação do projeto. Entretanto, nem todos os cooperados retornam à relação com o atravessador, havendo vários casos de venda feita pelo próprio extrator, sozinho ou em duplas, a maioria ocupando a parcela de mercado da Cooperostra cujos clientes não exigem o SIP.

O Plano de Manejo da REMA é elaborado em 2010, apesar da atuação quase nula do representante do órgão Gestor (IBAMA) na condução do processo. As dinâmicas de construção do documento e as providências relativas à melhora manejo da ostra de mangue na área da Reserva Extrativista do Mandira são conduzidas pela própria comunidade (Cardoso, 2008; Machado *et al.*, 2011), apoiada por técnicos ligados ao projeto PD/A-2. No ano de 2015 ocorre a regularização da área quilombola do Mandira pelo INCRA, assegurando a posse da terra à comunidade. Esses novos passos reafirmam a trajetória dessa comunidade, que vai se tornando sempre mais autônoma em relação à estrutura da Cooperostra.

No ano de 2016 a Cooperostra encerra as suas operações, permanecendo um passivo material representado pela infraestrutura restante (estação depuradora e seus equipamento, veículos e mobiliário) e pelas dívidas e processos pelos quais os sócios fundadores respondem e são penalizados.

O fim da Cooperostra é resultado da incapacidade de reação da rede sociotécnica da cooperostra diante da ação de um gestor contratado com promessas de melhoria, principalmente, das relações comerciais, que se locupletou no cargo, a traição de um dos cooperados em parceria com atravessador.

Enfim, outras traduções são realizadas, principalmente fundamentadas na proximidade cultural, para a emergência do turismo de base comunitária. A ostra continua a ter uma expressão significativa no território, a sua produção é integrada ao processo de fortalecimento da tradição, o que contribui para viabilização das outras atividades.

### **3.2 Análise a partir do conceito de resiliência**

Resiliência é um conceito de cerca de 40 anos, aplicável em muitas áreas do conhecimento e em diversas escalas (indivíduo, comunidade, global), que tem sido particularmente utilizada aos sistemas socioecológicos. Estes são sistemas ecológicos influenciados pelas atividades humanas em que se registra forte dependência dos sistemas sociais em relação aos recursos naturais e aos serviços ecossistêmicos (Berkes e Folke 1998; Berkes *et al.*, 2003; Liu *et al.* 2007). Assim, podemos afirmar que as atividades da pesca e aquicultura de pequena escala constituem sistemas

socioecológicos por excelência, em razão da profunda dependência que o modo de vida dos pescadores, incluindo seus valores, relações, conhecimento e visão de mundo têm dos recursos e ciclos naturais.

A resiliência dos sistemas socioecológicos é a propriedade de tamponamento que permite que o sistema absorva perturbações e reorganize-se, retendo sua estrutura fundamental e mantendo-se em funcionamento (Resilience Alliance, 2010; [www.resalliance.org](http://www.resalliance.org)). Assim, tal propriedade expressa a capacidade de adaptação do sistema, frente às pressões sociais ou naturais. As perturbações impostas ao sistema socioecológico podem, no entanto, levar a diferentes domínios de atração, quando há a transposição dos limiares da resiliência do sistema (Gunderson e Holling, 2002).

A metáfora do Ciclo de Renovação Adaptativa (Holling, 2001; Gunderson e Holling, 2002; Berkes, Colding e Folke, 2003) auxilia na compreensão da dinâmica do sistema socioecológico e da função da resiliência na manutenção das relações estabelecidas, sendo esta influenciada por eventos e fatores que podem fortalecê-la ou enfraquecê-la, determinando a trajetória do sistema. O Ciclo de Renovação Adaptativa traduz-se nas fases lentas de Exploração, quando se estabelecem os relacionamentos primários, naturais e sociais ( $r$ ) e Consolidação Organizacional, onde o sistema acumula recursos, conhecimento e relações ( $K$ ) e nas fases rápidas de Liberação ou Release, onde a crise desencadeia perdas ( $\Omega$ ) e Reorganização, onde ocorrem as oportunidades de inovação para superação das perdas ( $\alpha$ ). A resiliência do sistema socioecológico trabalha no sentido de mantê-lo entre as fases de Exploração e Consolidação Organizacional, evitando os limiares críticos que o lancem na fase de Liberação. Caso esses limiares críticos sejam ultrapassados, a resiliência é incapaz de manter a dinâmica e estrutura original e o sistema se reacomoda em um novo domínio de atração (Walker e Meyers, 2004), em geral, com perdas significativas de sua funcionalidade. A Figura 2 sumariza as fases do Ciclo de Renovação Adaptativa do sistema socioecológico da Cooperostra, estudadas a partir da perspectiva histórica da proposta.

A partir da análise da trajetória da Cooperostra como um sistema socioecológico, podemos identificar dois ciclos de renovação adaptativa, iniciando com a fase de Exploração nas primeiras décadas de utilização do recurso ostra de mangue pelas comunidades locais, primeiramente para a subsistência e depois para o atendimento de um comércio incipiente, que posteriormente se consolida como de importância para o setor pesqueiro artesanal local (décadas de 1940 a 1970). Tem-se, assim, o ambiente estuarino explorado, os bosques de manguezal, o recurso ostra de mangue e os extratores locais atendendo às necessidades de sustento de suas famílias por meio de relações estabelecidas com atravessadores que, dominando o mercado, atuam de maneira opressiva sobre os extratores e os induzem ao risco de sobrexplotação do recurso.

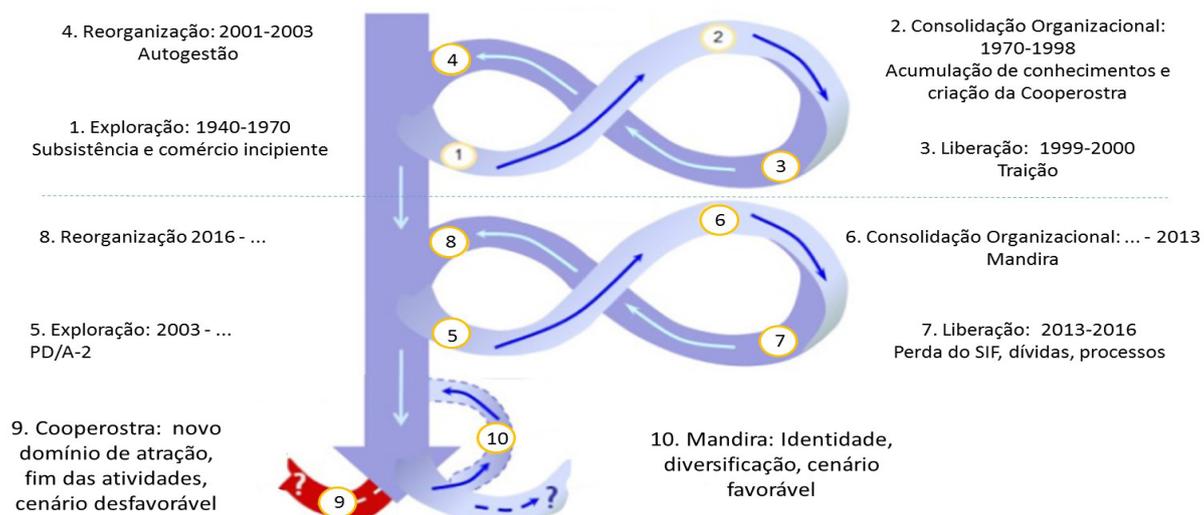


Figura 2 – O sistema socioecológico da Cooperostra segundo o Ciclo de Renovação Adaptativa de Holling (2001)

Adaptado de Gonzalez et al, 2008

Na fase de Consolidação Organizacional, este cenário é incrementado pelo interesse de cientistas que estudam a possibilidade de aumento da produção de ostras por meio do desenvolvimento da tecnologia de cultivo integral. As pesquisas resultam em um pacote tecnológico e ações difusionistas são empreendidas, sem efeito na transformação da realidade, mas que provocam acúmulo de conhecimento e de experiências que formam um arcabouço para ações futuras. Essas ações são efetivadas com o desenvolvimento de um projeto de caráter construtivista, no qual o arcabouço de conhecimentos tradicionais e científicos é integrado, com a adoção da tecnologia de engorda e a realização de pesquisas de cunho participativo. A abordagem do problema da sustentabilidade em diversas frentes de ação torna a proposta multidisciplinar, resultando na estruturação da Cooperostra. A comunidade Mandira representa um diferencial entre os extrativistas, onde a identidade quilombola e a transformação do território de uso em unidade de conservação de uso sustentável provoca tanto o fortalecimento da sua coesão interna, quanto a sua distinção das outras comunidades que participam da Cooperostra. A fase de Consolidação Organizacional tem lugar desde 1969 até em torno do ano 1998, quando a Cooperostra é criada.

A Liberação tem como gatilho o evento da quebra de confiança promovida por um agente externo às comunidades (gerente contratado) e por cooperados que trapaceiam. Do processo derivam o sentimento de não pertencimento e estranheza, a quebra do acordo de cooperação, a desestruturação do negócio, a perda de mercado e os conflitos que resultam na redução do grupo de cooperados. O domínio dos processos decisórios, distribuição de benefícios e assunção das responsabilidades da cooperativa passam ao encargo do grupo mais coeso, o Mandira. A fase de Liberação culmina entre os anos de 1999 e 2000.

Na fase de Reorganização do sistema, a partir de 2001, a autogestão emerge como modelo de gestão adotado, em resposta à crise de confiança, onde os cooperados assumem as funções gerenciais, as decisões, os processos burocráticos e a operacionalização da produção e das vendas. Esta é uma fase de reapropriação do empreendimento e de reconstrução das relações entre cooperados.

A aprovação do segundo projeto financiado junto ao programa PD/A, em 2003 (PD/A2), marca a entrada na fase de Exploração do segundo Ciclo de Renovação Adaptativa, com o aporte de recursos para sustentar o novo modelo de gestão e as atividades produtivas e comerciais, dando um novo fôlego ao projeto. Não há um evento único e uma data a partir da qual se inicia a fase de Consolidação Organizacional, mas esta é marcada pelas conquistas da comunidade Mandira, por seu protagonismo nos processos da Cooperostra e por seu distanciamento da realidade das demais comunidades.

Apesar dos ganhos acumulados na fase de Consolidação Organizacional, a partir de 2013 fica evidente que gestão do empreendimento falha. A Cooperostra se endivida, em razão de ações trabalhistas e problemas fiscais; não há uma adequada manutenção da depuradora e a marca perde o registro do SIF, fundamental para a conquista e manutenção do mercado. Instala-se a fase de Liberação, que culmina, em 2016, com o encerramento das atividades da Cooperostra.

Fica evidente, a partir do segundo ciclo de renovação adaptativa, que os limites de pressão suportáveis por meio da resiliência do sistema foram ultrapassados e este se acomoda em um novo domínio de atração (Walker e Meyers, 2004), no qual a Cooperostra não mais representa a unidade agregadora dos extrativistas de ostras e suas perspectivas de retorno à atividade são improváveis. Na nova fase de Reorganização, a depuração é definitivamente abandonada (já que não há sentido realizar o tratamento sanitário em uma mercadoria que não terá o selo do SIF), bem como a comercialização deixa de ser feita coletivamente – embora emergja a autonomia individual na comercialização e a relação desigual com os atravessadores já não se reproduza completamente. A elevação da autoestima dos extratores de ostra também pode ser considerada um ganho consumado do projeto da Cooperostra, a despeito das grandes perdas assumidas no novo domínio de atração.

Dentre todas as inovações introduzidas pela rede de atores e pelo projeto da Cooperostra, a engorda de ostras é a única que persiste em todas as comunidades envolvidas, perpetuando-se, independentemente da funcionalidade da cooperativa, como forma de manejo que melhora as condições de planejamento da produção e comercialização e incrementa o preço do produto, além de proporcionar ganhos ambientais pela recomposição dos bancos naturais de ostras.

A nova situação poderia representar um domínio de atração integralmente vantajoso em relação à situação anterior à implantação do projeto da Cooperostra, não fosse o endividamento e a perda de credibilidade do empreendimento, que atingiu diretamente os cooperados fundadores. Este cenário, decorrente das falhas de gestão,

pode ser contraproducente no sentido de comprometer futuras iniciativas de incubação de novos empreendimentos econômico-solidários, já que alguns cooperados do grupo fundador tendem a valorizar mais as perdas do que os ganhos auferidos na experiência.

A fase de Reorganização na comunidade Mandira, no entanto, se dá em um processo distinto, suportado por sua identidade diferenciada, como remanescente de quilombo e como beneficiária de uma reserva extrativista. A diversificação de atividades produtivas, consequente dos recursos e apoios aportados, também é um fator determinante deste novo caminho. A resiliência do sistema socioecológico no Mandira é fortalecida por esses fatores, podendo-se considerar que a fase de Reorganização do Mandira impulsiona o sistema para promissoras fases novas de Exploração e Consolidação Organizacional, onde o cenário é favorável à manutenção das relações estabelecidas.

### *3.2.1 Aspectos que afetaram a resiliência do sistema socioecológico da Cooperostra ao longo do tempo*

#### **a. Diálogo de saberes:**

O longo período de pesquisas acadêmicas sobre o recurso ostra de mangue e seu cultivo, *per si*, não foi efetivo no fortalecimento da resiliência do sistema. Na primeira fase da trajetória (1969 a 1993), ainda que investimentos institucionais e financeiros fossem levados a cabo, por meio de treinamentos e cursos, o conhecimento científico acumulado não gerou a transformação esperada da realidade do extrativismo. Entretanto, já na segunda fase, de caráter construtivista, (1994 a 2002) a proposta de engorda de ostras, proveniente de uma adaptação tecnológica conduzida com a participação dos extratores resulta em envolvimento e ampla difusão, sendo adotada por todos os grupos de extratores do município de Cananéia. Esta forma de manejo, baseada na engorda torna-se, ao final do período analisado (2003 até 2017) a inovação efetivamente bem estabelecida no sistema, que sobrevive à Cooperostra, pois se trata de uma inovação social. Pode-se afirmar que apenas quando a pesquisa tornou-se participativa, o conhecimento acumulado contribuiu para o fortalecimento da resiliência do sistema e o sistema de manejo testado coletivamente e horizontalmente foi apropriado pelos extrativistas locais.

#### **b. Estratégia multidisciplinar:**

A multidisciplinaridade intrínseca a uma prática de exploração de um recurso natural não foi considerada adequadamente na proposta difusionista do 1º período (1969 a 1993). Foram negligenciados temas de interesse, como as relações comerciais estabelecidas, a baixa autoestima dos extrativistas (já que o trabalho do mangue era profundamente marginal e motivo de vergonha), as relações servis históricas com o “patrão” atravessador, o problema sanitário relacionado à produção de moluscos bivalves, as questões fiscais, a informalidade em toda a cadeia. A questão ambiental

entrava de maneira transversal, como resultado indireto da tecnologia de cultivo. Fica claro que a estratégia difusionista unidirecional e limitada não torna o sistema proposto resiliente; ao contrário, torna a proposta frágil diante da realidade. Diferentemente, a estratégia construtivista promoveu a multiplicidade de aspectos a serem abordados e a formação de uma rede de atores, que viabilizou o encaminhamento de diversas frentes de trabalho, o que fortaleceria a resiliência da proposta no 2º período da análise (1994 a 2002).

### **c. Identidade:**

Ortiz (1990), citado por Praxedes (Praxedes, S.F. 2013. Incubadoras Públicas de Empreendimentos Econômicos Solidários - Determinantes da Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. 33p. Texto disponibilizado na aula sobre Incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários do 1º Curso de Formação de Gestores em Economia Solidária da Baixada Santista, ocorrido entre março e julho de 2014), entende “projeto”, no contexto da Economia Solidária, não apenas como uma proposta programática de desenvolvimento, cujo conteúdo é fruto da ponderação e das oportunidades, mas como uma utopia coletiva capaz de arrebatando corações e mentes das pessoas. Para este autor, a identidade de um projeto se faz em detrimento das diversas identidades locais, inclusive da identidade do território, pois a superação deste é condição básica de sua própria viabilização. A Cooperostra não atinge este nível de superação, haja visto o insucesso na construção de uma identidade coletiva que enfim agregue as diversas comunidades produtoras de ostras em torno de um propósito comum. Ali, não se verifica tal impacto mobilizador, uma vez que o nível de identificação e envolvimento no projeto de alguns dos cooperados parece haver sido insuficiente para movê-los para o lugar de sujeitos dos processos, ou, nas palavras de Praxedes (*op cit*), de provocar o “desejo de ser”. O contraponto se verifica na identidade mandirana, onde a mobilização em torno da Reserva Extrativista e da identidade quilombola foi mais efetiva em provocar tal arrebatamento. Assim, nas dimensões do território, da produção, da história e da cultura, esta identidade frutifica e fortalece a resiliência do sistema. Ainda que, eventualmente, esta mobilização não seja uniforme, ali, ela é efetiva em transformar a realidade coletiva.

### **d. Regimes de apropriação:**

Recursos naturais, como a ostra de mangue de Cananéia, têm sido categorizados como recursos de uso comum, ou “commons” (Hardin, 1968), termo que expressa condições de uso caracterizadas pela dificuldade de exclusão de usuários, ou seja, um custoso controle do acesso ao recurso, e a subtração ou rivalidade, que determina que a ação de cada usuário reduza a disponibilidade do recurso para os outros usuários (Feeny *et al*, 1990). Recursos de uso comum, pela lógica de Hardin, estariam fadados ao esgotamento, uma vez que a escolha racional individualista sempre superaria o interesse coletivo na prática da obtenção de recursos. Os argumentos deste autor

foram posteriormente sobrepujados por outros pesquisadores (Ostrom, 1990; Ostrom *et al.*, 2002; Berkes, 2005) que argumentam que o risco à sustentabilidade dos “commons” efetivamente ocorre quando o regime de apropriação é o livre acesso. No regime de apropriação comunal, onde os recursos são manejados exclusivamente por uma determinada comunidade, com o uso instituições ou regras informais e/ou formais (Berkes, Colding e Folke, 2003), as possibilidades de prevalência do interesse coletivo sobre o individual aumentariam, melhorando as perspectivas de sustentabilidade no uso dos recursos. Evidentemente, este regime não é eficaz em todos os casos, já quem nem sempre ele é capaz de garantir a exclusão de usuários e a equidade no uso dos recursos.

Conforme salienta Machado *et al.* (2015), dentre os grupos de produtores de ostras de Cananéia, o Mandira é o único para o qual foi conferido o direito de uso exclusivo sobre os recursos da área decretada como Reserva Extrativista e também sobre a decretada como quilombola, por conseguinte o único para o qual o recurso ostra de mangue, pertinente ao presente caso, pode ser manejado em regime de apropriação comunal. Isso afetou o resultado da análise comparativa de sustentabilidade feita pelos autores utilizando o método RAPFISH (Machado *et al.* 2015) e certamente afeta a resiliência do sistema socioecológico, favorecendo aos melhores resultados e perspectivas verificados na comunidade Mandira. O RAPFISH é uma análise multidimensional de sustentabilidade que considera aspectos nas dimensões social, econômica, ambiental, tecnológica e ética PITCHER (1999). A mudança do regime de apropriação do recurso, a exemplo do ocorrido no Mandira, empodera a comunidade, abre espaço para o manejo comunitário baseado em decisões locais e fortalece a resiliência do sistema. É um dos motivos pelos quais se observa mais ganhos no Mandira.

#### **e. Incubação:**

Um dos desafios centrais dos processos de incubação em economia solidária é a promoção da autogestão, com o desenvolvimento de competências que permitam que os empreendedores consigam encaminhar corretamente o dia-a-dia operacional e formal da entidade, sustentando, ainda, o exercício da gestão democrática.

Singer (2010) afirma que o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos associados, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Para Verardo (2005), segundo o qual “tanto na autogestão quanto na Economia Solidária é indispensável que haja um processo permanente de autocrítica para desconstruir o que se quer superar, promovendo em seu lugar o novo e desejável: solidariedade no lugar de concorrência, convergência de esforços no lugar de competição destrutiva, cooperação no lugar de individualismo”. No caso da Cooperostra o que se verifica é que, apesar das lições duramente aprendidas com a crise, a incubação falha em modelar as relações em um sentido integralmente participativo e colaborativo. Ao final do 2º período analisado (1994 a 2002), não houve um empoderamento suficiente

dos extratores para exercer a vigilância sobre o funcionários contratados - gestor e vendedores - em tempo de se minorar a crise. Conseqüentemente, o esforço que é imprimido na recuperação da autonomia do grupo no 3º período analisado (2003 até 2017) é desuniforme e antidemocrático. O desinteresse corrói a iniciativa de autogestão e verificam-se falhas em aspectos fundamentais que ferem os princípios da Economia Solidária descritos por Singer (2010); onde apesar da posse coletiva dos meios de produção, a gestão democrática é fragmentada, a repartição dos benefícios é objeto de suspeita e o cumprimento das obrigações não é efetivamente compartilhado pela coletividade. Assim, conclui-se que as falhas da incubação enfraqueceram a resiliência do sistema, tornando a Cooperostra vulnerável e sem capacidade de reação, quando os reveses ocorreram.

#### 4 | ENSINAMENTOS

O conhecimento científico, gerado por meio da execução da pesquisa, nunca é dispensável ou supérfluo no desenvolvimento de projetos que envolvam a exploração de recursos naturais. Entretanto, a integração deste com o saber local e a execução de pesquisas de cunho participativo melhoram as possibilidades de que o conhecimento acumulado resulte em projetos exequíveis.

A simples transferência de tecnologia não promove desenvolvimento socioeconômico que contemple a maioria dos integrantes do público-alvo. A abordagem multidisciplinar é necessária quando se trata de transformar um projeto ou uma tecnologia em um empreendimento; sobretudo quando trata-se de um recurso natural a ser manejado por comunidades.

A metodologia difusionista, em geral, não é inclusiva – no presente caso, beneficiou somente um ostreicultor, o proprietário da Jacostrá. Ao contrário, a metodologia construtivista contemplou um expressivo número de extratores, com ações definidas de acordo com as limitações, necessidades e expectativas que apresentaram. As abordagens construtivistas tendem, por conseguinte, a ser mais acolhedoras e inclusivas.

As operações de tradução são decisivas na construção da rede sociotécnica que viabiliza a execução dos projetos. São os tradutores que fazem os diferentes atores realizarem deslocamentos para o Ponto de Passagem Obrigatório e construir o núcleo da rede sociotécnica, composto de pesquisadores, agências de financiamento e público-alvo. Posteriormente, a expansão da rede demanda a realização de outras traduções, incorporando novos pesquisadores, outras agências de financiamento, consumidores.

As proximidades geográfica e cultural e a identidade comunitária nas dimensões do território, da produção, da história e da cultura desempenham um papel importante na evolução da atividade e na manutenção da rede sociotécnica, devendo ser detectadas

e estimuladas nos processos de construção de redes, sejam elas geográficas, culturais, profissionais.

Os extratores tinham relações fundamentadas na ordem de grandeza doméstica, como é comum em projetos envolvendo comunidades de extratores, pescadores e aquicultores. A mobilização do repertório da ordem de grandeza mercantil com o objetivo de acessar o mercado requer formação continuada e incubação empoderadora, que viabilize a gestão adequada do empreendimento. Para Singer (2010), com o objetivo de vencer os desafios do mercado pode-se até mesmo contratar um profissional especializado em administração de empresas que entenda de gestão de empreendimentos e do mercado. Porém, esse profissional deve atuar segundo os preceitos da economia solidária. Caso contrário, perde-se a coesão social e o aprendizado que o trabalho cooperativo proporciona.

A incubação de um empreendimento de economia solidária deve ser abrangente e envolvente para mobilizar o público-alvo em direção a uma identidade coletiva, que supere as identidades individuais e solidifique o compromisso com a transformação da realidade.

O gestor em economia solidária não pode esperar o Estado ter uma política pública adequada para atuar. As ações dos profissionais que atuaram como tradutores no presente trabalho foram direcionadas por suas crenças, compromissos e necessidades profissionais e não por uma demanda institucional. Tais ações fizeram com que outros atores se engajassem possibilitando a realização de trabalhos de pesquisa, formação e a concretização de financiamentos.

Os empreendimentos econômicos solidários devem ter apoio técnico e financeiro do Estado. A manutenção de postos de trabalho, o manejo sustentável dos recursos naturais, a geração de renda nas comunidades tradicionais e a oferta de um produto de boa qualidade certamente são de interesse da sociedade.

A experiência dos extratores/ostreicultores de Cananéia reforça a ideia dos sociólogos da tradução de que nenhum projeto nasce bom. Para um projeto se tornar bom, depende de uma rede formada por diferentes atores que o tornam bom. A assistência técnica é de fundamental importância, mas o fator determinante para o sucesso de um projeto são as traduções que possibilitarão a formação da rede que viabilizará o projeto.

Os regimes de apropriação são pontos chave no esforço de gestão dos recursos de uso comum e são determinantes do sucesso ou insucesso dos empreendimentos econômico-solidários desenvolvidos para a exploração de recursos naturais. O regime de livre acesso, por não promover a limitação do número de usuários do recurso e não dar instrumentos para lidar com a rivalidade e a competição, não fortalece a resiliência do sistema. O regime de apropriação comunal, ao contrário é muito mais promissor em lidar com as características intrínsecas à exploração dos recursos naturais.

A metáfora do ciclo de renovação adaptativa dos sistemas socioecológicos é

útil na identificação de forças e fraquezas que determinam a trajetória dos projetos, auxiliando no planejamento de ações que envolvam a exploração de recursos naturais por comunidades. A sua utilização combinada com a sociologia da tradução possibilita identificar diferentes aspectos de como uma rede sociotécnica emerge ou se desestrutura.

## REFERÊNCIAS

AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G. e LIVIAN, Y.F. **Les nouvelles approches sociologiques des organisations**. 2 ed<sup>a</sup>. Paris: Seuil. 2005. 244p.

BERKES, F.; FOLKE, C., eds. **Linking Social and Ecological systems**. Management Practices and Social mechanisms for Building Resilience. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. 459p.

BERKES, F.; COLDING, J.; FOLKE, C., eds. **Navigating Social-Ecological Systems**. Building Resilience for Complexity and Change. Cambridge: Cambridge University Press. 2003. 393p.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. In Vieira, P.F.; Berkes, F. and Seixas, CS. (Eds.). **Gestão Integrada e Participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: Secco. 2005. p. 47-72.

BERNOUX, P. **Sociologie du changement: dans les entreprises et les organisations**. Paris: Seuil. 2004. 308 p.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **De la justification. Les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991. 482 p.

BURETH, A.; LLERENA, P. Système local d'innovation: approche théorique et premiers résultats empiriques. In : **Actes du colloque Industrie et territoire** : les systèmes productifs localisés. 21 et 22 octobre 1992. Grenoble : Institut de Recherche Economique sur la Production et le Développement, 1992, p. 369–93.

CALLON, M. Pour une sociologie des controverses technologiques. **Fundamenta Scientiae**, 1981. v.2, p. 381-399.

CALLON, M. **Eléments pour une sociologie de la traduction**: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc. *L'Année Sociologique*, 1986. n 36. p. 169-208.

CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. IN : CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. **Réseau et coordination**. Paris: Economica. 1999. p. 13 – 64.

CAMPOLIM, M.B.; MACHADO, I.C. Proposta de ordenamento da exploração comercial de ostra do mangue *Crassostrea brasiliiana* na região estuarino-lagunar de Cananéia – SP. **Seminário Ciência e Desenvolvimento Sustentado**, Instituto de Estudos Avançados – USP, São Paulo, Brasil, 1997, p.275-287.

CARDOSO, T.A.C. **A construção da gestão compartilhada da Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP**. Tese de Doutorado (Pós-Graduação em Ecologia) Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008. 176 p.

CHAMY, P. e MALDONADO, W. Sustentabilidade social, econômica e ambiental de pequenos

negócios: o caso da Cooperostra. **Anais do V Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Caxias do Sul, setembro de 2003. 24 p.

FEENY, D., BERKES, F.; MCCAY, B.J.; ACHESON, J.M. The tragedy of the commons: twenty-two years later. **Human Ecology**, v.18, n.1, p.1-19. 1990. <http://dx.doi.org/10.1007/BF00889070>. PMID:12316894

GALVÃO, M.S.N.; PEREIRA, O.M.; MACHADO, I.C.; HENRIQUES, M.B. Aspectos reprodutivos da ostra *Crassostrea brasiliiana* (Lamarck, 1819) em manguezal do estuário de Cananéia, SP (025°S; 048°W). **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 26, n.2, p. 147-162. 2000..

GONZÁLEZ, J.A.; MONTES, C.; RODRÍGUEZ, J.; TAPIA, W. 2008. *Rethinking the Galapagos Islands as a complex social-ecological system: Implications for conservation and management*. **Ecology and Society**, v.13, n.2:13 (online).

GUNDERSON, L. H. 2000. Ecological resilience – in theory and application. **Annual Review of Ecological Systematics**, v.31, p. 425-439.

GUNDERSON, L.H.; HOLLING, C.S. **Panarchy**: understanding transformations in human and natural systems. Island Press, London, 507p. 2002.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. **Science**, 162, 1243-1248. 1968.

HENRIQUES, M.B.; MACHADO, I.C.; FAGUNDES, L. Análise econômica comparativa dos sistemas de cultivo integral e de “engorda” da ostra do mangue *Crassostrea* spp. no estuário de Cananéia, São Paulo, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**. v.36, n.4, p. 307 – 316. 2010.

HOLLING, C.S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, v.4, p.1-23. 1973.

HOLLING, C. S. Understanding the complexity of economic, ecological, and social systems. **Ecosystems**, v.4, n.5, p.390-405. 2001.

KEFALAS, H.C. **Cooperativas em comunidades tradicionais pesqueiras**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, 2016. 174p.

LATOURE, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p.

LIU, J., T. DIETZ, S. R. CARPENTER, M. ALBERTI, C. FOLKE, E. MORAN, A. N. PELL, P. DEADMAN, T. KRATZ, J. LUBCHENCO, E. OSTROM, Z. OUYANG, W. PROVENCHER, C. L. REDMANO, S. H. SCHNEIDER, AND W. W. TAYLOR. Complexity of coupled human and natural systems. **Science**, 317:1513-1516. 2007.

LOBO, A.; SALES, R.R.; DIEGUES, A.C. **Fishers Cooperative in Brazil**: Two Case Studies. São Paulo/Porto Alegre, outubro, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. Rio de Janeiro: E.P.U. 2013. 112p.

MACHADO, I.C. **Um retrato do extrativismo**: a sustentabilidade na exploração comercial da ostra de mangue em Cananéia-SP. 2009. 140 p. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos. 2009.

MACHADO, I.C.; NORDI, N.; HENRIQUES, M. B.; CARDOSO, T.A.; PEREIRA, O.M. A integração

da pesquisa ao conhecimento ecológico local no subsídio ao manejo: variações no estoque natural da ostra de mangue *Crassostrea* spp. na Reserva Extrativista do Mandira, Cananéia-SP, Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. XIV, n.1, p.1-22, 2011.

MACHADO, I.C.; FAGUNDES, L.; HENRIQUES, M. B. 2013. Diagnóstico da comercialização da ostra de mangue pelos extrativistas de Cananéia, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**. V.43, n.5, p.43-52, 2007.

MACHADO, I.C.; FAGUNDES, L.; HENRIQUES, M.B. 2015. Multidimensional assessment of sustainability extractivism of mangrove oyster *Crassostrea* spp. in the estuary of Cananéia, São Paulo, Brazil. **Brazilian Journal of Biology** [online]. v.75, n.3, pp.670-678, 2015.

OSTROM, E. **Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**, Cambridge University Press, Cambridge, UK. 1990.

OSTROM, E., DIETZ, T., DOLSAK, N., STERN, P., STONICH, S., AND WEBER, E. U. (eds.). **The Drama of the Commons**, National Academy Press, Washington, DC. 2002.

PEREIRA, O.M.; MACHADO, I.C.; HENRIQUES, M.B.; GALVÃO, M.S.N.; BASTOS, A. Avaliação do estoque da ostra, *Crassostrea brasiliiana*, no manguezal da região estuarino-lagunar de Cananéia (25° S; 48° W). **Boletim do Instituto de Pesca**. V. 26, n.1, p.49 – 62, 2000.

PITCHER, T.J. 1999 Rapfish; a rapid appraisal technique for fisheries and its application to the code of conduct for responsible fisheries. *FAO Fisheries Circular* N° 947, 49pp

RESILIENCE ALLIANCE. **Assessing resilience in social-ecological systems**: Workbook for practitioners. Version 2.0. 2010. Online: <http://www.resalliance.org/3871.php>

SILVA, N.J.R. **Dinâmicas do desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas**: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC). São Paulo: Editora UNESP, 2008, 240 p.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 4ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 126p.

VERARDO, LUIGI. 2005. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, Sylvia Leser de (Org). **Economia Solidária e autogestão**: encontros internacionais. São Paulo: NESOLUSP, ITCP-USP, PW, 2005.

WAKAMATSU, T. **A ostra de Cananéia e seu cultivo**. São Paulo: Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista. 1973. 141 p.

## O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

### **Elenize Freitas Avelino**

Universidade Feral do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus - Amazonas.

### **Roberta Monique da Silva Santos**

Universidade Feral do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus - Amazonas.

**RESUMO:** A Amazônia é um bioma rico em sóciobiodiversidade cuja importância se estende além dos limites do território brasileiro. Os serviços ambientais por ele prestados alcançam magnitude global. Com base nisso, pensar em estratégias para contribuir na manutenção deste bioma é de fundamental importância para a continuidade de serviços ambientais essenciais a vida. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o pagamento por serviços ambientais como contribuição para a sustentabilidade em Unidade de Conservação tendo como base para o estudo o Programa Bolsa Floresta, do Estado do Amazonas. A pesquisa pode ser caracterizada como qualitativa e estudo de caso com utilização de dados secundários originários de relatórios de atividades da FAS, bem como bibliografias sobre o tema. Foram utilizados dados dos Relatórios

de Atividades de 2013 a 2016, disponíveis no site da FAS.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sustentabilidade; Comunidades Tradicionais; Amazônia.

### **INTRODUÇÃO**

A preocupação da humanidade com as questões ambientais pode ser caracterizada como algo recente. Esta apreensão com tais questões vêm se alastrando devido a iminente ameaça das mudanças climáticas à civilização. De modo a remediar tais questões, inúmeras iniciativas de comando e controle foram desenvolvidas no intuito de solucionar, ou ao menos retardar, a rapidez com que a degradação ambiental tem se intensificado. Apesar da coerção que tais normas exerciam seu controle não era pleno pois o desmatamento continuava a avançar. Tornou-se necessário encontrar-se um modo dos povos tradicionais aderirem de modo voluntário a preservação ambiental. É nesse aspecto que se insere o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA).

O PSA consiste em uma forma de remuneração voluntária para um determinado recurso bem definido em que para a sua manutenção deva haver pelo menos um usuário-pagador e pelo menos um provedor-

recebedor (WUNDER, 2008).

A remuneração dada a esse povos pode ocorrer através da criação de determinados fundos específicos (sejam eles nacionais ou internacionais), por meio de mercado de capitais (créditos de carbono), através de subsídios tributários (ICMS ecológico) e, também, por negociações internacionais. No que diz respeito aos tipos de PSA existentes, podemos elencá-los em duas categorias: na primeira os provedores dos serviços são pagos pelo próprio usuário-pagador, e na segunda o pagamento pode ser feito por terceiros, geralmente quem o faz é o governo por meio de determinados fundos.

Pagiola, Glehn e Taffarello (2013) afirmam que os PSAs pagos por governos são considerados pouco eficientes apesar de cobrirem áreas muito vastas. Isso se dá pelo fato de o governo não possuir o controle total daquelas áreas, no que diz respeito ao alcance de sua fiscalização.

Apesar disso, a atração exercida pelo PSA vem acumulando inúmeros defensores. Tal fato ocorre por conta de sua eficiência atrelada a sua sustentabilidade. A primeira é admitida quando se compara benefícios com os custos, onde os primeiros são bem mais significativos. A sustentabilidade não depende exclusivamente da disponibilidade do governo ou de doadores. Ela é atingida a partir do interesse e da colaboração dos usuários e dos provedores.

Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo analisar o pagamento por serviços ambientais como contribuição para a sustentabilidade em Unidade de Conservação tendo como base para o estudo o Programa Bolsa Floresta, do Estado do Amazonas.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A idéia de se remunerar um serviço ambiental surgiu nos países tidos como desenvolvidos, EUA e Austrália, onde se remunerava os proprietários de terra para que fizessem uma exploração e um manejo de recursos naturais de maneira segura através de pagamentos diretos oriundos de um contrato. A partir daí, tais práticas foram disseminadas mundo afora, sendo utilizadas e aperfeiçoadas por países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e da Costa Rica (WUNDER, 2008).

Inúmeras iniciativas de PSA passaram a ser desenvolvidas, com financiamento de governos ou por entidades internacionais, beneficiando tanto os provedores-recebedores através dos incentivos econômicos como a sociedade no geral pela perpetuação dos recursos naturais. Diante disso, cabe agora analisar algumas experiências de PSA no mundo e também no Brasil, respectivamente.

Na cidade de Chiapas, região Sul do México, desenvolveu-se um projeto denominado Scolel Té. Os beneficiários deste projeto são os indígenas que recebem um pagamento através do Fundo Bioclimático e Plan Vivo. Tal fundo é utilizado para se administrar os recursos oriundos da venda de créditos de carbono. No caso da Costa Rica foi implementado em 1997 o PSA-CR (conservação/recuperação) de

modo a se reduzir os índices de desmatamento do país. Sua gestão foi realizada por meio do sistema FONAFIF- Fundo Nacional de Financiamento Florestal. Este fundo recompensa a preservação da biodiversidade, das paisagens, da água e o seqüestro de carbono. Os principais beneficiários são a sociedade costarriquenha, os usuários da água e a sociedade como um todo. O pagamento é realizado através de um decreto presidencial que estabelece valores diferenciados para cada modalidade de PSA.

No âmbito brasileiro, o destaque é dado ao Programa Bolsa Floresta (PBF), do estado do Amazonas. Tal programa consiste em um método de Redução do de Emissões Derivadas do Desmatamento e Degradação (REDD+). Conforme Viana et al., (2012) o objetivo desse programa é compensar as populações tradicionais, através de renda e desenvolvimento sociais, por preservarem as florestas possibilitando a disponibilidade dos serviços ambientais no âmbito global e local.

Segundo Pagiola, Glehn e Taffarello (2013) “ por meio do PBF, reconhece-se que a conservação ambiental é feita pela atitude das pessoas, especialmente daqueles que vivem no interior da floresta: os guardiões da floresta”. Essas pessoas recebem uma remuneração no valor de R\$50,00 mensais entregue as mães de família, compromissadas com o desmatamento zero em áreas primárias. O programa já atendeu 35 mil pessoas, situadas em 15 Unidades de Conservação, presentes em uma área de 10 mil hectares.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro foi criada através da Lei no 3.355 de 2008 (BRASIL, 2008). Com cerca de 103 mil hectares, abrange 19 comunidades com 559 famílias que tem como principais atividades econômicas a pesca e a agricultura (FAS, 2016).

A pesquisa pode ser caracterizada como quali-quantitativa e estudo de caso com utilização de dados secundários originários de relatórios de atividades da FAS, bem como bibliografias sobre o tema. Foram utilizados dados dos Relatórios de Atividades de 2013 a 2016, disponíveis no site da FAS.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O Programa Bolsa Floresta (PBF) é uma política pública estadual instituída pelo Governo do Amazonas em 2007 e sua implementação foi iniciada pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), em setembro de 2007, e passou a ser realizada pela FAS a partir de março de 2008 (FAS, 2016).

Seu objetivo é instituir o pagamento por serviços e produtos ambientais às comunidades tradicionais pelo uso sustentável dos recursos naturais e incentivo às ações voluntárias de redução de desmatamento.

Dentre o aporte de recursos financeiros, tem-se o Fundo Amazônia cujos

recursos são utilizados na geração de atividades produtivas sustentáveis e no apoio ao associativismo das populações beneficiadas. Os recursos do Fundo Amazônia permitem que o número de famílias beneficiadas pela FAS recebam suporte adicional para os componentes de geração de renda e associativismo com extensão dos recursos da FAS para programas de apoio ao Bolsa Floresta (FAS, 2009).

De acordo com dados disponíveis no Relatório de Atividades do Fundo Amazônia (2016), foram disponibilizados R\$ 35.000.000,00 ao Bolsa Floresta.

Os recursos financeiros destinados ao projeto são repassados integralmente aos beneficiários finais, que são as comunidades tradicionais de baixa renda (FAS, 2009).

Na RDS Rio Negro foram realizados investimentos através do PBF, sendo o Bolsa Floresta Familiar, o que recebeu maior investimento durante o período analisado (4 anos).

Ano	Familiar	Renda	Social	Associação	Total
2013	R\$ 293.500	R\$ 260.982	R\$ 138.823	R\$ 42.033	R\$ 735.338
2014	R\$ 293.700	R\$ 107.408	R\$ 88.685	R\$ 28.134	R\$ 517.928
2015	R\$ 284.350,00	R\$ 281.076,56	R\$ 130.259,86	R\$ 32.927,62	R\$ 728.614,04
2016	R\$ 375.350,00	R\$ 34.347,21	R\$ 65.581,34	R\$ 40.705,00	R\$ 515.983,55

Tabela 1. Investimentos

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

Além do valor em dinheiro recebido pelas famílias, também são realizados investimentos em infraestrutura e equipamentos para as comunidades atendidas pelo Programa (Tabela 2).

Ano	Infraestrutura comunitária	Bens (motor, motosserra, canoa, outros)
2013	150	525
2014	39	209
2015	0	519
2016	19	231

Tabela 2. Infraestrutura comunitária

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

Para Santos (2010), “o Programa Bolsa Floresta tem o papel de um incentivo econômico para a conservação da floresta, apresentado pela FAS como um mecanismo de remuneração pela prestação de serviços ambientais”.

Os Serviços ambientais, segundo Seiffert (2009), são as atividades, produtos e processos que a natureza nos fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade.

Santos (2010) comenta sobre a relação dos pagamentos por serviços ambientais e seus reais efeitos sobre seus participantes no caso as populações tradicionais, que são desprovidos e sofrem de um descaso público/estatal desde os tempo da

colonização.

Ao contrário dos PSAs existentes, o programa tem como característica a injeção de recursos antes da verificação do provisionamento do serviço ecossistêmico. Realiza o pagamento, a compensação e os investimentos antecipadamente, de modo a estimular os beneficiários do programa (SANTOS, 2010). Segundo dados da FAZ(2016) foram beneficiadas cumulativamente de 2013 a 2016, 7962 pessoas (Tabela 03).

Ano	Comunidades	Bf Renda, Social, Associação e Familiar	Bf Renda e Social	Total de Famílias Beneficiadas Pelo Pbf	Total de Pessoas Beneficiadas
2013	19	490	70	560	1901
2014	19	490	69	559	1907
2015	19	463	94	557	1903
2016	19	635	58	693	2251

Tabela 3 - Famílias Beneficiadas pelo PBF na RDS Rio Negro - 2013 a 2016.

Fonte: Relatório de Atividades, FAZ.

O PBF incentiva diversas cadeias produtivas regionais, como açaí, cacau e castanha. Além dessas, na comunidade estudada destaca-se a madeira que conta desde 2009 com recursos do Fundo Amazônia, Banco Bradesco e outros apoiadores. Em 2016, as atividades do projeto incluíram a certificação da madeira manejada, buscando melhorar a extração e agregar valor de mercado ao produto (FAS,2016).

De acordo com dados do Relatório de Atividades de 2016 da FAS Já são cerca de 10 planos de manejo licenciados na RDS Rio Negro, beneficiando 34 famílias.

O PBF tem boa aceitabilidade entre os comunitários que afirmam que houveram mudanças positivas após a implementação.

Além dos benefícios sociais, o Programa tem trazido benefícios ambientais como a diminuição do desmatamento. Dados do Relatório de Atividades de 2016 indicam que diminuiu cerca de 35% o índice de desmatamento nas Ucs pertencentes ao Programa. E ainda, identificou-se a diminuição dos focos de calor (FAS, 2016).

## CONCLUSÃO

As ações do Programa Bolsa Floresta tem levado benefícios sociais e ambientais para a Unidade de Conservação estudada, porém, em se tratando de Pagamento de Serviços Ambientais, ainda é necessário realizar reformulações de forma a atender os critérios que preconizam esta ferramenta.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO JÚNIOR, Miguel Etinguer de, CICILIATO, Rodolfo Xavier. **Os pagamentos por serviços ambientais (psa) como alternativa na construção da sustentabilidade ambiental em países europeus e americanos.** Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, 2012.

BRASIL. **Lei no 3,355, de 26 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a redefinição dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, Setor Paduari-Solimões, criada pelo decreto n.o 2.646, de 22 de maio de 2001, e cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, e dá outras providências. Diário Oficial [do Estado do Amazonas], Amazonas, página 9, 30 dez. 2008.

FAS. **Fundação Amazônia Sustentável.** Fundo Amazônia aprova apoio ao Programa Bolsa Floresta. 2009. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/2009/12/fundo-amazonia-aprova-apoio-ao-programa-bolsa-floresta/>. Acesso em: 08.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2013.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: <http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2014/07/Diagrama%C3%A7%C3%A3o-Relat%C3%B3rio-de-Atividades-2013-v.12.pdf>. Acesso em: 08.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2014.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: [http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2015/06/relatorio2014final\\_redux.pdf](http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2015/06/relatorio2014final_redux.pdf). Acesso em: 11.08.2017

FAS. **Relatório de Atividades 2016.** Fundação Amazonas Sustentável. Disponível em: [http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2016/05/Destaques\\_-\\_Relato%CC%81rio-2016-V.9.5.pdf](http://fas-amazonas.org/versao/2012/wordpress/wp-content/uploads/2016/05/Destaques_-_Relato%CC%81rio-2016-V.9.5.pdf) Acesso em: 08.08.2017

FUNDO AMAZÔNIA. **Relatório de Atividades Fundo Amazônia.** 2016. Disponível em: [http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio\\_Anuual/Rafa\\_2016\\_portugues\\_site.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Relatorio_Anuual/Rafa_2016_portugues_site.pdf). Acesso em: 04.08.2017.

LIMA, Deborah, PERALTA, Nelissa. **Programas de Transferência de Renda em duas unidades de conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade.** Novos Cadernos NAEA ,p. 43-67, 2016.

SEIFFERT, Mari E. B. **Mercado de carbono e Protocolo de Quioto:** oportunidade de negócios na busca da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Jander Cardenes. **O Programa Bolsa - Floresta: A Recompensa Financeira Aos Guardiões DAS FLORESTAS NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS.** Dissertação. 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia- PPG/CASA.

PAGIOLA, Stefano (Org.); GLEHN, Carrascosa von; TAFFARELLO, Denise. **Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil.** Sao Paulo, 336p, 2013.

VIANA, Virgílio; TEZZA, João Tezza; SOLIDADE, Valcélia; MAROSTICA, Suelen; SALVIATI, Victor; SOARES, Afrânio. **Impactos do Programa Bolsa Floresta:** uma avaliação preliminar. Inc. soc, Brasília, DF, p.201- 208, 2012.

WUNDER, Sven (Coordenador). **Pagamentos por serviços ambientais:** perspectivas para a Amazônia Legal . Brasília: MMA, 136 p, 2008.

UC SOCIOAMBIENTAL. <https://uc.socioambiental.org/uc/5522>. Acesso em 10.08.2017.

## CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DE NATAL - RN NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS: UM ESPAÇO DE INCLUSÃO FAMILIAR, SOLIDARIEDADE E SUSTENTABILIDADE?

**Rivânia Maria Pinto Rodrigues Gonzalez Canejo**

Mestranda em Uso Sustentável de Recursos Naturais do IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

**Erika Araújo da Cunha Pegado**

Professora do IFRN- Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal-RN.

**RESUMO:** Este trabalho lança um olhar sobre a efetividade da Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES), em Natal, para a melhoria de vida dos agricultores familiares potiguares. Trata-se de um local que reflete uma conquista dos produtores rurais do estado, que há tempos lutavam por um espaço para comercializar os seus produtos. Após uma década de negociações com organizações, entidades e governo Federal e Estadual, esse local foi inaugurado em 2017, e visa proporcionar aos agricultores um ambiente adequado para comercializar seus produtos de maneira justa e direta, sem intermediação comercial, em consonância com os princípios da Economia Solidária. Dessa forma, esta pesquisa tem por finalidade, analisar a viabilidade desse espaço como fomento para a produção familiar, sob

o ponto de vista dos beneficiados, abordando também as leis que reconhecem o importante papel que a agricultura familiar exerce no Brasil e no mundo. Utilizou-se de pesquisa exploratória através de análise documental e coleta de dados por meio de entrevista com os atores envolvidos. Concluiu-se que, a despeito do incentivo e da publicidade governamental, ainda existem gargalos importantes a serem discutidos e sanados como; a dificuldade financeira que os ocupantes do local enfrentam para manter os custos de transporte das mercadorias, taxa de adesão dos boxes ou bancas e ainda garantir o sustento da família.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Economia Solidária. Sustentabilidade.

**ABSTRACT:** This work looks at the effectiveness of Marketing and economic solidarity (CECAFES), cream-RN, for the improvement of life of family farmers potiguar Indians. This is a site that reflects an achievement of rural producers in the State, who has long fought for a space to sell their products. After a decade of negotiations with organizations, entities, Federal and State Government, this place has been recently opened, and aims to provide a suitable environment for farmers to market their products fairly and directly, without commercial intermediation, in line with the principles of solidarity economy. Thus, this research aims to

understand and analyze the feasibility of that space as a promotion for the household production, from the point of view of the beneficiaries, also addressing the laws that recognize the important role that family agriculture exercises in Brazil and in the world. Exploratory research was through documentary analysis and data collection through interview with the actors involved. It was concluded that, in spite of the incentive and Government advertising, there are still major bottlenecks to be discussed and solved as; the financial difficulty that the occupants of the site face to keep transport costs of goods, membership fee of the boxes or stalls and still ensure the sustenance of the family.

**KEYWORDS:** Family Farming. Solidarity Economy. Sustainability.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas, em uma reunião realizada no mês de dezembro, declarou 2014 como o ano internacional da agricultura familiar. Essa declaração foi fruto do reconhecimento do importante papel que essa estrutura agropecuária sustentável exerce para obtenção da segurança dos alimentos no planeta. A ONU, a partir desse reconhecimento, enxerga a importância estratégica da agricultura familiar para inclusão produtiva como também para segurança alimentar no mundo todo (BRASIL, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar foi oficializada em 24 de julho de 2006, por meio da Lei Ordinária 11.326/ 2006 que “Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.” (BRASIL, 2006). Passando a ser um setor econômico e social bastante relevante. Visto que, é através dos pequenos agricultores juntamente com suas famílias que trabalham no campo, que chegam os mais diversos alimentos à mesa dos brasileiros.

No Rio Grande do Norte, a CECAFES- Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Natal foi inaugurada pelo Governo do Estado, em 27 de março de 2017, o local é Administrado pela COOAFARN - Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte, que ficou reconhecida como entidade de Utilidade Pública Estadual, através da Lei Ordinária Nº 10.210, de 07 de julho de 2017, com sede e foro jurídico na cidade de Apodi-RN (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/RN, 2017).

Construída com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE), segundo dados da EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. A Central é um local que reúne alguns agricultores familiares, e que reflete uma conquista dos produtores rurais do estado, que há tempos lutavam por um espaço para comercializar seus produtos. Após décadas de negociações com organizações, entidades e governo Federal e Estadual, esse local visa proporcionar aos agricultores um ambiente adequado para comercializar seus produtos de maneira justa e direta, sem intermediação comercial, em consonância com os princípios da

Economia Solidária, como estratégia de enfrentamento de exclusão e falta de trabalho. Os pequenos agricultores estão apoiados em estruturas coletivas que geram trabalhos e renda como as associações, cooperativa e grupos formados. Tendo como base, a cooperação entre seus trabalhadores objetivando o desenvolvimento local e inclusão social, emancipadora e igualitária (SELL; VIRGOLIN; SILVA E NEUBAUER 2014).

Também os agricultores da Central adotam as práticas de sustentabilidade, preocupando-se com o ambiente em que vivem, eles buscam fazer a manutenção por longo prazo dos recursos naturais e da produção agrícola, visando diminuir os impactos hostis contra o meio ambiente, com utilização mínima de insumos externos em sua produção.

Sendo assim, pretende-se neste trabalho compreender e analisar a efetividade da Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária, como fomento para os pequenos agricultores, de maneira que venha promover seus produtos expostos neste local e garantir a inclusão familiar bem como a sustentabilidade dos atores envolvidos.

## **2 | METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo de caso foi iniciada por meio de pesquisa bibliográfica em artigos acadêmicos, livros, jornais e sites oficiais para formação de uma base de dados preliminar, seguida de aplicação de entrevista semiestruturada, na técnica do grupo focal, quando entrevistou-se a líder dos agricultores e alguns ocupantes do local, que manifestaram suas impressões a respeito das dificuldades e incentivos obtidos ao usufruírem o espaço. A pesquisa baseou-se na avaliação de Bardin (2011), quando este menciona que a análise de conteúdo se compõe em um conjunto de técnicas de análises das comunicações.

## **3 | RESULTADOS E CONCLUSÕES**

A Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar possui 5.000m<sup>2</sup> onde constam 50 barracas, 32 boxes, um restaurante/lanchonete, duas panificadoras, duas peixarias e um box para carnes. Nesses ambientes, são comercializadas frutas e verduras, castanhas, arroz da terra, feijão, milho, produtos processados como doces, geleias, bolos e mel, como também queijos, manteiga, leite, iogurtes e polpas de frutas. Todos esses produtos vieram da agricultura familiar dos municípios do Rio Grande do Norte.

Esse local possui um auditório com comporta 150 pessoas, duas salas de aula, sala da administração do local, laboratório de informática e três sala comerciais para locação referente a organizações que dizem respeito à atividade da Agricultura Familiar (EMATER, 2017).

Os atores que compõe esse espaço, ou seja, os agricultores que pertencem

às associações e cooperativas que têm seu produto a ser comercializado dentro da Central foram selecionados por meio do Edital 01/2016, de Chamada Pública, que teve o processo concluído em dezembro de 2016. Para que pudessem participar, seria necessário que os interessados possuíssem Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa (pessoa física e jurídica). A organização da divisão dos espaços da Central pelos agricultores familiares individuais, associações e cooperativas selecionadas, foi feita por sorteio (EMATER, 2017).

A Central de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Natal têm beneficiado de forma direta 1.200 agricultores vindos de vários municípios do estado do Rio Grande do Norte. Para que houvesse a inclusão dos pequenos agricultores nesse espaço foi feito um colegiado temporário, composto por 16 organizações. Abriu-se uma chamada por três meses, onde os interessados faziam sua inscrição, e aqueles que estivessem de acordo com normas do edital, adquiriram seu espaço. Concorria a vaga do local, associações, cooperativas, grupos formados e particulares.

O objetivo deste trabalho está o de compreender como funciona a Central, como esse ambiente irá oferecer meios para que o pequeno agricultor desenvolva sua produção e tire seu sustento familiar. Para isso, foram entrevistados alguns atores do local.

A Sra. Fátima de Lima (informação verbal) lembra-se de quando e como surgiu a ideia de os pequenos agricultores unirem forças para conseguir um espaço para que eles pudessem expor seus produtos vindos da agricultura familiar:

Nós, pequenos agricultores sentimos a necessidade de ter um espaço para expor nossos produtos na capital, era um assunto que sempre esteve na pauta dos movimentos. [...] Essa necessidade foi desde a década de 90, quando nossos boxes eram dentro da CEASA. E essa conquista foi fruto de uma política territorial (informação verbal).

A Coordenadora da CECAFES relatou que existe um regimento interno, onde constam os direitos e deveres dos beneficiários. Esse regime está mencionado nas normas do Edital 01/2016 do processo seletivo com chamamento público. Ela também comentou que todos os beneficiados precisam seguir esse regime para garantir seu lugar na Central e assim poder comercializar seus produtos, como também honrar com os horários de abertura do local.

Com relação às dificuldades enfrentadas pela Central, a Coordenadora disse que a CECAFES está apenas com sete (07) meses de funcionamento, e uma das dificuldades que está preocupando a coordenação seria a questão de cumprir horários de abertura e fechamento dos boxes e bancas por parte dos beneficiados. Ainda que esse assunto esteja sempre em pauta nas reuniões regulares feitas pela coordenação. A coordenadora também alerta aos ocupantes dos boxes e bancas, quanto ao compromisso que eles têm de prestar conta ao final de cada mês, já que eles pagam uma taxa pela ocupação para poder expor os seus produtos, pagar frete e tirar o seu sustento. Sendo de responsabilidade de todos manterem a Central ativa e em

pleno funcionamento, visto que, foi uma luta que durou uma década pela conquista do referido espaço.

Foi abordado durante a entrevista com a coordenadora a Sra. Fátima Lima, como o pequeno agricultor paga por esse espaço de exposição dos seus produtos. Ela relatou que o Governo do Estado custeou todas as despesas da Central, até que ocorressem 90% da ocupação dos espaços físicos, e esse percentual será reduzido na medida em que os espaços fossem ocupados (boxes, pedra e lanchonete). Conforme quadro demonstrativo abaixo:

1º e 2º meses	90% das despesas totais;
3º e 4º meses	80% das despesas totais;
5º e 6º meses	70% das despesas totais;
7º e 8º meses	60% das despesas totais;
9º e 10º meses	50% das despesas totais;
11º e 12º meses	40% das despesas totais;
13º e 14º meses	30% das despesas totais;
15º e 16º meses	20% das despesas totais;
17º e 18º meses	15% das despesas totais;
19º e 20º meses	10% das despesas totais

Quadro 01: Percentual do custeio das despesas pelo Governo do Estado do RN.

Fonte: Edital 01/2016- Processo Seletivo de Chamamento Público. SAPE, 2016.

De acordo com o Edital 01/2016, a Central possui uma tabela de valores de arrecadação financeira, que visa cobrir as despesas com operação e manutenção da Central de Comercialização da Central de Agricultura Familiar, conforme segue abaixo:

TIPO	TAMANHO m <sup>2</sup>	VALOR R\$ m <sup>2</sup>	TAXA MENSAL R\$
01 lanchonete	21.35	R\$40,00	R\$854,00
32 boxes	15.0	R\$29,90	R\$448,50
50 Pedras	9.0	R\$14,95	R\$134,55

Tabela 01: Tabela de valores dos espaços físicos da CECAFES.

Fonte: Edital 01/2016 – Processo Seletivo de Chamamento Público- SAPE, 2016.

Também foram entrevistados alguns ocupantes do espaço da CECAFES, visando entender se a Central oferece condições para que haja inclusão familiar e sustentabilidade.

Beneficiado 01: A Central para nós pequenos agricultores foi uma oportunidade muito boa pra gente que antes só vendia em nosso município, e agora temos novos consumidores, que são os natalenses contribuindo para o aumento da nossa produção e assim garantir o nosso sustento familiar (informação verbal).

Beneficiado 02: A dificuldade que estamos enfrentando, mas que estamos procurando meios para melhorar, é porque nesses 07 (sete) meses de funcionamento, batalhamos com nossos próprios recursos para trazer a mercadoria para Central, não é fácil, pois pagamos frete, muitas vezes nos reunimos por meio de

uma rota que o carro frete faz o “apanhado” para que saia o custo do frete mais em conta para alguns. Outros, que moram em municípios mais distantes, arcam com o valor do frete sozinho. O que apuramos, temos que tirar o valor frete, o aluguel do local e o nosso sustento... Já teve desistência de um ocupante de Box acabar indo colocar seu produto na banca (ou pedra), já que o aluguel é mais barato. (informação verbal).

Ao concluir a análise das entrevistas com os atores envolvidos, observou-se que, em seus 07 (sete) meses de funcionamento, apesar de a Central ser um local que surgiu por meio discussões políticas territoriais, e de várias negociações junto com o governo Federal e Estadual, organizações e entidades, voltados para melhoria e qualidade de vida do pequeno agricultor, primando pelo desenvolvimento, sustentabilidade, que segundo Kurten e Ternoski (2016), resulta em uma inter-relação indispensável de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e inclusão social, enfim, a Central se define agregando tudo isso, os beneficiados ainda têm problemas em manter os custos de transporte, taxa de adesão ao ponto (Box ou Banca) e ainda ter recursos financeiros para o sustento da família. Visto que, todas essas despesas seriam retiradas da venda mensal efetuada na Central de Comercialização.

Faz-se necessário, divulgar esse tão recente espaço situado no município de Natal-RN, através dos vários meios de comunicação que existem no estado, como forma de propagar a existência de vários produtos como frutas e verduras frescas e saudáveis, vindos de uma agricultura familiar que preza pela sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, fazendo com que o consumidor leve a sua mesa, um alimento fresquinho e saudável. Conforme foi observado, ainda há consumidores que desconhecem a existência da Central de Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar, a divulgação seria uma maneira de ajudar os pequenos agricultores e adquirir mais clientes e assim produzir mais, com o intuito de gerar mais renda para poder pagar os custos e manter seu sustento e de sua família.

Apesar de alguns programas de apoio como o PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, os pequenos agricultores necessitam de políticas públicas que possam ajudá-los em momentos de crise, para que esses ocupantes da Central de Comercialização de Produtos de Agricultura Familiar não desistam desse local ameaçando em tempos difíceis, a Central deixar de dar resultados positivos. Afinal, lutaram por tantos anos, e como alguns mencionaram “foi um sonho realizado” a conquista desse espaço e que teve um grande investimento vindo do governo Federal e Estadual, beneficiando os agricultores familiares, associações e cooperativas, todos juntos com o mesmo propósito; trabalhar para obter o desenvolvimento econômico e sustentável e a inclusão familiar dos atores envolvidos.

## REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. Rio Grande do Norte. **Leis Ordinárias**. Disponível em: < <http://www.al.rn.gov.br/portal/legislacaoestadual/5/leis-ordinarias>> Acesso em 26 de outubro 2017.

ASSECON/EMATER. **Aberta Central de Comercialização da Agricultura Familiar Economia Solidária**. Disponível em: <<http://www.emater.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=144934&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=NOT%2CDCIA>> Acesso em: 06 de outubro 2017.

BARDIN. Laurence; tradução Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. 2006. **Lei Nº 11.326, De 24 de Julho de 2006**. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)> Acesso em: 28 de outubro 2017.

KURTEN. Leandro Baggio; TERNOSKI. Simão. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Disponível em: < <http://www.infocos.org.br/publicacresol/upload/trabalhosfinal/270.pdf>> Acesso em 29 de outubro 2017. <http://www.mda.gov.br/sitemda/chamadas-publicas>

PORTAL BRASIL. (2014). **ONU declara 2014 como o ano internacional da agricultura familiar**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/01/onu-declara-2014-como-o-ano-internacional-da-agricultura-familia>> Acesso em: 28 de outubro 2017.

SAPE. (2016) **Edital Nº 01/2016 – Processo Seletivo com Chamaneto Público 01/2016**. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/sape/DOC/DOC000000000123753.PDF>> Acesso em 29 de outubro 2017.

SELL. Cleiton Lixieski; VIRGOLIN. Isadora Wayhs Cadore; SILVA. Enedina Teixeira; NEUBAUER. **Agricultura Familiar; Um estudo sobre as iniciativas de economia solidária do município de Cruz Alta**. Disponível em: < <file:///C:/Users/User/Downloads/1914-5572-1-PB.pdf>> Acesso em 29 de outubro 2017.

## ANEXOS



Figura 01; Fachada da Central de Comercialização de Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografada pelos autores. 2017.



Figura02: Setor das bancas dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografado pelos autores. 2017.



Figura 03: Lanchonete dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografada pelos autores, 2017.



Figura 04: Boxes dentro da Central de Comercialização da Agricultura Familiar em Natal-RN.

Fonte: Fotografado pelos autores, 2017.



Figura 06: Dois pequenos agricultores que ocupam as bancas dentro da Central De Comercialização de Agricultura Familiar em Natal-RN (Junto com a autora da pesquisa).

Fonte: Fotografados pelos autores, 2017.

## ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA): PLANTANDO E COLHENDO SOB A ÉTICA DA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA.

### **Dayana Machado Rocha**

Universidade Estadual de Roraima (UERR)  
Boa Vista - Roraima

### **Cleane da Silva Nascimento**

Universidade de Trás dos Montes e Alto Douro  
(UTAD)  
Boa Vista - Roraima

### **Márcia Teixeira Falcão**

Universidade Estadual de Roraima (UERR)  
Boa Vista - Roraima

### **Emerson Clayton Arantes**

Universidade Federal de Roraima (UFRR)  
Boa Vista - Roraima

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo promover a reflexão sobre a associação de hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista – RR (Hortivida), na disseminação da Economia Solidária no estado a partir do processo de incubação realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES/UFRR). A ITCPES/UFRR presta serviços de assessoramento e qualificação para empreendimentos solidários no Estado de Roraima. Para tanto, foi realizada um estudo de caso. Os resultados visam demonstrar como a Hortivida permanece fortalecida e com autonomia desde sua criação. Concluímos

que a mesma já exercia economia solidária antes de ser incubada, uma vez que respeita os princípios da Economia Solidária, sendo eles: autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza e comércio justo e solidário.

**PALAVRAS – CHAVES:** Economia solidária, agricultura orgânica e sustentabilidade.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES/UFRR) faz parte de um conjunto de ações nacionais voltadas à geração de trabalho e renda para população de baixo poder aquisitivo no âmbito da Economia Solidária. Sendo um programa de extensão vinculado a Pró-Reitoria de Extensão da UFRR, que objetiva: a incubagem, formação, assessoramento e acompanhamento dos núcleos de economia solidária, tendo por objetivo transferir tecnologia social. Tem como missão Construir Tecnologia Social com os Empreendimentos Econômicos e Solidários, visando à transformação da sociedade justa e igualitária.

Atualmente, incuba 05 (cinco) empreendimentos, sendo eles: Associação dos Agricultores Familiares do Polo I do Projeto de

Assentamento Nova Amazônia (AAFPPANA), Associação Agropecuária de Projeto de Assentamento Nova Amazônia (AASPANA), Associação Folclórica Feras do Amazonas, Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista (HORTIVIDA) e Cooperativa de Empreendimentos Solidários do Município de Boa Vista (COOFEC'S). Estes estão situados na zona urbana e rural e são formados por pessoas de diversos graus de escolaridade. Fazem parte destes empreendimentos pessoas que buscam melhor qualidade de vida das famílias e encontraram dificuldades para entrar no mercado de trabalho. A partir da formação e assessoramento prestados pela ITCPES/UFRR os Empreendimentos de Economia Solidária - EES são ensinados a como se organizarem e ficarem aptos a acessar as políticas públicas.

A seguir serão apresentadas como ocorre o acesso e acompanhamento das políticas públicas acessadas pelos EES que recebem o acompanhamento da ITCPES/UFRR. A vigente pesquisa é também um estudo de caso com o empreendimento Hortivida, no qual, pretende-se demonstrar o histórico da associação, perfil socioeconômico dos associados e breve história de fundação da associação.

## **2 | ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA**

A economia solidária surgiu com o intuito de enfraquecer o sistema capitalista promovendo as pessoas com um baixo poder econômico um melhor viver. A Economia Solidária surgiu no Brasil na década de 80 e se expande por diversas Organizações da sociedade civil (ONG's), igrejas, incubadoras universitárias e Fóruns de Economia Solidária.

Atualmente é uma estratégia de política pública e de desenvolvimento solidário, consolidada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva a partir da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003, a partir de uma demanda dos movimentos sociais.

Por se tratar de uma entidade pública, a SENAES implementar as políticas públicas em parceria com as entidades que entendem e fomentam a economia solidária, como é o caso das ITCPs. Estas entidades são obrigatoriamente são selecionadas por chamada pública. No entanto, Singer destaca que os parceiros da sociedade civil são decisivos, uma vez que de nada adianta uma política bem desenhada, bem elaborada se não for bem executada (MENDONÇA, 2014).

A Economia Solidária é concebida como instrumento de reconhecimento de novos sujeitos sociais, a partir de uma forma de viver diferenciada, abrindo espaço para uma realidade diferenciada, que permite alternativas para os que são marginalizados (Santos, 2001). Diante da desigualdade social que o país enfrenta continuamente, a economia solidária surge não apenas pela sua importância diante de uma forma

diferente de viver, e de seu fomento tornar-se objetivo de políticas governamentais, mas também das diversas condicionantes de natureza global, macroeconômica e ideológica, numa visão ampliada, e de limitações e injunções ligadas a aspectos políticos, financeiros, orçamentários, numa visão mais próxima (MONTEIRO, 2009).

No entanto, é inegável as grandes lutas que ainda serão necessárias travar para o alcance deste objetivo, ainda que este esteja no cerne das discussões, visando a promoção do bem estar social e não o beneficiamento do sistema capitalista. Na economia solidária, a preocupação vai além da geração tão somente do trabalho e renda, visando também à ajuda mútua ao próximo, tendo isso como uma das saídas para enfrentar a desigualdade social. Para além disso, está fundamentalmente relacionadas a condições mais justas de produção, distribuição de ganhos e melhor condição de vida, os princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade.

Segundo Gaiger (2003), os empreendimentos econômicos solidários compreendem diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, incorporando indivíduos excluídos do mercado de trabalho que estão à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, cooperativas, associações e empresas de autogestão. Combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Desse modo, percebe-se que o fortalecimento dos atores se dar a partir de uma articulação com o grupo, de forma a apresentar para estes indivíduos uma forma emancipatória, analisando as potencialidades dos sujeitos envolvidos. Para Singer (1998, p. 9) “a economia solidária é um projeto de organização sócio-econômica com princípios opostos ao do *laissez-faire*: em lugar da concorrência, a cooperação; em lugar da seleção darwiniana pelos mecanismos do mercado, a limitação – não a eliminação”.

Esta economia ainda não deixou de ser um desafio para o desenvolvimento local e para a sua solidificação, sendo necessário que haja transformação do processo educacional com base neste princípio, levando o interesse pela coletividade e a descrença do trabalho individual. As atuações em torno da autogestão, em particular na economia solidária carecem de políticas públicas incentivadoras e “isso não é assistencialismo como dizem os defensores da economia privada” e sim uma “outra economia” que aborda a participação de um conjunto de pessoas em prol da melhoria de vida de um grupo (GADOTTI, 2009).

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia para realização deste trabalho consiste em pesquisa documental e estudo de caso. O trabalho é desenvolvido com um EES incubados pela ITCPES/

UFRR na cidade de Boa Vista – RR, o EES Hortívoda. A escolha da pesquisa documental se deu por entender que este é um método apropriado para a presente pesquisa, tendo em vista que este “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 45).

A metodologia utilizada foi classificada como de pesquisa qualitativa, por meio de entrevista em profundidade. Para Ramalho (2011, p.102), entrevistas em profundidade “são caracterizadas como entrevistas realizadas de forma direta e pessoal, em que um único respondente é entrevistado individualmente, sendo objetivo do entrevistador, nesse tipo de entrevista, descobrir, entre outros, motivações, crenças e atitudes”.

As entrevistas ocorreram de forma individual, em horários preestabelecidos, de manhã e à tarde em seus respectivos locais de produção, no período de 2015. Sendo estruturadas em seis categorias: conversão; associação; produção; entraves; comercialização; reafirmação da escolha. Também foram feitas as observações nos locais e tomado notas para fins de pesquisa. As entrevistas foram realizadas com os 07 membros da associação Hortívoda, ocorreram em seus locais de produção, sendo esses, compostos por propriedades periurbanas (quintais de suas casas ou terrenos arrendados). Assim, buscou-se conhecer e apresentar por meio de fotos os modos de vida desses associados e a maneira como produzem os alimentos para a comercialização.

Para a coleta dos dados socioeconômicos utilizou-se do método de pesquisa survey em seu propósito descritivo. Conforme Pinsonneault & Kraemer (1993), o instrumento busca identificar quais situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população. Portanto, adaptou-se do modelo do questionário elaborado pela Embrapa (2007) para aplicação com os consumidores. Também se adaptou do questionário elaborado por Barbé (2009), contendo questões abertas e fechadas para aplicação com os produtores de orgânico do município de boa vista – RR.

#### **4 | LINHA DO TEMPO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS – (ITCPES/UFRR)**

A ITCPES/UFRR nasceu em 2006, inicialmente sob a coordenação da Professora Marlene Grade, logo depois sob a coordenação da Professora Meire Joisy e atualmente coordenada por uma equipe de 07 (sete) professores da UFRR de diversos departamentos.

Em **2009** lançou o livro “*Mulheres Migrantes e Indígenas de Roraima*”, fruto do convenio com o Banco da Amazônia e Fundo de Financiamento da Amazônia – BASA.

No ano de **2010** em Parceria com a Universidade Federal do Pará/Região Norte executou o projeto Centro de Formação em Economia Solidária – CFES/NORTE com

a finalidade de implementar, fortalecer ações de formação em Economia Solidária para os EES e constituir uma rede de formadores, capacitando 366 (trezentas e sessenta e seis) pessoas em oficinas e cursos.

Em **2011** foi Parceira do projeto Petrobrás “Educação Sustentável, Sinérgica e Social (EDU<sub>3</sub>S) em Projetos de Assentamentos no Estado de Roraima.

No ano de 2012 deixa de ser apenas projeto e passa a ser um programa registrado na PRAE/UFRR no dia 1 de fevereiro de 2012 e convalidado pela resolução n. 04/2016 CEXT/CEPE.

Ainda neste ano acompanhou o processo de constituição e incubação da COOFEC’S voltada atividade de confecção de roupas e acessórios e continuou a execução do CFES/NORTE.

Em **2013** coordenou o Proext/2013/MEC, intitulado: Incubadora de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da UFRR: promovendo a Sustentabilidade e a Cidadania. O projeto objetivou promover o desenvolvimento regional por meio do processo de formação, assessoramento, qualificação e mobilização dos empreendimentos solidários a partir da organização de grupos de mulheres, priorizando o processo de organização e inovação de unidades produtivas no município de Boa Vista, Estado de Roraima. Ainda neste ano, foi vencedora pela segunda vez e em segundo lugar do Prêmio Samuel Benchimol, na categoria Suporte ao desenvolvimento regional.

**No ano de 2014, 2015 e 2016** desenvolveu e coordenou 02 (dois) projetos financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo eles: Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e Núcleo de extensão em Desenvolvimento territorial (NEDET).

O **PRONINC é um** projeto de pesquisa que objetiva apoiar e fomentar as incubadoras universitárias e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFET) que desenvolvem processos de incubação de EES oferecendo-lhes apoio, assessoria, qualificação e assistência técnica, fundamentais para a criação e acompanhamento.

O **NEDET** executado pela **ITCPES/UFRR foi focado em 02 (dois)** territórios de Roraima, sendo eles: Território Rural de Identidade Norte de Roraima que compreende os municípios de Amajari, Boa Vista, Bonfime e Cantá e Território da Cidadania Terra Raposa Serra do Sol e São Marcos, composto pelos seguintes municípios: Normandia, Pacaraima e Uiramutã. Este projeto objetivou atender estes territórios por meio da extensão universitária, oferecendo-lhes assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento nos Territórios.

Atualmente conta com uma equipe formada por 07 (sete) professores de diversos departamentos da UFRR, 03 acadêmicas bolsistas e 03 bolsistas instrutoras voluntárias. A ITCPE/UFRR tem buscado contribuir na melhoria das condições de vida das famílias que fazem parte da população extremamente pobre, rompendo o ciclo de reprodução da pobreza, utilizando dos princípios da economia solidária. As ações da

incubadora se concretizam por meio de atividades que envolvem grupos em situação social e econômica vulnerável, mediadas por princípios cooperativos, solidários na busca por constituir mecanismos para a melhoria de vida e inclusão social.

Assim, incuba<sup>1</sup> atualmente 05 (cinco) empreendimentos, sendo eles: AAFPPANA, AASPANA, Feras do Amazonas, HORTIVIDA e COOFEC´S. Objetiva dotar estes grupos das condições adequadas de sustentabilidade para seus empreendimentos e promover o fortalecimento e autonomia dos seus empreendimentos, garantindo o trabalho e renda para o sustento dessas famílias.

## **5 | LINHA DO TEMPO DA ASSOCIAÇÃO DOS HORTIFRUTIGRANJEIROS ORGÂNICOS DE BOA VISTA – RR (HORTIVIDA)**

Criada em 29 de julho de 2005 a Associação dos Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista – AHOBV, sendo essa, uma entidade sem fins lucrativos, de duração indeterminada com sede provisória na travessa Astério Bentes Pimentel, 230, Bairro jardim floresta 1 de Roraima, com o intuito de lutar pela expansão desta atividade orgânica em âmbito local, nacional e internacional. Assim, regida pelo Novo Código Civil Brasileiro, lei nº 10.406 de 22 de janeiro de 2002, de acordo com as demais leis vigentes do país e pelo próprio Estatuto social da associação dos hortifrutigranjeiros orgânicos de Boa Vista – AHOBV.

Associação de Hortifrutigranjeiros Orgânicos de Boa Vista – AHOBV, denominada Hortivida, é credenciada junto a uma Organização de Controle Social (OCS) do Estado, e inserida no cadastro nacional de orgânicos habilitada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, na qual pode efetuar venda direta ao consumidor orgânico.

De acordo com o MAPA (2016), a principal característica da produção orgânica é a não-utilização de agrotóxicos, adubos químicos ou substâncias sintéticas que agridam ao meio ambiente (usualmente utilizados em sistemas de produção não ecologicamente corretos). Para ser considerado orgânico, o processo produtivo contempla o uso do solo, da água, do ar e dos demais recursos naturais, respeitando as relações sociais e culturais.

Segundo Assis et al. (1998) e Penteado (2000), originariamente o termo orgânico advém de “organismo”, significando que todas as atividades da fazenda fazem parte de um corpo dinâmico, que envolve a planta, o solo e as condições climáticas, tendo como objetivo a produção de um alimento sadio, com características que atendam às expectativas do consumidor.

A associação é composta por um presidente, Francisco Canindé e os demais associados distribuídos em cinco homens e uma mulher. Por meio de suas atividades

---

1- É um método de acompanhamento dos EES, oferecendo subsídios, visando a organização desses EES.

periurbanas, cultivam espécies de origem vegetal como as hortaliças e legumes, frutas das mais variadas espécies e a criação de alguns animais como frangos, porcos, etc. O trabalho é feito no decorrer da semana e aos sábados e quartas-feiras, reúnem-se na Praça da Amoca e na avenida Capitão Júlio Bezerra (localizado próximo ao Supermercado Goiana), aonde comercializam sua produção ao ar livre.

O sistema de produção destes produtores nem sempre ocorreu sobre os preceitos do sistema orgânico, anterior a este sistema a maioria (exceto uma produtora) utilizava dos mecanismos oferecidos pelo sistema convencional. Atraídos para a mudança por questões adversas, bem como apontam os produtores, como problemas com a saúde por uso de agrotóxicos na produção e o desequilíbrio ambiental em que se encontravam suas propriedades por uso de tais insumos químicos.

Dessa forma, tais agricultores fizeram, por três anos, parte da primeira turma do curso de agricultura orgânica oferecido em parceria do SEBRAE, EMBRAPA, prefeitura e outros parceiros institucionais, onde puderam adquirir ensinar e trocar conhecimentos sobre o sistema de produção orgânico tanto na teoria como na prática. Ainda em seu primeiro ano de conversão, os resultados da produção orgânica foram medidos em R\$ 325.151,00, correspondendo em 4,5% menor em comparação com a atividade convencional exercida anteriormente (AGROECOLOGIA EM REDE, 2016).

Nesse projeto foram capacitados 22 produtores com cursos de produção orgânica; associativismo; como vender mais e melhor; processar minimamente hortaliças e visitas técnicas a feiras nacionais. Esse curso está em funcionamento desde então e visa à formação de agricultores em práticas alternativas de produção agrícola com base em uma agricultura sustentável.

No entanto, somente nove desses agricultores, capacitados na primeira turma do curso de agricultura orgânica, engajaram-se para a associação. O restante se dispersou e a grande maioria ainda trabalha com a agricultura convencional. Como é o caso de três ex-associados, que por questões adversas voltaram a operar com sistema convencional. Em 2012 uma agricultora orgânica, vinda do Rio de Janeiro, conhece a associação e resolve fazer parte da família Hortivida, aumentando o quadro para 07 associados desde então.

O EES Hortivida teve ainda em seu primeiro ano de conversão, resultados da produção orgânica, em média, de R\$ 325.151,00, correspondendo em 4,5% menor em comparação com a atividade convencional exercida anteriormente. No entanto, sabe-se que essa redução da receita não representa perda do lucro, uma vez que, o produtor passa a conhecer outras maneiras de utilizar os recursos de sua propriedade, diminuindo assim, custos com insumos externos.

Somente em 2014 o EES Hortivida passou a ser incubado pela ITCPES/UFRR, e passou a receber cursos de capacitação em economia solidária. Contudo, a mesma já consolidava os princípios da economia solidária - autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário - antes mesmo de ser capacitada (conforme os resultados das entrevistas apresentados

nos próximos tópicos), por terem sido capacitadas anteriormente pelo curso em agricultura orgânico, também baseado nesses princípios.

E principalmente pela preocupação que sempre tiveram em manter o grupo, com isso, realizaram mutirões e trocas de experiências semanalmente até que o grupo pudesse se manter consolidado. Desse modo, executaram um dos princípios da economia solidária: o princípio da solidariedade. A própria certificação obtida junto a um OCS os incentivam a terem maior preocupação com a ética da produção orgânica, e com isso, mantem-se o respeito a natureza, comercio justo e consumo solidário, outros vieses da economia solidaria, uma vez que, esta garantia é dada pela confiança do consumidor para com o agricultor orgânico, podendo este visitar as propriedades ou locais de produção, sempre que assim optarem.

## **6 | CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA ASSOCIADO DO EES HORTIVIDA**

Após as análises dos dados constatou-se que a maioria dos agricultores da associação é do sexo masculino contendo apenas uma associada do sexo feminino. E que destes, apenas um produtor é natural de Roraima, o restante, em sua maioria, pertencia a zona rural do seu estado de origem, assim migrando para o estado de Roraima em busca de novas oportunidades, conforme tabela abaixo.

Os agricultores orgânicos apresentam em média 49 anos de idade e vivem em suas propriedades Periurbanas. As famílias são compostas, em média, 03 filhos e 05 pessoas por família. Com relação à escolaridade, verificou-se que 05 possuem apenas o ensino fundamental incompleto, o restante possui ensino superior. Questionados a respeito da renda mensal da família, 05 responderam que a renda mensal fica na faixa de 03 a 05 salários, os outros 02 afirmam receber valor superior com a comercialização de sua produção orgânica.

Dentre os principais entraves para a produção orgânica, segundo os associados, destaca-se: a falta de mão-de-obra qualificada; falta de políticas públicas voltadas para o setor de orgânicos; e as dificuldades em conseguir financiamento que atendam às exigências da produção vigente.

## **7 | RESULTADOS DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS ASSOCIADOS, DA HORTIVIDA, ACERCA DO SISTEMA DE PRODUÇÃO ORGÂNICO**

Todos os associados (exceto um) sempre atuaram no campo utilizando dos mecanismos convencionais, e assim, por meio do curso oferecido em 2005 pelo SEBRAE é que eles fizeram a transição da maneira convencional de se produzir para a orgânica. Essa mudança veio de uma série de problemas consequentes do sistema convencional, assim esses motivos podem ser vistos de acordo com essas 05 facetas:

problemas com o estabelecimento de produção em desequilíbrio; desejo de mudança; preocupação com a saúde e a natureza; responsabilidade social; satisfação pessoal.

“Porque é um produto limpo, não tem agrotóxico, melhor para a saúde. No passado cheguei a ficar intoxicado com os agrotóxicos”. GEODVAN

Indagados sobre a importância de fazer parte de uma associação reconhecida como orgânica os associados da Hortivida falaram que foi por meio da associação que o grupo fortaleceu nas práticas orgânicas, pois os mesmos tratam de realizar eventos, confraternizações para a promoção das trocas de ideias. Também citam a importância de se ter a associação justamente pelas diversidades locais, dificuldades climáticas. Assim, a mesma, ainda trata de compor indivíduos que venham para somar na produção e comercialização orgânica, como é o caso da associada Rossana, inserida na associação em 2012.

“A união que o grupo teve em celebrar uma associação, foi o que fortaleceu nas práticas orgânicas. Pois logo que nos organizamos, como associação, passamos a realizar muitos mutirões, onde uma vez por semana, todos se juntavam para realizar uma tarefa na propriedade do outro”. CANINDÉ

Dos 07 associados, 05 comercializam sob uma estrutura coletiva devido à falta de volume de produção; pelo reconhecimento de produto superior; contato com cliente; pela união em estar lado a lado com os demais associados, compartilhando conhecimentos. Contudo, para os que não comercializam, os principais motivos são: de demanda ainda insipiente, tendo esses que vender sua produção orgânica como produto convencional para restaurantes e assim garantir a venda por inteira de sua produção; seguido das atividades da produção não permitirem realização das atividades produtivas durante as 06 horas de operação das duas feiras, o que prejudica certas culturas como a alface, em que é necessário fazer a rega nesse intervalo de tempo.

“Faço minhas vendas ainda como convencional, uma parte do que eu produzo um associado leva para a feirinha, mas o restante eu vendo como convencional, sem o reconhecimento de produção orgânica, para restaurantes, mercearias. A feira tem a vantagem de poder vender por conta, e a fidelidade dos clientes que frequentam semanalmente a feira de orgânicos, mas ainda falta muita consciência da população em relação a qualidade. Se dependesse só da feira eu não ia me sobreviver aqui, por isso eu optei continuando a vender pelo preço convencional, mas produzido de maneira orgânica”. JOSÉ

Segundo os associados, existe demanda para seus produtos, e essa tem crescido, no entanto, a oferta diversificada não tem sido suficiente. A dificuldade em suprir essa demanda vem da escassez de mão de obra e da dificuldade da continuidade da produção familiar, visto que a maioria dos associados não possui o apoio dos filhos, e alguns deles não possuem cônjuge. Estando essa produção dependente de mão de obra terceira para a obtenção de maiores números de produção.

Contudo, os associados afirmaram ter dificuldades em encontrar mão de obra disponível. Para os associados, durante o período de alta produção, o mercado absorve

muito produto convencional por este está sendo ofertado em maiores números com preços bem inferiores ao produto orgânico. Assim, quando há escassez do produto convencional o seu preço eleva ao ponto do orgânico e então a procura pelo orgânico cresce a um ponto que a oferta não consegue suprir.

“As vendas oscilam de acordo com o mercado dos convencionais, quando é inverno e os produtores convencionais produzem menos, eu vendo mais. E quando é verão e o mercado convencional está a todo vapor, minhas vendas caem um pouco. Não é o clima que altera minhas vendas, mas a demanda dos clientes que por não serem abastecidos pelos convencionais, abri uma brecha para que os orgânicos tenham mais saída”. GEODVAN

Para os associados o lucro de uma produção orgânica é superior ao da produção convencional, pois apesar dos preços serem semelhantes aos convencionais (preços estabelecidos pelos associados da Hortivida), os gastos com insumos externos são bem inferiores, assim o seu ganho torna-se superior. Assim, os mesmos definem como necessário saber utilizar os recursos disponíveis, que ao longo do tempo a produção tornasse alto sustentável não utilizando mais de recursos externos, isso gera um outro aumento no lucro que passa a não ter mais gastos com insumos externos.

“Muito superior. Porque na agricultura orgânica, a gente chega uma época, que tu acaba fazendo economia. Eu mesmo tô fazendo economia por ano aqui de adubo químico, que de primeiro eu usava, que hoje eu não uso mais. Adubo químico, veneno, essas coisas tudo se chama economia para mim”. ANTÔNIO

Diferentes foram os argumentos que os mesmos usaram para justificar a opinião sobre a concorrência. Entende-se que não existe concorrente de produtos orgânicos, ainda que para alguns dos associados essa concorrência se der pelo produto convencional (tal concorrência só os atinge quando a safra é muito boa, o que reduz os preços dos convencionais a um passo que os clientes optam pela economia de tal escolha).

“Concorrência alta. A concorrência é dada pelo produto convencional, nós temos clientes fiéis que não trocam nossos produtos superiores pelo produto convencional, mas não são todos. Falta conscientização da sociedade para diminuir essa concorrência, para o aumento do consumo de alimentos orgânicos”. TANABI

“Não tem concorrência. Não tem produção orgânica, só tem produção convencional e eu não considero esse como concorrência por ser um produto inferior”. ROSSANA

Os preços são fixados de acordo com o preço do mercado ou avaliando o custo de produção. Entre os que avaliam o preço conforme o mercado, estão divididas as opiniões entre achar que dessa forma perde e achar que ganha. Alguns associados ao comparar os custos de produção com o de mão de obra e estipular uma porcentagem de lucro, conseguem ter certeza de que realmente estão lucrando, e ainda, conseguem comparar seu preço com o do mercado para identificar se o seu preço estar competitivo com o mesmo.

“A gente vai acompanho o mercado. Mas essa forma não é segura de trabalhar, o certo é fazer um controle, mas a gente não tem esse controle, não tem esse estudo organizado de quanto que ta consumindo tal coisa, daí pode ter prejuízo. A gente vai cobrando quando o cliente chia muito, a gente, abaixa o preço e assim a gente vai negociando”. ROSSANA

Segundo a opinião dos associados, a falta de visibilidade do sistema orgânico para a sociedade no geral que ainda é alheia com relação aos benefícios do alimento orgânico tanto para a saúde quanto para a manutenção da agrobiodiversidade, promoção social e cultural dos agricultores. Assim, desorientados, esses clientes não percebem as dificuldades do sistema optando por um produto mais barato, mas que internaliza para a sociedade e ao meio ambiente suas adversidades de produção.

“O maior problema que a gente tem é a questão da falta de visibilidade para a sociedade, do que representa um alimento sem veneno. Temos nossos clientes que são fiéis, mas os clientes que não tem conhecimento quando vem comprar com a gente, não valoriza nosso produto”. GEODVAN

“Se o governo fizesse um trabalho de conscientização nesse sentido, melhoraria muito. Já que o governo interfere e muito no avanço do sistema orgânico, são as burocracias que impõem ao agricultor de comprar os produtos que necessita. Por exemplo, eu importo organismos vivos, mas para que eles cheguem vivos já que são importados de outros estados, é apropriado que venham de avião, no entanto o governo vem proibindo esse canal. O que dificulta ou quase extermina a chegada desses organismos vivos”. CANINDÉ

## 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Solidária surgiu em busca de melhorar de forma alternativa a vida de diversas pessoas, uma vez que estas tomam a decisão de trabalhar em grupo acreditando nesse aspecto uma possibilidade para vencer os padrões do capitalismo, ainda que esta se desenvolva por meio deste, porém operando de forma coletiva e buscando alternativas baseadas em valores humanos, garantindo autonomia a grupos que decidem melhorar de vida por meio do trabalho solidário e das práticas sustentáveis.

Nesta perspectiva, as incubadoras possuem um papel fundamental no desenvolvimento desta economia, realizando por meio da pesquisa e projetos de extensão o assessoramento técnico, até que estes empreendimentos possam desenvolver melhor sua autonomia, levando e construindo juntos novos conhecimentos em busca de que os cooperados ou empreendedores despertem para um espírito mais solidário e cooperativo.

De acordo com os resultados da pesquisa realizado com o ESS Hortívoda, sendo essa fundada a partir do curso em agricultura orgânica oferecido, pela EMBRAPA em

2005, e incubada em 2014 pela ITCPES/UFRR.

A associação perpetua-se ao longo de mais de uma década por intermédio da união celebrada entre os associados e seus clientes fidelizados, que os acompanham desde o início. União essa que ocorreu por intermédio dos incentivos institucionais que apoiaram a fundação da associação dando visibilidade a mesma com divulgação intensa durante o período de instalação da mesma. No entanto, faltam apoios institucionais que intensifiquem, nesse sentido, mecanismos de forma que possam sensibilizar mais pessoas para que essas venham somar e aumentar nas práticas e no consumo orgânico.

De acordo com os resultados da pesquisa, conclui-se que a ESS estudada já exercia economia solidária antes de ser incubada, pois sempre atuou com os princípios da autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário, por terem sido capacitadas anteriormente pelo curso em agricultura orgânico, também baseado nesses princípios.

## REFERÊNCIAS

AGROECOLOGIA EM REDE. **Associação dos hortifrutigranjeiros orgânicos de boa vista – Hortivida**. Disponível em: <<http://www.agroecologiaemrede.org.br/experiencias.php?experiencia=740>> Acesso em 06 mar. 2017.

ANDRADE L. M. S.; Bertoldy M. C. **Atitudes e motivações em relação ao consumo de alimentos orgânicos**. Belo Horizonte: MG, 2012.

ASSIS et al. Processo de conversão de sistemas de produção convencionais para sistemas de produção orgânicos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.2, p.179-204, maio/ago. 2002.

BARBÉ, L. C. **Caracterização de consumidores e produtores dos produtos agroecológicos/orgânicos**. Campos dos Goytacazes – RJ, 2009.

BARBOSA, S. C. A. **O processo de construção da participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável no município de Viçosa**, MG. 2007. 33 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) -Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa , Viçosa, MG, 2007.

BLAUTH, Guilherme. **De olho na vida: reflexões para um consumo ético**. Florinópolis: Instituto Harmonia da Terra, 2006.

CUPERSCHMID, N. R. M.; TAVARES, M. C. Atitudes em Relação ao Meio Ambiente e sua Influência no Processo de Compra de Alimentos. **RIMAR - Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.1, n.3, p. 5-14, set./dez. 2002.

DAROLT, M. R. Agricultura Orgânica: Inventando o futuro. Londrina: Iapar, 2002. DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

EMBRAPA. **Perfil do Consumidor e do Consumo de Produtos Orgânicos no Rio Grande do Norte**. Aracaju: Sergipe, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **In: Empreendimentos econômicos solidários**. A outra economia / Antonio

David Cattani (Org.). Porto Alegre: Veraz, 2003.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo. **Editora Atlas**, 2002. 176 p.

JUNIOR, E. P. A. et al. **Aspectos relativos a saúde e ao meio ambiente ligados ao consumo de alimentos orgânicos**. Santa Maria: UFSM, 2012.

MENDONÇA, A. (2014a). **Mestre do Mundo: Paul Singer**. Várias entrevistas realizadas por Aline Mendonça dos Santos em abril de 2014. Projeto ALICE.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento – MAPA. Produção de orgânicos. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimentosustentavel/organicos>> acesso em 15 mai. 2016.

PINSONNEAULT, A.; KRAEMER, K. L. **Survey research in management information systems: an assesment**. Journal Management Information System, 1993.

RAMALHO, A. D. S. **Análise do comportamento do consumidor e do produtor/ comercializador de hortifrutis orgânicos da região metropolitana de belo horizonte**. Dissertação de mestrado do curso de Administração da Universidade FUMEC. Belo Horizonte – MG, 2011.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção. Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, B. S. Um Discurso sobre as Ciências. 12ª ed. Porto: **Edições Afrontamento**, 2001.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Hábitos de consumo. **Resultado completo da pesquisa “hábitos de consumo em BOA VISTA-RR”** - SEBRAE/RR - 2012.

SEYMOUR, D. A construção social do gosto. In: SLOAN, D. (Org.). **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri, SP: Manole, 2005.

SINGER, P. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: Reis, F. W. e O' Donnell, G. (org.). **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

## MODELO TEÓRICO DE ORGANIZAÇÃO PARA A PRODUÇÃO COLETIVA DE ARTESANATO: O CASO DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTESÃS DA ÁREA RURAL DE MONGAGUÁ/SP<sup>1</sup>

### **Newton José Rodrigues da Silva**

Zootecnista, Dr. Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/SAA. Integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista. E-mail: newtonrodrigues@cati.sp.gov.br.

### **Marisa Vicente Catta-Preta**

Psicóloga, MSc. Coordenadora do Espaço Eranos, Santos/SP.

### **Thais Maria Muraro Silva**

Engenheira Agrônoma. Diretora do Departamento de Agricultura da Prefeitura de Itanhaém/SP.

### **Mariany Martinez dos Santos**

Bióloga, indigenista da FUNAI.

**RESUMO:** O presente artigo apresenta dois referenciais teóricos, sendo um da sociologia e outro da psicologia para subsidiarem a organização de grupos de mulheres que residem em territórios rurais e se unem com o objetivo de produzir artesanato com a valorização dos seus talentos e produtos locais. Além disso, sugere um conjunto de ações de apoio que contemplam aspectos de capacitação técnica, organizacional e referentes à comercialização, para que o grupo atinja os seus objetivos. Os referenciais teóricos são a sociologia da tradução e os tipos psicológicos de Jung. O primeiro orienta a construção de redes sociotécnicas que portam as atividades econômicas. Já, o

da psicologia, possibilita que as integrantes de um grupo conheçam mutuamente as suas dinâmicas individuais para a sua harmonização e melhor aproveitamento das características de cada uma, possibilitando o planejamento e execução das atividades de forma coordenada. O presente modelo foi construído entre 2006 e 2011, fundamentado em trabalhos realizados com mulheres do bairro rural da Água Branca/Mongaguá. A sua aplicação se mostrou pertinente, pois possibilitou a construção de uma rede sociotécnica, a harmonização das relações entre as integrantes do grupo e propôs a sua reorganização com a adequação dos tipos psicológicos às diferentes atividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária, artesãs rurais, sociologia da tradução, tipos psicológicos

**ABSTRACT:** The following article presents two theoretical references, one belongs to sociology and the other one to psychology to subsidize the organization of groups of women who live in rural territories and get together in order to create handicrafts to value their skills and local products. Furthermore, it suggests a series of supporting actions that contemplate aspects of technical and organizational capacities involving commercialization, so the group can achieve their goals. The theoretical references

1- Financiada parcialmente pelo CNPq, processo nº 560429/2008-8.

are the sociology of translation and the psychological types of Jung. The first one orientates the construction of sociotechnical nets that carry economic activities. While the psychology referential enables group members to get to mutually know the individual dynamics contemplating the harmonization and a better use of each one's characteristics, enabling the coordinated planning and execution of the activities. The present model was built between 2006 and 2011, based on work with women from the rural neighborhood of Água Branca/Mongaguá. Its application was relevant because it made possible the construction of a sociotechnical network, the harmonization of the relation among the members of the group and proposed its reorganization of the group with the adaptation of psychological types to different activities.

**KEYWORDS:** solidarity economy, rural crafters, sociology of translation, psychological types

## 1 | INTRODUÇÃO

A produção de artesanato em fibra de bananeira foi concebida a partir de 1991 como resultado de um projeto denominado “Aproveitamento de Resíduos da Agroindústria da Banana no Vale do Ribeira-SP”. A sua realização foi feita pela ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo), com base em uma solicitação do CODIVAR (Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira), com financiamento da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Buscava-se apontar qual o melhor aproveitamento para o resíduo da bananicultura - importante atividade na referida região - para geração de renda. A ideia de produzir artesanato com fibra de bananeira tinha como princípios, dentre outros, a utilização do resíduo da bananicultura como matéria prima, a valorização de técnicas de produção de artesanato já praticadas e complementação de renda para aqueles que praticavam a agricultura de subsistência, sob a perspectiva da pluriatividade<sup>2</sup>. Foi considerado, ainda, que os produtos da artesanaria em fibra de bananeira teriam expressivo apelo comercial quando associados ao turismo de base comunitária. A trajetória da atividade em questão foi construída com estudos realizados na ESALQ tendo o pseudocaulo da bananeira como matéria prima, resgate de técnicas utilizadas por artesãos do Vale do Ribeira com outras fibras, elaboração de protótipos de objetos, testes com produção de papel artesanal, utilização de material originário de diferentes cultivares locais. A partir de 1997 foi elaborada uma metodologia de divulgação dos resultados desses trabalhos, realizando-se treinamentos nos municípios do Vale do Ribeira para que houvesse a adoção da atividade. Os núcleos de desenvolvimento da produção de artesanato em fibra de bananeira foram grupos que se formaram nos municípios de

---

2- Trata-se de um fenômeno em que famílias residentes em domicílios rurais incorporaram à sua estratégia de reprodução social, um conjunto variado de atividades econômicas, não necessariamente ligadas à agricultura e cultivo da terra, configurando assim, o “novo rural brasileiro” (Silva, 2002).

Miracatu e Itariri (Garavello *et al.*, 2010).

A adoção da referida atividade por mulheres que atuam juntas, dividindo as tarefas, é de grande complexidade pelo fato de envolver, normalmente, pessoas com diferentes origens e anseios. Exige, ainda, relações de cooperação e confiança entre as artesãs para a produção do artesanato e gestão do negócio. Além disso, as inovações técnicas e organizacionais devem estar presentes durante todo o processo, com o objetivo de se ter produtos com aceitação no exigente mercado consumidor de artesanato, que considera atributos relacionados à estética, durabilidade e custo dos produtos.

Em 2006, os desafios expostos acima foram assumidos no bairro rural da Água Branca/Mongaguá por um grupo de mulheres que tinha conhecimento do processo que se desenvolvia no Vale do Ribeira. Foi solicitado apoio aos extensionistas da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), órgão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, e Prefeitura Municipal de Mongaguá. Para a construção do projeto partiu-se do princípio que nenhum projeto nasce bom, mas se torna bom quando viabilizado por uma rede sociotécnica. O referido conceito é considerado o coração da sociologia da tradução desenvolvida por Michel Callon e Bruno Latour a partir do início da década de 80, na França (Bernoux, 2004). Além disso, as diferenças na forma de ser e agir das mulheres que pleiteavam trabalhar em grupo deveriam ser compreendidas mutuamente, para que houvesse melhores condições de superação de eventuais problemas no cotidiano e aproveitamento das características de cada uma nas diferentes tarefas que compõem a produção de artesanato em fibra de bananeira e a gestão do negócio. Os Tipos Psicológicos desenvolvidos por Carl Gustav Jung constituem um referencial teórico de fácil compreensão que pode ser aplicado por integrantes de grupos que se dedicam à produção (Silveira, 2007).

Assim, foram mobilizados dois referenciais teóricos para apoiar a formação de um grupo de artesãs que habita na área rural, sendo a sociologia da tradução voltada para a construção de uma rede com diferentes atores atuando de forma coordenada. E outro referencial, voltado à compreensão das características individuais das artesãs que se relacionarão no cotidiano. Porém, necessitava-se ainda de um conjunto de ações de formação para que as artesãs aprendessem a transformar o pseudocaulo da bananeira em material para ser utilizado no artesanato, assim como desenvolvessem produtos com valor de mercado, os comercializassem e obtivessem renda. Com as artesãs definiram-se as ações que seriam realizadas de acordo com a evolução técnica e organizacional do grupo. Os recursos necessários para a execução das diferentes etapas integrantes do projeto foram da CATI, Prefeitura Municipal de Mongaguá e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A aplicação da sociologia da tradução e dos tipos psicológicos de Jung na construção de um grupo de artesãs na área rural de Mongaguá/SP permitiu tirar ensinamentos que podem ser aplicados pelas suas integrantes e, também, em outros grupos que tenham objetivo similar.

## 2 | O BAIRRO RURAL DA ÁGUA BRANCA

O bairro rural da Água Branca, como representado na Figura 1, localiza-se no município de Mongaguá/SP. Trata-se de uma microbacia hidrográfica, ou seja, é a área geograficamente delimitada por espigões e drenada por um curso d'água ou por um sistema conectado de cursos d'água.

### Localização da Bacia da Água Branca, Mongaguá

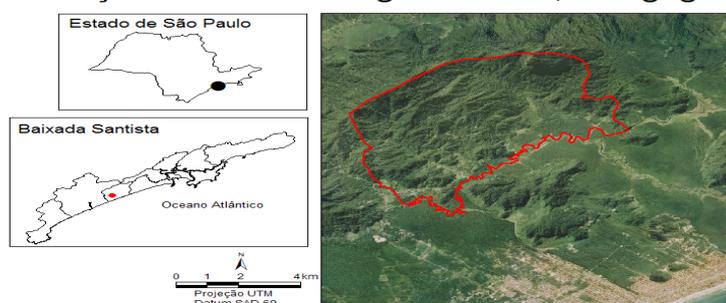


Figura 1. Localização do bairro rural da Água Branca, Mongaguá/SP

O município de Mongaguá possui 104 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs), sendo a maioria localizada na microbacia hidrográfica da Água Branca e adjacências. Destas, 102 possuem área inferior a 50 ha e duas com área superior a 500 ha (São Paulo, 2008). Historicamente a área da microbacia remete a uma importante fazenda de produção de bananas – a Fazenda Barigui – que escoava sua produção através de troleys e detinha número significativo de funcionários (Dianno, 2007). Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas são limitadas a algumas atividades agropecuárias, estabelecimentos comerciais e o turismo rural, representado principalmente por pesque-pagues. Além destes, existem também cultivos relacionados a hortaliças, pomares domésticos ligados à subsistência e plantas ornamentais. A comunidade que habita a microbacia é heterogênea, vinculada a diferentes origens e períodos de chegada ao local. Além dos produtores rurais e comerciantes, a ocupação é também caracterizada por aposentados, produtores descapitalizados que dependem de outras fontes de renda e ainda chácaras de veraneio que empregam caseiros ou mesmo famílias para realizar sua manutenção.

O fato de Mongaguá inserir-se na Região Metropolitana da Baixada Santista, que possui 1.585.820 habitantes e estar a 95 km de São Paulo, capital do estado, com 10.659.386 habitantes (IBGE, 2011) constitui uma vantagem competitiva para os produtos daquele município.

## 3 | REFERENCIAIS TEÓRICOS

### 3.1 Sociologia da tradução: os grupos de artesãos assimilados a uma rede

## sociotécnica

A sociologia da tradução nasceu do estudo das condições de produção da ciência e da tecnologia, mas atualmente é aplicada nos processos de inovações das empresas e organizações (Bernoux, 2004). A sua utilização como referencial teórico para a organização de um grupo de mulheres artesãs da área rural no município de Mongaguá/SP, fundamentou-se na premissa de que o grupo somente se viabilizaria se fosse resultado de uma rede sociotécnica, com diferentes atores em cooperação, sendo eles: as próprias artesãs, representantes do poder público, consumidores de artesanato etc.

A rede sociotécnica é definida como uma organização, integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, objetivos, identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (Callon, 1999). Para Bernoux (2004) o coração da sociologia da tradução é constituído pela ideia de que uma inovação, seja técnica ou organizacional, não tem força necessária para se impor quando inexistente uma rede sociotécnica que lhe dê vida. Assim, um projeto como a organização de artesãs no meio rural para a geração de renda aparentemente é bom. Porém, ele se tornará efetivamente bom se uma rede sociotécnica viabilizá-lo, pois não se imporá pelas suas qualidades próprias. São os integrantes da rede atuando em cooperação, de forma alinhada, que farão com que a ideia se torne boa, que o projeto seja bom. O desafio, portanto, é colocar os atores sociais, heterogêneos, em relação para construir a rede, visto que cada um deles tem um objetivo particular e uma lógica de ação específica. Assim, é necessário que essas lógicas de ação sejam compreendidas, que haja o entendimento de que somente o trabalho em rede pode viabilizar o objetivo de cada um. A construção da rede sociotécnica está condicionada à realização de traduções.

Para os sociólogos da tradução, traduzir não tem o sentido que essa palavra possui na linguagem corrente. Não se trata de passar um texto de um idioma para outro. Callon (1999) exemplifica o conceito de tradução. Em uma situação emergente, o ator A, engajado na produção de conhecimentos porta um enunciado não inteligível para o ator B. Se A transmite a B os seus conhecimentos em forma de enunciado codificados, esse último não está dotado de competências necessárias para a sua compreensão por ter uma lógica de ação diferente do primeiro. B não pode ver utilidade nos conhecimentos de A a não ser que este se lance em uma tarefa de estabelecer um elo de inteligibilidade com B e crie um cenário de interesses comuns, em que se estabelecem compromissos a partir da conciliação de propósitos. A tradução é um processo que proporciona a convergência de interesses. Dessa forma, A seria o tradutor de B. No início da tradução, as posições entre os atores envolvidos são divergentes, mas ao seu fim um discurso as unifica e as coloca em relação de forma inteligível possibilitando compreender as vozes falando em uníssono e se compreendendo mutuamente. A tradução é um processo antes de ser um resultado, que permite

estabelecer uma equivalência constantemente renegociada entre o produtor do conhecimento e o utilizador em potencial. Ela passa frequentemente pela construção de novos atores e interesses, com base no deslocamento de posições desses mesmos atores, na medida em que avançam as negociações e a convergência.

Beuret (2006) afirma que o perfil do tradutor é de fundamental importância para que as traduções sejam realizadas. Para o autor, de forma geral, o tradutor deve saber construir um clima de cooperação entre os atores sociais, ter capacidade de ouvir, favorecer as proximidades e estabelecer parcerias, dialogar com integrantes do poder público e ter criatividade, formação técnica e engajamento pessoal.

No presente estudo, como se partia de uma situação em que não havia um grupo de artesãs organizado, definiu-se a necessidade do poder público assumir as operações de tradução ou apoiá-las quando um ator da iniciativa privada a realizasse. Além disso, deveria-se seguir as dez etapas de construção de redes sociotécnicas apontadas por Amblard *et al.* (2005), como segue:

- Análise do contexto

A tradução se inicia com a contextualização que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, a lógica e o interesse de cada um, assim como o nível de convergência entre eles. Compreender o contexto é de fundamental importância para se atuar conhecendo o que está em jogo e as relações estabelecidas.

- Problematização

Nessa etapa o tradutor emerge fazendo a ligação entre os atores que integram o contexto, estimulando e apoiando o estabelecimento de relações de acordo com os seus interesses e afinidades, para que busquem coletivamente a resposta para uma questão geral. Assim, iniciam-se os deslocamentos dos atores no sentido da convergência para a construção da resposta ao problema.

- Ponto de passagem obrigatório

O ponto de passagem obrigatório pode ser um enunciado, um projeto, uma instituição ou um lugar, que representa a convergência entre os atores fundamentada em um acordo. Impossibilitados de atingirem os seus objetivos individualmente, terão que, juntos, atuarem na construção do ponto de passagem obrigatório, que é uma condição indispensável para a construção da rede.

- Porta-vozes

Após as etapas descritas, o quadro entre as entidades é de cooperação. Considerando a rede como produto de uma negociação, cada entidade humana ou não humana tem o seu porta-voz nas discussões. Há a necessidade de que os porta-vozes tenham legitimidade para que a construção das propostas tenha respaldo nos grupos que cada um representa.

- Investimento de forma

Essa etapa é fundamentada na atuação de porta-vozes, visto que dependendo do tamanho da rede, o ator-tradutor trata de reduzir o número de representantes para que haja maior homogeneidade e controle. Assim, se torna mais fácil o estabelecimento de

acordos. O investimento, nesse caso, não é em bens materiais, mas em pessoas, que tratarão de estabelecer as regras do (s) acordo (s). Mais uma vez emerge a importância da legitimidade dos porta-vozes.

- Intermediários

A rede é cimentada pelos intermediários, que significa tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação, podendo ser informações contidas em papéis, disquetes ou objetos técnicos, dinheiro e outros seres humanos com as suas competências que proporcionam as ligações. Reuniões e seminários frequentes também podem ser intermediários das relações.

- Mobilização

Agora, os atores serão alistados e mobilizados, tendo um sentido, um papel ativo definido para fazer a rede sociotécnica funcionar. Atores que participam do processo, mas que não têm um papel claro e legitimidade para desempenhá-lo, não contribuirão para que haja mobilização. Ao contrário, as ações em curso podem experimentar o descrédito e serem paralisadas.

- Ampliação da rede

A cooperação entre os atores está estabelecida, a ligação dos porta-vozes está feita. A expansão da rede é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato.

- Vigilância

A estabilidade da rede depende, também, da sua vigilância. Esta deve ser constante e realizada de diferentes formas, dependendo da natureza da rede que se constrói. Em se tratando de uma rede que viabilizará uma atividade econômica realizada por um grupo, é necessário que haja vigilância quanto à coesão social, qualidade do produto, gestão do negócio, concorrência no mercado, comprometimento com as decisões coletivas etc.

- Transparência

A transparência das ações é necessária e o debate deve ser contínuo. Havendo falta de transparência, a desconfiança certamente se instalará e pode viabilizar a emergência de conflitos. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede.

### **3.2 Os tipos psicológicos de Jung: compreender a dinâmica individual**

Carl Gustav Jung foi um dos grandes pensadores do Século XX. A sua vasta obra, de forma geral, tem o objetivo de auxiliar as pessoas a melhor se conhecerem e, fundamentadas nesse conhecimento, usufruir vidas plenas, ricas e felizes (Freeman 19--).

Jung (2011) afirma que cada pessoa tem um tipo psicológico que o caracteriza

segundo os seus interesses, habilidades e forma de se relacionar com as outras pessoas. A tipologia se divide em tipos de atitudes e funções psicológicas. Assim, os indivíduos podem ser extrovertidos ou introvertidos, segundo as suas atitudes. Segundo Von Franz e Hilman (1990), o indivíduo extrovertido tem intimidade com o objeto e o introvertido com o sujeito. Deve-se compreender que o termo objeto refere-se a tudo o que é externo, enquanto o termo sujeito, ao próprio indivíduo. Pode-se afirmar que os indivíduos extrovertidos têm maior facilidade de exercer atividades profissionais que proporcionam contato com pessoas, com o que é externo. Enquanto os introvertidos se adequam mais a atividades internas.

Porém, Silveira (2007) afirma que, em seus estudos, Jung detectou que havia diferenças entre pessoas que tinham o mesmo tipo de atitude, ou seja, um extrovertido poderia ser diferente de outro extrovertido, e o mesmo ocorrendo entre introvertidos. O fator responsável pelas diferenças que apresentavam no comportamento devia-se ao fato de terem funções psicológicas diferentes. As referidas funções são mobilizadas pelos indivíduos para se adaptarem ao mundo exterior. Para Jung (2011) existem quatro funções psicológicas, sendo: pensamento, sentimento, sensação e intuição. Silveira (2007) afirma que *“todos possuímos as quatro funções, entretanto sempre uma dentre elas se apresenta mais desenvolvida e mais consciente que as três outras. Daí ser chamada de função principal... cada indivíduo utiliza de preferência sua função principal, pois manejando-a consegue melhores resultados na luta pela existência”*. Aquela que é considerada menos desenvolvida, que o indivíduo encontra maiores dificuldades para manejar, é a função inferior. Considerando que as quatro funções podem ser extrovertidas ou introvertidas, assim existem oito tipos psicológicos. As características das funções e dos tipos psicológicos estão representados abaixo, com base em Jung (2011); Silveira (2007) e Von Franz e Hilman (1990). Foram feitas, ainda, sugestões que relacionam cada um dos tipos psicológicos às características de produção de artesanato por um grupo em que as pessoas atuam juntas.

#### Função pensamento

Pessoas que possuem a função pensamento esclarecem e racionalizam os fatos, assim como apresentam boa capacidade para a organização. Elas são importantes para que haja continuidade nos processos em curso e direcionamento das ações para o foco. Porém, não se preocupam muito com os aspectos emocionais das pessoas.

#### Tipo pensamento introvertido

Características principais: Age com foco por meio das suas ideias, independente se esta é a forma da maioria das pessoas pensarem.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Organizar as reuniões, cronogramas com tarefas, escrever sobre o grupo, elaborar lista de compra de materiais, estabelecer prioridades, distribuir tarefas.
O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Compreender que por um problema emocional uma colega deixou de ir ao trabalho ou produziu menos, por exemplo. Ter uma interação mais afetiva com o grupo como prioridade.

### Tipo pensamento extrovertido

Características principais: Age com foco por meio da sua determinação e do que pede o coletivo.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Colocar as idéias em execução, pôr ordem no que concerne aos objetos. Fazer contatos e reuniões sem perder o foco e a objetividade do empreendimento. Promover a expansão de ideias do grupo para o coletivo, articulando os atores que integram a rede sociotécnica que viabiliza o projeto. Organizar e coordenar reuniões entre os membros do grupo e do mesmo com outras entidades. Elaborar planilhas e cronogramas que envolvam desde a compra do material até o produto final e transformá-lo em fonte de renda. Planejar as ações do grupo. Observar a organização de outros grupos similares. Estabelecer metas que sejam importantes para o empreendimento, mediante pesquisa de dados.
O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Expressar emoções e sentimentos em relação às pessoas, apesar de ter afeto por elas. Considerar aspectos emocionais deficientes em alguns membros do grupo ou ausências justificadas por acontecimentos da vida pessoal, quando possuem metas a cumprir.

### Função sentimento

Pessoas da função sentimento têm boa capacidade de análise e, normalmente, se preocupam com o bem-estar daqueles que os cercam. Têm um bom julgamento das virtudes e defeitos das pessoas, não sendo radicais, mas não necessariamente minimizam os defeitos. São importantes para a harmonização do grupo, mas têm tendência para realizarem diferentes tarefas de forma concomitante e, com isso, podem perder o foco.

### Tipo sentimento introvertido

Características principais: Valoriza os detalhes e apresenta sensibilidade. Embora não se sobressaia no grupo pela sua exposição, é imprescindível pela sua capacidade ética e de valores que muitas vezes não verbaliza, mas a sua postura é imitada pelos demais integrantes. Tem um senso de avaliação muito próprio, independente do que pensa a maioria das pessoas.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Promover situações que envolvam interação dos integrantes do grupo. Organizar as reuniões não só do trabalho em si, mas de comemorações do próprio grupo, como aniversários e datas importantes. Recomenda-se que atue na produção, proporcionando um local de interação com espaço para trocarem suas experiências de vida. Expressar verbalmente ou por escrito os procedimentos e objetivos do grupo. Cuidar da organização de tarefas e montagem de cronogramas.
O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Trabalhar em contato com o meio e outras pessoas fora do grupo. Expressar criatividade e novas formas de empreendimentos.

### Tipo sentimento extrovertido

Características principais: Possui um bom senso de avaliação das pessoas em geral, estabelecendo uma relação adequada com as mesmas. Faz o trabalho ser mais que uma tarefa, mas também o considera como um encontro que pode ser prazeroso. Traz entusiasmo para o grupo e facilidade em adquirir para este a simpatia de outros colaboradores.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Promover o “marketing” do grupo, inclusive estabelecendo contatos para situações que envolvam o coletivo. É capaz de agradar as pessoas que mostrem interesse pelo grupo. Proporcionar uma atmosfera de entusiasmo e autoestima para as demais integrantes do mesmo. Ser um entusiasta e motivar o grupo para o cumprimento das metas. Levantar essas relações prazerosas e otimistas nas relações externas com os colaboradores e compradores do produto. Venda do produto e contatos externos.

O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Ser metódico, organizar planos a serem cumpridos independente das questões emocionais que possam surgir no grupo. Criar metas e organizar uma linha de trabalho com uma abordagem muito mecânica, destituída de emoção. Estar no grupo sem uma atmosfera afetiva agradável, onde possa conversar e trocar ideias.

### Função intuição

A pessoa que possui esse tipo pode ser importante para o empreendedorismo do grupo, pois têm facilidade para sugerir uma inovação, recomendar um nicho de mercado, criar. Porém, são pessoas que podem iniciar um processo e não concluí-lo, devido ao seu processo criativo que produz muitas ideias novas.

### Tipo intuição introvertido

Características principais: Capacidade criativa fundamentada nas próprias ideias. Possui agilidade para colocá-las em prática, tendo pouca preocupação com os detalhes, mas com o prazo de realização. É capaz de perceber tendências coletivas que podem ser sucesso em um futuro próximo. Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Tarefas que envolvam criatividade e rapidez na execução das mesmas. Funções que envolvam criatividade para fazer novas peças que ainda não estão no mercado. Compreender a atmosfera emocional do grupo antes que algo venha a acontecer, muitas vezes evitando conflitos desnecessários. Concluir tarefas que exijam rapidez na produção e prazos.

O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Participar de ações que envolvam observação de detalhes e cuidado com material, acabamento de peças e checagem de gastos. Lidar com o concreto, como contas ou relato de fatos, pois terá sempre um olhar mais subjetivo e menos concreto.

### Tipo intuição extrovertido

Características principais: Capacidade criativa e empreendedora, com foco para produzir e comercializar novas invenções. Facilidade em iniciar vários projetos novos

Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Criar novas tendências, além de colocá-las em prática. Arriscar-se em empreendimentos seguindo sinais da sua intuição. Iniciar novos projetos e colocá-los em prática rapidamente. Criação de novas peças e comercialização das mesmas.

O que tem dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Ficar parado, sem contato com pessoas e sem iniciar suas ideias criativas. Ser detalhista na execução de seu próprio projeto. Dar continuidade às ideias que projetou inicialmente. É bom para iniciar projetos, mas sua dificuldade está em mantê-los. Estar atento a detalhes ou assumir tarefas que exijam organização e capricho.

### Função sensação

Pessoas do tipo sensação são observadoras e detalhistas. Preocupam-se com fatos concretos, como se os “fotografassem”, tal a exatidão com que os descrevem. Em um grupo que se dedica a uma atividade econômica, têm grande capacidade de controle da disponibilidade de material e para manter as tarefas do cotidiano sob controle e capricho.

### Tipo sensação introvertido

Características principais: Lida muito bem com o concreto, é lento na sua percepção porque fica muito atento aos detalhes retratando o que está no ambiente. É muito observador e capaz de reproduzir detalhadamente sua percepção de um fato ou pessoa.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Observar detalhes de uma peça que pode ser produzida. Cuidar de detalhes da montagem de um objeto e do acabamento do mesmo. Fazer as atas de reuniões, assim como fazer o registro de reuniões externas que o grupo participe. Copiar modelos que precisam ser seguidos com precisão. Realizar finos acabamentos com detalhes, escolher material. Anotar procedimentos e ações do grupo com muita objetividade na descrição e riqueza de informações.
O que tem mais dificuldade para fazer em um grupo de produção de artesanato? Relacionar-se com o meio e outras pessoas fora do grupo. Ter criatividade e elaborar novas formas de empreendimentos.

### *Tipo sensação extrovertido*

Características principais: Senso objetivo dos fatos, descritivo, caprichoso nas tarefas, detalhista. Capaz de lembrar a presença de pessoas nas reuniões e o conteúdo do que foi tratado. Capacidade de relacionar-se com pessoas fora do grupo e de reproduzir de forma fiel observações que foram feitas externamente.
Qual a aptidão para atuar em um grupo de produção de artesanato? Realizar tarefas que envolvam detalhes, acabamento mais cuidadoso, senso de estética e organização. Retratar o que foi observado externamente em outras situações além do grupo. Fazer o acabamento das peças que exijam cuidado e detalhes a serem observados. Escolher material, cores adequadas para o tipo de produto a ser elaborado. Fazer a montagem final da peça.
O que tem menos aptidão para fazer em um grupo de produção de artesanato? Criar modelos de artesanato, inovar com ideias para o mercado, agilizar a produção.

## **4 | METODOLOGIA**

Foram realizadas ações entre 2007 e 2011, com maior concentração após 2009, devido à disponibilização de recursos financeiros pelo CNPq, que foram tipificadas de duas formas: “Formação, Organização e Gestão” e “Logística e Comercialização”. Como representado no Quadro 1, no primeiro tipo estão agrupadas as ações voltadas ao fortalecimento dos talentos e capacidade de organização e gestão das artesãs. No segundo, foram consideradas as ações relacionadas ao mercado consumidor e à logística de produção. A organização e operacionalização das atividades foram feitas pelo poder público e artesãs de forma compartilhada. As instituições dos profissionais que atuaram foram citadas no quadro com o objetivo de mostrar a rede de apoio que se formou para apoiar o projeto.

	Objetivo	Atividade realizada	Realização
Formação, organização e gestão	Perfil socioeconômico, objetivos e anseios de cada artesã	Entrevistas estruturada e semiestruturada	Bolsista do CNPq/CATI
	Aperfeiçoamento técnico	Curso para trabalhar em tear e elaboração de pequenas peças	Artesã – profissional liberal
		Cursos para elaboração de papel artesanal e produção de novas peças	Profissional liberal
		Palestra sobre controle de fungos	ESALQ/USP
		Palestra sobre organização do grupo de artesãs de Rio Grande da Serra	Profissional liberal
		Excursão a Rio Grande da Serra para estabelecer trocas com outro grupo de artesãs	CATI
	Gestão do negócio	Curso sobre elaboração de projetos	Ministério do Desenvolvimento Agrário
		Curso de políticas públicas para mulheres	Ministério do Desenvolvimento Agrário
		Oficina para definir a missão do grupo	CATI
	Organização	Reuniões semanais para organização de atividades e discussão sobre princípios e valores da economia solidária	Bolsistas do CNPq
		Palestra sobre associativismo e cooperativismo	Instituto de Cooperativismo e Associativismo
		Fundação da Associação de Mulheres Artesãs da Área Rural de Mongaguá	Bolsistas do CNPq e CATI, respectivamente
	Relações interpessoais	Oficina sobre tipos psicológicos de Jung	Profissional liberal
		Palestra sobre elaboração de planos de desenvolvimento pessoal e melhoria do ambiente emocional	CATI
	Logística e comercialização	Apoio logístico	Local de trabalho e alimentação
Pesquisa de mercado participativa		Visita a possíveis compradores e aplicação de questionário	CATI
Comercialização		Participação em 17 feiras, cessão de um quiosque pela Prefeitura Municipal de Mongaguá para comercialização	Bolsistas do CNPq, Prefeitura Municipal de Mongaguá, CATI, Ministério do Desenvolvimento Agrário

Quadro 1. Ações de apoio à construção do grupo de artesãs Oficina de Fibra - Mongaguá/SP

Estudou-se no início do projeto o perfil socioeconômico das dez mulheres que integravam o grupo por meio de uma entrevista estruturada. Os efeitos do projeto nas vidas de cada uma, assim como os seus anseios, foram identificados com a realização de entrevista semiestruturada após três anos de trabalho. Os procedimentos das entrevistas foram fundamentados em Minayo (2000).

Em relação às atividades de formação, as ações combinaram diferentes

metodologias de extensão: como palestra, excursão técnica, curso, reunião, oficina. As atividades de formação relacionadas com aspectos técnicos da produção de artesanato, organizacionais do empreendimento, comerciais, princípios e valores da economia solidária ou para atuar em rede, foram definidas de forma participativa, sendo resultado da visão compartilhada entre extensionistas e artesãs.

Quanto aos referenciais teóricos adotados com o objetivo de viabilizar o grupo, foram realizadas as seguintes atividades. A sociologia da tradução foi explicada às artesãs em exposição teórica. A cada passo dado para o fortalecimento da rede, manutenção da sua vigilância, transparência ou objetivando a sua expansão, analisava-se coletivamente o contexto e definiam-se as ações vinculadas à teoria. Quanto aos tipos psicológicos de Jung, foi realizada uma oficina sobre o tema por uma psicóloga junguiana. O evento teve o objetivo de apresentar a teoria e aplicá-la de forma que as próprias artesãs se autotipificassem, com a validação mútua. Posteriormente, a psicóloga analisou o grupo sob a ótica dos tipos psicológicos existentes.

Os tipos psicológicos foram explicados em linguagem simples com exemplos para que houvesse assimilação da teoria. As características dos tipos foram recordadas no momento em que as artesãs se autoavaliavam. Cada participante explicava os motivos que a fizera concluir sobre o seu tipo psicológico. Posteriormente, o grupo participava aprovando ou não o parecer de cada membro sobre seu tipo. Esse procedimento permitiu que as artesãs visualizassem o que aprenderam, na prática, observando a dinâmica instalada no grupo e as possíveis formas de se ter uma organização mais adequada. Trata-se de uma reflexão para ter uma reorganização dos papéis de cada uma, em uma primeira etapa de aplicação do referencial teórico. Na medida em que as deficiências de cada tipo eram explicadas, as artesãs compreendiam os motivos de uma falha de si mesma e de outra integrante em determinadas atividades do grupo.

A pesquisa de mercado participativa foi realizada em Santos/SP, 40 km de distância de Mongaguá/SP, com o objetivo de promover um melhor conhecimento das relações de mercado às artesãs, que passam grande parte do seu tempo na área rural sem contato com o mercado consumidor localizado em uma cidade de maior porte, e avaliar a aceitação dos produtos que elaboravam. As artesãs foram distribuídas em três grupos e cada um visitou seis estabelecimentos escolhidos de forma aleatória, em um total de 18. Durante a visita, havia a apresentação do grupo e de alguns produtos, assim como explicação de se tratar de um empreendimento econômico solidário. A metodologia adotada é fundamentada em Dayan (2004).

## 5 | RESULTADOS

A trajetória do grupo de mulheres artesãs do bairro rural da Água Branca/Mongaguá foi periodizada de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, considerando aspectos do aperfeiçoamento técnico para a elaboração de artesanato, capacidade de

organização e autogestão. Assim, foi detectada a ocorrência de dois períodos, sendo: 2006 a 2008 e 2009 a 2011. O primeiro período se caracteriza pelos primeiros contatos das artesãs com a atividade de artesanaria em fibra de bananeira. O segundo período, pelo início das ações do projeto financiado com recursos do CNPq, quando ocorreu a consolidação do grupo, iniciativas de acesso ao mercado, criação da Associação de Mulheres Artesãs da Área Rural de Mongaguá, aprofundamento da abordagem dos valores e princípios da economia solidária em reuniões e conhecimento dos tipos psicológicos de Jung.

### **5.1 De 2006 a 2008: o contato com a artesanaria em fibra de bananeira**

Um grupo de mulheres do bairro rural da Água Branca de Mongaguá/SP teve conhecimento de que a 94km de distância, no município de Miracatu/SP, havia o desenvolvimento da artesanaria em fibra de bananeira. Esse fato despertou o interesse para produção desse tipo de artesanato como fonte de renda.

Em 2006, extensionistas da CATI e da Prefeitura Municipal de Mongaguá, por meio do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, organizaram em parceria com a Associação Rural da Água Branca, uma reunião/consulta nessa comunidade para elaboração da programação de cursos de capacitação que seriam realizados naquele ano. O curso que teve o maior número de solicitações foi o de artesanaria em fibra de bananeira. Porém, devido a dificuldades de conciliar a contratação de um instrutor com a disponibilização de recursos, somente em 2007 foi organizado um curso em que uma artesã de Miracatu foi a instrutora. A fibra de bananeira para elaboração de artesanato foi adquirida naquele município, pois as mulheres do bairro da Água Branca não tinham conhecimento de como produzi-la. O resultado foi o aprendizado do manuseio do tear e produção de bijuterias. Os conhecimentos adquiridos ainda não eram suficientes para se ter produtos de boa qualidade que pudessem ser comercializados.

Devido à proximidade estabelecida com as artesãs de Miracatu/SP, houve um convite dirigido à presidente da Associação Rural da Água Branca para que as mulheres deste bairro fizessem um curso de produção de papel artesanal naquele município. Assim, com recursos da associação três pessoas participaram do evento. O contato das mulheres da Água Branca com a artesanaria em fibra de bananeira era crescente. No seio da referida associação, com destaque para a participação das mulheres do bairro, foi apresentado ao CNPq a proposta de financiamento do projeto denominado “Adaptação de tecnologias para o desenvolvimento socioeconômico da microbacia da Água Branca, Mongaguá/SP: valorização do conhecimento e dos recursos locais, geração de renda, participação e sustentabilidade”. O apoio à formação de um grupo de artesãs no bairro estava contemplado na proposta, que incluía ainda a domesticação de uma espécie de peixe de ocorrência local, o incentivo ao cultivo de plantas medicinais e o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Enfim, a unidade de trabalho

seria a microbacia com organização sob os princípios da economia solidária.

Porém, antes que a resposta à proposta apresentada ao CNPq ocorresse, se deu uma desmobilização das iniciativas em curso devido a dois fatores: a presidente da associação que liderava o processo teve um problema de saúde e o marido de uma das integrantes, que também emergia como liderança, foi vítima de latrocínio, fato que se deu no pesque-pague da família localizado no bairro rural. Para agravar o quadro, o extensionista da Prefeitura Municipal de Mongaguá que atuava no local, não tinha o perfil para trabalhar com mulheres que queriam se dedicar à produção de artesanato, nem de ser o tradutor do processo de construção de uma rede sociotécnica que viabilizasse o grupo.

Nesse contexto, em que o desânimo afetava as mulheres, houve aprovação da proposta apresentada ao CNPq. Assim, havia uma possibilidade concreta para retomar os trabalhos com recursos humanos - bolsistas- e financeiros suficientes para o desenvolvimento do projeto. Além disso, havia mudanças na direção da Prefeitura Municipal de Mongaguá como resultado das eleições de 2008. Os dirigentes que assumiram em 2009 anunciaram apoiar integralmente o projeto financiado pelo CNPq. Assim, um novo cenário estava em construção. O Quadro 2 representa os principais eventos e seus efeitos do primeiro período da trajetória do grupo das artesãs.

Ano	Evento	Efeito
2006	Elaboração do plano de cursos pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas da CATI	Conhecimento por parte da CATI das prioridades de capacitação, com destaque para a artesanaria em fibra de bananeira
2007	Curso de produção de artesanato com instrutora de Miracatu	Início do processo de capacitação das mulheres em artesanaria
2008	Participação em curso de produção de papel artesanal em Miracatu	Aumento da proximidade com as artesãs de Miracatu e capacitação
	Elaboração do projeto apresentado ao CNPq	Mobilização e otimismo
	Doença da presidente da Associação Rural da Água Branca	Desmobilização do grupo
	Latrocínio tendo como vítima o marido de uma liderança do bairro	Desmobilização do grupo
	Aprovação do projeto submetido ao CNPq	Cenário propício para o reinício da mobilização
	Eleição para a prefeitura de um grupo que apoiou o projeto integralmente	Segurança para retomar as iniciativas

Quadro 2. Principais eventos e seus efeitos no primeiro período da trajetória do grupo de artesãs do bairro rural da Água Branca

## 5.2 De 2009 a 2011: construção da rede sociotécnica da Oficina de Fibra

### 5.2.1 Reagrupar as artesãs: a tradução como forma de superação

Como forma de superação da perda do marido, vítima de latrocínio, e por acreditar

na artesanaria como atividade de geração de renda, uma das integrantes do grupo se lançou na tarefa de reagrupar as mulheres que tinham participado das primeiras atividades de aprendizado de produção de artesanato e de outras que poderiam aderir. A reconstrução do grupo foi resultado da primeira operação de tradução, que tinha como objetivo **a produção de artesanato utilizando fibra de bananeira como matéria prima e que o sistema de produção fosse coletivo**. Essa ideia foi o ponto de passagem obrigatório para a efetivação do reagrupamento. Assim, foram retomadas as reuniões e os preparativos para o início da produção em um galpão cedido pela prefeitura na área rural do bairro da Água Branca. Aquelas mulheres não tinham ciência, ainda, de que iniciavam uma experiência fundamentada nos preceitos da economia solidária, mas a forma de organização da atividade econômica que propunham fundamentava-se em princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática (Laville e Gaiger, 2009; Guérin, 2005; França Filho e Laville, 2004). Além da ação da integrante do grupo como tradutora do processo, a proximidade existente entre as pessoas que habitavam aquele território, como efeito do fato de integrarem uma rede social local, também jogava um papel que facilitava a união (Torre e Filippi, 2005). A proximidade geográfica foi ativada e passou a se construir a proximidade organizacional, segundo a tipologia de proximidades elaborada por Torre e Beuret (2012).

### *5.2.2 A construção da Oficina de Fibra: a segunda tradução*

Uma extensionista, bolsista do CNPq, foi destacada para acompanhar o grupo de artesãs com a missão de apoiá-lo na elaboração e direcionamento das demandas, assim como no atendimento das necessidades de aperfeiçoamento técnico e organizacional. Assim, uma nova operação de tradução se iniciava sendo os extensionistas os tradutores de construção de uma rede que viabilizasse a ideia de se produzir artesanato com um subproduto da agricultura e que as relações de cooperação e reciprocidade entre as artesãs fossem consolidadas. Em decorrência do processo de tradução, foi realizado um conjunto de ações de formação das artesãs. Fez-se excursão a Rio Grande da Serra/SP para conhecimento de outro grupo de mulheres que atuava com artesanaria em fibra de bananeira, ministraram-se cursos de produção de papel artesanal e *design*, elaboração de projetos e políticas públicas para mulheres. Foram realizadas oficinas para a definição da missão do grupo, promoveu-se palestras sobre relações interpessoais, controle de fungos na fibra e associativismo. Diferentes profissionais vinculados ao poder público foram mobilizados para apoiar o grupo de mulheres e integrar a rede sociotécnica que se formava. Assim, extensionistas da CATI da Baixada Santista e da Divisão de Extensão Rural - sediada em Campinas - da Prefeitura Municipal de Mongaguá, bolsistas do CNPq, integrantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Universidade de São Paulo e do Instituto de Cooperativismo e Associativismo, órgão da Secretaria Estadual

de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, concentravam esforços para disponibilizar conhecimentos de diferentes áreas para as artesãs. Reuniões semanais eram realizadas para planejar atividades e resolver por meio do diálogo eventuais divergências entre as artesãs, tendo uma extensionista como mediadora. Essas reuniões funcionavam como os intermediários do processo de tradução, visto que cimentavam a rede com a troca de informações e experiências. Além disso, tratava-se de um espaço de vigilância, onde se valorizava a transparência dos atos e das ações.

Com o objetivo de enfrentar o desafio da inserção no mercado, o grupo foi batizado pelas artesãs com o nome “Oficina de Fibra” para atingir consumidores conscientes. Com o apoio dos extensionistas, foi elaborado um logotipo. A comercialização dos produtos se deu inicialmente no próprio local, para pessoas que tiveram conhecimento do grupo e, posteriormente, também com apoio dos extensionistas, em 17 feiras de diferentes municípios e Estados, organizadas para promover produtos da agricultura familiar ou da economia solidária.

Assim, a rede sociotécnica que portava a Oficina de Fibra já tinha uma configuração. O ponto de passagem obrigatório era a **geração de renda por meio da produção de artesanato sob os preceitos da economia solidária no Bairro Rural da Água Branca**. Os extensionistas da CATI e bolsistas do CNPq traduziram diferentes profissionais para que integrassem a rede. A mobilização existente no bairro rural da Água Branca tornou-se uma oportunidade para eles, pois a presença de um grupo de mulheres com objetivos definidos quanto à atividade e à forma de organização para a geração de renda, assim como a presença de extensionistas locais integrando esse processo, garantiam condições propícias para que pudessem desenvolver os seus trabalhos. Profissionais da prefeitura de Mongaguá também entenderam ser uma boa oportunidade a disponibilização de apoio logístico às artesãs, cedendo o espaço para a produção de artesanato e alimentação durante os dias de trabalho. Assim, contribuía com o processo de criação de um empreendimento econômico solidário no município. Havia o objetivo que esse apoio fosse gradativamente retirado, na medida em que as artesãs se fortalecessem economicamente e tivessem infraestrutura própria.

A Figura 2 mostra as artesãs e os diferentes atores que integram a rede sociotécnica com os seus deslocamentos para o ponto de passagem obrigatório, frente às dificuldades que normalmente enfrentam para integrarem uma rede de desenvolvimento local. Assim, na medida em que cada um dos atores atingia o seu objetivo, criava condições para que os outros atores também atingissem os seus objetivos. A rede sociotécnica é o resultado da cooperação.

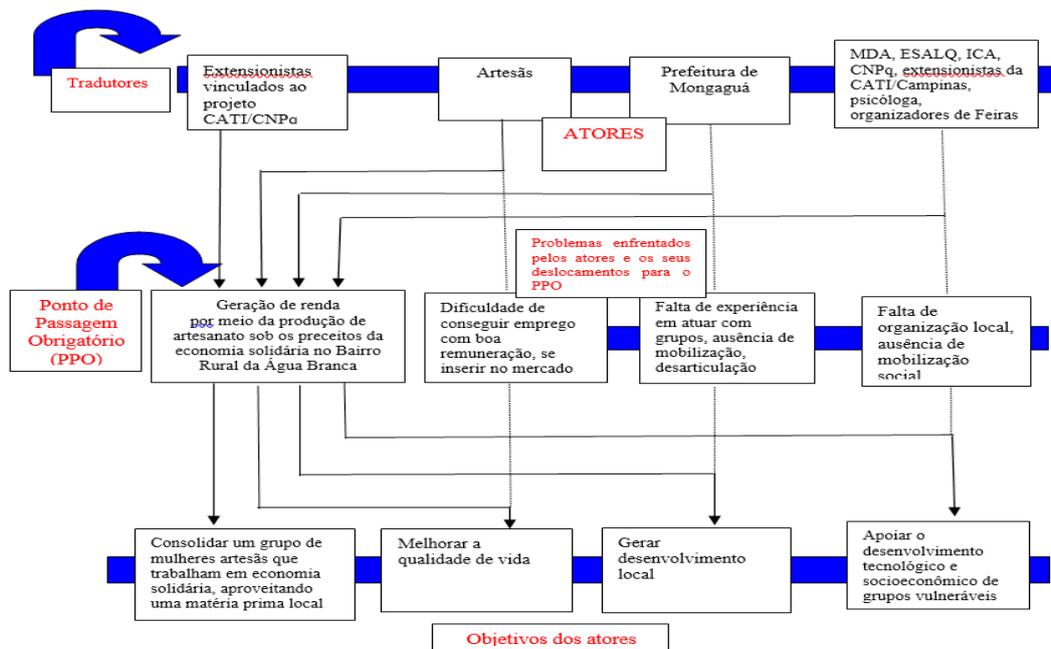


Figura 2. Representação da rede sociotécnica do grupo de artesãs do bairro rural da Água Branca – Mongaguá/SP

Em fevereiro de 2010, o grupo de artesãs recebeu da Fundação Banco do Brasil o reconhecimento de utilização de tecnologia social reaplicável<sup>3</sup> e as integrantes do grupo foram cadastradas como artesãs pela Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades (SUTACO), órgão da Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, após avaliação do trabalho por uma comissão técnica do órgão. Além disso, houve a divulgação do trabalho do grupo na mídia impressa e televisiva. Nesse segundo período da sua trajetória, apesar de experimentar expressiva evolução com a construção da rede sociotécnica, a Oficina de Fibras ainda se encontrava vinculada à Associação Rural da Água Branca, não tendo sido construída uma entidade que representasse especificamente as artesãs. A necessidade de se criar uma associação própria emergiu no grupo, mas não se estabeleceu como consenso, pois três integrantes da Oficina de Fibras entendiam que se deveria manter o vínculo com a Associação Rural da Água Branca, então presidida pelo marido de uma das artesãs. Assim, se estabeleceu uma controvérsia de caráter organizacional, mas eivada de fatores pessoais. A finalização da controvérsia se deu com a criação, em junho de 2010, da Associação das Mulheres Artesãs da Área Rural de Mongaguá – Oficina de Fibras. Assim, formalizou-se o papel de porta-voz do grupo na figura da presidente da referida entidade.

Havia, porém, dois problemas a serem superados: o grupo não tinha um canal de comercialização consolidado, limitando as vendas às feiras e a encomendas recebidas, que não eram significativas. Além disso, deveria haver uma maior harmonização nas relações cotidianas entre as artesãs, principalmente após experimentarem a

3- Caracteriza-se pela ação coletiva de produtores sobre os meios de produção, ação também coletiva sobre os processos de trabalho, cooperação voluntária e interação com a comunidade, representando soluções de transformações sociais (Dagnino, 2009).

participação em uma controvérsia de grande intensidade: criar ou não a associação. Assim, foram organizadas duas atividades: uma pesquisa de mercado participativa, com as próprias artesãs entrevistando comerciantes, e uma oficina sobre os tipos psicológicos de Jung.

### 5.2.3 Pesquisa de mercado participativa

Houve cinco interessados em comprar os produtos das artesãs e foi realizado negócio somente com um interessado, que adquiriu agendas em consignação. Em reunião de avaliação com as artesãs, foram tirados os seguintes ensinamentos dessa experiência:

- Havia a necessidade de o grupo ter uma representante de vendas especializada, que fizesse somente esse tipo de trabalho.

- Os produtos que elaboravam tinham potencial de mercado.

- Havia a necessidade de se especializarem em um ou dois produtos com produção em escala para atenderem alguns estabelecimentos. Além disso, se continuaria com a comercialização de artesanato em feiras, principalmente para dar visibilidade ao grupo, assim como com a comercialização para visitantes do bairro onde trabalham e moram, a Água Branca.

- Deveria-se melhorar a infraestrutura de produção e comercialização, incluindo a aquisição de um veículo próprio e um quiosque na orla da praia, para aproveitar, principalmente, o mercado consumidor representado pelos turistas.

Apesar dos ensinamentos descritos, que propõem a profissionalização da Oficina de Fibra e são típicos de produtores que querem acessar o mercado, havia dificuldade de colocá-los em prática de imediato devido ao fato de as integrantes do grupo terem limitações como: falta de recursos financeiros para realizarem deslocamentos, vínculos familiares e falta de experiência nas relações comerciais. Assim, a Prefeitura Municipal de Mongaguá deveria se inserir na rede disponibilizando não somente nos aspectos relacionados à logística de produção, mas também de comercialização. A cessão de um quiosque na orla da praia, portanto próximo ao local de moradia das artesãs, seria um passo importante para a comercialização para turistas, estabelecimento de contatos e formação das integrantes para se relacionarem com o mercado. Esse tipo de apoio seria decisivo para a estabilidade da rede sociotécnica da Oficina de Fibra. Dessa forma, em agosto de 2011, a Prefeitura Municipal de Mongaguá cedeu para as artesãs um quiosque que estava vago na orla da praia, no bairro Agenor de Campos.

Ainda em 2011, uma nova oportunidade de comercialização foi criada para a Oficina de Fibra. Houve a implantação de um projeto de turismo de base comunitária denominado Turismo Rural Pedagógico no bairro rural da Água Branca. O circuito era compreendido por uma trilha na Mata Atlântica, visita a uma Farmácia Viva com exposição sobre as características das plantas medicinais, conhecimento dos viveiros e laboratório utilizados para propagação de uma espécie de peixe local, *Deuterodon*

*iguape*, e demonstração pelas artesãs da Oficina de Fibra do processo produção de papel artesanal e relato da história do grupo e características de organização. Assim, os turistas poderiam verificar na prática os conceitos de sustentabilidade e economia solidária.

#### 5.2.4 Oficina tipos psicológicos de Jung

A Figura 3 apresenta os tipos psicológicos das dez artesãs da Oficina de fibra, de acordo com o resultado da oficina realizada em 2004.

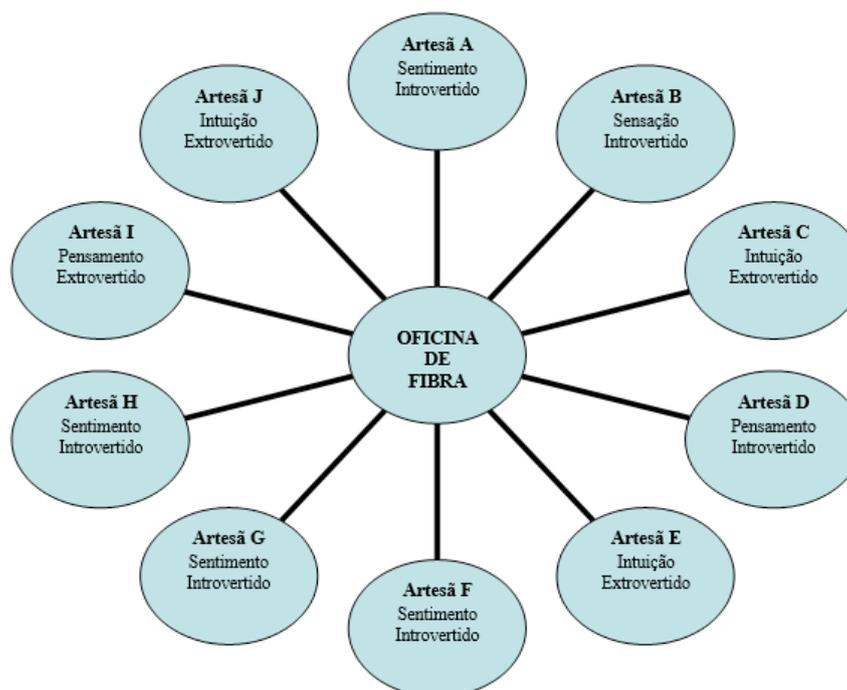


Figura 3. Tipos psicológicos das artesãs da Oficina de Fibra

Como se pode verificar, há todas as funções e atitudes dos tipos psicológicos no grupo. Nesse sentido, pode-se sugerir que a Oficina de Fibra apresenta várias potencialidades importantes e necessárias para o seu bom funcionamento. Porém, a diversidade também traz diferenças devido às especificidades do funcionamento psicológico de cada uma das integrantes, sendo necessário administrar os conflitos que emergem da incompreensão da forma de agir do outro.

Quando se aborda desenvolvimento de equipe, tem-se que pensar nas potencialidades que favorecem um indivíduo em fazer com mais facilidade determinada ação no grupo, por ter habilidades que favorecem a tarefa a ser executada. Nesse sentido, o fato de conhecer as características do seu próprio tipo psicológico e os das outras integrantes, facilita a integração e compreensão do seu funcionamento no mundo e na forma de interagir com as demais integrantes desse grupo e fora dele, em situações externas. Por outro lado, na tipologia junguiana, aprender a lidar com a função inferior é tão importante quanto conhecer as melhores habilidades, pois há o

reconhecimento das dificuldades intrínsecas de cada indivíduo. Assim, na distribuição dos trabalhos pode-se evitar atribuir a determinada integrante uma tarefa em que tenha menos habilidade para execução. Isso não significa que a integrante não deva ser estimulada a desenvolver-se para aprender também com as suas deficiências. Segundo Byington (1995), o fato de todas as funções serem complementares as torna importantes na totalidade. Ou seja, precisa-se de todas as funções e todas têm igual importância, nenhuma é melhor que a outra. Apenas tem-se uma como principal, por funcionarmos no mundo melhor com ela, mas todas são necessárias para vivermos.

Pode-se pensar na Oficina de Fibra em termos de uma tipologia ideal, considerando cada atividade exercida. Assim, segue abaixo a descrição de cada fase do processo de trabalho das artesãs e os tipos que seriam mais favoráveis para a execução de cada uma delas.

**Produção de papel:** Exige ações rápidas para ter material disponível para comercialização direta do papel artesanal, ou a sua utilização para a elaboração de artesanato pelas outras integrantes. Assim, seria importante contar com quatro tipos para execução dessa tarefa. Aqueles recomendados são os intuitivos, introvertidos ou extrovertidos, que têm uma ação mais rápida e impulsiva, sendo menos atentos aos detalhes e mais aptos a concluir a tarefa em menor tempo. O pensamento introvertido também é recomendado, pois sempre ajuda a manter o processo com foco, não deixando que se distraia com outras situações. Além desses, o sentimento introvertido pode trazer uma atmosfera agradável e afetuosa na execução da tarefa.

**Elaboração do artesanato:** O tipo sensorial, tanto extrovertido como introvertido são recomendáveis, devido ao seu olhar detalhista, sua paciência na execução e conclusão de tarefas que exijam cuidado no manuseio, pintura e montagem.

**Planejamento de reuniões:** Os tipos pensamento introvertido ou extrovertido se sairiam bem, pois têm capacidade de organizar, estabelecer metas e nomear temas essenciais para discussão com maior facilidade.

**Elaboração de atas:** O pensamento introvertido seria um bom colaborador, por ter foco e ser organizado no agrupamento de temas. Porém, o tipo sensação introvertido poderia relatar com detalhes como foi de fato a reunião.

**Tesouraria:** Os tipos sensoriais, introvertido e extrovertido, são os mais adequados para essa tarefa por serem mais organizados e se relacionarem melhor com o que é concreto, no caso gastos e orçamentos.

**Controle e compra de material:** O pensamento extrovertido ajudaria no controle, no sentido de identificar o que é primordial para a elaboração de determinado produto e o que pode ser supérfluo, considerando o orçamento. Já, o tipo sentimento extrovertido, é recomendável para contato e trato com o mundo externo, devido à sua facilidade de relacionar-se e estabelecer novos vínculos e obter informações.

**Plano de metas de produção:** O pensamento extrovertido é adequado para planejar e agrupar metas que possam abranger os desejos do grupo de forma objetiva. O intuitivo extrovertido sempre está com o olhar para o futuro, sendo um empreendedor,

pensando em soluções criativas e descobrindo tendências que estão por vir.

**Aprimoramento das técnicas:** Considerando as atitudes ou novas ideias, tem-se que contar com o lado criativo e inspirado do intuitivo introvertido, porém o tipo sensação introvertido também será capaz de copiar modelos que já deram certo e colocar em prática as idéias do intuitivo. Ambos parecem importantes nessa fase do processo.

**Pesquisa e elaboração de novas peças:** Como se trata de trabalho com características externas, uma pessoa extrovertida será sempre indicada para a sua realização. Se for um pensamento, será útil para que não se perca tempo na pesquisa, destacando os principais lugares onde realmente seja importante o grupo visitar para adquirir novas ideias e organizar os registros que foram feitos. Porém, o tipo intuitivo extrovertido terá um olhar criativo e empreendedor para a elaboração de novas peças, assim como para os locais onde poderão ser comercializadas com sucesso. O tipo sensação extrovertido poderá ver modelos e reproduzi-los com exatidão, pois provavelmente estará atento aos detalhes do feito, como por exemplo, o tipo de material usado e a forma como foi executado o acabamento da peça.

**Pesquisa de mercado:** O tipo sentimento extrovertido será útil para os contatos externos, pois é o que mais facilidade tem para relacionar-se com os outros e sentir suas necessidades. O pensamento extrovertido poderá facilitar a pesquisa, selecionando os locais onde se concentram o maior número de pessoas que tenham interesse em determinado tipo de produto, devido à sua capacidade analítica e de síntese.

**Participação em feiras:** Os extrovertidos em geral são bons para situações como essa. O tipo sentimento extrovertido devido à sua facilidade nos contatos é um dos mais indicados. O tipo sensação extrovertido é importante nessa atividade por saber explicar em detalhes aos compradores como o artesanato foi elaborado. O tipo intuitivo extrovertido também é recomendado por ser um bom empreendedor e por ter facilidade de fazer contatos futuros e ter impulsividade e rapidez para trocas com o coletivo.

**Contatos com compradores:** Os tipos pensamento extrovertido e sensação extrovertido são aqueles que mais se adequam ao mundo dos negócios, por serem objetivos e práticos para combinar a facilidade de relacionamento com o coletivo e realização de serviços burocráticos, no que se refere à organização.

**Harmonização do grupo, valorização das qualidades e estímulo na solidariedade e confiança:** Esses três itens pertencem ao universo da função sentimento, tanto no introvertido como no extrovertido. Ambos os tipos são capazes de ter empatia, que é a capacidade de colocar-se no lugar do outro e estabelecer uma atmosfera afetiva agradável.

**Relações com o poder público:** O pensamento extrovertido será capaz de articular ações e sintetizar as prioridades e objetivos do grupo, bem como explicitar a relevância do mesmo para o poder público. O intuitivo extrovertido poderá realizar empreendimentos a partir de ideias criativas e elaborar sugestões para o futuro do

grupo. O tipo sensorial extrovertido poderá cuidar de aspectos burocráticos que necessitam ser efetuados para se relacionar com agentes públicos e expandir o grupo para a coletividade.

**Contato com outros grupos:** Pode ser feito melhor pelos tipos sentimento, tanto introvertido como extrovertido, pois ambos são capazes de estabelecimento de novos contatos e de integração do próprio grupo. Os tipos pensamento extrovertido e introvertido também seriam úteis na organização desses contatos e estabelecimento de prioridade dos mesmos em relação ao próprio grupo. O intuitivo extrovertido poderá elaborar projetos e sugestões a partir de ideias criativas de trabalho conjunto.

Enfatiza-se, porém, que independentemente do tipo psicológico, todas as pessoas podem ser capacitadas para executar as diferentes tarefas do processo de produção e organização de trabalho das artesãs. Porém, procurou-se destacar, com base no conhecimento da tipologia, quais deles seriam mais apropriados para o tipo de ação considerada.

No Quadro 3 relaciona-se os tipos psicológicos das artesãs com as atividades – legenda ao final do quadro - realizadas por cada uma. Posteriormente, faz-se uma avaliação do grupo sob esta ótica.

	Atividades	Tipos psicológico recomendados	Nº de tipos psicológicos no grupo
Produção	Produção de papel	PI, SI, II, IE	PI, SSI, SI, Eventualmente ajudam: SI, SI
	Elaboração de artesanato	SSI e SSE	IE, PE, SI, SI, SI, IE, IE
Organização	Planejamento das reuniões	PI	IE
	Elaboração de atas	PI, SSI	II
	Tesouraria	SSI e SSE	PE e IE
	Controle e compra de material	PE e SE	IE e IE
	Plano de metas de produção	PE e IE	IE e PE
Criatividade	Aprimoramento das técnicas	II e SSI	IE, IE, PE, IE
	Pesquisa e elaboração de novas peças	PE, SE, IE e SSE	PI, IE e IE
Comercialização	Pesquisa de mercado	SE e PE	Foi realizada uma vez por todas as artesãs
	Participação em feiras	SE, SSE, IE	IE, IE e PE
	Contatos com compradores	SE, PE	IE
Fortalecimento interno	Harmonização do grupo	SI e SE	SI e IE
	Valorização das qualidades de cada uma	SE e SI	SI e IE
	Estimula a solidariedade e confiança no grupo	SE e SI	SI e IE

Relações externas	Com o poder público	PE, SSE e IE	IE
	Contatos com outros grupos/trocas de experiências	SE, SI, PE, PI, IE	IE

Quadro 3. Tipos psicológicos e atividades realizadas pelas artesãs da Oficina de Fibra  
 PI: Pensamento Introverso; PE: Pensamento Extroverso; SI: Sentimento Introverso; SE: Sentimento Extroverso

II: Intuição Introversa; IE: Intuição Extroversa; SSI: Sensação Introversa; SSE: Sensação Extroversa

Analisando-se as atividades necessárias para o bom funcionamento da Oficina de Fibra, de acordo com os tipos psicológicos de cada uma das integrantes que as executam, pode-se sugerir algumas adequações que auxiliariam o grupo a melhor desempenhá-las.

Na produção de papel, por exemplo, não se tem integrantes com a função intuição, o que ajudaria muito na rapidez da execução de tarefas, já que nesse primeiro momento não há necessidade de atenção a detalhes, comparativamente à elaboração do artesanato. Em quase todas as atividades relacionadas com a organização, de acordo com o Quadro 6, deve-se ter atenção, pois nem todos os tipos psicológicos adequados às atividades estão contemplados. Como exemplo, pode-se citar o planejamento de reuniões, que seria interessante um tipo mais organizado que o intuitivo, pois, embora seja empreendedor, pode correr o risco de perder o foco das reuniões ou marcar várias em curto período de tempo, sem uma prévia organização quanto a prioridades. Na elaboração de atas deve-se ter alguém que tenha foco e seja detalhista, como as funções pensamento e sensação. No controle de compras de materiais necessita-se de tipos que tenham foco e facilidade para o estabelecimento de relações, atividade realizada atualmente somente por intuitivos. Na tesouraria, onde um tipo pensamento e um tipo intuitivo atuam, é indicado o sensorial, já que esse último é mais detalhista e atento às questões concretas e fatos objetivos, movimentando gastos com cautela e senso de realidade.

Nas participações em feiras, falta a função sentimento, que é boa para estabelecer contatos, já que facilmente tem empatia com a necessidade do outro e normalmente - em particular o tipo sentimento extroverso - tem facilidade em comunicar-se em grupo. Porém, todas as artesãs que participam das feiras têm atitudes de extroversão, o que é um aspecto positivo. No que se refere ao fortalecimento dos vínculos no próprio grupo e para manter a coesão do mesmo há a atuação do tipo sentimento introverso. Esse fato é favorável, pois as pessoas dos tipos sentimento introverso e sentimento extroverso, atuam para a harmonização do grupo e lembram às demais integrantes que também pode ser uma realização pessoal o trabalho que realizam, além do caráter comercial do mesmo.

Nas outras etapas de trabalho descritas, houve uma boa adequação de tarefas, onde provavelmente o grupo conseguiu manter cada integrante em funções que

ativaram o melhor de sua função e tipo psicológico, favorecendo o desenvolvimento do trabalho. As áreas de conflito ou deficiência do grupo podem ser explicadas por tarefas não muito adequadas para o perfil de cada integrante. Nesse caso uma reorganização do grupo pode favorecer seu funcionamento e desempenho.

## 6 | PERFIL SOCIOECONÔMICO, MOTIVAÇÃO E ANSEIOS DAS ARTESÃS

As informações sobre perfil socioeconômico das artesãs da Oficina de Fibra constam no Quadro 4.

Artesãs/ idade	Origem	Trabalhava antes com artesanaria?	Fontes de renda da família	Quanto espera ganhar com a artesanaria?	Motivação	Escolaridade
Artesã A – 53	Mongaguá – Fazenda Rondônia	Fazia cestas de jornal	Bolsa família, trabalho em pizzaria; 0,57 salário mínimo	1 salário mínimo	Participação no grupo	Fundamental 2 completo
Artesã B - 59	São Miguel Paulista/ SP	Fazia e comercializava no bar	Trabalho em um bar; 1,5 salário mínimo	1 salário mínimo	Pensa e aprende mais, ensina	Fundamental 2 completo
Artesã C - 60	Juquiá/SP	Fazia crochê	Aposentadoria do marido e própria; 2 salários mínimos	1 salário mínimo	Melhorar qualidade de vida	Fundamental 1 completo
Artesã D - 55	Santos/SP	Não	Aposentadoria do marido – 3,5 salários mínimos	0,78 salário mínimo	Prazer de trabalhar em grupo, empenho de todas	Fundamental 1 completo
Artesã E - 60	Agudos/ SP	Sim. Flores artificiais, bordados, pintura em quadros	Variável. Proprietária de um pesqueiro	1,5 salário mínimo	Convivência com as pessoas, pois elas mudam com esse trabalho	Ensino médio completo
Artesã F - 29	Novo Oriente/ MG	Fazia bijouterias e crochê	Caseira em uma chácara; 1,5 salários mínimos	1 salário mínimo	Convivência. A família está longe e a ausência é preenchida no grupo	Fundamental 1 completo
Artesã G -41	Embu das Artes/SP	Pintura de pano de prato	Caseira em uma chácara e funcionária da prefeitura; 1,5 salários mínimos	0,55 salário mínimo	Pelas amizades e pela renda: não é muito, mas ajuda	Fundamental 2 completo
Artesã H - 31	Miracatu/ SP	Não, pois não gostava	Banicultora; 3,5 salários mínimos	1 salário mínimo	A certeza de que o grupo deu certo	Ensino médio completo
Artesã I - 55	Juquiá/SP	Crochê	Trabalhos domésticos; 0,5 salário mínimo	1,17 salário mínimo	Gosto das pessoas do grupo	Fundamental 1 incompleto

Artesã J - 50	São Paulo/SP	Crochê, tricô, bordado, pintura	Trabalhos domésticos; 3,5 salários mínimos	1,5 salário mínimo	O crescimento do grupo	Superior completo
---------------	--------------	---------------------------------	--	--------------------	------------------------	-------------------

Quadro 4. Perfil socioeconômico das artesãs da Oficina de Fibra

As artesãs têm origens diferentes, mas a maioria passou expressiva parte da vida em áreas rurais e/ou cidades de pequeno porte, concluiu a escola básica e não têm renda significativa. Esse fator contribui para que haja identificação entre a maioria das integrantes, o que facilita a coesão social. Duas artesãs que possuíam maior nível de escolaridade e renda deixaram o grupo sob o argumento de não concordarem com as ideias colocadas em prática por decisão majoritária. O envolvimento com o artesanato que tiveram antes da experiência de integrarem a Oficina de Fibra não foi profissional, assim como não tinham participado de grupos de mulheres que atuam juntas para a geração de renda. Esse fato exigiu que fosse proporcionada formação técnica e organizacional para as artesãs. Trata-se de um processo de aprendizado contínuo para a produção do artesanato, trabalho em grupo, formação para a economia solidária, gestão de uma organização e do negócio. Esses aspectos colocam-se como desafio que devem ser superados constantemente frente à necessidade de que haja inovações para que o grupo tenha coesão social e sustentabilidade frente ao mercado. A experiência de produzir artesanato em fibra de bananeira e integrar a Oficina de Fibra foi incorporada à vida de um grupo mulheres que possui idade média de 49,3 anos. Esse fato expressa que se o mercado de trabalho convencional exclui mulheres com os perfis das artesãs, é possível o Estado apoiar atividades produtivas que promovam inclusão socioeconômica e proporcionem convivência e, conseqüentemente, estimulem a criação de capital social.

A necessidade de disputar o mercado consumidor de artesanato com produtos de boa qualidade a preços competitivos e gerir um negócio, desperta as integrantes do grupo para a necessidade de retomarem a educação formal. Esse esforço, que além dos ganhos sociais para cada uma, tem como meta que a Oficina de Fibra tenha uma receita líquida mensal de 10,5 salários mínimos, o que acrescentaria mais um salário mínimo à renda familiar média das integrantes, que é de aproximadamente 2 salários mínimos. Porém, pode-se observar no Quadro 5 que o maior ganho de integrar a Oficina de Fibra é a convivência, o crescimento pessoal que a participação proporciona. Esse aspecto revelado pelas artesãs encontra respaldo nas características dos empreendimentos econômicos solidários como definido por Gaiger (2009), visto que os ganhos extraeconômicos são resultados de uma nova racionalidade produtiva que tem a solidariedade como fundamento de tais empreendimentos. Para o referido autor a eficiência ganha uma conotação mais ampla, pois inclui a qualidade de vida dos trabalhadores e a satisfação de objetivos culturais.

Artesãs	O que mudou na sua vida com a participação no grupo?	O que dificulta a sua participação no grupo?	Ações necessárias para fortalecimento do grupo	O que espera do poder público?	Como o grupo pode contribuir com o desenvolvimento do bairro?
Artesã A - 53 anos	Aprendizado e convivência	Custo do transporte até o local de trabalho	O retorno dos cursos de papel artesanal e design	Ajuda do poder público na comercialização	Poderia ajudar nas áreas reivindicando melhorias na saúde e educação
Artesã B - 59 anos	Convivência, ajudo mais as pessoas	Transporte até o local de trabalho	Mais ensinamento mútuo para melhorar qualidade das peças	Manter o grupo de extensão, de apoio; maior divulgação do trabalho	Mediando as reivindicações da população com a prefeitura
Artesã C - 60 anos	Conhecer e encontrar pessoas	Marido doente e criação do neto	Trabalhar na palha, melhorar comercialização	Melhorar infraestrutura	Apoio e organização de atividades sociais
Artesã D - 55 anos	Relacionamento com as pessoas, passou a se expressar melhor	Ajuda na criação dos netos	Oficinas para aumento da coesão e definição de uma pessoa para comercializar	Prefeitura e CATI continuarem apoiando	Ensinar aos jovens o conhecimento sobre artesanaria
Artesã E - 60 anos	Eu me soltei mais, aparecemos na TV, participamos de cursos. Engrandecimento interior	O trabalho no pesqueiro e problemas de saúde	Comercialização eficiente. Visitar firmas grandes e possíveis clientes em aeroporto	Que a prefeitura disponibilize um espaço decente no centro para comercialização e a CATI não deixe de apoiar	Apoio e organização de atividades sociais
Artesã F - 29 anos	Eu melhorei o jeito de me expressar e vivo um grande aprendizado	Antes o marido não gostava, mas agora se conformou	Melhorar a comercialização para produzir mais	Melhoria da infraestrutura, viabilização de transporte para as feiras	Reivindicar melhorias na saúde e educação
Artesã G - 41 anos	Fiz muitas amigas, hoje eu tenho amigos	Com o trabalho na prefeitura dificulta	Melhorar a comercialização	Transporte para participação em feiras	Como voluntárias na área de educação
Artesã H - 31 anos	Relacionamento com as pessoas. Hoje eu ouço mais, sou mais atenciosa	Não	Planejar a comercialização, buscar nichos e diversificar os produtos	Que a prefeitura legalize o uso do espaço que ocupamos, que a CATI continue a apoiar com transporte, indicação para feiras e presença dos extensionistas	Reivindicando melhorias para a área da educação
Artesã I - 55 anos	Desenvolveu habilidades, ganhou algum dinheiro	Marido doente	Continuidade da união entre as artesãs	Continuar apoio da prefeitura e CATI	Pode contribuir, mas não sabe como
Artesã J - 50 anos	Reconhecimento, faço o que gosto, convivência	Sogra. Não pode deixar sozinha	Continuidade da união, comercialização	Continuar apoio da prefeitura e CATI	Ensinando artesanato para a comunidade

Quadro 5. Mudanças e anseios das artesãs da Oficina de Fibra

Na percepção das integrantes, o principal desafio que a Oficina de Fibra

experimental é o estabelecimento de canais de comercialização mais estáveis, apesar da importância que a participação nas feiras proporciona quanto à comercialização, visibilidade do grupo e oportunidade de trocas com consumidores e outros artesãos. A importância da manutenção dos órgãos governamentais integrando a rede sociotécnica que porta a Oficina de Fibra, assim como a necessidade de consolidar a inserção social do grupo no bairro da Água Branca, são fatores importantes para a consolidação da rede sociotécnica e ampliação da possibilidade de organização de outros grupos de mulheres que atuem em empreendimentos econômicos solidários.

## **7 | PONTOS FORTES E FRACOS DA REDE SOCIOTÉCNICA DA OFICINA DE FIBRA**

Latour (2000) afirma que uma rede sociotécnica é tão forte quanto o seu elo mais fraco. Dessa forma, o conhecimento dos pontos fortes e fracos de uma rede é de fundamental importância para fazer correções de rumo e dar estabilidade à mesma.

A rede sociotécnica da Oficina de Fibra tem como pontos fortes a proximidade geográfica entre a maioria das artesãs e delas com o local de trabalho, pois facilita o estabelecimento de relações e organização do trabalho. A fundação da Associação das Mulheres Artesãs da Área Rural de Mongaguá também se constitui em um ponto forte por ter consolidado a identidade do grupo e promovido a proximidade profissional entre as artesãs. Porém, a proximidade social é um fator determinante para a coesão do grupo.

A abundância da matéria prima, o apoio da Prefeitura Municipal de Mongaguá à logística do processo de produção e de comercialização com a cessão de um quiosque na orla da praia, o assessoramento da CATI ao aperfeiçoamento da organização, das técnicas de produção do artesanato e *design*, assim como a participação do grupo em feiras e no Turismo Rural Pedagógico, também se constituem em pontos fortes da rede. Além disso, é de grande importância que os extensionistas da prefeitura e da CATI apoiem as traduções quando estas existirem e as façam quando não houver um tradutor operando para que o grupo mantenha a sua unidade e atinja os seus objetivos.

O conhecimento dos tipos psicológicos de Jung pelas artesãs e a tipificação de cada integrante por elas mesmas foi importante para harmonizar o grupo, mas necessita-se que a análise dos comportamentos sob a ótica da referida teoria seja uma constante, o que requer que um profissional especializado em psicologia analítica (junguiana) integre a rede sociotécnica. Assim, poder-se-ia criar condições para manter a harmonização entre as artesãs e melhor desenvolver as atividades de produção e comercialização do artesanato de acordo com o tipo psicológico de cada uma das integrantes da Oficina de Fibra. Além disso, se poderia apoiar o desenvolvimento de funções psicológicas pouco desenvolvidas individualmente para melhor realizar tarefas específicas.

Para que as artesãs façam uma boa gestão do negócio e o empreendimento tenha durabilidade, faz-se necessária a retomada dos estudos para se ter melhor formação. Assim, os professores e métodos de ensino também teriam que integrar a rede. Porém, a inexistência de um canal de comercialização fixo era, sem dúvida, o principal ponto fraco da rede sociotécnica, seguido da necessidade de se ter um veículo para transporte de materiais e produtos. O acesso ao mercado proporciona maior estabilidade à rede de um empreendimento solidário econômico. A viabilização pela Prefeitura de Mongaguá de um ponto fixo de comercialização na orla da praia cria condições para capitalizar o grupo e, conseqüentemente, este se tornará menos dependente do apoio logístico proporcionado pela própria prefeitura. Além disso, caso os governantes municipais apoiassem a Oficina de Fibra não somente como atendimento das demandas de um grupo social quanto à logística da produção e comercialização, mas sobretudo como escolha política para o fortalecimento da economia solidária no município, haveria condições para a expansão do modelo de rede sociotécnica da Oficina de Fibra para outros bairros. Dessa forma, a ideia da produção em grupo fundamentada nas relações de confiança e cooperação poderia ser adotada por outros grupos em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, fortalecer o desenvolvimento local.

O Quadro 6 apresenta os principais eventos que determinaram a rede sociotécnica da Oficina de Fibra até o mês de agosto de 2011.

Ano	Evento	Efeito
2009	Operação de tradução realizada por uma integrante do grupo original interessado na artesanaria	Reagrupamento das mulheres do grupo original e adesão de novas interessadas
2009	Acompanhamento do grupo por uma bolsista do CNPq	Início do processo da segunda tradução. Ligação das artesãs com outros profissionais e feiras
2010	Conjunto de palestras e cursos e excursões	Aperfeiçoamento técnico e organizacional
2010	Definição do nome e logotipo do grupo	Criação de identidade para o grupo
2010	Cadastramento na SUTACO	Reconhecimento oficial do grupo, elevação da autoestima
2010	Matérias na mídia impressa, eletrônica e televisiva	Divulgação do grupo, elevação da autoestima
2010	Controvérsia organizacional	Desânimo e fortalecimento da idéia de fundação de uma entidade própria
2010	Participação em feiras	Comercialização de produtos, divulgação do grupo, trocas de informações com outros grupos
2010	Construção da rede sociotécnica da Oficina de Fibra	Viabilização do grupo de artesãs
2010	Fundação da Associação das Artesãs da Área Rural de Mongaguá	Consolidação da identidade do grupo e maior inserção social no bairro com a participação na organização de eventos

2011	Realização de pesquisa de mercado participativa	Conhecimento do potencial dos produtos, oportunidades de comercialização e limitações do grupo
2011	Realização da oficina sobre os tipos Psicológicos de Jung	Melhor conhecimento das dinâmicas individuais e harmonização do grupo
2011	Integração da Oficina de Fibra ao Turismo Rural Pedagógico	Aumento da inserção social do grupo, estabelecimento de novo canal de comercialização
2011	Cessão de um quiosque na orla da praia pela Prefeitura Municipal de Mongaguá para comercialização	Estabelecimento de um ponto fixo de comercialização. Melhoria dos meios de acesso ao mercado e maior estabilidade da rede sociotécnica da Oficina de Fibra

Quadro 6. Principais eventos e seus efeitos no segundo período da trajetória do grupo de artesãs do bairro rural da Água Branca

## 8 | CONCLUSÃO

O caso em tela proporciona um importante ensinamento, visto que a atividade de artesanato em fibra de bananeira e a forma de organização das artesãs fundamentada na economia solidária não partiu do poder público, mas da necessidade apontada por um grupo de mulheres do bairro rural da Água Branca/Mongaguá. Assim, o Estado deve atuar de acordo com as solicitações e dinâmicas das comunidades e não de acordo com a lógica dos governantes.

O modelo proposto para viabilização de grupos de mulheres do meio rural na produção de artesanato se mostrou pertinente. A sua construção se deu com base nas necessidades de um grupo que se mantém por quatro anos em atividade e expressa evolução na qualidade dos produtos elaborados e na superação de controvérsias internas. Além disso, promove ganhos, principalmente de caráter social, aponta as necessidades de fortalecimento da rede sociotécnica que porta o grupo, cria condições para haver relações mais harmoniosas e propõe a reorganização do grupo adequando as artesãs às atividades de acordo com os perfis psicológicos de cada uma, com vistas à sua sustentabilidade.

O papel do poder público é determinante para os resultados que se obtém com esse tipo de iniciativa, pois o modelo é aplicável para grupos de mulheres que dependem da ação do Estado para a sua viabilização, visto que as suas integrantes não encontram individualmente oportunidades no mercado de trabalho formal. As ações desenvolvidas abarcam uma significativa gama de abordagens e reforçam a necessidade dos extensionistas rurais atuarem no campo técnico e também como tradutores nos processos de construção de redes sociotécnicas.

## REFERÊNCIAS

AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G. & LIVIAN, Y.F. *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. Paris: Seuil. 2005. 244 p.

BERNOUX, P. *Sociologie du changement: dans les entreprises et les organisations*. Paris : Seuil. 2004. 308 p.

BEURET, J. E. *La conduite de la concertacion pour la gestion de l'environnement et le partage des ressources*. Paris: Éditions L'Harnattan, 2006. 322p.

BYINGTON, C.A.B. *Pedagogia Simbólica*. Rio de Janeiro, Rosa dos Ventos, 1996.

CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. IN : CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. *Réseau et coordination*. Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.

DAGNINO, R. Tecnologia social. In: CATTANI; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. *Dicionário de outra economia*. Coimbra: Edições Almedina. 344 p.

DAYAN, A. *Les études de marché*. Paris: Presses Universitaires de France. 2004. 127p.

DIANNO, M. V. *Mongaguá: história da minha cidade*. Ed. do Autor, 2007. 256 p.

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRS. 2004. 199 p.

FREEMAN, J. Introdução. IN: JUNG, C. G. *O homem e seus símbolos*. (Edição especial brasileira). 9 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 19--. 316 p.

GARAVELLO, M. E. P. E.; MOLINA, S. M. G. ; SILVA, M. R. ; COSTA, E. E. M. Artesanato com fibra de bananeira: uma experiência no Vale do Ribeira, SP. *Revista de Cultura e Extensão*, v. 3, 2010, p. 31-36.

GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo: Edições Loyola. 2005. 239 p.

IBGE. Dados do censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2011. [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=35](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35). Capturado em 13/07/2011.

JUNG, C.G. *Tipos psicológicos*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2011. 614 p.

LATOURET, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000. 438 p.

LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I. Economia solidária. In: CATTANI; LAVILLE, J-L; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. *Dicionário de outra economia*. Coimbra: Edições Almedina. 344 p.

MINAYO, M.C.de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abrasco. 7a edição. São Paulo : 2000. 269 p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola. *Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo – LUPA. 2007/2008*.

SILVA, J.G. *O novo rural brasileiro*. Campinas: UNICAMP. 2 ed. 2002. 151 p. (Coleção pesquisas 1).

SILVEIRA, N. *Jung: vida e obra*. 21 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra. 2007. 169 p.

TORRE, A.; FILIPI, M. *Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux*. Paris: INRA Éditions. 2005. 322 p.

TORRE, A.; BEURET, J-E. *Proximités territoriales*. Paris: Economica, 2012. 105 p.

VON FRANZ, M.L.& HILMAN, J. *A Tipologia de Jung*. São Paulo: Editora Cultrix, 1990.

## LAVANDERIA 8 DE MARÇO, SANTOS/SP: UMA EXPERIÊNCIA DE VALORIZAÇÃO DE MULHERES

### Márcia Silveira Farah Reis

Psicóloga. Secretária de Assistência Social.  
Prefeitura Municipal de Santos. E-mail:  
marciasfreis@gmail.com.

### Newton José Rodrigues da Silva

Zootecnista, Dr., Coordenadoria de Assistência  
Técnica Integral/Secretaria de Agricultura e  
Abastecimento do Estado de São Paulo. Fórum  
de Economia Solidária da Baixada Santista.

**RESUMO:** O presente artigo aborda o papel do poder público para inclusão socioeconômica e valorização de mulheres fragilizadas, em situação de vulnerabilidade e risco. Foi realizado um estudo de avaliação de políticas públicas do projeto Lavanderia 8 de Março implantado pela Prefeitura de Santos no período compreendido entre 2005 e 2017. Utilizou-se a metodologia do Conseil Scientifique de l'Évaluation. Foram avaliadas a pertinência, eficácia e impactos do projeto, considerado três grupos de ações implementadas: disponibilização de infraestrutura, formação das integrantes e apoio às relações interpessoais, representado neste caso pela terapia comunitária e dos grupos operativos, adotados como referenciais facilitadores. Concluiu-se que o projeto é pertinente e apresenta eficácia. Os efeitos são positivos para inclusão socioeconômica. Porém, deve-se trabalhar continuamente

as relações interpessoais voltadas para os valores e princípios da economia solidária. Além disso, é de fundamental importância que gestor e integrantes do empreendimento econômico solidário mobilizem profissionais com diferentes competências para formar uma rede sociotécnica de apoio para viabilizar o empreendimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** economia solidária, economia feminista, lavanderia, avaliação de políticas públicas

**ABSTRACT:** This article focus on the role of public power in socioeconomic inclusion and recognition of vulnerable women currently in situations of vulnerability and risk. A study was carried out to evaluate the public policies of Lavanderia (Laundry) 8 de Março Project, implemented by Santos City Hall in the period between 2005 and 2017. For such evaluation, the methodology derived from the Conseil Scientifique de l'Évaluation was used. The relevance, effectiveness and impacts of the project were assessed, considering three implemented groups of actions: provision of infrastructure, training of the members and support to interpersonal relationships, represented in this case by community therapy and operating groups, adopted as facilitators. It was concluded that the project is relevant and effective. The effects are positive

for socioeconomic inclusion. However, we must continually work on interpersonal relationships, focusing on the values and principles of solidarity economy. In addition, it is of fundamental importance that the management and members of the solidarity economy enterprise mobilize professionals with different skills to form a social support network, enabling the program.

**KEYWORDS:** solidarity economy, feminist economy, laundry, public policies evaluation

## 1 | INTRODUÇÃO

Há uma crescente participação feminina no mercado de trabalho formal. Entretanto, emerge uma situação desfavorável para as mulheres: a “dupla jornada de trabalho”. A mulher chefe de família lida com uma realidade desigual e com diversas formas de discriminação e violência, o que caracteriza um atentado aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. O homem, quando responsável pelo domicílio, dispõe quase sempre da gestão compartilhada com a mulher que, por sua vez, experiencia situação oposta quando assume a responsabilidade. Considerando a cidade de Santos, em sua área central, esta é a realidade de uma concentração expressiva de mulheres que, além disso, estão em situação de vulnerabilidade, são pobres ou extremamente pobres, com baixa escolaridade ou nenhum nível de escolaridade, sem qualificação ou capacitação profissional, faixa etária de difícil colocação no mercado de trabalho em sua quase totalidade, mas que são responsáveis pelo sustento de suas famílias. Há ainda que se levar em consideração que existem outros agravantes para inserção dessas mulheres no mercado de trabalho formal, que estão relacionados ao preconceito relativo às suas histórias de vida, ao local de suas residências e por serem vistas como parte de uma população considerada itinerante, sem vínculos com a cidade e até mesmo com a sociedade.

Partindo da compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, obtém-se uma visão mais abrangente das condições de vida e dos riscos sociais que atingem este segmento da população santista, bem como das possibilidades de sua superação ou minimização. Nessa perspectiva, a Prefeitura Municipal de Santos, em 2006, elaborou um projeto de geração de postos de trabalho e renda para mulheres, que foi intitulado Lavanderia 8 de Março, pensado para ser um instrumento importante para o início da mudança desse quadro. O seu nome tem como referência ao dia Internacional da Mulher.

Historicamente a cultura patriarcal criou um conjunto de papéis para os gêneros, delegando à mulher a incumbência do serviço doméstico, cuidado das crianças, velhos e incapacitados. Implementou um conjunto de regras para orientar e disciplinar a conduta da mulher, que aprende desde criança a se tornar responsável pelas atividades domésticas de forma solitária. A necessidade econômica, e muitas vezes o abandono, acrescenta às tarefas da mulher a responsabilidade de manter a família financeiramente, buscando alternativas de subsistência no mercado de trabalho, sem,

no entanto, diminuir suas atribuições familiares.

Diante das dificuldades do cotidiano, o “agregar-se” torna-se uma necessidade e uma realidade observada nos cortiços, através de Associações, Centros Comunitários, Igrejas etc., prática que viabiliza a inserção no trabalho coletivo e grande possibilidade de adesão ao projeto das lavanderias coletivas e aponta para o que, inicialmente seria uma atividade opressora se tornar um fator de libertação.

O projeto “Lavanderia 8 de Março” inicialmente teve o intuito de capacitar mulheres no processo de lavagem, secagem e passadoria de roupas. Nesse espaço, elas poderiam atender sua clientela e, concomitantemente, utilizá-lo para o asseio de roupas da sua família, ou seja, tornar possível uma atividade remunerada sem distanciar-se da família, grande preocupação da maioria das mulheres sem condições de creche ou escola em tempo integral ou de cuidadores para os enfermos e idosos. A prefeitura disponibilizou infraestrutura para que as mulheres pudessem desenvolver atividade econômica através da prestação de serviço de lavanderia objetivando a melhoria da qualidade de vida e valorização do trabalho de modo que, paulatinamente, se tornasse cooperado e solidário. Este trabalho tinha o objetivo de contribuir com a construção de uma sociedade baseada em parâmetros de valorização da cidadania plena e real das mulheres, do respeito às diferenças e a autonomia de cada pessoa, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Partiu-se do princípio de que necessário devolver a estas mulheres dignidade, não só profissional, mas principalmente a dignidade humana, uma vez que a maioria dos domicílios dessa região não contavam nem mesmo com tanques de lavar roupas, ou quando existiam tinham muitas outras finalidades de uso, e são compartilhados como outros moradores dos cortiços.

A implantação da Lavanderia 8 de Março se deu na região central do município de Santos, local de residência das mulheres pobres ou extremamente pobres, onde se concentra expressiva quantidade de comércio dos mais variados segmentos, tais como: escritórios de advocacia, Poupatempo, Defensoria Pública, Fórum Municipal, Prefeitura Municipal, restaurantes, bares, lanchonetes, hotéis, empresas da área portuária e outros. Esse fato favorecia a aceitação e expansão desses serviços, haja vista, a necessidade de uma lavanderia próxima do serviço das pessoas que trabalham nesta região. A falta de quintais que permitem a secagem natural das roupas, a proliferação de apartamentos de pequenas dimensões, o aumento de pessoas sozinhas e/ ou descasadas, e o crescimento da força de trabalho feminina, possibilitam a procura por serviços de lavanderia.

Considerando que a Lavanderia 8 de Março evoluiu para um empreendimento econômico solidário com integrantes que estavam à margem da sociedade, tornou-se um caso a ser estudado para compreensão da sua trajetória. Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de avaliar o projeto enquanto ação de inserção socioeconômica de mulheres que viviam em situação de pobreza e extrema pobreza e tirar ensinamentos que possam fundamentar outras ações similares.

## 2 | CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA CIDADE DE SANTOS

Segundo dados do IBGE de 2010, a cidade de Santos, localizada no litoral de São Paulo, tinha 419.400 habitantes e é o município mais importante do ponto de vista econômico da região metropolitana da Baixada Santista (IBGE, 2017). Santos, também em 2010, apresentava IDH de 0,840 – considerado muito alto na classificação do PNUD – sendo o sexto do Brasil (PNUD, 2017). O PIB per capita de Santos é de R\$ 31.713,60, pouco maior que o do Estado de São Paulo, R\$ 31.383,79, e muito maior que o do Brasil, R\$ 20.371,64 (IBGE, 2017). Verifica-se, porém, que a ótima posição ocupada pela cidade em termos de IDH e PIB per capita não impede a existência de parcela significativa da população vivendo com baixa qualidade de vida. Habitantes de 7.800 domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo, correspondendo a 5,5% do total de domicílios. Há 0,60% de extremamente pobres e 2,39% de pobres (CDHU, 2002).

Em 2017, o Cadastro Único da Assistência Social apresenta 17.947 pessoas com renda per capita mensal com a seguinte distribuição: 6.232 com até R\$ 85,00; 2.393 de R\$ 85,01 a R\$ 170,00; 4.527 com renda de R\$ 170,01 a R\$ 468,50 e 4.795 com renda per capita acima de R\$ 468,50 (MDS, 2017). Assim, os extremamente pobres e pobres representam 2% da população. Atente-se que são pessoas que ganham até 4,5% do salário mínimo necessário para agosto de 2017, ou seja, R\$ 3.744,83, conforme calculado pelo DIEESE (2017). O paradoxo de Santos é resultado da péssima distribuição de renda, com um agravante: de 1991 a 2010, enquanto o Coeficiente de Gini do Brasil diminuía de 0,58 para 0,53 (IBGE/PNAD, 2017), o de Santos aumentava de 0,52 para 0,55. (PNUD - Atlas Brasil, 2017).

O Plano Diretor de Santos de 2013 (Prefeitura Municipal de Santos, 2017a), aponta que 54,2% da população de Santos são mulheres, o maior percentual dentre as cidades brasileiras, que apresentam média de 51%. As mulheres economicamente ativas representam 25% da população. Já a taxa de desemprego da população economicamente ativa em março de 2015, foi de 12,2%, não mostrando distorção entre a questão de gênero (mulheres 12,2%; homens 12,3%). O mesmo Plano Diretor assinala um rendimento per capita significativo na região da Orla - bairros José Menino, Pompéia, Gonzaga, Boqueirão, Embaré, Aparecida, Ponta da Praia - onde o rendimento varia na faixa predominante de R\$1.866,00 a R\$6.222,00. Destaca-se que na área central, principalmente nos bairros Vila Nova e Paquetá, a renda per capita está entre 0 e R\$622,00, onde se situam a maioria dos cortiços. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborada pelo NESE (2017), este quadro era totalmente desfavorável para as mulheres no ano de 2006, quando o desemprego geral era 16,8%, sendo no gênero masculino, 13,7% e no feminino 20,1%. A Figura 1 apresenta o Índice de Autonomia de Renda (IAR) em Santos no ano de 2000 (NESE, 2017). Quanto maior o índice, maior a renda. Ressalte-se que a situação de desigualdade social entre os anos de 2000 e 2013 na cidade de Santos não se alterou.

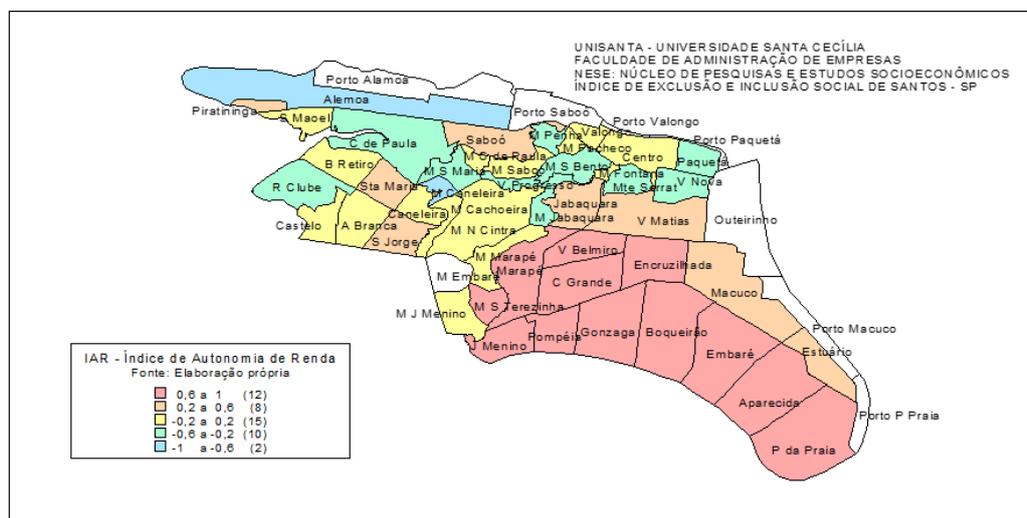


Figura 1. Índice de Autonomia de Renda por Bairro da Cidade de Santos/SP em 2000

Fonte: Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioeconômicos da UNISANTA-Universidade Santa Cecília, de Santos/SP (2017)

Em 2016, a Prefeitura Municipal de Santos (2017b), através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, elaborou o Diagnóstico do Uso do Solo Centro de Santos. Neste estudo observou-se que na região central, em 1950, residia 28% da população total de Santos. Em 2010, a população da Área Central estava reduzida a 1%. Nestes 29 anos houve uma generalizada perda de dinamismo econômico; o comércio varejista diminuiu 26,5% e o atacadista 35,0%. Acrescenta-se que o número de cortiços aumentou significativamente, 258% de 1985 a 2014.

Os cortiços são habitações em casarões antigos do entorno dos bairros Paquetá e Vila Nova, onde viviam famílias nobres entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Essas moradias têm condições sub-humanas e são de aluguel, possuem apenas um cômodo bastante reduzido e as famílias que ali moram dividem o mesmo banheiro e a mesma cozinha. A maioria dos moradores, 69,5%, prepara suas refeições dentro das moradias e, como o número de cômodos é exíguo, seus ocupantes são obrigados a usar fogão ou fogareiro em um compartimento também utilizado como quarto. A preparação de alimentos no mesmo espaço de descanso representa um fator de risco para todos os moradores do cortiço, pela proximidade com os botijões de gás (Novo Milênio, 2017).

“Dono da chave” é o nome que se dá ao sublocador do casarão, função muito comum na região central. Ele aluga a casa do proprietário, divide os cômodos e aluga os quartos, geralmente com 10, 12 cômodos, para as famílias. Quanto mais cômodos a casa oferecer, maior o rendimento do “dono da chave”, pois o aluguel repassado ao proprietário do casarão é único. O preço dos cômodos é sempre abusivo. As condições de vida precárias, com baixa condição de ventilação e insolação, e utilização coletiva das instalações hidráulicas. Neste tipo de moradia não há relação contratual, não requer fiadores e há o anonimato de alguns moradores como prostitutas e fugitivos da justiça, propiciando que o “dono da chave” explore mais ainda pelo espaço alugado.

Os cortiços são territórios com regras específicas de convivência. Entre os moradores há uma certa cumplicidade e solidariedade. A relação entre o “dono da chave” com o “inquilino” está centrada no poder. Se o “inquilino” não agrada ao “dono da chave”, certamente não permanecerá no cômodo. Normalmente, a população encortiçada não tem sentimento de pertencimento em relação à sua moradia. A decomposição do imóvel afeta diretamente as pessoas, pois é visível a degradação humana e baixa autoestima dos moradores. A Lei Municipal 688 da Prefeitura Municipal de Santos de 2010 (PMS, 2017c) definiu 221 imóveis como cortiço, mas não realizou qualquer pesquisa qualitativa sobre as condições de vida da população encortiçada.

O último estudo feito na região encortiçada da região Central foi em 2000, com o objetivo de permitir o entendimento do problema do encortiçamento e contribuir para a definição de diretrizes para a implantação de projetos sociais (CDHU, 2002). Os dados indicaram maior presença de população jovem e predominância de alguns tipos de arranjo familiar, destacando-se a significativa proporção de mulheres chefes de famílias. A maior parte da população encortiçada é de origem local, residindo em Santos há mais de quinze anos. Do ponto de vista socioeconômico, a situação das famílias pesquisadas é bastante vulnerável, uma vez que mais de dois terços dispunham de até três salários mínimos de renda total. Além disso, as principais fontes da renda do chefe de família provinham de pensão ou aposentadoria, do assalariamento sem carteira assinada e do trabalho autônomo. Parcela significativa dos chefes de família -16% das famílias dos cortiços - não tinha grau de instrução algum. Próximo a 70% possuíam ensino fundamental incompleto, 68% dos chefes de família estavam ocupados, 10,4% encontravam desempregados e 21,5% não trabalham por outros motivos. A aposentadoria ou pensão, 23,1%, e o assalariamento com registro em carteira de trabalho, 19,9%, são identificadas como fontes principais de renda para parcela elevada de chefes de família. Porém, o percentual de chefes com inserção precária no mercado de trabalho atingia mais de um terço, com 22,7% dos chefes exercendo trabalho autônomo e 11,2% trabalhando sem registro em carteira. Além disso, 58,5% dos casais com filhos ganhavam até três salários mínimos e 41,5% recebiam entre 3 e 10 salários mínimos. Considere-se que, à época, ano 2000, o salário mínimo correspondia a apenas 15,0 % do salário mínimo necessário para atender ao Art. 7º.-IV da Constituição Federal. Vale destacar, ainda, que a maioria das pessoas sozinhas, 76,3%, e das famílias monoparentais simples, 69,2%, ou ampliadas, 50,0%, não ultrapassava o patamar de até três salários mínimos. Do total de famílias, 68,5% eram chefiadas por homens, indicando alta proporção daquelas chefiadas por mulheres, que suplantavam os 30%. As famílias mono parentais simples e as ampliadas (chefe com filhos) apresentam proporção mais elevada de chefia feminina, com 75,0% e 88,9%, respectivamente.

Foi nesse quadro, na área central da cidade, onde a Prefeitura Municipal de Santos implantou a Lavanderia 8 de Março.

### 3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Para avaliação do projeto utilizou-se o quadro teórico e metodológico de avaliação de políticas públicas do órgão francês denominado Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996), utilizado por Silva (2008), por possibilitar a compreensão da lógica de ação do poder público e os efeitos das ações realizadas.

Os termos programa e política pública, apesar de serem frequentemente utilizados como referências às ações governamentais, apresentam diferenças que não são somente de ordem semântica, mas sobretudo de concepção. O primeiro termo, refere-se a uma sequência de ações limitadas no tempo em que os meios para a sua execução e os seus objetivos são bem definidos. O segundo, a uma totalidade complexa de programas e procedimentos que têm o mesmo objetivo geral. Muller (2003) afirma que uma política pública é uma ação governamental em um setor da sociedade situado em determinado espaço geográfico. O mesmo autor considera que uma política pública é constituída por uma totalidade de medidas concretas que se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite a distinguir de uma ação isolada. Afirma ainda que a política pública tem um público definido, isto é, grupos ou organizações cuja situação é afetada pelas ações, que obrigatoriamente têm objetivos a alcançar. Rodrigues (2010) afirma que as políticas públicas são desenhadas por atores políticos que, ao exercerem suas funções, mobilizam os recursos necessários para realizá-las. Os atores políticos podem ser individuais ou coletivos e públicos ou privados.

A avaliação de programas e políticas públicas tem como base a pesquisa em ciências sociais aplicada ao estudo das políticas e seus efeitos sobre a sociedade. Porém, a avaliação é mais ampla do que esta e tem por objetivo fazer com que os resultados e conhecimentos produzidos construam um julgamento de valor para que os governantes e a população tenham referências sobre os fatores que determinaram o sucesso ou o insucesso de determinada ação e possam interferir nos processos para corrigir procedimentos e/ou elaborar novas políticas e programas.

A avaliação pode ser implementada para atividades, serviços, organismos, projetos, programas e políticas. Na maioria dos países predomina a avaliação de programas e projetos e não de políticas. De forma geral, a avaliação é mais fácil de ser realizada quando se trata de um programa ou projeto, pois sendo ações simplificadas, os instrumentos e mecanismos para a sua execução e os seus resultados são mais visíveis. No entanto, a opção em avaliar um programa ou projeto pode provocar um negligenciamento da compreensão das influências de outras ações públicas que, eventualmente, ocorrem ou ocorreram simultaneamente e que foram implementadas no mesmo território e para a mesma população. Os efeitos dos programas implantados anteriormente também podem influenciar os resultados de ações públicas em curso. Portanto, a abordagem histórica da intervenção governamental e seus efeitos, da trajetória da população e das transformações na ocupação dos territórios é de grande

importância na avaliação de programas, projetos e políticas (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996).

A avaliação pode ser realizada em diferentes momentos do ciclo de vida da política, programa ou projeto, sendo denominada *ex-ante*, quando o estudo tem caráter prospectivo quanto a sua viabilidade e impacto. Proporciona a geração de informações para decidir se a política deve ser implementada ou não. Portanto, é realizada na fase de elaboração da política. A avaliação concomitante é feita simultaneamente à execução das ações e tem por objetivo fazer correções durante as etapas em curso. A avaliação *ex-post* é realizada após a implantação da política, ocorrendo alguns casos em que é feita muito tempo após o seu fim e tem como objetivos a apreciação da durabilidade do seu impacto sobre as condições que se desejava mudar. Com base nas informações da avaliação pode-se, ainda, tomar a decisão de continuar ou não a implementar o tipo de projeto avaliado e, em caso positivo, utilizando os mesmos mecanismos ou definindo outros (Cohen & Franco, 1993; Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001).

### 3.1 O projeto de avaliação e os resultados que serão medidos

Nas proposições do Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996), as ações relacionadas à avaliação devem ser previstas em projeto no qual define-se o território, instituições, período, os objetivos relacionados à política pública e os referenciais de análise dos resultados, que podem ser elaborados de acordo com os objetivos oficiais<sup>1</sup> ou aqueles que são latentes. O aspecto mais importante da avaliação da ação pública é exatamente a identificação dos seus efeitos. Toda política que objetiva transformar a condição da sociedade interfere nas evoluções intrínsecas à mesma, ou seja, endógenas, assim como estabelece interações com fatores exógenos, principalmente com origem no contexto econômico que é resultado de outras políticas públicas. Muitas vezes é difícil quantificar as relações existentes entre a ação pública e os seus efeitos, visto que há uma complexidade de fatores que agem no seio da sociedade estabelecendo verdadeiros sistemas. No entanto, a avaliação deve esforçar-se para compreendê-los e estabelecer as ligações entre os mecanismos que provocam os efeitos constatados.

Em função do referencial escolhido, deve-se identificar os efeitos da política, programa ou projeto que se deseja avaliar e, se possível, medir. O sucesso ou o fracasso da política pode ser avaliado considerando se os seus objetivos foram alcançados, ou seja, de acordo com os seus efeitos diretos e, também, considerando os efeitos indiretos sobre a sociedade. Comumente, são utilizados indicadores de resultados para a realização da avaliação.

---

1- É a situação que se deseja obter ao final do período de duração da política pública, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas (Cohen & Franco, 1993).

### 3.2 Os indicadores de resultados

Os indicadores de resultados são medidas cujos valores fornecem uma indicação incompleta, mas útil sobre um fenômeno que se busca apreciar. Para compreender uma situação complexa, é necessário utilizar diversos indicadores, que podem ser de natureza quantitativa ou qualitativa. O ideal é que sejam utilizados indicadores dos dois tipos na avaliação. As informações quantitativas são mais fáceis de serem coletadas do que aquelas de caráter qualitativo. Qualificar um fato quando não se pode quantificá-lo é de grande importância e se constitui em uma informação também de confiança. Cada ação gera os seus próprios indicadores que podem ser técnicos, econômicos ou organizacionais, quando quantitativos. Como aspecto de fundamental importância da abordagem qualitativa na avaliação, é a percepção do público alvo quanto aos procedimentos de elaboração, implementação e os efeitos da política.

### 3.3 O que avaliar em uma política: eficácia, impacto, pertinência e eficiência

#### a) Eficácia

Analisar a eficácia das políticas públicas consiste em comparar os objetivos traçados e os resultados alcançados, identificando as diferenças entre o que foi realizado e o que estava previsto. Dessa forma, a eficácia é medida de acordo com os efeitos próprios da política. Essa análise se apóia sobre a focalização dos fatores suscetíveis de explicar a capacidade da política em agir sobre o sistema de exploração local. Portanto, a eficácia é o resultado da interação entre uma intervenção exógena e uma dinâmica social endógena. Uma política pode apresentar resultados diferentes quando aplicada em mais de um local, visto que as diferenças entre as características sócio-demográficas dos beneficiários, dinâmicas socioeconômicas locais, organização das instituições públicas, formação dos servidores públicos, instrumentos de ação e competência da direção política da intervenção, podem estabelecer interações entre si e influenciar os resultados.

Em diversas situações, a realização desse estudo torna-se difícil pelo fato de muitas ações públicas não terem os objetivos bem definidos ou mesmo não haver registro dos resultados alcançados. Há dificuldade em conduzir um estudo de eficácia se não existe a possibilidade de relacionar os resultados obtidos e os objetivos de partida da ação. No entanto, o mais importante é compreender as mudanças que a política produziu na sociedade. A principal resposta a ser respondida é: o que teria ocorrido se a política não fosse implantada? Ou, ainda, a política implementada transformou as condições de vida do público alvo? Para responder a essas questões, deve-se identificar a relação de causa entre uma política, programa ou projeto e os efeitos sociais que produziram (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Loué *et al.*, 1998; Guéneau, 2001).

#### b) Impacto

Os efeitos de uma política sobre a sociedade não se limitam àqueles que foram previstos e são esperados ou, pelo menos, desejados, de acordo com os seus objetivos. A avaliação deve considerar os efeitos colaterais, sejam eles positivos ou negativos, que a política pode acarretar. Analisar o impacto é apreciar todos os efeitos que foram produzidos com a ação, sejam eles de caráter técnico, econômico, político, ambiental e social (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001). Miles & Huberman (2003) chamam os efeitos indiretos de secundários, por estarem distantes da intenção original do projeto e enfatizam a necessidade de considerar, na avaliação, os efeitos indesejáveis, visto que são inerentes a qualquer iniciativa humana, em qualquer área de atuação. A análise de impacto das políticas públicas deve ser ampla e considerar os seus efeitos sobre os homens e os territórios que eles ocupam, pois elas são direcionadas para um sistema complexo.

#### c) Pertinência

A primeira condição de sucesso de uma política é que ela responda corretamente às necessidades que se manifestam. Durante a elaboração das políticas deve-se determinar da forma mais precisa possível os fatores e mecanismos responsáveis pela ocupação e transformação dos territórios para que as ações sejam direcionadas ao apoio das atividades capazes de minimizar ou colocar fim aos problemas detectados. Além de considerar o exposto, a análise de pertinência considera também até que ponto uma política, por sua filosofia e por seus métodos, é suscetível de alcançar ou não os objetivos que foram fixados (Loué *et al.*, 1998). A pertinência de uma política é proporcional à combinação de fatores, como real participação do público alvo na sua elaboração, execução e avaliação, assim como a competência e engajamento da equipe técnica responsável pela condução do processo.

#### d) Eficiência

Analisar a eficiência do ponto de vista do custo/benefício é comparar os resultados alcançados com os custos da execução de determinada política. Constitui-se em calcular o custo/benefício considerando os recursos do Estado e também aqueles de origem das comunidades, ou seja, os recursos próprios. A análise da eficiência no sentido custo-eficácia consiste em comparar os custos necessários para alcançar um certo nível de resultado para diferentes políticas. Esse cálculo pode também ser denominado custo de oportunidade de uma política pública, ou seja, é a análise dos resultados que poderiam ser obtidos com a implementação de uma outra política com os mesmos recursos. Ambas as análises são difíceis de serem realizadas pelo fato de muitos governos não realizarem um efetivo controle dos gastos durante a implantação das ações ou não deixarem em seus arquivos os registros realizados, o que prejudica a avaliação *ex-post*. Portanto, é mais comum que seja realizada a análise de eficácia. Por outro lado, a análise do custo/benefício de algumas políticas torna-se impossível

quando o resultado é algo que é imensurável, como a vida humana, por exemplo (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996; Guéneau, 2001).

### **3.4 O mecanismo de ação e contexto**

O procedimento de avaliação das políticas públicas não deve considerar somente os recursos humanos e econômicos mobilizados para sua implantação, limitando-se às análises de confrontação dos resultados com os objetivos do projeto, pois transformaria as políticas em verdadeiras «caixas-pretas» e se conheceriam somente os procedimentos para sua elaboração, que seriam as entradas, e os efeitos dos seus resultados, as saídas. Portanto, o conhecimento do conteúdo de tais «caixas», ou seja, os mecanismos internos da ação não seriam conhecidos. Da mesma forma que se deve concentrar esforços para ter conhecimento dos mecanismos de ação, a influência dos fatores contextuais nos resultados das políticas implementadas deve ser igualmente conhecida, pois existem interações destes fatores com os aspectos locais que podem definir os seus resultados (Conseil Scientifique de l'Évaluation, 1996).

## **4 | PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

O procedimento metodológico utilizado para a coleta de dados é a observação participante, que combina simultaneamente a análise documental, entrevistas a respondentes e informantes, participação e observação direta e introspecção (Lüdke e André, 2013). A análise foi realizada com fundamentação no referencial teórico e metodológico de avaliação de políticas públicas do Conseil Scientifique de l'Évaluation (1996).

## **5 | RESULTADOS**

A trajetória da Lavanderia 8 de Março foi periodizada de acordo com o seu estágio de desenvolvimento, considerando aspectos concernentes à organização do empreendimento, aperfeiçoamento técnico para a higienização de roupas e eventos de caráter político que contribuiriam para que ocorressem mudanças. Assim, foram detectados a ocorrência de quatro períodos, sendo: 2000 a 2005; 2006 a 2008; 2009 a 2013 e 2014 a 2017. O ano de 2006 foi escolhido por ser aquele que ocorreram os primeiros estudos que embasaram a implantação da Lavanderia e 2017 por ser o ano em que foi finalizado o presente trabalho.

### **5.1 Período de 2000 a 2005: os estudos sobre a área central de Santos**

Esse período é caracterizado pela realização de um estudo que evidenciou a situação de pobreza e extrema pobreza da população que habita a área central de

Santos. Fundamentado nos resultados do referido trabalho decidiu-se pela implantação de uma lavanderia, como explicitado no Quadro 1.

Ano	Evento	Efeito
2000	Pesquisa da CDHU sobre a problemática dos cortiços	Constatação de índice elevado de pessoas, principalmente mulheres, em situação de extrema vulnerabilidade
2005	Partido da Coligação do Prefeito apresentou a proposta para criar uma Lavanderia no Centro da Cidade de Santos, cujo objetivo era as moradoras poderem lavar suas roupas	Proposta aceita e encaminhada para a Secretaria de Assistência Social para estudar a viabilidade

Quadro 1. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2000 e 2005

A pertinência da realização do estudo é evidente. Porém, a proposta de implantação de um equipamento para as moradoras lavarem as suas próprias roupas tem caráter paliativo, pois resolveria um problema específico da vida das pessoas envolvidas. Dessa forma, não aportaria qualquer novidade que objetivasse mudança socioeconômica estrutural, considerando as relações entre as pessoas ou a geração de renda. Trata-se de uma proposta vertical descendente que partiu de pessoas ligadas a um partido político e não se tratava de uma ação fundamentada nos princípios e valores da economia solidária. Observa-se que seria de grande importância se fosse estabelecido um processo participativo com a população que se queria trabalhar para definir uma política pública de inclusão socioeconômica que abordasse diferentes áreas: saúde, educação, moradia, geração de renda. A pertinência de um projeto está relacionada, principalmente, à participação dos beneficiários na sua elaboração, execução e avaliação. Dessa forma, o projeto Lavanderia 8 de Março, nome dado por aqueles que o propuseram, passa para da fase de elaboração e implantação sem propor mudanças efetivas. Assim, sua pertinência não é verificada.

## 5.2 Período de 2006 a 2008: identificação de mulheres para integrar o empreendimento

Em 2006, a Secretaria de Assistência Social (SEAS) da Prefeitura de Santos, em conjunto com a União Brasileira de Mulheres (UBM), reescreveram o projeto e Lavanderia deveria ser um empreendimento econômico solidário. Houve a captação de R\$ 50.000,00 em atendimento a um edital da Petrobrás. Estabeleceu-se uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Santos, por meio da Secretaria de Assistência Social (SEAS), a União Brasileira de Mulheres (UBM) e a Petrobrás – Programa Remar (Refinaria Presidente Bernardes). A SEAS e a UBM disponibilizaram duas gestoras, uma de cada órgão, que eram responsáveis pela elaboração do projeto e acompanhamento das atividades e objetivavam o aprimoramento e crescimento profissional das mulheres que participariam da Lavanderia. Deveriam trabalhar para fortalecer a participação ativa das mesmas na gestão do projeto, proporcionando transparência e monitoramento das ações. Já a administração dos recursos aprovados para a execução do projeto ficou sob a responsabilidade da UBM. O Quadro 2 mostra os eventos

e seus efeitos do período.

	Eventos	Efeitos
2006	Estudo de viabilidade para implantação da lavanderia	Projeto reescrito com a proposta de Inclusão produtiva – Parceria Prefeitura Municipal de Santos e União Brasileira de Mulheres. Prefeitura Municipal de Santos cede espaço para implantar o Projeto e assume as despesas com água, luz, telefone e servidor para desenvolver as ações governamentais.
	Projeto encaminhado para PETROBRAS / REMAR e HSBC	Projeto contemplado pela PETROBRAS – R\$50.000,00. União Brasileira de Mulheres se responsabiliza por gerenciar a verba da PETROBRAS e por desenvolver atividades em parceria com a Prefeitura Municipal.
2007	Reuniões com entidades da cidade e realização do seminário “Cooperativismo: no caminho de uma nova sociedade”.	Obtenção de apoio das seguintes instituições: Universidade Católica de Santos; Observatório da Mulher; Fórum da Cidadania de Santos; Prefeitura Municipal de Santos; União Brasileira de Mulheres; Sindicato dos Operários Portuários de Santos e Região e Sindicato dos Trabalhadores Administrativos em Capatazia, nos Terminais Privativos e Retroportuários e na Administração em Geral dos Serviços Portuários do Estado de São Paulo.
2008	Cessão do espaço físico para instalação e implantação da Lavanderia.	Análise técnica do espaço sendo necessário realizar adaptações elétricas e hidráulicas, a fim de que as instalações do espaço comportem a sobrecarga dos equipamentos Licitação para contratação de mão de obra especializada para <u>adaptação do local</u>
	Diversas reuniões com mulheres no Centro de Referência de Assistência Social / Centro	Conscientização do trabalho a ser desenvolvido Cadastro das mulheres interessadas em integrar a lavanderia

Quadro 2. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2006 e 2008

Para compreender a localização da Lavanderia 8 de Março como empreendimento econômico solidário na economia, recorre-se à explicação dada por Polanyi (2000). O sistema econômico é integrado por quatro princípios: **maximização do lucro**; **redistribuição**; **reciprocidade e gestão familiar**. O primeiro representa as empresas capitalistas. O segundo, o Estado, incluindo empresas estatais, que arrecada impostos para redistribuir à sociedade em forma de serviços. No terceiro princípio insere-se, sobretudo, as cooperativas e associações com atividade econômica, o que constitui a economia solidária. O quarto princípio representa os pequenos empreendimentos, que expressam a economia popular. Assim, produção, distribuição e comercialização são realizadas de diferentes formas quanto à gestão e têm objetivos específicos. No caso da Lavanderia 8 de Março que emergia, tratava-se de uma ação governamental, ou seja, que partia do princípio redistribuição representado pela Prefeitura Municipal de Santos e Petrobrás que disponibilizaram recursos. A União Brasileira de Mulheres que disponibilizou uma profissional integra o princípio da reciprocidade, assim como as demais instituições que passaram a apoiar a implantação do equipamento. Dessa

forma, por meio de uma ação governamental vertical descendente, ou seja, que partiu da prefeitura, iniciava um processo de contribuição com a pluralidade da economia. A pertinência do projeto se observa no fato de se propor uma ação que representava um processo de mudança estrutural, desenhando-se um grande desafio que era o de valorizar mulheres em situação de extrema pobreza para serem gestoras de um empreendimento econômico solidário. Além disso, forma-se uma rede institucional de execução e apoio ao projeto. Essas ações são pertinentes e representam um movimento de inserção dos aspectos econômicos no social, para dar maior estabilidade às ações em curso.

### **5.3 Período de 2009 a 2013: organização e reciprocidade**

Esse período é iniciado com a inauguração da Lavanderia 8 de Março em janeiro de 2009, após o término das licitações para aquisição dos equipamentos, bem como definição do local para instalá-la. Houve a consolidação da evolução de equipamento de treinamento de mulheres com o objetivo de higienizar roupas para um empreendimento econômico solidário. Foi realizado um conjunto de atividades organizacionais que, sobretudo, fez emergir reciprocidades. O último evento, no entanto, causou instabilidade entre as integrantes, pois o novo governo propôs um debate sobre a melhor forma de utilização da Lavanderia. A questão era: não seria melhor utilizá-la como equipamento de treinamento e atender um maior número de mulheres? Assim, acabaria o empreendimento econômico solidário.

#### *5.3.1 As primeiras ações do período: trabalhos individuais e adequação da operacionalização*

Em 2011 a representante da União Brasileira de Mulheres UBM saiu do Projeto e a função do gestor passou a ser exercida somente por uma servidora da prefeitura. Considerando que as trabalhadoras não estavam previamente organizadas e formadas para fazer a gestão de um empreendimento solidário, foi necessário que as mulheres tivessem experiências de trabalho individuais, possibilitando o aparecimento das afinidades e dos conflitos entre elas, para que no futuro se consolidasse a formação do grupo para fazer a gestão de um empreendimento econômico solidário. Durante um ano e meio as participantes passaram por um processo de sensibilização sobre gestão, processo produtivo e organizativo. Vislumbrando a autogestão, foram desenvolvidas atividades de formação para que as mulheres compreendessem e internalizassem os valores e princípios da economia solidária, capacitando-as para atuar sob os princípios, valores e regras do cooperativismo.

Eram realizadas reuniões para resoluções de problemas do cotidiano, melhoria no atendimento dos clientes e, inclusive, para orientação em termos simples e básicos, em finanças e contabilidade. As assembleias mensais eram instrumentos

para organizar o trabalho coletivo e o entrosamento solidário das integrantes. Essas reuniões tornaram-se determinantes para a obtenção de êxito na construção do empreendimento econômico solidário.

Havia uma rotatividade expressiva das participantes por, principalmente, saída daquelas que não se adaptavam ao trabalho como proposto. Os ensinamentos do cotidiano proporcionaram revisões do projeto inicial. Com a saída espontânea de integrantes, não houve reposição e o número inicial, 40, foi reduzido pela metade. Com uma quantidade elevada de participantes e o tempo necessário para utilização de cada máquina não permitiam desenvolver adequadamente os trabalhos. Assim, com 20 mulheres organizou-se dois turnos de trabalho. Cada turma com dez mulheres lavaria, secaria e passaria. Assim, as integrantes que permaneciam e se adaptavam ao trabalho eram replicadoras do conhecimento. Esse aspecto foi de grande importância, pois além de serem cooperativas umas com as outras, elas se sentiam valorizadas por ensinar outras mulheres.

### *5.3.2 Lavanderia 8 de Março: um empreendimento econômico solidário*

Um ano e meio após o início dos trabalhos na Lavanderia 8 de Março, o trabalho cooperado finalmente foi implantado em julho de 2010. Os clientes não eram mais individuais, mas do empreendimento. Tudo passou a ser compartilhado e uma nova gestão foi implantada. Aquelas mulheres que não se adaptaram à nova proposta, trocaram o trabalho cooperado pelo individual. Compraram máquinas de lavar, ferros e deram prosseguimento ao trabalho nas suas casas, pois percebiam que estavam capacitadas e este tipo de trabalho lhes gerava renda e permitia estar próxima da família.

#### *Organização para a economia solidária*

As mulheres que permaneceram no empreendimento estavam mais participativas e mantinham entre si um bom relacionamento, mostrando-se aptas a trabalhar dentro dos moldes de uma cooperativa. Fundamentado no trabalho cooperado, foi definido em assembleia que a movimentação financeira passaria a ser controlada coletivamente, com registro diário do dinheiro das entradas (faturamento) e saídas (compras coletivas), assim como as sobras seriam compartilhadas a cada quinzena, proporcionalmente às horas trabalhadas por participante. Esta mudança exigiu aprimoramento nos controles, como no das entradas e entregas de roupas, estoque e, conseqüentemente, reposição de material de consumo, do extrato bancário e no registro das horas trabalhadas de cada participante. Dessa forma, emergiu a elaboração do regimento interno, construído coletivamente.

Entre 2011 e 2012 houve reorganização financeira para atender às necessidades das próprias participantes. Em assembleia decidiu-se que teriam Fundo de Investimento

para aquisição de equipamentos, Fundo Rotativo e Fundo para Compras de Insumos. Decidiram, também, uma poupança para que no final do ano pudessem ter o *abono de Natal*. Neste mesmo ano, as participantes decidiram que a Lavanderia poderia oferecer férias remuneradas de trinta dias às mulheres que estivessem trabalhando há mais de um ano.

O controle financeiro gerenciado pelas próprias participantes tinha a seguinte organização:

- ✓ Caderno de ponto das participantes.
- ✓ Banco de Horas com saldo atualizado quinzenalmente.
- ✓ Caderno com as entradas e entregas diárias de roupas.
- ✓ Fechamento do dia com eventuais gastos, vales das participantes e sobras.
- ✓ Depósitos das sobras diárias para o compartilhamento quinzenal.
- ✓ Planilha quinzenal com as partilhas – com os devidos descontos.

A organização do empreendimento econômico solidário experimentava êxito, mas havia a realização de atividades grupais para facilitar a assimilação dos valores e princípios do trabalho em grupo, a coesão social e a reciprocidade. Esse trabalho foi conduzido pela gestora, psicóloga de formação, definida pela Prefeitura de Santos para acompanhar o projeto. Faz-se necessário apresentar os dois referenciais utilizados: Grupos Operativos e Terapia Comunitária.

### *5.3.3 Atividades grupais como técnica de intervenção*

As atividades grupais realizadas com as integrantes da Lavanderia 8 de Março mantiveram as mulheres constantemente motivadas e estimuladas. Os Grupos Operativos (Pichón-Rivière, 2009) e Terapia Comunitária (Barreto, 2008), foi o primeiro referencial adotado como facilitador de integração, solidariedade e aprendizagem. Essa experiência durou seis meses, pois havia resistência das mulheres em participar das atividades grupais pelo fato de haver uma exposição pela interpretação dos medos, ansiedades e inseguranças de cada uma. Então, houve uma mudança de referencial e adotou-se a Terapia Comunitária, que possibilitou às mulheres compartilhar suas experiências, seja no trabalho ou fora dele sem que houvesse uma interpretação externa. Enfim, Grupos Operativos é interpretativo e na Terapia Comunitária não há interpretação. Como as relações interpessoais são de grande importância para manter a coesão social do grupo, é relevante explicar cada um dos referenciais e apontar os motivos de substituição.

#### *Grupos Operativos*

Grupos Operativos fundamenta-se na teoria de Pichón-Rivière, que é constituída por três grandes campos disciplinares: **Ciências Sociais** (origem das pessoas, sua cultura, como se organizam em sociedade), **Psicanálise** e **Psicologia Social**. O

objetivo principal do Grupo Operativo é a mudança que proporciona gradativamente. O autor sugere dois eixos a serem trabalhados:

- Verticalidade: a vida pessoal de cada sujeito, distinto e diferenciado dos demais, levando em conta a história de cada um e seus processos psíquicos internos.

- Horizontalidade: refere-se à história específica daquele grupo, onde os papéis não são estáveis.

No grupo, ou seja, nesta rede de influências mútuas, há uma identificação social estabelecida: o papel que a pessoa ocupa dentro do grupo e o papel que o grupo lhe dá. Os papéis podem ser assumidos pelos integrantes de duas formas: espontaneamente conforme a história de vida do membro do grupo ou o coordenador pode previamente estabelecer. São eles:

- Porta Voz – aquele que fala mais, o que sintetiza as ideias do grupo, que denuncia o acontecimento grupal

- Sabotador – o resistente a mudanças, tenta sempre manter a situação anterior – o papel do coordenador deve ficar atento e transformá-lo em cooperador.

- Bode Expiatório – aquele que aceita e recebe as cargas negativas, os erros do grupo, ele é o depositário da culpa – importante que a culpa seja redistribuída e a responsabilidade cooperativa.

- Líder – é quem organiza o grupo, o que tem escuta ativa, é a pessoa que sugere ideias novas, levando o grupo a buscar algo novo: mudança. Pode ser o coordenador ou passar para outros membros do grupo a liderança.

O grupo permite que as pessoas se relacionem e interajam com um objetivo comum, operando em uma determinada tarefa. As tarefas são ações com o objetivo de diminuir os medos, as resistências e fortalecer o grupo para uma nova realidade. A **Tarefa Explícita** é a atividade a ser desenvolvida naquele encontro. O grupo tem a oportunidade de elaborar as ansiedades e se abrir para o desconhecido. A **Tarefa Implícita** se dá a partir da tarefa explícita, ou seja, como será a dinâmica psíquica do grupo? Julgamentos, preconceitos, medos, ansiedades, fantasias do grupo ao se deparar com o novo, podem dificultar ou até mesmo impedir a realização da tarefa proposta. Portanto, a tarefa tem o objetivo de enfrentar obstáculos e abrir portas para o novo e o desconhecido favorecendo a mudança e a aprendizagem. *“Cada integrante comparece com sua história pessoal consciente e inconsciente, isto é, com sua verticalidade. Na medida em que se constituem em grupo passam a compartilhar necessidades em função de objetivos comuns e criam uma nova história, a horizontalidade do grupo, que não é simplesmente a somatória de suas verticalidades pois há uma construção coletiva resultante da interação de aspectos de sua verticalidade, gerando uma história própria, inovadora que dá ao grupo sua especificidade e identidade grupal”* (Abduch, 1999).

A dinâmica que envolve a realização da tarefa irá favorecer o grupo a se transformar. A interação grupal faz com que a pessoa se reconheça neste processo e se diferencie, modifique o outro e se modifique. O processo grupal é reflexivo quando as pessoas

tentam compreender os fatores que dificultam a realização da tarefa e democrático quando realizam suas tarefas por meio de suas próprias ações e pensamentos. Este conjunto de experiências facilita a comunicação, o vínculo e a aprendizagem. Para Pichón-Rivière (1988), o grupo aprende a cada mudança, isto é, numa “*espiral dialética*”. Para o autor, “*analisar é tornar explícito o implícito*”. Este movimento espiral dialético, do explícito ao implícito, com o objetivo de torná-lo explícito, é que favorece a transformação. Ganha-se experiência a cada tarefa realizada, mas a pessoa é forçada a rever seus conflitos e formas de organização. Portanto, a cada encontro, o grupo interpreta e muda, a mudança gera uma desestrutura e para se estruturar age novamente. Cada encontro supera o processo anterior e assim o grupo cresce e se transforma. As técnicas operativas são utilizadas “*em todas as situações em que o grupo face-a-face possa transformar-se em uma unidade operativa de tarefa*” (Pichón Rivière, 1988).

O vínculo é a representação subjetiva que cada um dos membros tem sobre si e sobre os outros, ela é construída na interação dos mesmos num tempo e espaço comum e é mútuo porque acontece quando internalizamos o outro e somos internalizados por ele. O cone invertido, representado na Figura 1, é um instrumento gráfico que facilita a compreensão da espiral dialética. Esse é o caminho para o que está implícito ser explícito e tornar-se consciente. Ele se apresenta em seis vetores de análise articulados entre si.

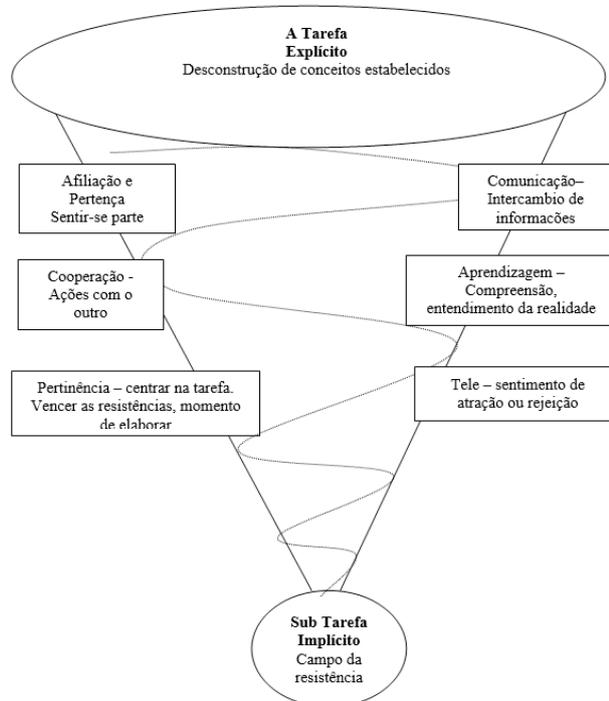


Figura 1: Espiral dialética da tarefa implícita à tarefa explícita

Fonte: Pichón-Rivière (1988)

## *Como e por que utilizar os Grupos Operativos com as mulheres da Lavanderia 8 de Março?*

As mulheres da Lavanderia 8 de Março formavam um grupo com um interesse comum, se capacitar e gerar renda. Como não se conheciam e cada uma vinha com sua história e experiência de vida, era necessário utilizar uma ferramenta para facilitar a transformação da realidade, de forma que todas pudessem ter uma participação ativa, interagir, cooperar, estabelecer vínculos e gerar mudanças comportamentais e de hábitos. Para o trabalho na Lavanderia 8 de Março, inicialmente, foi utilizado o Grupo Operativo com o objetivo terapêutico e ensino – aprendizagem. O espaço grupal proposto era favorável para elas partilharem as angústias, medos, ansiedades e suas resistências a mudanças. A dinâmica do Grupo Operativo favorecia uma articulação entre elas. A comunicação se estabelecia, tratando-se de um elemento essencial para a interação grupal, o que possibilitava fazer uma análise da realidade e provocava inquietações. Portanto, esperava-se que todas mulheres do grupo pudessem elaborar e lidar com os sentimentos e as necessidades, de modo a ter uma adaptação mais criativa e crítica diante da realidade do próprio grupo. Elas precisavam sair do papel assumido habitualmente no grupo para exercer um novo papel com o grupo.

Infelizmente, nem todas as mulheres eram participativas neste processo grupal. Havia muita resistência para trabalhar com os medos e ansiedades, resistência no contato com o outro ou consigo mesma, portanto o grupo não atingia seu objetivo do trabalho (sair da tarefa implícita), do campo das resistências, e ir para a tarefa (mudanças). O trabalho precisava avançar e todas deveriam ser participativas. Era necessário encontrar um outro mecanismo para desenvolver um trabalho com as mulheres da Lavanderia 8 de Março, onde todas pudessem participar e colaborar. Dessa forma, decidiu-se adotar a **Terapia Comunitária** e, para isso, utilizou-se como marco teórico Barreto (2008), que possibilitava atingir os objetivos propostos.

Com fundamentação no intercâmbio da sabedoria popular e dos conhecimentos científicos emergiu a Terapia Comunitária. Esta metodologia de trabalho reúne pessoas que têm algo em comum, não para trabalhar as carências, mas para trabalhar as competências. O ponto de partida é uma situação problema trazida por alguém, normalmente surgem várias temáticas e é o próprio grupo que escolhe o tema a ser desenvolvido, que se torna objeto de aprofundamento. Todos podem fazer perguntas para entender melhor o problema apresentado. A seguir, o terapeuta comunitário define o mote e lança uma pergunta-chave para que se faça reflexão: *“quem já viveu um problema parecido e o que você fez para resolver?”* As soluções emergem da comunidade. Os participantes têm problemas, mas também têm as soluções. As pessoas têm estratégias para superação.

A função do terapeuta comunitário é suscitar a capacidade terapêutica da própria comunidade. O “remédio” é falar. Na troca de experiências, nesta relação horizontal, as

pessoas criam redes de identificação, não se sentem sós e encontram soluções para seus problemas. Assim, inicia-se a construção de uma rede social solidária. Pode-se destacar a importância das relações e dos vínculos na promoção da saúde, das redes de solidariedade e da inclusão social.

### **Métodos e Fundamentos da Terapia Comunitária**

A) Pensamento Sistêmico – somos um todo, em que cada parte influencia e interfere na outra parte.

B) A Teoria da Comunicação – a comunicação é o elemento que une os indivíduos, a família e a sociedade. Todo comportamento é comunicação

C) Antropologia Cultural – a cultura, um elemento de referência fundamental na construção da nossa identidade. Esse elemento valorizado é de suma importância, pois rompe com a dominação e exclusão social.

D) Pedagogia de Paulo Freire – *“Ensinar é o exercício do diálogo, da troca, da reciprocidade, ou seja, de um tempo para falar e de um tempo para escutar, de um tempo para aprender e um tempo para ensinar. Freire (1983).*

E) Resiliência – o enfrentamento e superação das dificuldades – matéria prima da Terapia Comunitária.

### **A dinâmica da Terapia Comunitária segue as seguintes etapas:**

A) Acolhimento:

- Dar boas vindas
- Celebração da vida dos aniversariantes do mês
- Objetivo da Terapia Comunitária
- Regras
- Aquecer o grupo para trabalhar
- Apresentar o terapeuta

B) Escolha do Tema:

- Palavra do Terapeuta Comunitário
- Apresentação dos temas
- Identificação do grupo com os temas apresentados
- Votação
- Agradecimento

C) Contextualização:

- Informações
- Mote

D) Problematização:

- Lançar o mote – pergunta-chave

E) Conclusão:

- Formação da roda
- Conotação positiva
- Apreciação

Diferente do Grupo Operativo, a Terapia Comunitária tem uma intervenção nas diversas redes que compõem o sistema das relações humanas: família, vizinhos, amigos e a comunidade de uma maneira geral. Era exatamente de um referencial com essas características que necessitava a Lavanderia 8 de Março. Entretanto, o terapeuta comunitário tem que ter consciência dos objetivos da terapia e dos limites da sua intervenção, pois trata-se de um ato terapêutico do grupo e não um processo psicoterapêutico. Deve ficar claro para o terapeuta comunitário que ao identificar a necessidade de um participante, deve-se indicar uma rede referenciada para atendê-lo. O ambiente da Terapia Comunitária é uma roda de partilha, onde as pessoas podem compartilhar seus sofrimentos e angústias do cotidiano, bem como, suas experiências na busca de soluções para os problemas. O acolhimento e o respeito ao outro são regras fundamentais. O Terapeuta Comunitário deve estimular, por meio das técnicas da terapia, que as pessoas compartilhem suas histórias e se redescubram dando um novo significado para a vida. É com fundamentação nas perguntas e na qualidade da escuta que o terapeuta e o grupo poderão ajudar o outro a “nascer”.

A mudança de paradigma teórico foi necessária devido à dificuldade que algumas participantes tinham em partilhar suas experiências em grupo e aceitar as diferenças de pensamentos e opiniões, seja por limites intelectuais e emocionais, seja por terem ficado muito sozinhas e terem dificuldades de se relacionarem com o outro, seja pelas críticas recebidas, pela exclusão ou desigualdade social. A Terapia Comunitária revela-se mais leve que o Grupo Operativo, pela sua dinâmica de ser um espaço de partilha e não terapêutico de análise. Nesse processo o acolhimento é fundamental, assim como o respeito ao outro. Leva-se em consideração que o sofrimento de um pode ser o sofrimento de todos, portanto todos se empenham em buscar soluções para o sofrimento comum, a partir da experiência de cada um.

A experiência pode ser transformadora ao perceberem que o grupo é o reflexo da sociedade. Essa percepção leva a pessoa a redimensionar o espaço público e a se reinserir em uma sociedade que até então sentia que a discriminava. A participante encontra no grupo aconchego e confiança necessária para que ela passe a ter uma autoimagem mais valorizada e um fortalecimento para a intervenção social. A mudança não é individual porque no momento em que a mulher se sente diferente, vai intervir para que as mudanças ocorram também na família, no local de moradia, no entorno, gerando um processo que pode ser ilimitado. As mudanças externas se manifestam de forma espiral circular cumulativa refletindo externamente o que ocorre internamente

no grupo.

A proximidade se estabelecia nas relações entre as participantes, havia articulações com diferentes órgãos, entidades e segmentos que davam alguma estabilidade ao núcleo da rede que se formava para viabilizar o projeto. O Quadro 3 mostra a relação entre os eventos e os seus efeitos que ocorreram no período.

	<b>Evento</b>	<b>Efeito</b>
2009	Inauguração da Lavanderia 8 de Março	Capacita e gera renda para 40 mulheres no processo de lavagem, secagem e passadoria de roupas – participação do SENAC
	Integração das participantes	Reuniões e assembleias - Reuniões quase que diariamente e assembleias mensais para que o atendimento ao consumidor atingisse um bom nível Dinâmicas / Grupos Operativos/Terapia Comunitária – ferramentas utilizadas para promoção individual e do coletivo.
	Gestão e organização da Lavanderia	Realizada com a participação efetiva das mulheres, ou seja, com reuniões para discutir, avaliar o andamento e definir novas metas de trabalho. Assembleias para elaboração e revisão constante do Regimento Interno.
	Sensibilização sobre gestão, processo produtivo e organizativo	Compras coletivas de material de consumo Inicia-se o primeiro Fundo de Investimento – investimento na Lavanderia: maquinários
	Regra sobre captação de clientes	Cada participante deveria conquistar e atender seus clientes As participantes podiam utilizar o espaço para higienização das roupas de sua própria família
	Revisões do projeto inicial	Saída de algumas participantes da Lavanderia - não se adaptavam ao trabalho Novo número – 20 participantes Dois turnos de trabalhos
	Adoção da Terapia Comunitária	Revisão das técnicas grupais e inserção da Terapia Comunitária Maior adesão da equipe na dinâmica oferecia Melhoria no relacionamento interpessoal dentro da equipe Melhoria no relacionamento familiar
2010	Implantação do trabalho cooperado	Os Clientes já não são mais das participantes, mas da Lavanderia; Todas trabalham igual e recebem
		Muitas mulheres não se adaptaram ao novo estilo de trabalho, ou seja, compartilhar os clientes e sobras financeiras As mulheres que saíam conquistavam novos espaços
2011	Máquinas Quebradas	As máquinas estavam sobrecarregadas e algumas não tinham mais condições reparos – havia necessidade de substituição A Lavanderia passou recusar de trabalho Muitas mulheres buscaram outras formas de renda Por falta de máquinas e com recusa do trabalho, a entrada de novas mulheres já não era mais possível Equipe fica reduzida a 5 mulheres

2012	Elaboração de Projeto para o Fundo Estadual de Assistência Social	<p>Contemplado com R\$20.000,00 para material de consumo. Sem gastos com material de consumo, as mulheres disponibilizavam mais dinheiro para o Fundo de Investimento</p> <p>Aquisição de novas máquinas de lavar – dinheiro do fundo de investimento</p> <p>Entrada de mais cinco mulheres para o trabalho coletivo</p> <p>As mulheres que ficavam eram replicadoras do conhecimento para as que entravam na Lavanderia</p> <p>Lavanderia 8 de Março contava com 10 participantes</p>
	Reorganização Financeira e do Empreendimento	<p>Em Assembleia ficou decidido que 03 contas solidárias deveriam ser abertas:</p> <p>Fundo de Investimento – 5 % do valor total bruto de cada quinzena - uso exclusivo para investimento na lavanderia</p> <p>Fundo Rotativo - 5 % do valor total bruto de cada quinzena – exclusivo para formação de poupança individual;</p> <p>Conta Corrente para depósitos diários e compartilhamento quinzenal.</p> <p>Os valores de ambos os fundos são pertencentes ao grupo de mulheres da lavanderia, conforme a proporção de cada uma no Banco de Horas. Na saída da participante da lavanderia, é suficiente que se apresente como retirante para receber o valor de suas quotas, e o que mais tiver de direitos, consoante às regras vigentes na entidade</p> <p>O controle financeiro e do Empreendimento passou a ter regras definidas:</p> <p>Caderno de ponto das participantes</p> <p>Banco de Horas com saldo atualizado quinzenalmente</p> <p>Caderno com as entradas e entregas diárias de roupas</p> <p>Fechamento do dia com os gastos e sobras</p> <p>Depósitos diários</p> <p>Planilha quinzenal com as partilhas</p> <p>Controle quinzenal dos Fundos de Investimento e Cota Parte</p> <p>O controle de estoque e saída de material</p> <p>Elaboração do Regimento Interno</p>
	Verba Parlamentar	<p>Lavanderia conseguiu por meio de Verba Parlamentar, R\$50.000,00, para aquisição de maquinários industriais: uma máquina de lavar e extratora; uma máquina de lavar e uma secadora. Todas industriais e com capacidade para 20 quilos cada</p> <p>Aumento da capacidade de atendimento aos clientes</p>
	Empoderamento	<p>As mulheres, mais fortalecidas e confiantes no sucesso do trabalho, já são valorizadas pelos clientes. Eles buscam os serviços pela qualidade. Elas demonstram serem mais solidárias e muito mais responsáveis pelo investimento no seu próprio negócio</p>

Quadro 3. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2009 e 2013

No início do período, cada integrante tinha os seus clientes de forma individualizada e o equipamento era utilizado, também, para a higienização das roupas dos familiares das integrantes. Houve a mudança para que fosse um empreendimento econômico solidário. A diferença entre a primeira situação e a segunda é a introdução de práticas fundamentadas na reciprocidade por parte dos gestores e adotadas pelas integrantes de acordo com a realidade que experienciavam. Essas práticas foram determinantes

na organização do empreendimento sob os princípios e valores da economia solidária. Na economia utilitarista, fundamentada no modelo do *Homo oeconomicus*<sup>2</sup>, pode-se afirmar que a limitação da Lavanderia a um equipamento de treinamento de pessoas para a iniciativa privada seria um avanço por se tratar de preparação de mão de obra para o mercado. Porém, o objetivo da economia solidária não é preparar pessoas para serem empregadas e submetidas à mais-valia. Ao contrário, o objetivo, segundo Guérin (2005), é construir relações horizontais fundamentadas no coletivo e na solidariedade a serviço da liberdade e da dignidade humana. É importante ressaltar que os principais fatores que evidenciam a inovação representada pela construção de um empreendimento econômico solidário, são: as compras, que eram realizadas individualmente, se tornaram coletivas; houve a implantação do fundo investimento, fundo rotativo e participação financeira de cada uma no empreendimento; os clientes deixaram de estar vinculados a determinada participante e passaram a ser clientes da Lavanderia. Além disso, o Estado continuou a apoiar o empreendimento e disponibilizou mais recursos por meio de verba parlamentar e do Fundo Estadual de Assistência Social para a realização de investimentos e reparos nas máquinas, além de manter uma servidora no local. Castel (2015) afirma que as relações de reciprocidade são o coração da economia solidária. Gardin (2006) fundamentou-se em Mauss (2003), que elaborou a teoria da dádiva<sup>3</sup> para explicar as relações em sociedades consideradas arcaicas, para distinguir três tipos de reciprocidade que agem nas atividades de economia solidária:

- Reciprocidade desigual: Esse tipo de reciprocidade se caracteriza pelo fato de o grupo que presta o serviço ser distinto daquele que recebe. A relação é assimétrica, pois não há retribuição.

- Reciprocidade entre pares: Reciprocidade no seio dos grupos homogêneos, relação simétrica.

- Reciprocidade multilateral: Reciprocidade entre grupos diferentes. Relação simétrica

Segundo a tipologia apresentada, pode-se observar a reciprocidade considerada desigual nas relações entre a prefeitura e o grupo de mulheres, com o apoio ao empreendimento. O governo municipal apresenta a Lavanderia à sociedade como uma realização. A reciprocidade entre pares é detectada entre as mulheres na construção do fundo rotativo, fundo investimento, apoio na execução das tarefas e compras coletivas. Já a reciprocidade multilateral ocorre na relação entre as mulheres e os clientes. Dessa forma, a Lavanderia 8 de Março se transformava em um empreendimento econômico solidário com fundamentação em relações de proximidade, visto que os clientes, em

2- Hipótese de que os seres humanos agem de forma calculada individualmente, que são indiferentes às relações de mutualidade, que se interessam somente pelas suas próprias necessidades ou preferências (Caillé, 2014).

3- Doações de bens e serviços fundamentadas na tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, que foram estudadas por Marcel Mauss. Sabourin (2008) afirma que o referido autor qualificou a dádiva como forma de relação social e de reciprocidade. A economia do dom se fundamenta no valor de uso dos objetos e ações e não no valor de troca, como na economia de mercado.

sua maioria, são frequentadores da área central da cidade e conhecem os propósitos do empreendimento.

As ações realizadas foram pertinentes, visto que a prefeitura ofereceu condições materiais e apoio profissional para o empreendimento. A formação para a economia solidária e promoção da coesão social do grupo contou com a adoção de um referencial teórico adequado à realidade das integrantes. O núcleo da rede sociotécnica<sup>4</sup> da Lavanderia 8 de Março que se construía aproximava-se do arranjo que França Filho e Laville (2004) considerou ideal para organização de empreendimentos econômicos solidários, como representado na Figura 2.

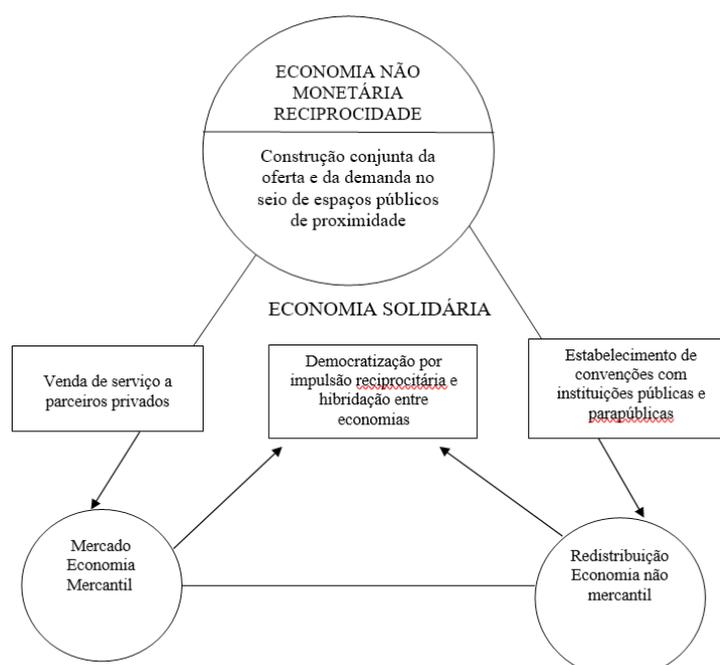


Figura 2 . Representação do modelo ideal de relações de um empreendimento econômico solidário

Fonte: França Filho e Laville (2004)

As estruturas de economia solidária não se contentam em proceder a uma construção conjunta de oferta e demanda nos espaços públicos de proximidade. Elas se consolidam por combinações entre recursos monetários e não monetários (Laville, 2000). Considerando a Lavanderia 8 de Março, há o fortalecimento do empreendimento, ou seja, do princípio reciprocidade do sistema econômico segundo Polanyi (2000), com base nas relações com os clientes, que representam a economia mercantil submetida à reciprocidade devido à proximidade existente. O Estado também apoiou o empreendimento no período com o apoio da Prefeitura de Santos, Fundo de

4- A rede sociotécnica é definida como uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, objetivos, identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (Callon *et al.*, 1999). Amblard *et al.* (2005) afirmam que o conceito de rede sociotécnica, originário da sociologia da tradução, pressupõe que os atores envolvidos em determinada atividade econômica atuem de forma coordenada para alcançarem objetivos que integram um quadro de interesse comum.

Assistência Social e verbas parlamentares. Clientes e Estado reforçam o princípio de reciprocidade, assim como apoio de profissionais voluntários que representam as ações não monetárias. Esse apoio não significa que a Lavanderia 8 de Março seja um equipamento da prefeitura ou uma empresa capitalista. As interações de ações entre os princípios da economia promovem democratização.

Os efeitos dos eventos desse período são notáveis, mas pode-se destacar dois que são de grande importância:

- A participação coletiva propiciou segurança e sentimento de solidariedade, com a possibilidade de abertura de conta bancária. O resultado deste trabalho aumentou a autonomia das mulheres que passaram a tomar decisões importantes, com seus direitos e obrigações afloradas, se sentindo valorizadas enquanto mulheres e trabalhadoras, enfim, o empoderamento transformou suas vidas.

- O grupo favoreceu a união e foi uma passagem para que se sentissem parte do todo, emergindo estratégias para mudar. Os valores e princípios da economia solidária foram introjetados simultaneamente ao processo grupal. Foi desta maneira que as mulheres da Lavanderia 8 de Março conquistaram o respeito e o espaço na família, na sociedade, no mundo dos negócios e mais, elas reconhecem o seu valor e são valorizadas pelo trabalho que desenvolvem.

O período seguinte, mostraria a capacidade de reação das integrantes da Lavanderia 8 de Março frente a uma ação negativa do poder público, que colocou em risco o equilíbrio da integração entre os princípios do sistema econômico, o que colocaria fim ao projeto.

#### **5.4 Período de 2013 a 2017: ampliação da rede sociotécnica da Lavanderia 8 de Março**

Após a mudança de prefeito e todo o secretariado, colocou-se em debate a seguinte questão: a alteração da Lavanderia de empreendimento econômico solidário para um equipamento de capacitação de mulheres não seria mais adequado? O argumento favorável à mudança se fundamentava no fato de que atenderia a um maior número de pessoas para o mercado de trabalho. Pela proposta, o projeto que tinha o objetivo de gerar renda e dar autonomia às mulheres passaria somente a capacitá-las. As dez participantes deveriam buscar emprego em alguma lavanderia da cidade para que outras mulheres entrassem para serem capacitadas. Até então, os efeitos do projeto eram positivos, pois elevou a autoestima das mulheres que se adaptaram ao trabalho coletivo, gerou renda, aumentou a sociabilidade e era uma referência para outros grupos e municípios.

Essa questão lançada pelo governo fundamenta-se na interpretação de que o papel do poder público é capacitar mão de obra para as empresas. Dessa forma, o papel do Estado – princípio de redistribuição da economia – apoiaria somente o

princípio maximização do lucro e não daria apoio às iniciativas que integram o princípio reciprocidade, como é o caso da Lavanderia 8 de Março que se organiza sob os princípios e valores da economia solidária. Esse fato, apesar da instabilidade emocional criada em algumas integrantes, as levou a buscar solução para o problema que atravessavam. As reuniões e assembleias tinham um único tema: *como vamos nos organizar em tão pouco tempo?* A opção foi o estabelecimento de alianças e ampliar a rede sociotécnica existente que dava suporte ao empreendimento. Esse movimento levou as participantes ao estabelecimento de proximidade com diferentes órgãos, o que resultou em convites para participação de eventos de formação e organização da economia solidária, inclusive com o apoio do Professor Paul Singer, então titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Diante dos argumentos de representantes de diferentes segmentos, o governo municipal decidiu manter o apoio à Lavanderia como empreendimento econômico solidário. O Quadro 4 apresenta os eventos e seus efeitos no período.

	Evento	Efeito
2013	Nova administração na Prefeitura Municipal de Santos	Em 2013, após a mudança de Prefeito e todo o secretariado, foi lançado o debate sobre se o sistema de organização da Lavanderia deveria ser alterado e o projeto que era para gerar renda e dar autonomia às mulheres seria somente para capacitá-las e que até o fim do ano as participantes, naquela época 10 mulheres, deveriam buscar inserção no mercado de trabalho, ou seja, se inserir em alguma lavanderia da cidade Consequência: instabilidade no grupo
2014	Busca de novos parceiros Participação em cursos, palestras e novas parcerias	<p>Consulado da Mulher – doação de maquinários</p> <p>Rotary Clube – intermediário entre as negociações do empreendimento e a Prefeitura</p> <p>Soroptimistas – auxílio às famílias: cursos de capacitação para as mulheres e seus filhos</p> <p>Universidade Católica de Santos – Marketing do empreendimento, planejamento financeiro e formação de preços</p> <p>Caritas Diocesana Regional São Paulo – apoio para fortalecimento do empreendimento. Propostas para emancipação</p> <p>SENAES – visita do Professor Paul Singer ao Empreendimento – reconhece o trabalho como um modelo a ser seguido no Brasil</p> <p>Desafios da Economia Solidária no Brasil – Participação do Professor Paul Singer (SENAES)</p> <p>I Seminário de Economia Solidária e Empreendedorismo Social</p> <p>Palestra – “Mudando de Postura”</p> <p>Curso SESI – Planejamento de Ambientes</p> <p>Curso SENAC - Orçamento Doméstico</p> <p>Consultoria SEBRAE – Plano de Negócios / Marketing</p> <p>Curso de Costureira –SENAI - Patrocinado pelo PRONATEC</p> <p>Participação na criação do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista</p> <p>Participação na 3ª Conferência Regional de Economia Solidária Região do ABCDMRR e Baixada Santista</p>

2016	Participação como palestrantes	Palestras ministradas em dois municípios da Baixada Santista por integrantes da Lavanderia 8 de Março sobre Finanças Solidárias – aumento da autoestima
2016	Participação em curso de Turismo de Base Comunitária	Maior integração com o movimento de economia solidária da Baixada Santista e estudo da possibilidade de introduzir a Lavanderia 8 de Março como local a ser visitado em perspectiva de turismo comunitário
2017	Lavanderia 8 de Março como referência	A replicabilidade deste empreendimento já se mostrou possível, despertando o interesse de outros municípios como São Vicente, Peruíbe, Cubatão, Mauá, Osasco, Guarulhos, São Bernardo, Paraná. Guarujá, inclusive, já criou uma Lavanderia Solidária – Lav Pat, inserida no Programa Municipal de Fomento à Economia Solidária. O destaque é que as cooperadas do Guarujá foram capacitadas tecnicamente e nos princípios de gestão pelas empreendedoras da Lavanderia 8 de Março.

Quadro 4. Principais eventos e seus efeitos na trajetória da Lavanderia 8 de Março entre 2013 e 2017

Quanto à participação das integrantes da Lavanderia 8 de Março na gestão do empreendimento, recorre-se a Bordenave (1994) que elaborou uma escala de participação que considera sete níveis, como representado na Figura 3. O nível mais inferior é aquele em que ação se limita a informar o grupo. A **consulta facultativa** pode ser feita aos integrantes do empreendimento quando e como os gestores desejarem. A **consulta obrigatória** é realizada em certas situações, mas a decisão continua a ser dos gestores. Na **elaboração**, os integrantes fazem propostas e os gestores aceitam ou rejeitam. Esses quatro níveis abordados representam ações verticais descendentes. Os níveis de participação seguintes apresentam horizontalidade nas relações. A **cogestão** exige que haja mecanismos de gestão compartilhada, como codecisão e colegialidade. Os integrantes do empreendimento devem participar ativamente do planejamento das ações e decisões. Na **delegação**, os integrantes dos empreendimentos têm autonomia em certos campos ou jurisdições antes reservadas aos gestores. A tomada de decisões já não necessita de consulta ou anuência dos gestores em algumas áreas. O nível mais elevado de participação é a **autogestão**. Neste caso, o grupo determina os seus objetivos, escolhe os seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa. Esse fato não é sinônimo de que para se ter autogestão há necessidade de dispensa dos serviços dos gestores. Como todo empreendimento, é necessário que haja assessoramento técnico e organizacional, pois a sustentabilidade perene não existe, trata-se de uma conquista cotidiana, de superação das crises que emergem no capitalismo. No caso das integrantes da lavanderia superar crises de caráter econômico é ainda mais difícil, pois elas não têm dinheiro para investir no empreendimento, já que ainda investem na (re) construção das suas vidas.

Quanto à participação na gestão do empreendimento, pode-se considerar que o nível de participação das integrantes da Lavanderia 8 de Março é a **delegação**,

como indicado na Figura 3. Como o empreendimento ainda ocupa espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Santos, que arca com os custos de água e luz, ainda não se pode considerar a existência de autogestão. Considerando a definição elaborada por Barbieri e Rufino (2007), a autogestão “*é a gestão que consiste na autonomia da coletividade dos membros da empresa de decidir sobre os destinos, os processos e os resultados do trabalho. Suas ideias gerais são: fim do assalariamento, organização do trabalho com base na gestão democrática, eliminação da hierarquia e decisões tomadas por democracia direta*”. Todas as características da autogestão definidas pelas autoras são observadas na Lavanderia 8 de Março. Entretanto, ainda existe um passo a ser dado para a conquista da autonomia e completar a autogestão.

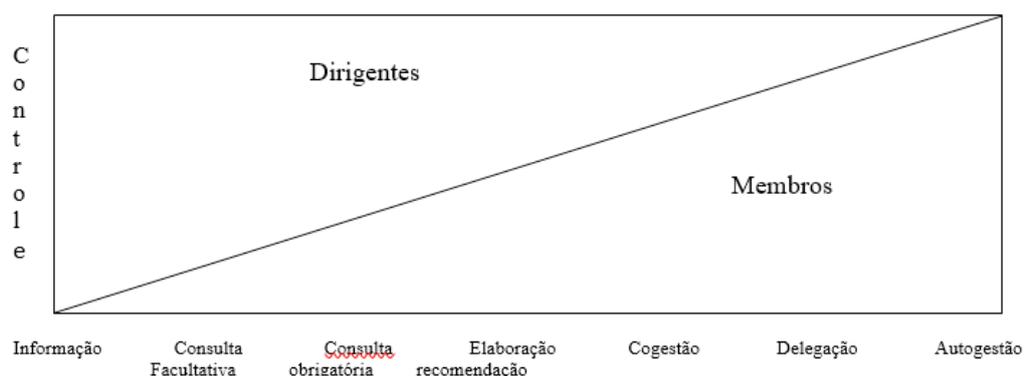
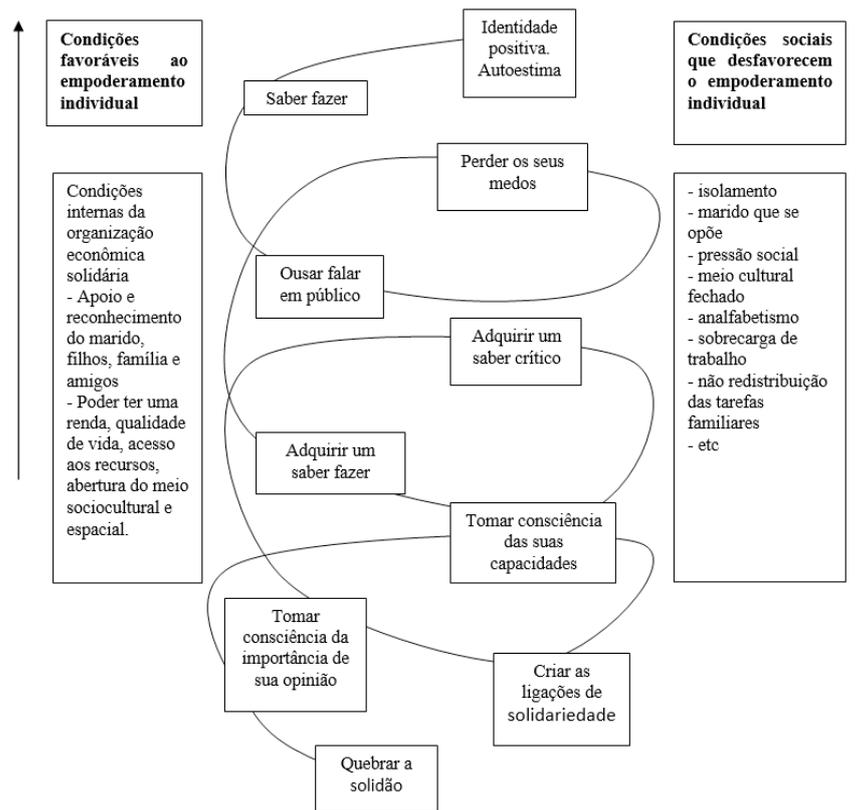


Figura 3. Níveis de participação em projetos de desenvolvimento

Fonte: Bordenave (1994)

Os avanços em oito anos de existência da Lavanderia 8 de Março são notáveis, pois se trata de um processo em que as pessoas que estão em estado de pobreza ou extrema pobreza passam a integrar a gestão de um empreendimento. Há etapas que devem ser cumpridas para que haja esta evolução. Esse processo não é livre de tensões e até mesmo rupturas, mas certamente depende do apoio do Estado. A manutenção do apoio à Lavanderia 8 de Março foi uma decisão pertinente da Prefeitura Municipal de Santos. No Dia Internacional da Mulher dirigentes da Prefeitura divulgaram amplamente o projeto pelos meios de comunicação regionais, como uma experiência exitosa para empoderar mulheres em situação de vulnerabilidade. Trata-se de uma avaliação pertinente, pois é evidente o nível de empoderamento individual como efeito. O processo experienciado pelas integrantes da Lavanderia 8 de Março pode ser compreendido com a interpretação da Figura 4, que representa em espiral os níveis que separam o não empoderamento do empoderamento.

## Empoderamento individual



## Inexistência de empoderamento

Figura 4. O processo em espiral do empoderamento individual

Fonte: Guérin *et al.* (2011)

As mulheres da Lavanderia 8 de Março saíram da extrema pobreza para a pobreza, conseguiram adquirir seu espaço na sociedade, voltaram para as salas de aula para concluir a educação básica, alugaram imóveis residenciais, compraram móveis e eletrodomésticos, o que representa o mínimo necessário, e passaram a ter uma alimentação adequada. A renda de cada uma, em meses de maior demanda é em torno de R\$2.000,00/mês. Atualmente, as sete integrantes atuais e suas famílias já podem eventualmente desfrutar do lazer e comprar uma roupa nova. Essas conquistas foram fruto de trabalho árduo, de uma construção. Trata-se de um processo de reconstrução de vidas, em que o ponto mais elevado é construir uma identidade positiva e ter autoestima.

## 6 | ENSINAMENTOS

A trajetória da Lavanderia 8 de Março permite extrair ensinamentos operacionais e teóricos como forma de contribuição a governantes, gestores ou integrantes de empreendimentos econômicos solidários. No primeiro período foi evidenciada a necessidade de se fazer estudos socioeconômicos que orientem as políticas públicas, para que tenham pertinência. É flagrante a necessidade de se adotar um processo

participativo com as mulheres que constituem o público beneficiário para a elaboração de projetos, inclusive com avaliação *ex-ante*, para avaliar os possíveis impactos da ação. Dessa forma, o risco de não alcançar a eficácia da ação governamental é reduzido.

Os recursos para a implementação dos projetos de economia solidária para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade devem ser originários do Estado por meio de políticas públicas, empresas estatais e também de entidades financiadoras. Assim, há um fortalecimento do princípio da economia reciprocidade e contribuição para a construção de uma economia democrática. Os recursos não devem se limitar à realização de investimentos, mas sobretudo na contratação de uma equipe multidisciplinar que possa trabalhar de acordo com as necessidades dos grupos de economia solidária. Sugere-se a implantação de centros de referência municipais para que a economia solidária possa se expandir. Porém, é necessário que os profissionais que atuem no assessoramento aos empreendimentos tenham uma boa formação em economia solidária e perfil para estimular a construção de alianças com diferentes setores e órgãos da sociedade, como foi o caso da Lavanderia 8 de Março. Segundo Callon (1986), uma ideia não se impõe pelas suas qualidades próprias. É necessário construir uma rede que a viabilize. Enfim, um projeto não nasce bom, será a sua capacidade de arrebatamento, de fazer alianças que o tornará bom. Se a rede sociotécnica é uma forma de organização que viabiliza a ideia, o projeto, a terapia comunitária se revelou pertinente para promover as relações interpessoais. Esse fato reforça a necessidade de se ter equipes multidisciplinares no assessoramento aos empreendimentos, pois o planejamento estratégico deve mobilizar diferentes áreas.

Por meio de uma rede sociotécnica que apoie os empreendimentos econômicos solidários pode-se mobilizar recursos monetários e não monetários, representado, principalmente, pelo voluntariado, como os profissionais que atuam sem receber pró-labore, pessoas que contribuem por desejo e acreditar que a construção de uma outra sociedade passa pelo fortalecimento da economia solidária. A interação das diferentes competências dos integrantes da rede pode contribuir para que o empoderamento das mulheres por meio da economia solidária construa uma economia feminista. Esse fato foi observado com as integrantes da Lavanderia 8 de Março, pois a partir da participação no empreendimento passaram a ter reconhecimento, a impor princípios e valores de cooperação também em suas casas. Para Guérin (2005) os recursos monetários não garantem o acesso à dignidade e ao respeito de si mesmo. A economia solidária contribui para se ter uma *justiça de proximidade* com o apoio de diferentes atores locais. Dessa forma, segundo a autora, é possível cobrir as lacunas da justiça centralizada, dos direitos formais que são inacessíveis, principalmente pelas mulheres. Assim, conclui: “*a justiça de proximidade consiste em primeiro lugar em corrigir as desigualdades provenientes de um acionamento deficiente dos direitos, em auxiliar as mulheres a melhor converter seus direitos formais em direitos reais. Em segundo lugar, ela consiste em completar esses direitos, cuja neutralidade se mostra*

*insuficiente para abrandar as desigualdades provenientes de sua trajetória pessoal, de seu pertencimento de sexo, de seu pertencimento a um grupo social ou a um bairro desfavorecido”.*

A autogestão é o resultado de uma construção. Por isso, como afirma Callon *et al.* (1999), deve-se ter mais atenção sobre o processo, aos fatores que agem isoladamente ou em interação para produzir determinado resultado. Não se pode colocar a meta, ou seja, a autogestão, acima da importância de todas as etapas e ações necessárias para alcançá-la.

O apoio à construção de empreendimentos econômicos solidários com mulheres voltados a atividades consideradas domésticas é recomendado, apesar dos calorosos debates que esse tema suscita. As mulheres, de forma geral, são exploradas no exercício de atividades não remuneradas consideradas domésticas. A criação que recebem é de cuidar de bonecas, da casa e ajudar a mãe em suas tarefas. Aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade muitas vezes apresentam histórico de violência e não têm sequer o ensino fundamental. Assim, o processo de exclusão é severo e deve-se ter uma solução urgente. Dessa forma, a atividade de lavar roupas, apesar de integrar o rol daquelas tidas como obrigatórias e naturais da mulher com o objetivo de submetê-la à exploração, também pode ser adotada para a emancipação. No caso da Lavanderia 8 de Março uma atividade considerada de proximidade da mulher possibilitou a construção de um empreendimento econômico solidário que propiciou a valorização de mulheres em situação de vulnerabilidade por meio de diferentes reciprocidades, fundamento estrutural da economia solidária.

Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo Sexo*, escrito em 1949, um clássico da literatura feminista, demonstra como o poder está concentrado nas mãos dos homens e o que se passa na vida das mulheres e a maneira pela qual elas são criadas justamente para serem menos que os homens. *“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino”* (Beauvoir, 1967). Afirma ainda que a mulher é resultado da história da civilização e da sua própria. Sua condição feminina começa a ser definida a partir de sua infância. O bebê feminino é fabricado para se tornar mulher, como diz Simone de Beauvoir. Os homens se apropriaram do poder em todos os sentidos, principalmente o poder econômico. À mulher não cabe produzir economicamente, sendo-lhe impostas atividades não remuneradas ou com baixa remuneração.

Pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que, combinado à falta de condições satisfatórias para viver, sofreram violência, foram excluídas e experimentaram privações diversas ordens, merecem um cuidado especial, pois não são as responsáveis pela sua própria condição. Tem que ser do interesse da sociedade a inserção socioeconômica. Por sua vez, as mulheres precisam buscar em si energia para refazer sua história.

## 7 | CONCLUSÃO

A experiência da Lavanderia 8 de Março mostrou que mulheres que eram pobres ou extremamente pobres transformaram as suas vidas de forma notável. A geração de renda associada ao resultado de ações de formação em aspectos da economia, contabilidade, técnicas de higienização de roupas, com mediação das relações interpessoais com um referencial teórico adequado e ao relacionamento com diferentes atores sociais, incluindo os clientes, possibilitaram as transformações. Estas mudanças ensejaram outras que são a base da construção de uma economia feminista. O aumento da autoestima foi determinante, pois passaram a se valorizar por ter função definida e endereço de trabalho quando se apresentam. Há três fatores que foram determinantes nessa experiência: o apoio do Estado, a construção de uma rede sociotécnica de apoio ao projeto e o trabalho concernente às relações interpessoais.

A avaliação de políticas se mostrou um referencial teórico e metodológico adequado para avaliar um projeto dessa natureza por possibilitar a compreensão das relações e fatos que ocorreram para a viabilização da Lavanderia 8 de Março como um empreendimento econômico solidário.

## REFERÊNCIAS

- ABDUCH, C. *Grupos Operativos com Adolescentes*. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. *Cadernos, juventude, saúde e desenvolvimento*. v. 1 Brasília, DF, ago. 1999.v. 1.
- AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Y.F. *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. 3ª ed. Paris: Seuil, 2005. 244p.
- BARBIERI, L. ; RUFINO, S. A gestão da autogestão nas cooperativas. IN : ITCP – USP. *A gestão da autogestão na economia solidária*. Porto Alegre : Calábria ; São Paulo : ITCP-USP. 2007. p. 16 – 24.
- BARRETO, A. P. *Terapia Comunitária passo a passo*. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008. 407P.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1967. 500 p.
- BORDENAVE. J.E.D. *O que é participação*. São Paulo : Brasiliense. 1994. 84p.
- CAILLÉ, A. *Anti-utilitarisme et paradigme du don. Pour quoi?* Paris: Le Bord de L'Eau Éditions. 2014. 110 p.
- CDHU. *Programa de atuação em cortiços*: município de Santos. São Paulo: CDHU-SEADE. 2002. 40 p.
- CALLON, M. *Eléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. L'Année Sociologique, 1986. n 36. p. 169-208.
- CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. *Réseau et coordination*. Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.

- CASTEL, O. La reciprocité au coeur de la structuration et du fonctionnement de l'économie sociale et solidaire.
- Revue Française de Socio-Économie*. Premier semestre. 2015. 175 – 192.
- COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. 5 ed. Petrópolis: Vozes. 2002.
- CONSEIL SCIENTIFIQUE DE L'EVALUATION. *Petit guide de l'évaluation des politiques publiques*. Paris: La documentation Française. 1996. 123 p.
- DIEESE. Salário mínimo necessário. <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Capturado em 15/10/2017.
- FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE, J.L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRS. 2004. 199 p.
- GARDIN, L. *Les initiatives solidaires. La reciprocité face au marché et à l'État*. Paris: Éditions Érès. 2006. 187 p.
- GUÉNEAU, M-C. Le Suivi-évaluation. p. 125-159. IN : MERCOIRET, M.R. *L'appui aux producteurs ruraux*. Nouvelle édition. Paris : Karthala. 2001. 463 p.
- GUÉRIN, I. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo : Edições Loyola. 2005. 239 p.
- GUÉRIN. I.; *Femmes, économie et développement. De la résistance à la justice sociale*. Paris: Éditions Érès. 2011. 382p.
- IBGE. Dados do censo 2010 publicados no Diário Oficial da União do dia 04/11/2011. [http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=35](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35). Capturado em 02/05/2017.
- IBGE-PNAD. Coeficiente gini. [https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=2&no=7](https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=7). Capturado em 20/06/2017.
- LAVILLE, J-L. Extraits de l'économie solidaire et de sociologie de l'association. *Revue Groupe d'Études et de Recherches sur le Fait Associatif*. 2000. 92 – 110.
- LOUÉ, S. ; DAUCÉ, P. ; LAPLANA, R. Eléments pour l'évaluation de l'impact des politiques agricoles à l'échelon de deux cantons aquitains. *Economie Rural*. n.247. 1998. p. 31 – 38.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: E.P.U. 2013. 112p.
- MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. 536 p.
- MDS. Cadastro único da assistência social. <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>. Capturado em 01/11/2017.
- MILES, B.M. ; HUBERMAN, M.A. *Analyse des donnés qualitatives*. 2<sup>a</sup>. édition. Paris : De boeck Université. 2003. 626 p.
- MULLER, P. *Les politiques publiques*. Paris. 5.ed. Presses Universitaires de France. 2003. 127 p.
- NESE. Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa de Emprego e Desemprego. <http://ww2.nese.unisantabr/Emprego/PED>. Capturado em 04/10/2017.
- NOVO MILÊNIO. Dos casarões históricos à história de abandono. <http://www.novomilenio.inf.br/>

santos/h0100b76.htm. Capturado em 22/06/2017.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PNUD-ATLAS BRASIL. Coeficiente gini. <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Capturado em 20/06/2017.

PNUD. Ranking IDHM municípios 2010. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Capturado em 02/06/2017.

PMS. Lei complementar nº688 de 28 de julho de 2010. [http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag\\_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf](http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf). Capturado em 15/08/2017.

POLANYI, K. *A grande transformação*. As origens da nossa época. São Paulo: Elsevier Editora. 2000. 349p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Plano diretor. <http://www.agem.sp.gov.br/midia/Plano-Diretor-de-Santos.pdf>. Capturado em 22/06/2017a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. Lei de uso de ocupação do solo. Lei Complementar Nº 688, de 29 de julho de 2010. <http://www.santos.sp.gov.br/?q=tags/lei-de-uso-e-ocupa-o-do-solo>. Capturado em 22/06/2017b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. [http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag\\_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf](http://www.santos.sp.gov.br/static/files/conteudo/Pag_Internas/L.C.%20688%2C%20de%2029%20de%20julho%20de%202010%20e%20Decreto.pdf),. Capturado em 22/06/2017c.

RODRIGUES, M.M.A. *Políticas públicas*. São Paulo: Publifolha. 2010. 94p. (Folha Explica).

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 66. 2008 p. 131- 208.

SILVA, N.J.R. 2008. *Dinâmicas de desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira e do Alto Vale do Itajaí*. São Paulo: Editora UNESP. 240p.

## ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE RIBEIRINHA NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, MANAUS, AMAZONAS

### **Duarcides Ferreira Mariosa**

Cientista Social, Doutor em Sociologia, Docente da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-Campinas, Pesquisador do Grupo de Pesquisas Biotupé / INPA, duarcides@gmail.com

### **Luciana Melo Felix da Silva**

Administradora, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, fellix.luciana@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

As Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS foram instituídas pelo artigo 20 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), definindo-as como uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência destas assenta-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, estabelecidas ao longo de gerações e ajustadas às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

Em áreas ambientalmente protegidas, entretanto, os aportes conceituais do livre comércio e das estratégias competitivas típicas

do mercado capitalista não podem ser aplicados integralmente, se levadas em consideração a sustentabilidade socioeconômica e a qualidade de vida das populações locais. Situada em área periurbana do município de Manaus, Amazonas, a comunidade Nossa Senhora do Livramento, ou apenas Livramento, é um exemplo típico dessa contradição. Integrada à Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do TUPÉ), o estatuto legal que organiza, delibera e autoriza as práticas produtivas que se desenvolvem em seu interior impõe limites às atividades econômicas, especialmente aquelas que impactam negativamente na preservação ambiental, deixando pouco espaço para o desenvolvimento territorial local (SEMMAS, 2017).

Considerando que numa abordagem multicausal, ecológica e socialmente complexa, a qualidade de vida de um indivíduo não depende exclusivamente de fatores biológicos, mas igualmente das condições econômicas, sociais, ambientais, culturais e científicas específicas, como a democratização do acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento, moradia, alimentos e a ampliação do mercado de trabalho dos grupos aos quais se acha vinculado, o que inclui a sustentabilidade dos programas de geração de trabalho e renda. Disto

conclui-se que, sob a perspectiva grupal, a fixação de um contingente populacional num espaço qualquer passa, necessariamente, pela satisfação das expectativas de vida individuais, amparadas principalmente nas possibilidades econômicas, de trabalho, renda e ocupação disponíveis.

Neste contexto verifica-se que se as condições socioambientais não estão presentes em qualidade ou quantidade suficientes para atender aos que habitam numa determinada localidade, contingentes expressivos desta população tendem a migrar em busca de melhores oportunidades em outros espaços e territórios. Ressalvando-se as hipóteses de conflito bélico, catástrofes naturais e perseguição política, é a existência ou não de programas voltados à fixação da população local, como os de geração de renda e os que promovam avanços nos diferentes contextos sociais, os que interferem na maior ou menor propensão dos indivíduos em deixar suas respectivas unidades de residência.

Além dos distintos aspectos vitais relevantes, para Paul Singer (2002, p. 13) “uma outra” economia é possível. Fundamentada na solidariedade e não na competição entre os agentes econômicos, “o modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos”. Em oposição ao individualismo reinante nas práticas capitalistas tradicionais, na economia social e solidária, a presença dos comunitários é fundamental para a construção de uma participação democrática, com envolvimento ativo das populações locais no planejamento, no processo de tomada de decisões e na gestão das estratégias que vão interferir diretamente no cotidiano e nas condições de vida das mesmas. Da heteronomia para a autonomia, e complementar ao pensamento de Singer, Enrique Leff (2009) salienta ainda que é através da autogestão que as populações locais exercem um papel imprescindível para a transformação de seu meio em busca de outro tipo de desenvolvimento, mais ecologicamente sustentável.

Pode-se definir a autogestão como o “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo.’” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Com o modelo hegemônico atualmente imperante na produção e consumo, a solidariedade e a democracia não encontram espaço para que possam ser vivenciadas, pois desde crianças somos ensinados a trabalhar para um superior e dele receber ordens e obedecer e, desse modo, a prática autogestionária acaba por ser pouco estimulada (SINGER, 2002, p. 21).

A Economia Solidária apresenta-se, nestes termos, como estratégia de desenvolvimento local. Ao privilegiar a construção democrática de práticas capazes de estimular novos padrões de relação produtiva, consegue estabelecer elementos imprescindíveis para alcançar padrões aceitáveis de sustentabilidade social e ambiental. Vale ressaltar, entretanto, que para a implementação do modelo nas comunidades, é necessário despertar o interesse dos atores sociais em participar dos processos que o conformam, implicando em revisão de padrões de comportamento

e visões de mundo egoísticas. Pois ao contrário da lógica individualista, baseado quase que exclusivamente na satisfação dos próprios interesses, a proposta deste outro modelo leva em consideração uma economia que preconiza o desenvolvimento sustentável e comunitário e não apenas o crescimento econômico individual, estimulando o desenvolvimento, a cidadania participativa, os valores éticos, a solidariedade e o exercício da autogestão.

Saliente-se que a Economia solidária, ainda que apresente vantagens em relação ao capitalismo no que tange à sustentabilidade e desenvolvimento local, necessita de investimentos públicos e apoio dos mais diversos setores da sociedade, para que possa de fato ser um modelo justo e democrático. Como também são imprescindíveis, além do pressuposto da cooperação solidária, os mecanismos básicos de gestão de empreendimentos econômicos, como aqueles vinculados às áreas de finanças, mercadológica e organizacional.

Diante dos elementos expostos, o texto tem como objetivo explorar a possibilidade de implementação de alternativas de renda e de trabalho para comunitários situados em áreas de proteção ambiental, mediante a aplicação de instrumentos de análise construídos a partir dos aportes teóricos conceituais propostos pela Economia Social e Solidária. Avaliando-se essa contribuição a partir de medidas de percepção acerca dos empreendimentos econômicos locais que operam na Comunidade Nossa Senhora do Livramento, propondo indicadores para sua gestão sustentável.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DA VULNERABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS**

Utilizando técnicas qualitativas e quantitativas para sua construção, trata-se o presente artigo de um estudo exploratório, de natureza analítico-descritiva e observacional, baseado em pesquisa de campo com coleta de dados originais de empreendedores da Comunidade do Livramento, mediante aplicação de questionários abertos, construção de escalas de vulnerabilidade com grupo focal e análise comparativa dos dados.

A comunidade Nossa Senhora do Livramento (FIGURA 1) está localizada no Estado do Amazonas, na zona rural do município de Manaus, no interior da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS do TUPÉ). Constituída pelas Julião, Agrovila, Tatulândia, Central, Nossa Senhora do Livramento e São João do Tupé, a RDS do Tupé foi oficialmente criada pelo Decreto nº. 8.044/2005, possui 11.973 hectares e localiza-se a Oeste de Manaus, na margem esquerda do rio Negro, localizada a menos de 25 quilômetros do centro urbano de Manaus (MARIOSIA et al., 2014).



**Figura 1** - Mapa com a localização das Comunidades integrantes da RDS do Tupé, Manaus, AM. Elaborado por Duarcides Ferreira Mariosa, 2018.

Fundada em 5 de agosto de 1973, Livramento foi a primeira comunidade instalada na região do Tupé. Está situada à margem esquerda do baixo Rio Negro, no igarapé do Tarumã-Mirim da foz com o rio Negro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (RDS- TUPÉ). Margem a margem, a distância de Manaus é de aproximadamente 7 km, e o acesso se dá somente por via fluvial. A comunidade é composta por cerca de 300 famílias, correspondendo a uma densidade demográfica de 8,09 hab/km<sup>2</sup>, em sua maioria constituída por pessoas naturais do Estado do Amazonas, oriundas de cidades, aldeias e vilas localizadas no interior do estado. Duas associações estão organizadas e presentes na comunidade: a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora do Livramento e a Associação Indígena da Comunidade Livramento.

Os sujeitos da pesquisa foram os 15 empreendimentos econômicos estabelecidos na comunidade. O plano amostral foi delineado a partir da contribuição e participação daqueles que no perímetro central do Livramento executam algum tipo de atividade geradora de renda e trabalho, independentemente de sua situação formal ou não e da natureza econômica da atividade.

A coleta de dados foi concretizada, durante o mês de julho de 2017, por equipes multidisciplinares constituídas de alunos de pós-graduação, mestrado acadêmico e doutorado. Antes da ida a campo as equipes foram orientadas sobre as atividades, seus objetivos, de como fazer a seleção dos informantes, formas das entrevistas e preenchimento dos formulários. O roteiro das entrevistas foi organizado a partir de questões abertas que procuravam coletar informações sobre as características gerais de cada empreendimento em suas variáveis mercadológica, financeira, organizacional e de estratégia de redes de cooperação, utilizando-se como referencial para as questões o constante do Quadro 1.

Nas entrevistas, registradas em áudio e vídeo, aplicou-se o formulário aos titulares e/ou representantes de 15 Empreendimentos Econômicos que, previamente

convidados, se dispuseram a colaborar com a pesquisa, fornecendo as informações solicitadas, após a leitura, concordância e assinatura de Termos Individuais de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para a montagem das tabelas com a percepção em escala LIKERT da vulnerabilidade dos empreendimentos econômicos locais optou-se pela técnica do “Grupo Focal”, em que a avaliação é conduzida por especialistas que, para obtenção de consenso sobre as medidas escalares de cada questão ou variável, dialoga em grupo de entrevistadores com os representantes de cada empreendimento, a partir do conteúdo previamente definido para as entrevistas e observações realizadas, como constante no Quadro 1. A cada questão constante do formulário foi atribuída pelos integrantes da equipe uma nota de 01 (discordo fortemente) a 10 (concordo fortemente), e que, multiplicada pelo número de ocorrências encontradas, permitiu avaliar a vulnerabilidade geral dos empreendimentos estudados na Comunidade do Livramento.

Item	Dimensão	Questão	Percepção do Desempenho
1	<b>MERCADO:</b> conhecimento da área de atuação do empreendimento e das principais características e necessidades dos clientes	Q01	Capacidade de Satisfazer Clientes
2		Q02	Pesquisa Demandas dos Clientes
3		Q03	Conhece Crescimento Mercado Local
4		Q04	Tem Conhecimento dos Concorrentes
5		Q05	Mantem Precos Atualizados
6		Q06	Força de Vendas Motivada
7		Q07	Planeja Atividades de Marketing
8	<b>FINANÇAS:</b> organização e controle financeiro do empreendimento	Q08	Tem Retiradas Satisfatorias
9		Q09	Elabora Orcamento Anual
10		Q10	Uso Eficiente do Orcamento de Caixa
11		Q11	Controle Rigoroso das Contas
12		Q12	Posição Financeira Atual
13		Q13	Demonstrativos de Resultados Adequados
14		Q14	Sistema de Custos Eficiente
15		Q15	Precos Coerentes e Competitivos
16	<b>ORGANIZAÇÃO:</b> estrutura organizacional, operacional e administrativa do empreendimento	Q16	Eficiencia e Produtividade do Empreendimento
17		Q17	Estrutura Organizacional Adequada e Produtiva
18		Q18	Distribuição de Responsabilidade Equilibrada
19		Q19	Cooperação e Coordenação Entre os Segmentos
20		Q20	Instrumentos e Condições Materiais Adequados
21		Q21	O Empreendimento é Organizado
22		Q22	Rotatividade de Membros
23	<b>COOPERAÇÃO:</b> participação e/ou envolvimento dos membros do empreendimento em atividades cooperativas e de atuação em redes colaborativas	Q23	Atua na Forma de Rede
24		Q24	Financiamento por Cooperativas de Credito
25		Q25	Participação em Eventos de EES
26		Q26	Atualização Constante do Plano de Negocios
27		Q27	Participação Ativa em Rede de EES
28		Q28	Participação em Atividades de Formação
29		Q29	Perspectiva de Crescimento Futuro
30		Q30	Participação Política Local

(1) Discordo Fortemente (10) Concordo Fortemente

Quadro 1- escala de percepção da vulnerabilidade dos empreendimentos locais, modelo adaptado segundo a metodologia servqual

A análise e interpretação dos resultados foi feita segundo a metodologia

SERVQUAL (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988) e utilizada para montar a escala de vulnerabilidade dos empreendimentos. Na interpretação dos dados, seguiu-se o modelo ecológico, procurando por evidências de associação entre variáveis demográficas, ambientais, sociais e econômicas observadas diretamente ou evidenciada através da análise de conteúdo das entrevistas (LIMA-COSTA; BARRETO, 2003).

## A ESCALA DE VULNERABILIDADE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS LOCAIS DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO

Utilizando-se recursos da estatística descritiva, os resultados obtidos na aplicação do formulário com as questões constantes no Quadro 1 foram sintetizados, tabulados e comparados as médias obtidas para o conjunto dos empreendimentos e para as diferentes categorias de percepção, o que originou os valores descritos na Tabela 1.

UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	MERCADO								
		Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	MÉDIA	
LIVRAMENTO	N	13	14	15	15	15	8	15	13,57	
	Média	6	4,29	5,07	5,07	5,13	4,13	2,33	4,57	
	Desvio Padrão	1,732	2,367	2,154	1,944	1,885	2,588	1,952	2,09	
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	FINANÇAS								
		Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	MÉDIA
LIVRAMENTO	N	13	14	12	15	15	9	9	13	12,50
	Média	3,38	2,5	4,5	4,93	4,47	4,33	2,56	6	4,08
	Desvio Padrão	1,502	1,698	2,153	2,658	2,295	2,398	2,744	1,414	2,11
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	ORGANIZAÇÃO								
		Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	MÉDIA	
LIVRAMENTO	N	15	9	8	5	13	15	8	10,43	
	Média	4,4	4,78	5,63	3,6	4,54	4,47	5,63	4,72	
	Desvio Padrão	2,063	2,108	2,134	2,608	1,898	2,134	4,104	2,44	
UNIDADE	PARÂMETROS ESTATÍSTICOS	COOPERAÇÃO								
		Q23	Q24	Q25	Q26	Q27	Q28	Q29	Q30	MÉDIA
LIVRAMENTO	N	15	3	8	15	15	12	15	14	12,13
	Média	2,93	4,67	1,5	2,47	1,6	2,17	6,33	3,57	3,16
	Desvio Padrão	2,314	0,577	1,414	2,2	1,844	2,167	1,589	3,031	1,89
LIVRAMENTO	CATEGORIA	MERCADO	FINANÇAS	ORGANIZAÇÃO	COOPERAÇÃO	TOTAL				
	N	13,57	12,5	10,43	12,13	12,13				
	Média	4,57	4,08	4,72	3,16	4,13				
	Desvio Padrão	2,09	2,11	2,44	1,89	2,13				

**Tabela 1-** Escala de percepção da vulnerabilidade aplicada aos empreendimentos locais da comunidade livramento, rds do tupé, manaus, AM.

Como resultado da avaliação realizada, em relação às finanças, o índice de apenas 40,8% do total desejável e/ou percebido como satisfatório, aponta para uma fragilidade bem consistente e preocupante dos empreendimentos, pois que originada em aspectos como baixa demanda de consumidores, reduzido capital de investimento,

ausência de registro contábil, subutilização de mão de obra e relações de trabalho precárias e das dificuldades em estabelecer padrões de preço compatíveis com o custo de compra ou produção.

Entraves operacionais de organização (47,2%) e quanto ao potencial de mercado (45,7%) reforçam a situação de vulnerabilidade encontrada. Os entrevistados mostraram-se limitados em termos de conhecimento da área de atuação de seus empreendimentos, baixa capacidade de satisfação dos clientes, desconhecimento e/ou falta absoluta de estudos e pesquisas de demanda e crescimento de mercado, assim como uma baixa capacidade de planejamento de marketing, estabelecimento de preços e força de venda.

Diante de questões que remetem à participação e/ou envolvimento dos membros do empreendimento em atividades cooperativas e de atuação em redes colaborativas, o índice de 31,6% alcançado indica que o individualismo, enquanto um tipo de comportamento no mundo econômico, se opõe aos pressupostos da solidariedade. Ainda que os laços de parentesco e o vínculo territorial operem para reforçar o sentido de pertencimento e de integração comunitária, isto não se mostrou suficiente para uma mudança paradigmática e economicamente sustentável no sentido de organizar o conjunto das atividades produtivas na comunidade do Livramento.

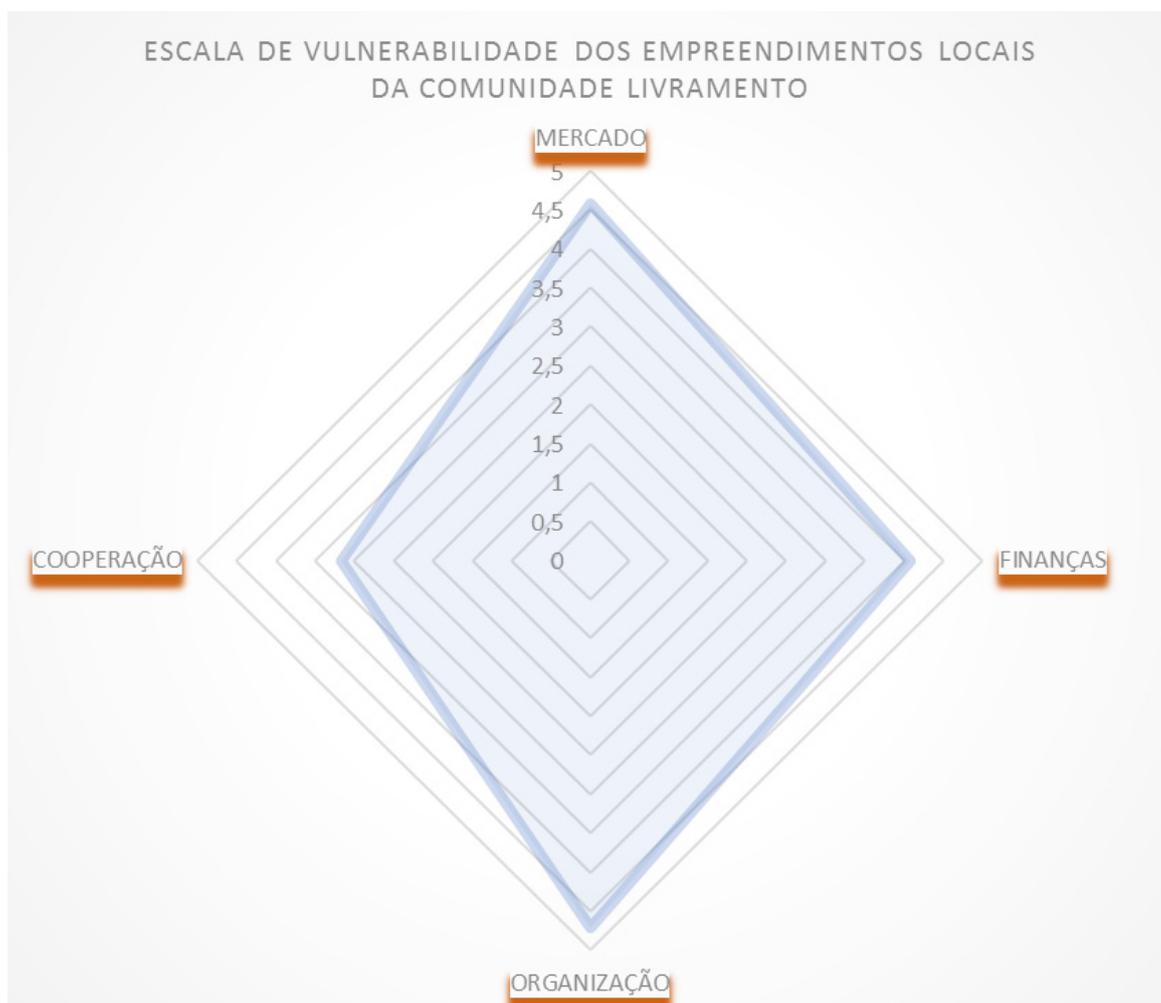


Figura 2 - Gráfico comparativo entre os componentes da escala de vulnerabilidade dos

Os resultados numéricos obtidos na Tabela 1 estão também dispostos visualmente na Figura 2, onde é possível avaliar com maior acuidade e precisão dentre os principais desafios enfrentados pelos empreendedores econômicos entrevistados, atuar de forma colaborativa é o principal deles.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características que diferem os empreendimentos econômicos situados na comunidade do Livramento, e que participaram da pesquisa, variam desde a natureza da atividade até as características sociodemográficas de seus integrantes. Porém, percebeu-se que, em geral, há uma situação de estagnação e mesmo de declínio econômico, pois mesmo que o empreendimento se mantenha em operação interinamente, de acordo com as demandas dos visitantes e frequentadores esporádicos, a baixa renda circulante, os limites impostos pela legislação às atividades econômicas e a falta de cooperação solidária entre os agentes impedem um maior dinamismo. Resta como atrativo apenas demandas localizadas ou de apelo simbólico, como a produção de farinha de mandioca, produção de artesanato e a coleta de frutas e castanhas, insuficientes para gerar expectativas de aumento de renda aos empreendedores.

Como a população não dispõe de setores produtivos de natureza industrial, as atividades desenvolvidas na comunidade são basicamente aquelas voltadas à subsistência, de baixíssimo valor de capital investido e organizado de forma familiar, tais como os roçados, avicultura, fruticultura, artesanato, manipulação de fitoterápicos, fabricação de doces e geleias, apicultura etc., além do comércio em pequenos bares, mercadinhos e restaurantes. Esta configuração econômica mostrou-se impedida de oferecer melhores perspectivas aos moradores locais, com graves consequências que poderá advir para o ambiente e para as relações comunitárias.

Para reverter o quadro encontrado, sugere-se que as premissas conceituais e o histórico construído em diversas situações práticas pela Economia Social e Solidária sejam aplicadas aos empreendimentos econômicos locais da Comunidade do Livramento. Fundado não na exploração individualizada, mas na socialização dos bens e do trabalho, quando possível, ou na cooperação, quando necessária, esse aporte conceitual opera para romper com os limites da competição predatória que a busca pelo lucro a qualquer custo impõe à conservação da biodiversidade e à qualidade de vida em áreas protegidas. A auto-organização e a gestão participativa constituem os pilares da produção neste espírito empreendedor comunitários. Tais valores privilegiam a relação sociedade e ambiente, especialmente entre aqueles mais vulneráveis, e permite que os empreendimentos econômicos locais possam almejar um futuro dinâmico e sustentável.

Diante disso, os resultados alcançados sugerem que a organização dos comunitários é capital para a construção de uma participação democrática, com envolvimento ativo das populações locais no planejamento, no processo de tomada de decisões e na gestão das estratégias de desenvolvimento local. Considera-se, portanto, como fundamental para o processo de organização emancipatória daquela população a presença de profissionais, pesquisadores e agentes públicos com sólida formação e experiência em empreendimentos econômicos sociais e solidários para auxiliar nessa tarefa.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. DE. Autogestão. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, p. 20–26, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC. 19 jul. 2000, Sec. Brasília - DF.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes, 2009.

LIMA-COSTA, M. F.; BARRETO, S. M. Tipos de estudos epidemiológicos: conceitos básicos e aplicações na área do envelhecimento. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 12, n. 4, dez. 2003.

MARIOSIA, D. F. et al. **Ribeirinhos do Rio Negro: um estudo da qualidade socioambiental**. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. Servqual: A Multiple-Item Scale For Measuring Consumer Perc. **Journal of Retailing**, v. 64, n. 1, p. 12, 1988.

SEMMAS – Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, Amazonas** – Volume II. 2017. Disponível em: [http://semmas.manaus.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/Plano-de-Gestão-da-RDS-do-Tupé\\_Volume-II.pdf](http://semmas.manaus.am.gov.br/wpcontent/uploads/2017/03/Plano-de-Gestão-da-RDS-do-Tupé_Volume-II.pdf).

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo (SP): Fundação Perseu Abramo, 2002.

## ANÁLISE DOS ASPECTOS JURÍDICOS, LEGAIS E TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

### **Arlete Cândido Monteiro Vieira**

Associada da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária - ABPES  
Centro de Estadual de Educação Tecnológica – CEETESP

### **Roney Rezende Rangel**

Universidade Nove de Julho - UNINOVE  
Associado da Associação Brasileira de Pesquisadores em Economia Solidária ABPES

**RESUMO:** O mundo do trabalho no Brasil perpassa as relações assalariadas de mercado, que são as formas típicas e características do modo de regulação capitalista. A economia solidária considerada como forma de produção, de organização do trabalho e do mercado, indica uma alternativa de revigorar energias de setores populares em desvantagem social, de emancipação, de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais. Essa alternativa no Brasil movimenta mais de 1% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso corresponde a quase R\$ 6 bilhões anuais. Elas são marcadas por duas lógicas distintas – empresarial e solidária e são constituídas sob as formas jurídicas de: associação, cooperativas, sociedade empresarial e informal, cada uma delas com características distintas no aspecto jurídico e de gestão. Tanto no Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL (MT) quanto no Mapeamento de

Economia Solidária no Brasil (2015), realizado sob a responsabilidade da Senaes/MT nota-se que a inexistência de uma figura jurídica de Empreendimento Econômico Solidário (EES), que garanta a regulamentação e tributação adequadas à realidade dos EES, respeitando suas especificidades, e assegurando seu acesso aos direitos da previdência social é uma fraqueza que precisa ser superada. Assim o presente estudo de natureza exploratória e descritiva analisará os aspectos jurídicos, envolvendo os legais e tributários de constituição, legalização e funcionamento dos EES e se espera contribuir para que os empreendimentos solidários realizem sua missão de geração de trabalho e renda, sem os entraves burocráticos que impossibilitam seu desenvolvimento com sustentabilidade social e econômica.

**PALAVRAS CHAVE:** Empreendimentos solidários, legislação, tributação.

**ABSTRACT:** *The world of work in Brazil permeates the salaried relations of the market, which are the typical forms and characteristics of the mode of capitalist regulation. Solidarity economy considered as a form of production, work organization and market, indicates an alternative to invigorate energies of popular sectors in social disadvantage, emancipation, appropriation of productive and organizational*

*technologies. This alternative in Brazil moves more than 1% of the PIB (). This corresponds to almost R \$ 6 billion per year. They are marked by two distinct logics - business and solidarity, and are constituted under the legal forms of: association, cooperatives, business and informal society, each of them with distinct legal and management characteristics. Both in the Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL (MT) and in the Mapeamento de Economia Solidária no Brasil (2015), performed by the responsibility of Senaes / MT it is noted that the lack of a legal figure of Empreendimento Econômico Solidário (EES), which guarantees the proper regulation and taxation of the reality of EES, respecting their specificities, and ensuring their access to social security rights is a weakness that needs to be overcome. So, this exploratory and descriptive study will analyze the legal aspects, involving the legal and tributary of the constitution, legalization and operation of the EES, and it is hoped to contribute to the solidarity projects fulfilling their mission of generating work and income, without bureaucratic obstacles which make it impossible to develop with social and economic sustainability.*

**KEYWORDS:** *Joint ventures, legislation, taxation*

## 1 | INTRODUÇÃO

A economia solidária pode ser considerada como um processo contínuo de aprendizado, onde se pratica a ajuda mútua, a solidariedade, a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos, e têm o trabalho coletivo e auto gestor como alternativa de atividade laboral, segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES (2016) conta com 1,5 milhão de trabalhadores associados a empreendimentos solidários, movimentando recursos que chegam a mais de 1% do PIB nacional.

Conforme informações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2015), o fato da economia solidária ser um fenômeno social e econômico diverso, pode ser considerada como uma possível proposta de organização das camadas populares da sociedade, enquanto Singer (2002) ela surgiu no Brasil provavelmente como resposta à grande crise de 1981/83, quando muitas indústrias, inclusive de grande porte, pediram concordata e entraram em processo falimentar, o que fez nascer as primeiras experiências em Economia Solidária.

A economia solidária requer um relacionamento com a sociedade civil para se desenvolver, uma articulação de diversos tipos de recursos como: fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnica e científica, capacitação continuada e marco legal. (SINGER, 2002,2003).

Não há (até hoje) na legislação brasileira a definição jurídica de economia solidária, mas é reconhecida sua dimensão econômica e social, na obra Economia Solidária no Brasil, Singer (2000), relata diversas experiências e formas de organização da Economia Solidária - ES no Brasil, tais como: cooperativas dos mais diversos ramos de atividades; empresas auto gestórias; agências de fomento à Economia Solidária,

sistemas de créditos, redes de projetos comunitários (associações, centros, comitês, etc.), feiras solidárias, clubes de trocas e outras experiências alternativas de comércio, habitação e crédito.

Assim, pode-se considerar que os grupos que desenvolvem a economia solidária no Brasil estão em quatro categorias: Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Fomento, Organizações de Representação e Governos, este estudo abordará os Empreendimentos Econômicos Solidários – EES no que tange a análise dos aspectos jurídicos, legais e tributários na legislação brasileira e, as demais categorias serão citadas com a finalidade de elucidação do tema.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários são aquelas organizações: Coletivas e supra familiares, seus participantes são trabalhadores dos meios urbano ou rural; exercem a gestão democrática das atividades e da distribuição dos resultados; tem foco na realização de atividades econômicas, de modo permanente.

Estes empreendimentos normalmente estão organizados em cooperativas, associações, grupos informais ou, até mesmo, sociedades mercantis.

Um empreendimento solidário, por sua natureza definida por Luiz Inácio Gaiger (1999, 2001 e 2002) “representam uma nova forma social de produção pela modificação dos princípios e os fins da organização econômica”, ele não tem um empresário, assim preceituado pelo artigo 966 do Código Civil Brasileiro: “Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”, ou seja, essa organização deve ser profissional, contínua e com intuito de lucro, objetivando meio de vida. Quando Gaiger afirma “nova forma de produção” foge do modelo capitalista de empresário, detentor do capital, dos meios de produção e da apropriação do excedente, nos empreendimentos solidários todos os envolvidos são gestores de um negócio, cujos meios de produção são de posse ou propriedade coletiva e, o diferencial entre a companhia tradicional não estaria, portanto, na presença ou ausência de lucro com a atividade, mas no que se faz com ele.

Da mesma forma, Singer (2002) esclarece que o princípio da igualdade faz parte da consolidação do empreendimento solidário, a posse do capital é restrita aos que neles trabalham, trabalho e capital se fundem e as pessoas que participam do empreendimento precisam ter acesso a informação de forma clara, transparente e ter capacidade de pensar e produzir um novo conhecimento no processo de construção de uma “empresa” nova, com modelo auto gestor, inteligência coletiva, que mesmo inserida num mercado competitivo consiga ter relações fraternas e solidárias

Assim, o conceito de empreendimento econômico solidário adotado nesta pesquisa compreende:

Diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio da sua eficiência e viabilidade. Adota em proporção variável arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão, minimizando a presença de relações

assalariadas (Gaiger, 2009, p.181).

Para que um empreendimento de economia solidária possa fazer parte do sistema econômico de mercado, mesmo sendo um pequeno empreendimento, deve ter sua situação legalmente formalizada de acordo com a legislação vigente no país para que a viabilização das atividades normais da organização produtiva, comercial ou de serviços, como a venda de um produto ou serviço, a abertura de uma conta bancária, o uso de cartões de crédito, a obtenção de financiamentos e a participação em editais de política pública de fomento, dentre outras necessidades simples se concretize e traga benefícios aos trabalhadores dela participante.

O processo de formalização do empreendimento é condição para que este possa adquirir produtos, firmar contratos e emitir notas fiscais e comprovantes para seus clientes e usuários.

Por outro lado, a adequação de um empreendimento de economia solidária ao sistema econômico de mercado ainda carece de um reconhecimento e de uma forma jurídica específica.

No aspecto metodológico o artigo se classifica como pesquisa exploratória e descritiva. Os dados secundários desta pesquisa derivam do mapeamento, em âmbito nacional, dos Empreendimentos Econômicos Solidários realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES (2013), divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2016) e também com os dados constantes no Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários, instituído pela Portaria MTE 1780/2014.

O objetivo foi analisar a aplicação e adequação da legislação fiscal e tributária existentes no Brasil aos empreendimentos solidários observando a regulamentação e tributação adequadas à realidade deste tipo de forma social de produção para a geração de trabalho e renda.

## **2 | MARCO JURÍDICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Para Singer (2002), o auxílio do Estado é um fator fundamental para o êxito do movimento de economia solidária pelo fato dos mesmos não disporem de recursos (próprios e de terceiros) para investir na atividade, enquanto a empresa capitalista não apenas dispõe destes recursos como ainda recebem subsídios públicos e isenções fiscais.

CORAGGIO (2003) afirma que o Estado deve atuar para priorizar o apoio à economia popular oferecendo: financiamento, incentivos fiscais, educação pública e qualificação profissional diferenciadas, geração e transferência de conhecimento tecnológico e organizacional, desenvolvimento de um sistema de controle de qualidade dos produtos e da relação ofertante-usuário de produtos da economia popular, etc.

Segundo Singer (2004) a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária –

CNES, órgão colegiado de caráter consultivo e propositivo, integrante da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), instituído pela lei n. 10.683/03 e regulamentado pelo decreto no 5.811/06 e da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, criada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003 foi o marco inicial para atingir o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

A ausência de um marco jurídico regulatório adequado para a economia solidária brasileira tem sido uma questão tão importante que a necessidade de sua superação foi pauta nas resoluções da I e da II Conferências Nacionais de Economia Solidária (I e II CONAES) nos anos 2006 e 2010, respectivamente, assim, desencadeou-se, sobretudo após a II CONAES, em 2010, o processo de construção de uma proposta que se convencionou chamar de Lei Geral da Economia Solidária.

Após as mobilizações e processos participativos, foi produzida a proposta de lei de iniciativa popular, foi protocolada no Congresso Nacional como PL nº 4.685/2012 por iniciativa dos deputados Paulo Teixeira (PT/SP), Eudes Xavier (PT/CE), Padre João (PT/MG), Luiza Erundina (PSB/SP), Miriquinho Batista (PT/PA), Paulo Rubem Santiago (PT/PE), Elvino Bohn Gass (PT/RS) e Fátima Bezerra (PT/RN).

O Projeto de Lei nº 4.685/2012, apelidado de “PL da Economia Solidária” teve como expectativa contribuir para que a economia solidária deixe de ser política de governo e constitua-se como política de Estado, evitando constrangimentos legais para que futuros governos desconsiderem sua importância na formação da agenda e instrumentalizando trabalhadores e organizações representativas no pleito de ações práticas de apoio governamental.

Em setembro deste ano de 2017, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, aprovou o projeto de lei que cria o Sistema Nacional da Economia Solidária, que inclui, além do sistema, a política e o fundo nacional da economia solidária e seguiu para o Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados)

Em seu artigo 1º o referido PL expressa que:

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política Nacional de Economia Solidária, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários, com vistas a fomentar a economia solidária e o trabalho associado e cooperativado.

Parágrafo único. As diretrizes, os princípios e os objetivos fundamentais da Política Nacional de Economia Solidária integram-se às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável, visando à promoção de atividades econômicas autogestionárias e ao incentivo aos empreendimentos econômicos solidários e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços.

O texto, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os

empreendimentos econômicos solidários, estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição da Política, cria do Sistema Nacional de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos econômicos solidários como sujeitos de direito, com objetivo de fomentar a Economia Solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativado.

Art. 2º Considera-se compatível com os princípios da Economia Solidária as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes.

Conforme a proposta de lei, a economia solidária constitui-se em toda forma de organizar a produção de bens e de serviços, a distribuição e o consumo tendo por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, visando a gestão democrática, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local e territorial integrado e sustentável, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas, a valorização do ser humano e do trabalho e o estabelecimento de relações igualitárias entre homens e mulheres (art. 2º).

Art. 8º O órgão competente da União instituirá Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, com a finalidade de dar reconhecimento público aos empreendimentos econômicos solidários para o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

A Portaria MTB nº 1.346/2016 altera a Portaria MTE nº 1.780, de 2014, que institui o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários – CadSOL.

O Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CadSOL tem por finalidade o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários de modo a permitir-lhes o acesso às políticas públicas nacionais de economia solidária e demais políticas, programas públicos de financiamento, compras governamentais, comercialização de produtos e serviços e demais ações e políticas públicas a elas dirigidas.

Quanto ao cadastramento no CadSOL é importante ressaltar que para se cadastrar no sistema, é necessário que o empreendimento se encaixe nos seguintes critérios, definidos a partir da Portaria MTE 1780/2014:

- Ser uma organização coletiva, formada por pessoas físicas ou formada por outros empreendimentos, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural;
- Exercer atividades de natureza econômica permanentes, ou ter esse objetivo, no caso de empreendimentos em formação;
- Ser uma organização auto gestonária, onde os membros participam da gestão

das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática;

- Ser supra familiar, ou seja, ter entre os sócios mais de um núcleo familiar.
- Realizar reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento

A Portaria MTb nº 1.285 de 27 de novembro de 2017 altera o parágrafo único do art. 7º da Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, que instituiu o Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL, de acordo com o que segue:

Parágrafo único. Os Empreendimentos Econômicos Solidários validados na base de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) até 24 de março de 2014, com exceção daqueles que não autorizaram a utilização de suas informações específicas, estão incluídos no CADSOL e, excepcionalmente, seus cadastros terão validade até o dia 24 de março de 2018, devendo a sua condição de permanência no mesmo cadastro ocorrer de acordo com o disposto nesta portaria e no Manual do CADSOL.

Assim, se percebe que mesmo antes (muito antes) da aprovação final pelo Congresso Nacional do Marco Jurídico da Economia Solidária as ações estão sendo desenvolvidas e adequadas ao melhor atendimento das necessidades dos EES e seus atores, de forma que em um prazo curto de tempo as informações serão consolidadas e será possível ter-se unicidade de indicadores sobre Economia Solidária no Brasil.

Além disso o Marco Jurídico da Economia Solidária possibilitará, espera-se que possibilite, o reconhecimento e a legitimação das práticas já desenvolvidas há muitos anos no Brasil para fins de políticas públicas de apoio e de fomento; práticas essas que nos últimos anos vêm se afirmando como importante estratégia para superação de situações de pobreza e de extrema pobreza a partir da organização coletiva e autogestionária dos trabalhadores e das trabalhadoras.

### **3 | AS FORMAS JURÍDICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Os parágrafos 1º ao 3º do artigo 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados) determinam:

§ 1º O enquadramento do empreendimento como beneficiário da Política Nacional de Economia Solidária independe de sua forma societária, observado o disposto em legislação específica.

§ 2º Não serão beneficiários da Política Nacional de Economia Solidária os empreendimentos que tenham como atividade econômica a intermediação de mão de obra subordinada.

§ 3º Os empreendimentos econômicos solidários poderão registrar-se no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, independentemente de sua forma societária, ressalvada a legislação específica relativa às sociedades cooperativas.

Assim, independente da forma societária adotada pelo EES eles serão beneficiários da Política Nacional de Economia Solidária e quando no § 3º do referido

artigo consta a expressão “poderão registrar-se no Registro Civil de Pessoas Jurídicas” abre-se a possibilidade da constituição como associação civil.

Embora a base do CadSOL seja o Sies, resultado do segundo mapeamento, o cadastro contém um número menor de variáveis, posto que tem finalidade de permitir aos empreendimentos já organizados em torno de ações coletivas, o acesso a políticas públicas de fortalecimento de suas atividades.

De acordo com o mapeamento de empreendimentos solidários (IPEA, 2016) a forma de organização predominante dos EES pesquisados é a figura da associação, com 60% do total. Outros 30,5% são grupos informais, e apenas 8,8% são formalizados enquanto organização cooperativa. Esse resultado demonstra um forte grau de deficiência institucional dos empreendimentos. Isso porque, por um lado, as associações são formas organizacionais muito limitadas em termos de atividade comercial, não podendo, de acordo com o Código Civil brasileiro, exercer atividade econômica e emitir nota fiscal de seus produtos, por exemplo; por outro, enquanto grupo informal, torna-se bem mais difícil o acesso a financiamentos e programas governamentais de apoio, além de diminuírem as garantias contratuais de seus associados em termos de horizonte de funcionamento do empreendimento e garantia de seu trabalho.

Os dados do CadSOL também apresentam como as formas societárias mais utilizadas pelos empreendimentos solidários são as associações civis, mas também há as cooperativas, que podem receber, ou não, uma série de titulações ou qualificações, mais ou menos apropriadas para os propósitos econômicos e laborais que orientam a economia solidária. Obstante das formas societárias adotadas, dados do CadSOL (2017) apresentam uma grande incidência de grupos informais.

Assim quanto a forma de organização, abrangência nacional cadastrados até 27/11/2017 eram os seguintes:

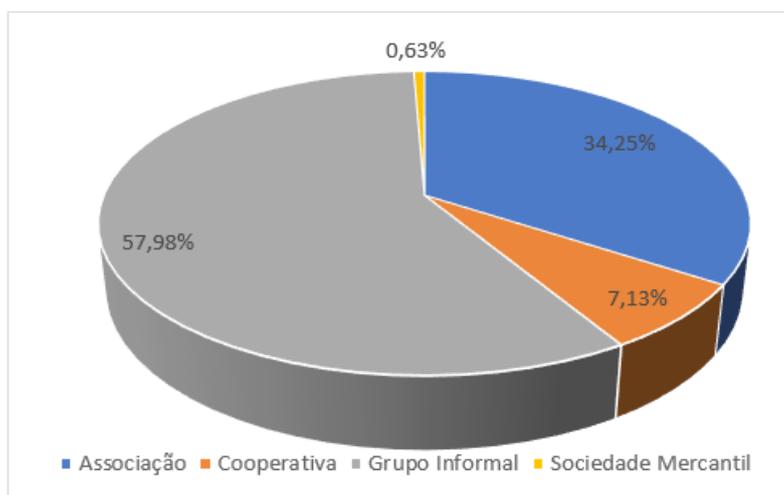


Figura 1- Empreendimentos solidários cadastrados no CadSOL quanto a forma de organização

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (2017)

Assim observamos uma maior frequência de grupos informais de empreendimentos solidários (57,98%), seguidos das Associações (34,25%), Cooperativas (7,13%) e Sociedade Mercantil (Sociedade Empresária).

Quanto ao fato de possuírem ou não inscrição no Cadastro Nacional de Contribuintes – CNPJ, o que para muitos representa (mesmo que sumariamente) a formalização, temos uma grande diferença em relação aos dados da Figura anterior, conforme demonstra a Figura 2.

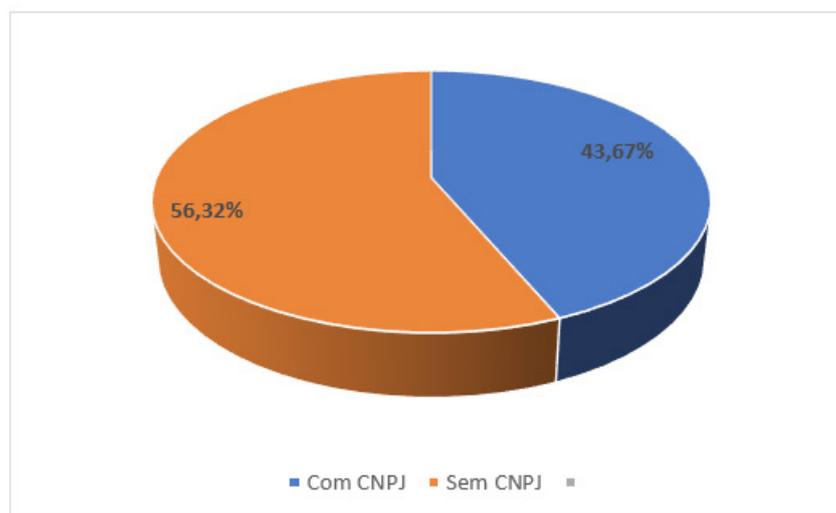


Figura 2 - Empreendimentos solidários cadastrados no CADSOL com CNPJ

Fonte: Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (2017)

Pela Figura 2 observa-se a maioria dos EES não possuem inscrição no CNPJ (56,32%), fato que merece análise detalhada dos motivos.

De acordo com DIEESE (2016):

Como referência para definição conceitual dessa condição foram seguidas as recomendações Organização Internacional do Trabalho (OIT) que propõem um estudo olhando para características de unidades produtivas informais, como utilização limitada de fatores e baixa produtividade, mas também para a ausência de possibilidades de relações institucionais, dada a ausência de registros legais que possibilitem transações comerciais formais, como a falta de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou pela prática, dado que a caracterização da informalidade pela ausência de documentação pode criar dificuldades de acompanhamento estatístico visto que nem todos os países conseguem emitir alguns documentos. Para o estudo da informalidade na economia solidária, a proxy ou indicador de informalidade sugerido foi a de ausência de documentação, nesse caso, de CNPJ.

Assim pode-se concluir que a presença da informalidade nos EES inviabiliza seu desenvolvimento pois, impedem ou dificultam suas relações com o mercado e o acesso a políticas públicas de fomento, dificuldades para acessar recursos públicos ou empréstimos privados.

Quanto as causas da informalidade podem-se citar: dificuldades burocráticas da formalização devido aos custos e as exigências legais da formalização, a tributação

incidente porque o impacto dessa carga tributária sobre os custos nem sempre é compensado pelo aumento das receitas após a formalização. Assim, alguns empreendimentos optam conscientemente por permanecerem informais. Além disso, a inexistência de um marco legal claro para o funcionamento da Economia Solidária traz sérias dificuldades jurídicas para esses empreendimentos, não apenas nos aspectos ligados à formalização e à tributação, mas também ao acesso às demais políticas públicas.

O Código Civil Brasileiro (lei 10.406/2002) nos apresenta a previsão legal da informalidade (que abraça também os EES informais) em sua seção “Da sociedade não personificada – Sociedade em Comum”

Art. 986. Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto neste Capítulo, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.

Art. 987. Os sócios, nas relações entre si ou com terceiros, somente por escrito podem provar a existência da sociedade, mas os terceiros podem prová-la de qualquer modo.

Art. 988. Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.

Art. 989. Os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expreso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que o conheça ou deva conhecer

Assim os atores da economia solidária devem estar atentos pois, a informalidade dos empreendimentos poderá classificá-los como sociedade em comum, porque existe de fato, é constituída por pessoas naturais com a finalidade de exercício da atividade econômica, mesmo sem fins lucrativos, assim seus resultados são repartidos entre os membros dessa sociedade, entretanto, seu ato constitutivo não foi levado a registro para a inscrição ou arquivamento junto ao órgão competente, e, portanto, não ocorre a aquisição da personalidade jurídica.

Nessa forma societária, a comprovação da existência é necessária no caso de se ter litígio entre os sócios ou entre estes e terceiros. A inexistência de ato formal de registro não nega a existência de fato da organização, todavia, ter-se-á que se provar a existência desta para a resolução do litígio, o que pode ser feito através de recibos ou correspondências entre os associados ou cooperados ou termos de compromisso, sendo que os terceiros podem provar a existência da sociedade em comum, desde que tenham alguma relação com a sociedade, de qualquer forma, até mesmo na forma testemunhal.

Apesar de a sociedade de fato não possuir personalidade jurídica, tem patrimônio próprio constituído para a atividade econômica e cujo fim é atender às obrigações contraídas pela sociedade, todavia, não há a separação patrimonial, então, os sócios têm a responsabilidade ilimitada. Desta forma, não existindo separação entre patrimônio

societário e dos seus membros, a execução de dívidas da sociedade poderá recair sobre o patrimônio dos membros depois de esgotado o patrimônio da sociedade, como prevê o art. 1024 do Código Civil de 2002.

As cooperativas são um tipo de sociedade, o que no direito brasileiro significa que são pessoas jurídicas com fins econômicos. Por isso sua adequação aos empreendimentos de economia solidária. Têm previsão expressa na Constituição de 1988, decorrente do direito de associação (art. 5º, XVIII) e como instrumentos da ordem econômica nacional (art. 146 e 174, entre outros), suas linhas gerais delineadas pelo Código Civil (art. 982; 1093-1096; 1159, Lei 10406/2002), e são regidas por legislação específica (Lei 5764/1971, lei geral de cooperativismo, e Lei 9867/1999, sobre as cooperativas sociais).

Sobre a natureza jurídica da cooperativa, Polônio (2004) afirma que o artigo 4º da lei 5764/71 oferece importantes atributos que são: Sociedade de pessoas, natureza jurídica própria, natureza civil e prestação de serviços ao associado. Afirma ainda que a cooperativa é uma sociedade auxiliar e institucional, personificada, existe somente para prestar serviços aos cooperados.

Nas cooperativas as pessoas “reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”, (art. 3º) organizadas com base nos princípios cooperativistas (como propõe a Aliança Cooperativa Internacional e foi reconhecido no art. 4º, Lei 5764/1971). Devido a suas peculiaridades, recebe tratamento tributário próprio e que apresenta uma certa complexidade, é importante analisar o artigo 79 da Lei 5.764/71 que define o ato cooperativo, excluindo, no parágrafo único, o que não se enquadra como ato cooperativo.

Convém recordar que um dos princípios basilares do cooperativismo (e da economia solidária) é que, a qualquer momento, novos trabalhadores tenham o direito de se associar a empreendimentos solidários e que associados a tais empreendimentos tenham o direito de deixá-los, levando consigo sua parte do capital dos mesmos. A autogestão só é válida enquanto os trabalhadores participarem dela por sua própria vontade.

Em face às considerações acima Miranda (2008) afirma que:

Os empreendimentos econômicos solidários, embora tenham como finalidade o desenvolvimento de um novo modelo econômico, não possuem fins lucrativos; Dentre as principais formas utilizadas para os empreendimentos econômicos solidários temos as associações e as sociedades cooperativas; muitos empreendimentos econômicos solidários ainda apresentam caráter informal, o que torna a formalização destes num tema fundamental para o desenvolvimento da economia solidária; embora as associações permitam a organização de trabalhadores em prol de interesse comum, não é o modelo estatutário adequado aos empreendimentos econômicos solidários, na medida em que não permitem o desenvolvimento de atividades econômicas, servindo principalmente para a composição de instituições de fomento à economia solidária; dos modelos previstos pelo ordenamento jurídico brasileiro, o mais adequado aos empreendimentos econômicos solidários é o das sociedades cooperativas, instituições voltadas ao desenvolvimento de atividades

econômicas, contudo sem finalidade lucrativa, e regida pelos princípios da colaboração e da autogestão.

Ao se formalizar na estrutura jurídica de cooperativa, os empreendimentos solidários encontram dificuldades burocráticas relativas a número de cooperados, elaboração de atas, registros e enfim ao tratamento tributário de seus atos.

As associações são uma decorrência natural do direito constitucional de associação, insculpida no art. 5º, XVII a XXI.

São pessoas jurídicas constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos (art. 53, Código Civil), e esta característica torna-se um empecilho para servir de base para a organização de grupos de economia solidária.

Quando não há remuneração de seus dirigentes nem distribuição de lucros entre os associados, está isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (Lei 9532/1997, art. 15).

A partir da sua criação podem se habilitar a receber títulos e qualificações do Poder Público federal, estadual ou municipal, de acordo com os requisitos específicos de cada um.

Para a economia solidária, as associações sofrem de uma limitação quanto às finalidades econômicas que se busca, podendo sofrer questionamentos se houver distribuição de recursos entre seus associados e/ou aplicação de recursos para fins diversos do que a própria associação.

Para Souza (2003), grande número de associações não se transforma em cooperativas, pois a lei brasileira impõe essa formação a um número mínimo que componha o quadro societário. Muitas delas são hoje grupos de igreja, grupos informais, alguns se vinculam a alguma instituição e produzem alimentos caseiros, artesanatos, entre outras atividades em pequena escala.

Mas se analisar as situações concretas se depara com desafios ao considerar a estrutura jurídica mais adequada para os EES, se for cooperativa existe a dificuldade de vencer as burocracias de constituição (número de pessoas aptas a se cooperar, documentação pessoal, elaboração de estatutos, registro de atas nos órgãos competentes) se considerarmos a associação iremos nos deparar com a questão da comercialização de produtos, visto que elas são sociedades simples.

Os resultados positivos decorrentes da prática de atos não cooperativos estão sujeitos ao pagamento do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), portanto, na escrituração da cooperativa devem estar destacados os atos e operações realizados com não associados, de modo a se concluir que as sociedades cooperativas devem possuir todos os livros e registros contábeis e fiscais exigidos das demais pessoas jurídicas. Importante salientar que a contabilidade da cooperativa pode se tornar complexa na medida em que existem atos cooperativos e atos não cooperativos, sendo que os primeiros apresentam tratamento tributário mais benéfico que os segundos, sendo que estes se submetem às regras tributárias aplicáveis às demais pessoas jurídicas que perseguem o lucro.

Outra questão importante de se apontar é a regra de tributação pelo Lucro Real e a legislação previdenciária que onera de forma significativa os empreendimentos e impedem sua sustentabilidade social e econômica.

Há vários tipos de sociedades empresárias previstas no Código Civil entre os art. 986 e 1092, de acordo com sua constituição (sociedades não-personificadas: em comum e em conta de participação; sociedades personificadas: em nome coletivo, em comandita simples, limitada, anônima, em comandita por ações).

Não há consenso no movimento de economia solidária que as sociedades empresárias possam ser uma forma de constituição jurídica dos empreendimentos solidários, vez que se pautam na organização do trabalho de outrem com claro objetivo de lucro daquele que é o sujeito ativo da empresa (empresário ou sociedade empresarial). De qualquer forma, a efetivação de princípios de solidariedade, autogestão e cooperação não são exclusividade de uma forma jurídica e tampouco há qualquer vedação legal a respeito disso e o próprio Anteprojeto de Lei da Economia Solidária não o faz<sup>14</sup>. Neste sentido, não é incomum empreendimentos de economia solidária se organizarem sob forma de sociedades limitadas, onde “a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.” (art. 1052, CC)

## **4 | ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Se a cooperativa for a melhor estrutura jurídica é importante analisar o artigo 79 da Lei 5.764/71 que define o ato cooperativo, excluindo, no parágrafo único, o que não se enquadra como ato cooperativo:

Doutrinariamente, o ato cooperativo tem duas acepções: restritiva e ampla. Para a concepção restritiva, só é ato cooperativo aquele praticado entre as cooperativas e entre as cooperativas e seus associados. Já para a concepção ampla, pode ser ato cooperativo aquele praticado com terceiros, desde que exista a participação de uma cooperativa e de um associado (ou de outra cooperativa).

Os resultados positivos decorrentes da prática de atos não cooperativos estão sujeitos ao pagamento do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), portanto, na escrituração da cooperativa devem estar destacados os atos e operações realizados com não associados, de modo a se concluir que as sociedades cooperativas devem possuir todos os livros e registros contábeis e fiscais exigidos das demais pessoas jurídicas. Importante salientar que a contabilidade da cooperativa pode se tornar complexa a medida em que existem atos cooperativos e atos não cooperativos, sendo que os primeiros apresentam tratamento tributário mais benéfico que os segundos, sendo que estes se submetem às regras tributárias aplicáveis às demais pessoas jurídicas que perseguem o lucro.

Outra questão importante de se apontar é a regra de tributação pelo Lucro Real e a legislação previdenciária que onera de forma significativa os empreendimentos e impedem sua sustentabilidade social e econômica.

As contribuições previdenciárias abrangem os tributos que agravam diretamente a folha de salários e as remunerações pagas ao segurado contribuinte individual. Ou seja, recaem sobre a relação de emprego e a prestação de serviços por conta própria.

As contribuições são devidas tanto pelos que exercem a atividade laboral, quanto pela empresa ou equiparado a quem os serviços são prestados.

O conceito de ato cooperativo não é relevante para a análise da incidência da contribuição para a previdência social.

Os impostos incidentes e exigidos das cooperativas são:

A) Federais:

**PIS – PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL.** - A lei determina que 0,65% deve ser descontado sobre o faturamento total da cooperativa. Além disso, no caso de a cooperativa ter funcionários contratados, deve ser descontado 1% do valor pago a estes funcionários – PIS sobre a folha de pagamento -, o que não é comum nas cooperativas populares.

**COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.** - A COFINS incide sobre a receita bruta da cooperativa, 3% sobre o faturamento total. O seu recolhimento é mensal. Tanto o PIS como a COFINS são constitucionalmente (art. 194 da CF/ 88) destinados à seguridade social (saúde, assistência e previdência social).

**IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte.** - Para contratar os serviços de uma cooperativa, uma empresa deve descontar 1,5% sobre o valor da nota do serviço. Apenas as cooperativas prestadoras de serviços têm esse imposto retido na fonte. A cooperativa deverá proceder ao desconto na fonte dos valores distribuídos ao cooperado, de acordo com a tabela progressiva do imposto de renda.

**IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física.** - Quanto aos cooperados, se os seus ganhos alcançarem as faixas estabelecidas na tabela de Imposto de Renda na fonte para pessoas físicas, sofrerão também retenção na fonte; conforme se observa na seguinte tabela, de acordo com o que estabelece a lei 11.482/2007

A cooperativa, anualmente, deve enviar aos cooperados o demonstrativo de retenção de imposto de renda na fonte, para possibilitar ao cooperado proceder ao ajuste, quando da entrega da declaração anual do IRPF. Existindo imposto de renda retido na fonte, o cooperado deverá proceder ao ajuste e verificar se existente saldo a pagar ou a restituir, de acordo com as regras vigentes para o Imposto de Renda da Pessoa Física.

**INSS – Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social.** - A cooperativa deve reter 11% da remuneração dos associados e repassá-la ao INSS. Se, por acaso, a cooperativa prestar serviços para entidades filantrópicas ou beneficentes, que não recolhem contribuições previdenciárias, o desconto sobre os rendimentos dos cooperados é de 20%. É de se notar que as contratantes de serviços de cooperativos

de trabalho devem recolher, em seu próprio nome, 15% sobre os valores pagos à cooperativa pela prestação desses serviços. No caso das cooperativas de produção, há exigência, por parte do INSS, que se recolha 20% sobre os valores distribuídos aos cooperados, já que a legislação previdenciária a compara às empresas comuns.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. - Uma cooperativa só deve recolher o FGTS se tiver algum funcionário contratado, algum empregado. Portanto, a possibilidade de tal recolhimento é remota, uma vez que cooperativas populares raramente possuem empregados.

#### B) Estaduais:

ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - O ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. No caso de cooperativas de trabalho não há incidência, mas as cooperativas de produção, agrícolas ou de consumo pagam esse imposto mediante alíquotas variadas. No Estado do Rio de Janeiro há, inclusive, variação de produto para produto. A média é a incidência de uma alíquota de 19% sobre a diferença entre o custo e o preço de venda. Há também a possibilidade de se pagar por estimativa, por faixa de faturamento, devendo ser realizado, para tanto, um estudo caso a caso, com vistas às vantagens e desvantagens que o sistema oferece. Nesse aspecto, a isenção tributária incidente sobre a saída de bens dos empreendimentos econômicos solidários se mostra como importante instrumento para estímulo e desenvolvimento das referidas entidades.

#### C) Municipais

ISS – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza. - O ISS incide sobre o valor dos serviços prestados pela cooperativa e é calculado sobre o valor da nota fiscal, variando de município para município. Na maioria, porém, o valor recolhido é o correspondente a alíquota de 5% (cinco por cento) incidente sobre o valor do serviço prestado.

Uma cooperativa pode exercer qualquer atividade desde que, como em toda empresa, seus associados reúnam a qualificação técnica necessária para exercer esta atividade. Ademais, é necessário que todos os serviços oferecidos estejam inseridos no objeto social da cooperativa, em seu estatuto social, e que conste de seu alvará de funcionamento. Há ainda de se observar a possibilidade de exigência de registro profissional do cooperado, de acordo com a natureza do serviço prestado, como por exemplo, serviços de profissão regulamentada, onde exigida a habilitação profissional junto ao Conselho Profissional competente

A natureza jurídica do empreendimento não influencia a análise, pois desde a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, a lei pode equiparar qualquer entidade, com ou sem fins lucrativos, à empresa ou empregador.

Neste momento em relação as questões tributárias do EES é válido ressaltar que a legislação do regime tributário do Simples Nacional ( LC 123/2006) esta para ser

alterada para vigorar em 2018 com possibilidades de ingresso no regime de tributação simplificada para as OSCIPS – organizações da sociedade civil (exceto partidos, sindicatos, associações de classe ou de representação profissional), as organizações religiosas com atividades de caráter social, as sociedades cooperativas e as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social. Se efetivamente for aprovado, trará benefícios a formalização dos EES que se enquadrarem a esta regra tributária;

Para que não sejam criados problemas indesejados, é imprescindível a atuação de um profissional da área contábil, que conheça às particularidades deste tipo de empreendimento, desde o momento de sua constituição, com regular acompanhamento.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata do campo de discussão em torno da análise dos aspectos jurídicos, legais e tributários dos empreendimentos solidários na legislação brasileira foi necessário perpassar pelo marco jurídico da Economia Solidária e suas consequências tanto nos pontos legais quanto práticos e, é importante ressaltar que as formas societárias deverão ser definidas por regulamentação legal pois, de acordo com a estrutura jurídica definida os aspectos fiscais e tributários também deverão seguir a mesma lógica.

Neste sentido é necessário ressaltar que o Código Civil Brasileiro (lei 10.406/2002) em seu capítulo Direito da Empresa apresenta as formas societárias possíveis no direito brasileiro e dentre as apresentadas estão as Sociedades Empresariais e as Sociedades Simples que tipifica a estrutura jurídica adequada a cada uma delas e os EES precisarão estar inseridos em uma delas.

Pensando na regulamentação das atividades desenvolvidas pelos EES outra questão emerge, de suma importância para o debate, o que a legislação irá preparar para os batalhadores trabalhadores? Como eles serão contribuintes da Previdência Social? Quais serão seus benefícios previdenciários? Como o Estado vai atuar (principalmente neste momento de crise financeira, moral, ética e política) para assegurar o direito ao desenvolvimento e inserção dos trabalhadores dos EES nas políticas públicas de fomento?

É importante observar que se trata de um novo grupo de usuários, tendo em vista a característica dos empreendimentos e perfil dos trabalhadores. A autogestão marca registrada dos empreendimentos solidários suscita desafios para a contabilidade, pois requer novos instrumentos e procedimentos contábeis que sejam ferramentas adequadas à gestão praticada pelos próprios trabalhadores.

Uma legislação que englobe esses aspectos estaria, efetivamente, criando uma regulamentação para o sistema de funcionamento da Economia Solidária, definindo uma estrutura societária. Tal sistema poderia refletir o marco de construção de uma

nova economia, onde o processo de produção e consumo se tornariam eixos de promoção da justiça social, da sustentabilidade ambiental e da democracia em seu sentido mais profundo.

Essas experiências não podem ser avaliadas apenas por sua dimensão econômica. As suas potencialidades vão além, afirmando-se enquanto estratégia estruturante de um outro desenvolvimento, socialmente humano e ecologicamente sustentável; são formas de trabalho diferenciadas na medida em que também buscam a cidadania e a realização humana.

Elas implicam transformações na sociedade, lentas e graduais, que criam espaços de solidariedade dentro de ou nas margens do sistema capitalista. Esse problema evidencia o fio da navalha sobre o qual os EES estão equilibrados. Se por um lado eles podem representar um processo de conquista de novas formas de trabalho mais justas e solidárias, por outro lado, elas podem estar sendo utilizadas para favorecer o processo de precarização dos direitos sociais atualmente existentes.

Se a economia não oferece oportunidade legal para a sobrevivência de pessoas que estão em condições de desigualdade social, elas encontraram na economia solidária uma forma de viver com solidariedade, potencializando ações de pessoas simples em empreendimentos com objetivos socioeconômicos, resgatando a cidadania e promovendo o desenvolvimento sócio econômico.

Enfim, se espera com este estudo (*data vênia*) contribuir para um entendimento das peculiaridades dos EES em seus aspectos jurídicos, legais e tributários e que os empreendimentos solidários realizem sua missão de geração de trabalho e renda, sem os entraves burocráticos que impossibilitam seu desenvolvimento com sustentabilidade social e econômica.

## REFERENCIAS

BRASIL(a). **Lei 5764/71. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm) Acesso em 30 set. 2017

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.406, 2002; Institui o Código Civil Brasil.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm) Acesso em 10 de nov.2017

\_\_\_\_\_. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Solidários.** Disponível em <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/CadSOL> Acesso em 10 out.2017

BRASIL. **Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2017 (nº 4.685/2012, na Câmara dos Deputados).** Dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=7268323&disposition=inline> Acesso em 10 nov.2017.

CORAGGIO, J. L. **Economia do Trabalho.** In: CATTANI, A. D. (org.). *A outra Economia.* Porto Alegre: Veraz Editores. 2003.

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Informalidade na economia solidária / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** – São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em <https://www.dieese.org.br/livro/2015/caderno01InformalidadeEconomiaSolidaria.pdf> Acesso em 10 de nov. de 2017

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. A consolidação da Economia Solidária. Disponível em <http://cirandas.net/fbes/artigos-e-reflexoes/a-consolidacao-da-economia-solidaria> Acesso em 07 nov. de 2017

GAIGER, L. I. G. (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Empreendimentos econômicos solidários.** In: CATTANI, A. D.(Org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.

\_\_\_\_\_. **Significados e tendências da economia solidária.** In: CUT/Brasil. *Sindicalismo e Economia Solidária. Reflexões sobre o projeto da CUT.* São Paulo: CUT, 1999.

\_\_\_\_\_. **As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária.** CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, v. 37, n 159, 2001.

\_\_\_\_\_. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Disponível em <https://www.ecosol.org.br> Acesso em 05 de nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Empreendimentos econômicos solidários.** In: CATTANI, A. D.(Org.). *A outra economia.* Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 135-143.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos.** Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP\\_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil\\_2016.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf) Acesso em 15 de nov. de 2017.

NESOL USP. **Série pensando o direito. Regime Jurídico de Cooperativas Populares e Empreendimentos de Economia Solidária.** Disponível em <http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2013/02/Volume-46-Relat%C3%B3rio-final1.pdf> Acesso em 30 out. 2017

SINGER, P. I.; SOUZA, A. R. de (Orgs). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Uma utopia militante. Repensando o Socialismo.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

POLONIO, W. A. **Manual das Sociedades Cooperativas.** São Paulo: Atlas, 2004.

SOUZA, A. R. de. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs).** São Paulo. Contexto, 2003.

## QUADRO TEÓRICO DE APOIO À ATUAÇÃO DE EXTENSIONISTAS PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

### **Newton José Rodrigues da Silva**

Zootecnista, Dr., Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Integrante do Fórum de Economia Solidária da Baixada Santista. E-mail: newtonrodrigues@cati.sp.gov.br.

### **Abelardo Gonçalves Pinto**

Engenheiro agrônomo, Dr., Extensionista. Associação Paulista de Extensão Rural (APAER).

### **Edna Ferreira Maddarena Lopez**

Médica-veterinária, Dra., Extensionista da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

### **Olivier Mikolasek**

Zootecnista, Dr., Pesquisador do Centre de Coopération Internationale en Recherche pour le Développement (CIRAD).

**RESUMO:** O presente trabalho emerge da necessidade de oferecer a estudantes e profissionais da extensão rural um conjunto de conceitos e referenciais teóricos que se fundamentam no construtivismo para que orientem uma atuação que contemple a elaboração e execução de projetos com base na participação e necessidades dos diferentes grupos que integram o público da extensão para a construção e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. Economias de grandeza, sociologia da tradução e economia de proximidade são

referenciais mobilizados para a construção do quadro teórico. As economias de grandeza possibilitam interpretar as lógicas de ação dos atores implicados em determinado problema. A sociologia da tradução viabiliza a compreensão dos processos de construção de redes sociotécnicas que viabilizam os empreendimentos. A economia de proximidade é uma forma de organização econômica que se fundamenta em reciprocidades, base da economia solidária e do desenvolvimento local. A adoção desse quadro teórico pelas instituições de ensino pode representar um importante passo para formação de profissionais da extensão para atuarem com fundamentação no apoio à economia solidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** extensão rural, economia solidária, sociologia da tradução, economias de grandeza, economia de proximidade

**ABSTRACT:** The present work emerges from the need to offer students and professionals of rural extension a set of concepts and theoretical references that are based on constructivism to guide an action that contemplates the elaboration and execution of projects based on the participation and needs of the different groups that integrate the public of the extension for the construction and strengthening of the supportive economic enterprises. Economies of greatness, sociology of translation and economy

of proximity are system of references mobilized for the construction of the theoretical framework. The economies of greatness make it possible to interpret the action logics of the actors involved in a given problem. The sociology of translation allows the understanding of the processes of construction of socio technical networks that make feasible the enterprises. Proximity economy is a form of economic organization based on reciprocity, the basis of supportive economy and local development. The adoption of this theoretical framework by educational institutions can represent an important step for the training of extension professionals to act with support to the supportive economy.

**KEYWORDS:** rural extension, solidarity economy, sociology of translation, economies of greatness, proximity economy

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho emergiu da necessidade de oferecer a alunos e profissionais da extensão rural e pesqueira um conjunto de conceitos e referenciais teóricos que se fundamentam no construtivismo para uma atuação que contemple a elaboração e execução de projetos para a construção e fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários com base na participação e necessidades das diferentes pessoas e segmentos que integram o público da extensão. A necessidade de fazer a presente abordagem fundamenta-se em estudos que identificaram o distanciamento da prática extensionista do conceito de sustentabilidade. Além disso, apontam o caráter difusionista de projetos e ações que comumente são executados.

A deficiência na formação de graduandos das ciências agrárias é notória quanto aos princípios, valores e possibilidades da economia solidária, que raramente é abordada nas escolas. Assim, muitos profissionais da extensão não conseguem identificar que o assessoramento que fazem às associações e cooperativas de agricultores e pescadores poderia fortalecer a autogestão. Como o ensino é focado para a utilização do difusionismo como forma de elaboração de projetos, disponibilização de tecnologia e gestão voltada para o mercado, comumente apenas parte do público potencialmente beneficiário das ações de extensão se beneficia de fato dos trabalhos dos extensionistas. O quadro se agrava pelo fato de o difusionismo não proporcionar a construção de redes sociotécnicas que portam os projetos, possibilitam a cooperação e reciprocidade entre diferentes atores sociais e promovem o desenvolvimento territorial. O difusionismo viabiliza inovações empresariais e o construtivismo as inovações sociais, o que é mais adequado quando se trata de grupos de produtores, prestadores de serviços que organizam finanças solidárias ou comercializam. Emerge, assim, a necessidade de caracterizar o difusionismo e disponibilizar um conjunto de referenciais teóricos e conceitos relacionados com o construtivismo para que os extensionistas tenham uma outra forma de atuação e possam apoiar a viabilização de empreendimentos econômicos solidários como resultado da construção de redes de

cooperação. Como existe uma vasta bibliografia que explica a economia solidária, não será feita uma abordagem com conceituação, princípios, valores ou histórico da sua evolução no Brasil.

O primeiro tópico do texto relaciona-se com o conceito de extensão. Afinal, de que estamos falando? São abordados aspectos semântico e histórico. Posteriormente, faz-se a caracterização dos modelos difusionista e construtivista de atuação, assim como a especificação dos níveis de participação na elaboração de projetos de economia solidária. Em seguida, é apresentado um conjunto de referenciais teóricos que podem ser inseridos nas grades curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação, assim como naqueles referentes aos pré-serviços dos profissionais da extensão. O primeiro referencial abordado denomina-se economias de grandeza. Durante o processo de organização de pescadores artesanais e agricultores familiares em associações, cooperativas ou mesmo em grupos informais de compra de insumos ou comercialização, por exemplo, comumente emergem controvérsias entre os participantes. Esses fenômenos são entendidos como divergências pautadas por interesses que impedem o estabelecimento de acordos para que as pessoas trabalhem de forma coordenada. Assim, para um extensionista, torna-se de fundamental importância conhecer as lógicas de ação de cada um dos envolvidos no problema, com a intenção de construir estratégias para que haja cooperação e, conseqüentemente, se alcance os objetivos propostos. Afinal, as organizações existem somente quando as pessoas cooperam.

O segundo referencial teórico abordado é a sociologia da tradução. A sua compreensão permitirá ao extensionista identificar os fatores responsáveis pelo fracasso ou sucesso de um grupo, assim como pautar a sua atuação na construção de redes sociotécnicas que viabilizam os empreendimentos econômicos solidários.

A valorização dos recursos e talentos locais é uma forma aconselhável para a promoção de desenvolvimento com base na economia solidária. Para melhor compreensão das proximidades que podem ser ativadas para que se alcance esse objetivo, apresenta-se, por fim, as bases da economia de proximidade. Trata-se de uma forma de organização da economia fundamentada na relação direta entre fornecedores e consumidores, assim como entre os empreendimentos locais que integram a sua dinâmica. O seu objetivo é promover bem-estar valorizando o território para e pelos habitantes, os atores locais.

Dessa forma, o presente artigo tem o objetivo de apresentar um conjunto de conceitos e referenciais teóricos que podem ser disponibilizados para alunos e profissionais da extensão para que atuem com fundamentação no construtivismo, o que possibilitará ir além da simples disponibilização de tecnologia no exercício das suas atividades.

## 2 | METODOLOGIA

Utilizou-se como base para elaboração da problemática as dissertações realizadas por Pinto (1998) e Lima (2001) que abordam as características de atuação e perfis profissionais dos extensionistas da rede pública do Estado de São Paulo, assim como houve fundamentação em Silva (2008), que estudou a forma de atuação destes profissionais no desenvolvimento da aquicultura nos Estados de Santa Catarina e São Paulo, com o objetivo de qualificar as ações como difusionistas ou construtivistas e relacioná-las com os resultados obtidos. Os autores do presente artigo integram equipes de extensão rural no Estado de São Paulo onde assumem um compromisso de atuação nos moldes da pesquisa participante que, segundo Lüdke e André (2013), combina simultaneamente a análise documental, a entrevista respondentes e informantes, a participação e observação direta e a introspecção. Além disso, foram analisadas as grades curriculares de nove escolas de nível superior de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo que oferecem cursos de ciências agrárias.

## 3 | QUADRO TEÓRICO: CONCEITOS E REFERENCIAIS

### 3.1 Extensão: uma abordagem semântica

Extensão é um termo comumente utilizado para se referir às ações de difusão de conhecimentos. Existem duas denominações amplamente empregadas que a qualifica principalmente quanto às instituições e agentes que a fazem: extensão universitária e extensão rural. No primeiro caso os serviços são oferecidos pelas universidades e são elaborados e executados por professores e alunos. No segundo caso, a extensão é realizada por órgãos especializados ou ONGs. Quando as ações de extensão são voltadas especificamente para os aquicultores, utiliza-se o termo extensão em aquicultura para se referir aos serviços prestados. Quando são considerados os pescadores como público-alvo, usa-se a expressão extensão pesqueira.

Porém, há os processos de educação não formal coordenados pela extensão, fundamentados na participação e valorização dos conhecimentos dos produtores, que proporcionam aprendizagem também para os extensionistas, e não se resumem à difusão de conhecimentos, como normalmente a extensão é compreendida e tratada. Para qualificar este tipo de atuação da extensão, Freire (1980) afirma que há quem utilize o termo extensão educativa, pois o extensionista não atua como um difusor de conhecimentos, mas como educador-educando, que faz interagir os seus conhecimentos com os dos produtores para a construção de outra realidade, não havendo imposição de saberes. Para o referido autor, a qualificação da extensão como educativa não minimiza o sentido do ato de estender conhecimentos do termo, pois sugere a existência de relações verticais em que o produtor é tratado como uma

pessoa que não possui conhecimentos, mas apenas como receptor.

Independente da questão semântica, a expressão extensão é consagrada em diferentes países, independente de os processos de disponibilização de conhecimentos estarem associados a modelos de difusão de conhecimentos, transferência de tecnologia ou se a atuação do extensionista está relacionada com metodologias educativas, que valorizam a participação e o conhecimento dos produtores.

### **3.2 Extensão universitária**

Van der Ban e Hawkins (1998) afirmam que a extensão universitária, ou extensão da universidade, foi o primeiro tipo de extensão que surgiu, em 1840, na Inglaterra. Porém, as primeiras ações práticas naquele país se deram somente entre 1867 e 1868, quando a Universidade de Cambridge ministrou conferências para mulheres, associações e clubes de trabalhadores no Norte da Inglaterra. Em 1873, a referida universidade formalizou a criação do que foi denominado de centros de extensão, para estender conhecimentos a lugares distantes do seu entorno. Posteriormente, o modelo foi adotado pela Universidade de Londres, em 1876, e Universidade de Oxford, em 1878. Portanto, pode-se definir extensão universitária como as ações implementadas sob a supervisão de universidades com o objetivo de estender conhecimentos a produtores, técnicos, associações, comunidades etc. As ações de extensão universitária são de grande importância para a disponibilização dos conhecimentos gerados pelos pesquisadores, professores e alunos.

Nunes (2009) aborda a trajetória da extensão universitária no Brasil desde 1889 e a associa com a incubação de empreendimentos econômicos solidários a partir de 1995 com a criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A autora afirma que somente a região Sul do Brasil se destaca na incubação de empreendimentos vinculados à agricultura familiar e agricultura periurbana. Esse fato ressalta a necessidade de as universidades implantarem incubadoras voltadas para as associações e cooperativas de agricultores familiares e pescadores artesanais. O assessoramento articularia disponibilização de tecnologia, gestão e fortalecimento dos valores e princípios da economia solidária. Porém, as incubadoras deveriam se perenes e atuar em rede, principalmente com os serviços de extensão rural.

### **3.3 Extensão rural: histórico e conceitualização**

A extensão rural foi iniciada na Irlanda em 1845, como forma sistematizada de assistência técnica, para a difusão de conhecimentos, com o objetivo de atender às necessidades reais de agricultores e suas famílias que passavam por grandes dificuldades. Naquele país, entre o referido ano e 1852, houve uma doença na cultura da batata, que era a base da alimentação da população. A fome e, como consequência

as doenças, provocaram a morte de 1 milhão de pessoas e expressiva emigração (Colombo, 2000; Caporal, 1991).

Outro evento que significa um marco na trajetória da extensão rural foi a criação do Sistema Cooperativo de Extensão (Cooperative Extension Service) nos Estados Unidos da América em 1914. Porém, Silva e Oliveira (2010) afirmam que em 1785 já havia ações que podem ser consideradas como extensão nos estados da Carolina do Sul e na Filadélfia. Grupos da sociedade atuavam para a “Promoção e Progresso da Agricultura”, com a oferta de prêmios pelos progressos obtidos na área, por meio do financiamento de palestras e publicação das realizações de seus integrantes.

O Sistema Cooperativo de Extensão é uma referência, pois a sua organização se mantém desde a sua criação, sendo integrado pelo governo federal, por meio do Departamento de Agricultura (USDA), pelos estados, por meio das universidades, e pelos governos locais, havendo em sua estrutura um expressivo número de voluntários. Ramussen (1989), apud Silva e Oliveira (2010), destaca a missão desse Sistema: “O Sistema Cooperativo de Extensão ajuda as pessoas a melhorar sua vida por meio de um processo educacional que usa conhecimento científico focado nas necessidades”. Porém, Leeuwis (2006) apud Silva e Oliveira (2010), afirma que ainda há pesquisadores que insistem no modelo difusionista, unidirecional, onde eles geram o conhecimento e o agricultor limita-se a realizar ou não as inovações.

A compreensão da organização e atuação da extensão rural dos EUA é relevante, pois foi este país que deu respaldo técnico e financeiro para a introdução da extensão rural na América Latina. Apesar de o modelo norte-americano funcionar integrado com a universidade, em conjunto com a pesquisa e ensino, essa característica não foi implantada na América Latina (Vela e Hegedus, 1999). Estes autores periodizaram a trajetória da extensão rural na América Latina, considerando o modelo de desenvolvimento rural em curso e as características de atuação dos serviços de extensão rural. O primeiro período é compreendido entre os anos de 1945 e 1960. Evidenciam que o interesse dos EUA em financiar a implantação da extensão rural na América Latina era criar um serviço funcional para mudar a base tecnológica da agricultura e, com isso, dinamizar ainda mais a indústria norte-americana de insumos. Além disso, as inovações mecânicas representaram a troca de homens por máquinas, o que promoveu fluxos migratórios com a liberação de mão de obra para as áreas urbanas, o que, intencionalmente, permitiu a expansão da indústria nos países latinos. Fonseca (1985) afirma que o papel da extensão no meio rural no Brasil era de um instrumento capacitado para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado e, assim, pudesse consumir mais adubos, vacinas e equipamentos para continuar produzindo e, conseqüentemente, consumindo. Por outro lado, mulheres extensionistas, sobretudo com formação em economia doméstica, trabalhavam com a família do produtor, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida.

A extensão rural possui diferentes definições, que variam de acordo com o modelo de desenvolvimento que está em curso. Para esse período (1945 – 1960),

pode-se utilizar com segurança a definição de Olinger (1996): “*Processo educativo realizado com e em favor das famílias rurais para difundir informações úteis e práticas sobre assuntos relacionados com a agricultura e economia doméstica e encorajar a aplicação das mesmas*”. Dessa forma, o extensionista atuava como indutor de mudanças de comportamento, mas havia ações caracterizadas como assistencialismo. Assim, Rodrigues (1997) caracterizou esse período como humanista assistencialista.

Entre as décadas de 1960 e 1980, houve o aprofundamento das ações difusionistas de tecnologias de uso intensivo de capital. O objetivo era modernizar o processo produtivo e aumentar a produtividade da terra. O crédito rural era usado de forma orientada, voltado para os produtos de exportação. A extensão não atuava para que os agricultores se organizassem e os trabalhos de promoção social junto às famílias dos produtores foram abandonados. Hegedus (1999) afirma que os produtores eram tratados pelos extensionistas como se fossem uma população homogênea e não havia a preocupação em conhecer quais eram as necessidades e motivações de cada grupo. Enfim, a oferta de assistência técnica não levava em conta a demanda. A adoção de novas técnicas era baixa, considerando o conjunto dos produtores, e os serviços não recebiam pressão para serem mais eficientes. Para Rodrigues (1997) trata-se de um período caracterizado pelo difusionismo produtivista. Porém, emergiu a crítica ao modelo de extensão em curso, realizada principalmente por Paulo Freire e pesquisadores que trabalhavam no Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). A proposta é que fosse criado um modelo extensão rural capaz de construir relações horizontais entre extensionistas e produtores. A extensão estaria além da difusão de resultados tecnológicos da pesquisa, pois se buscava desenvolver processos participativos, fundamentados na educação, com a valorização dos conhecimentos dos produtores, com a problematização da realidade e construção coletiva das soluções, sejam elas de ordem técnica ou organizacional. Leite *et al.* (2012) afirmam que nos anos 1980 a mensagem de Paulo Freire influenciou muitos extensionistas, mas a chamada comunicação horizontal ou participativa esbarrava na formação dos extensionistas, no corporativismo estatal e nos interesses capitalistas.

Vela e Hegedus (1999) registram que nas décadas de 1980 e 1990 houve uma diminuição dos recursos empenhados para a extensão rural na América Latina. Porém, havia novos desafios lançados, principalmente a partir do Relatório Brundtland, de 1987, quando emergiu o conceito de sustentabilidade. Os fatores que motivaram o modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados ou em desenvolvimento foram o uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas e a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes. O Relatório aponta que o desenvolvimento deveria responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades. Assim, colocava-se em debate o modelo de desenvolvimento estimulado na América Latina pela extensão rural. No Brasil, a Federação dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor

Público Agrícola do Brasil (FASER) propôs uma nova definição para extensão rural, fundamentada na reflexão elaborada por Paulo Freire e que atendia as necessidades do conceito de sustentabilidade: *“Processo educativo que se propõe a contribuir de forma participativa com o desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, que assegure a construção do pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”* (FASER, 1997). Dessa forma, emergiram no conceito de extensão rural termos como participação, desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e pleno exercício da cidadania, que contrastam com “difundir informações úteis e práticas” e “encorajar a aplicação das mesmas”, que estão vinculadas a um período em que a prioridade era o que foi considerada modernização da agricultura. Observa-se, assim, uma proposta de mudança das ações dos extensionistas, que deixariam de priorizar a difusão tecnológica para terem uma orientação pedagógica dialógica na ação. O estímulo à organização autônoma dos produtores também passaria a ser prioridade. O modelo construtivista passou a ser preconizado em substituição ao modelo difusionista. A atuação dos extensionistas deveria contemplar o assessoramento técnico aos produtores no que concerne às atividades agropecuárias, assim como de catalisação de processos sociais. Rodrigues (1997) afirma que o papel da tecnologia passaria a ser essencial, mas dentro de padrões de equilíbrio energético e social. Assim, o autor caracteriza essa forma de fazer extensão como humanismo crítico. A consolidação da necessidade de se adotar metodologias de extensão participativas consolida-se paulatinamente no Brasil. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Plano Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola (Plano ATEPA), de 2008, integram uma política de apoio a agricultores e aquicultores familiares, respectivamente. Nessa perspectiva, os extensionistas deveriam desempenhar, pelo uso de metodologias participativas, um papel educativo, privilegiando o potencial endógeno das comunidades, resgatando e fazendo interagir os seus conhecimentos com aqueles do público beneficiário. O assessoramento dos extensionistas às associações, cooperativas e grupos informais de agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas e indígenas, assim como a sua capacidade de apoiar a construção de redes sociotécnicas integradas por diferentes profissionais para apoiar os empreendimentos econômicos solidários, deveria ser assimilado como uma forma de incubação.

Entretanto, há três fatores limitantes para o desenvolvimento dessa metodologia:

- 1) O governo federal não possui estruturas de execução nos estados e municípios que, de forma geral, não aderiram às referidas políticas de assistência técnica e extensão rural.
- 2) A formação proporcionada pelas universidades ainda é conservadora, fundamentada nos princípios do difusionismo, o que representa um fator limitante quando os ex-alunos se tornam extensionistas. Esse fato cria uma expressiva lacuna na implementação de políticas de extensão que priorizam a participação.
- 3) Governos estaduais e municipais não investem de forma adequada nos serviços de extensão.

Os desafios para a criação de uma nova extensão não são desprezíveis, o que

requer a implementação de políticas públicas que mobilizem diferentes níveis de governo e instituições de ensino para que se tenha, efetivamente, uma política de extensão integrada e que atue segundo a orientação metodológica construtivista.

### 3.4 Características do difusionismo e do construtivismo

#### 3.4.1 Difusionismo

A trajetória da extensão é marcada por um longo período em que o modelo difusionista-inovador foi adotado como única metodologia de ação seja na extensão rural. Atualmente o difusionismo ainda é adotado, seja por representantes de fábricas de insumos, que difundem os modelos tecnológicos que dependem da utilização dos produtos que comercializam, seja por extensionistas de órgãos públicos, que são preparados nas escolas técnicas e universidades para difundirem tecnologia e não têm a formação e a cultura de se dedicarem à análise do entorno ou interesse em conhecer, de forma mais detalhada, como vivem os agricultores familiares e por que eles produzem de determinada forma.

A fundamentação do difusionismo tem como referência a “Teoria da Difusão de Inovações”, elaborada por Everett Rogers e publicada em 1962 no livro *Diffusion of Innovations*. Essa teoria fundamentou a atuação da extensão rural na América Latina com mais ênfase a partir de 1963 e durante toda a década de 1970. Pinto (1998) afirma que na visão de Rogers as mudanças sociais produzem transformações na estrutura e funcionamento de um sistema social e são feitas em três etapas:

- 1) Invenção, processo de criar ou desenvolver ideias novas.
- 2) Difusão, processo em que as ideias novas são comunicadas aos membros do sistema social.
- 3) Consequências: as mudanças que ocorrem dentro do sistema social como resultado da adoção ou rejeição da inovação.

Rogers e Shoemaker (1971), apud Pinto (1998), evidenciam o papel da comunicação no processo de mudança social. Destacam o caráter unidirecional da comunicação, a negação do diálogo: *“A comunicação é um processo pelo qual mensagens são transferidas desde uma fonte até o receptor. Os elementos centrais no processo de comunicação são a fonte, a mensagem, os canais e os receptores. A difusão é um tipo especial de comunicação que consiste em estender mensagens, que são as novas ideias(...) Os elementos principais na difusão de novas ideias são: 1) a inovação, 2) que é comunicada por meio de certos canais, 3) num tempo estipulado, 4) entre os membros do sistema social. Uma inovação é uma ideia, uma prática ou um objeto percebido como novo pelo indivíduo”*.

De acordo com Rogers, um agente de mudança, ou seja, o extensionista, é um profissional que terá que influenciar nas decisões de inovação de acordo com o que ele considera desejável. Além do papel de persuasão da extensão, considera-se a

sociedade como um sistema homogêneo, sem conflitos, e que a tecnologia é o principal fator para o desenvolvimento rural. Assim, se despreza os processos históricos, os movimentos sociais e o conhecimento dos produtores (Pinto, 1998).

A Figura 1 representa o modelo difusionista. Nesse caso, a difusão de um modelo tecnológico pode seguir os seguintes trajetos: 1) O modelo é gerado no país A, adaptado nas estações de pesquisa do país B, podendo ser difundido por pesquisadores ou extensionistas. 2) O modelo tecnológico é gerado no país A e produtores, comumente capitalizados, do país B importam o modelo sem adaptá-lo, ajustá-lo, em estações de pesquisa. 3) O modelo tecnológico é gerado nas estações de pesquisa de determinado país e é difundido diretamente pelo pesquisador ou pelo extensionista.

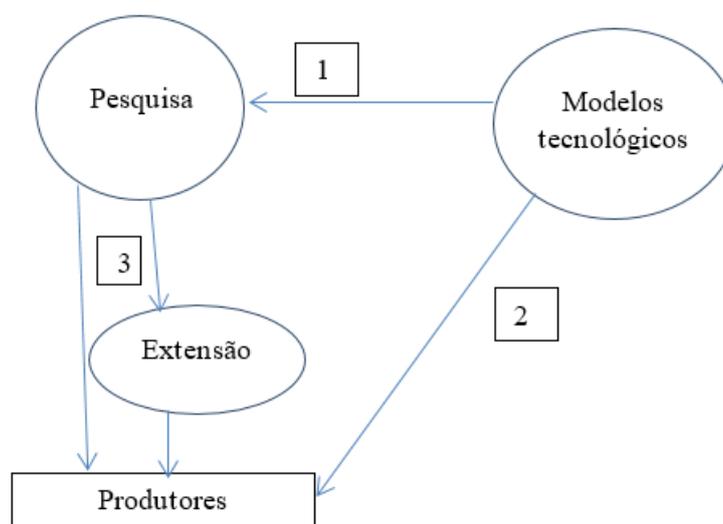


Figura 1. Representação do modelo difusionista

### 3.4.2 Construtivismo

Na perspectiva construtivista as realidades sociais são apreendidas como construções históricas e cotidianas dos atores individuais e coletivos. O conhecimento não pode ser passado por pacotes tecnológicos, pois nada está pronto e acabado. As respostas emergem da interação entre as pessoas e destas com o meio físico. A palavra construção reenvia aos resultados das elaborações anteriores e aos processos que estão sendo experimentados. A historicidade, ou seja, a análise temporal e espacial das ações humanas se constitui em importante aspecto para os construtivistas, pois “*as formas sociais passadas são reproduzidas, apropriadas, substituídas, transformadas, assim como outras são inventadas*” (Corcuff, 1995). Não existe apenas uma corrente teórica construtivista. A sociologia da tradução (Callon, 1986) é aquela que melhor se aplica à construção de redes que viabilizarão projetos relacionados à economia solidária.

Fundamentado em Caporal (1998), pode-se afirmar que a noção de desenvolvimento sustentável supõe o estabelecimento de estilos de produção sustentável que não podem ser alcançados unicamente pela transferência de tecnologias. A necessidade de

construção de conhecimentos considerando as diferentes condições socioeconômicas dos produtores, a disponibilidade dos fatores de produção, as especificidades dos recursos naturais e as características do mercado determinam que a extensão rural, como um dos instrumentos de fortalecimento das comunidades rurais e litorâneas, adote objetivos, estratégias, metodologias e práticas compatíveis com os requisitos desse novo processo. O que se propõe são ações mais amplas do que transferir tecnologia, pois, segundo o referido autor, inclui a necessidade de uma práxis distinta da convencional e exige-se incorporar aos processos de planejamento participativo os diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influenciam a construção do desenvolvimento sustentável. Além disso, sugere-se que a adoção de tecnologia seja entendida como um processo de natureza construtivista, o que implica investigação, aprendizagem e ação, no qual, portanto, se tem que respeitar as pessoas, suas condições objetivas, seus interesses e necessidades. Trata-se de valorização do local, que conduz a um modelo de decisão e ação que contempla o caráter histórico e os aspectos políticos do desenvolvimento rural.

A Figura 2 sugere a trajetória de ações, com base no construtivismo, para a elaboração de projetos de desenvolvimento local. Entende-se o local como um município ou região.

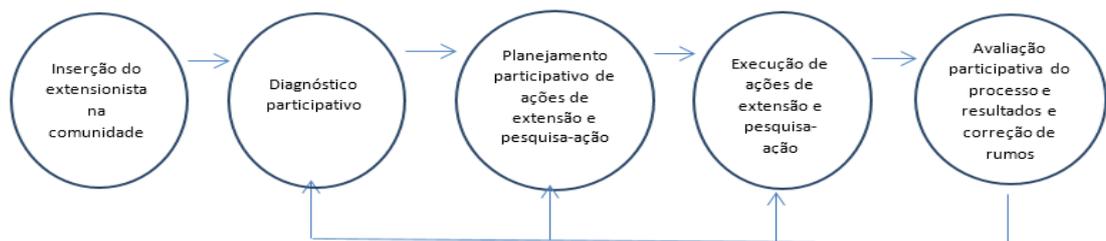


Figura 2. Representação das ações para elaboração de projetos com base no construtivismo

A inserção do extensionista na comunidade é essencial para que estabeleça proximidade com a comunidade e agentes da cadeia produtiva, conheça como os agricultores vivem, as técnicas de produção e por que as adotaram. Trata-se, também, do início do processo de construção de relações de confiança. Caporal (1998) afirma que é de extrema importância que o conhecimento local seja resgatado nesse processo e que seja estabelecida uma integração entre este conhecimento e o conhecimento técnico. Todas as ações do extensionista devem valorizar a participação. O mesmo autor destaca que “...a participação, nesse caso, implica horizontalidade na comunicação e igualdade nas oportunidades de expressar as opiniões e desenvolver as ações, o que está assentado, necessariamente, em uma igualitária relação entre os atores envolvidos”. Alerta ainda que “o processo educativo não se trata de uma educação para a adoção de tecnologias transferidas por um agente... mas de um processo que permite desenvolver os conhecimentos e ter acesso a informações suficientes que possibilitem a eleição e a decisão conscientes entre alternativas possíveis”.

Além da convivência com os agricultores e observação, pode-se adotar o

Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como forma de reunir informações (Brose, 2001). DRP é um termo empregado para designar um conjunto de ferramentas de trabalho com grupos, utilizadas de forma combinada ou não, para se conhecer a realidade em seus diferentes aspectos: sociais, ambientais, econômicos, governança. Além disso, permite elaborar soluções para os problemas apontados pela comunidade e proporciona o estabelecimento de relações entre o extensionista e produtores, permitindo também, o compartilhamento do pensamento dos participantes.

As etapas da Figura 2 quando realizadas não significa que estão encerradas. Os resultados do DRP podem ser revistos, caso haja necessidade de se fazer correções ou completar informações. Além disso, o planejamento da pesquisa-ação, as ações de extensão e a avaliação do processo e resultados, devem ser feitos de forma contínua, e para cada tema que estiver em questão. Deve-se destacar que a sustentabilidade não é um fenômeno estável, que quando em certo momento alcançada signifique que a atividade será sustentável infinitamente. Ao contrário, deve-se conscientizar que a sustentabilidade deve ser construída cotidianamente e que crises sempre emergirão, sejam elas de caráter econômico, social ou ambiental. Assim, o modelo apresentado na Figura 2 não é um movimento linear, mas circular, pois quanto mais houver planejamento, ação e avaliação, mais condições se terá para construir uma agricultura otimizada e sustentável.

#### a) Pesquisa-ação

A pesquisa-ação é fundamentada no constante diálogo entre pesquisadores, extensionistas e agricultores familiares. Os seus objetivos quanto às pesquisas que serão realizadas e às inovações técnicas e organizacionais que se esperam obter, são negociados entre os grupos sociais envolvidos. Assim, é incontornável que haja reconhecimento mútuo das competências de cada grupo. Não é uma tarefa fácil negociar com os agricultores as ações que serão realizadas sem que haja portavozes com representatividade. Recomenda-se que se trabalhe com as entidades de representação, sejam associações profissionais ou cooperativas. Quando existe somente uma associação de bairro, há dificuldades de estabelecimento do diálogo, visto que este tipo de entidade representa produtores e não produtores, ou seja, o grupo é heterogêneo quanto aos objetivos que quer alcançar. Lamballe e Castellonet (2003) afirmam que durante a realização da pesquisa-ação o pesquisador se torna produtor e o produtor se torna pesquisador, visto que devem trabalhar em interação, com a valorização dos conhecimentos e práticas mútuos, o que não significa que perderão as suas identidades. Dessa forma, *a pesquisa-ação produz mudança social, resolução de problemas concretos e conhecimento científico*.

É comum pesquisadores não conhecerem a metodologia das técnicas participativas para elaboração de um plano de trabalho em parceria com os produtores. Assim, o extensionista deve participar disponibilizando o seu conhecimento sobre a realidade local e na mediação do processo.

Para Lamballe e Castellonet (2003) a pesquisa-ação é realizada em três fases:

- A primeira fase é integrada por duas subfases: diagnóstico da situação e identificação de soluções possíveis. Ao identificar o problema, automaticamente o produtor aponta a solução. O importante é que o diagnóstico e a indicação das soluções sejam realizados pelos produtores. O extensionista e o pesquisador não podem impor as suas percepções, mas devem apresentá-las para o debate, não se omitindo. A Figura 3 simboliza o esforço para que se promova a interação entre os grupos sociais que participam do problema.

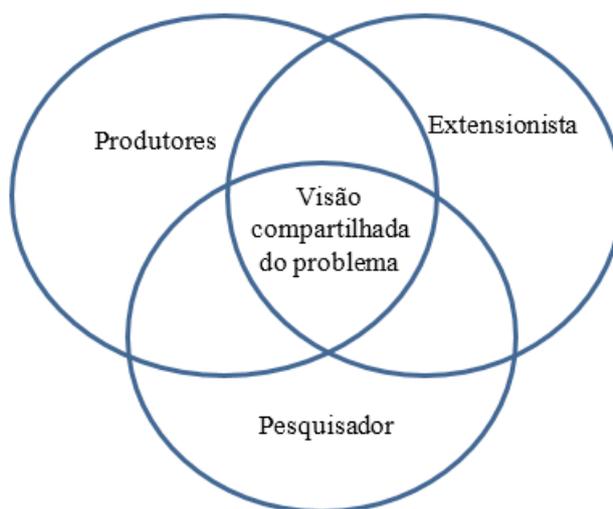


Figura 3. Visão compartilhada de problemas e soluções

A visão compartilhada do problema deve ser a expressão das dificuldades enfrentadas e soluções percebidas pelos agricultores fundamentadas tecnicamente pelos profissionais da extensão e pesquisa.

- A segunda fase é a execução das decisões tomadas. Trata-se da realização da experimentação propriamente dita tendo o cultivo de um produtor como unidade de trabalho. Nesse caso há diversas abordagens técnicas que poderão ser realizadas. Pode-se tratar ainda, de um trabalho na área de socioeconomia, como uma pesquisa de mercado, por exemplo, onde é recomendável que o produtor seja a pessoa que fará as entrevistas com compradores ou possíveis compradores da produção. O pesquisador e o extensionista devem elaborar a metodologia e debatê-la com os produtores, com o objetivo de adequá-la às necessidades que apresentarem. Os trabalhos devem ter uma avaliação contínua, de procedimentos e resultados prévios, que deve ser feita pelo pesquisador e extensionista de forma participativa.

- Avaliação final de resultados

A avaliação final também deve ser participativa e os produtores devem ter informações que fundamentem a tomada de decisões. Trata-se do momento de verificar se o diagnóstico e hipóteses iniciais eram fundamentados. Caso as informações obtidas não sejam satisfatórias, pode-se retomar o trabalho com novas hipóteses.

É de fundamental importância ressaltar que a pesquisa-ação pode ter atividades complementares realizadas em um centro de pesquisa governamental. Esse tipo de

encaminhamento deve ser muito bem discutido com os produtores para que não haja a impressão de que são realizados trabalhos sem a participação.

b) Caracterização comparativa entre o difusionismo e o construtivismo

As diferenças básicas entre os modelos difusionista e construtivista aplicados à extensão constam no Quadro 1.

<b>Características do difusionismo</b>	<b>Características do construtivismo</b>
Inovação apresentada segundo suas qualidades	Inovação não se impõe por suas qualidades
Modelos técnicos acabados e completos: pacotes	A inovação é construída pelos atores do processo e viabilizada por uma rede sociotécnica
Único movimento: encontrar os produtores aptos à adoção da tecnologia	Valorização do conhecimento do produtor, identificação dos problemas e elaboração das soluções
Enfoque linear: parte do <i>expert</i> em direção ao produtor. Transferência de tecnologia	Enfoque participativo. Ação-reflexão-ação
O produtor apenas se adapta	A mudança está centrada nas interações entre extensionistas e produtores
Aumentar a produtividade por meio de inovações tecnológicas	Modelos criados com base nos recursos locais, criação de produtos assimilados à territorialidade
Conhecimento é gerado em estações de pesquisa e transferido aos produtores	Existência de pesquisa-ação. Conhecimento desenvolvido de forma participativa, com base nas necessidades e conhecimentos dos produtores, extensionistas e pesquisadores

Quadro 1. Características do difusionismo e do construtivismo

Callon (2010) ressalta outros aspectos comparativos entre o difusionismo e o construtivismo, de acordo com o Quadro 2.

<b>Difusionismo</b>	<b>Construtivismo</b>
Atores paralisados	Estimula e libera iniciativas
A ideia inicial pode tudo	A ideia tem que ser processada, debatida, enriquecida
Todos dependem das ideias de poucos	A ideia é construída por diferentes atores
Não há margem de manobra para o inovador	Inovador faz e desfaz alianças. Espaço de escolhas estratégicas
Tudo repousa sobre o inventor e suas ideias	Construção de vínculos e relações
Ideia acabada	Redes sociotécnicas: inovação é resultado de um processo coletivo
Rota e destino são dadas na origem por um <i>expert</i>	Ninguém conhece o fim da viagem, mas vamos viajar juntos

Quadro 2. Características do difusionismo e do construtivismo

Callon (2010)

É importante destacar que no construtivismo uma técnica, ideia ou projeto não se impõem segundo as suas qualidades; mas uma técnica, ideia ou projeto são construídos para atender as necessidades das pessoas que estão envolvidas no problema. Assim,

evidencia-se que é necessário haver uma rede integrada por diferentes atores, com diferentes competências, para viabilizar a proposta, que deve emergir dos processos participativos.

### 3.4.3 Participação

A participação dos produtores nos processos de elaboração e execução de projetos pode se dar por meio de associações profissionais, associações de bairro e cooperativas. A participação individual, sem vínculo com um empreendimento econômico solidário ou entidade de representação, pode reduzir a legitimidade do participante, dificultando o seu reconhecimento pelos demais atores.

Existem diferentes níveis de participação dos agricultores na elaboração de projetos de desenvolvimento, seja no marco teórico difusionista ou construtivista. É importante evidenciar que no difusionismo as relações são verticais e no construtivismo horizontais. Assim, considerando a Figura 4, elaborada por Beuret (2006), pode-se identificar ações vinculadas à difusão como aquelas que estão sob a linha pontilhada: comunicação, informação e consulta. Aquelas que estão sobre a referida linha, vinculam-se ao construtivismo.

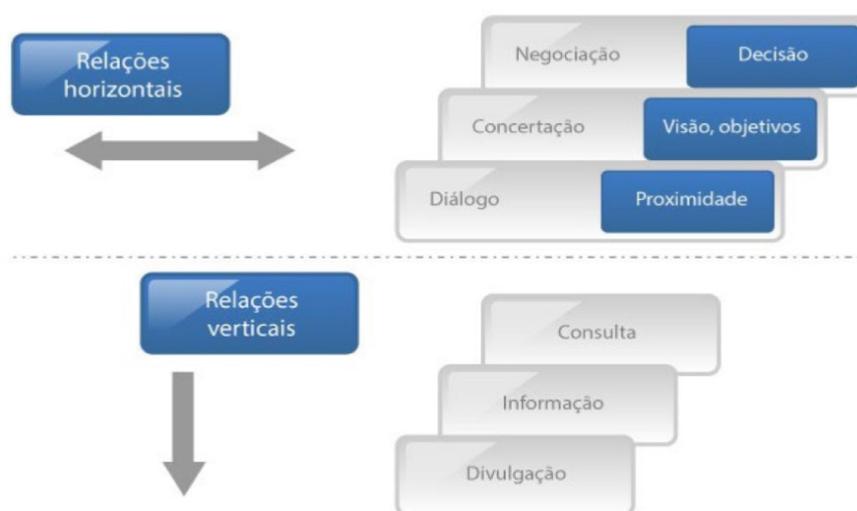


Figura 4. Representação dos níveis de participação dos produtores nos projetos de desenvolvimento (Beuret, 2006)

Segue detalhamento de cada um dos níveis de participação apresentados com exemplificações adaptadas à agricultura.

**Divulgação:** trata-se de fazer uma comunicação pessoal aos agricultores ou por meio(s) de comunicação de massa, caracterizando-se por ser de fluxo único. Normalmente o objetivo desse tipo de ação é obter a adesão do público. Como exemplo pode-se citar a comunicação de órgão governamental de que haverá uma feira de produtos da agricultura familiar. Exemplo: Os agricultores interessados em participar da feira oferecerão seus produtos nos pontos de venda pré-estabelecidos pelo governo, disponibilizando, no mínimo, 5 toneladas de produto. A participação dos

agricultores após uma comunicação como esta limita-se a aderir à campanha.

**Informação:** a informação ainda é uma ação de fluxo único que, normalmente, parte dos gestores públicos em direção ao público-alvo. Informa-se sobre as decisões do governo com o objetivo de fornecer elementos de compreensão de uma decisão ou projeto previamente elaborado. A informação permite ao público construir uma opinião e tomar uma decisão frente ao que se propõe. Exemplo: determinado governo informa aos agricultores, por meio de reuniões conduzidas por extensionistas, que possui uma linha de financiamento para associações ou cooperativas realizarem investimentos. Para isso, devem possuir um mínimo de 12 associados, arcar com 30% do valor total do projeto e realizar um plano de negócios que comprove a viabilidade de sua adesão. Considerando que existe a compreensão da mensagem, os agricultores formarão opinião e decidirão se participam ou não de acordo com as condições objetivas que possuem, considerando: a entidade possui um mínimo de 12 associados interessados no projeto? Há recursos para garantir a contrapartida de 30% do valor total do projeto? Há maturidade profissional para elaborar um plano de negócios ou será necessário remunerar um profissional para fazê-lo? Enfim, cabe aos associados apenas decidir se participarão ou não, sem que possam realizar mudanças no projeto governamental apresentado.

**Consulta:** trata-se de coleta de opiniões realizada, comumente, por um órgão de governo por meio de um extensionista. Pode-se criar algum debate sobre temas específicos, mas não há qualquer garantia de que os agricultores participarão das decisões que serão fundamentadas nas respostas da consulta. O debate pode ser um fator de estímulo à participação dos envolvidos, mas quando ocorre a sua limitação, trata-se de uma decisão previamente tomada pelo fato de o agente do governo optar por se proteger de eventuais demandas que poderão ser apresentadas.

Apesar disso, na consulta há mais avanços em relação à participação comparativamente às situações anteriores: comunicação e informação. Exemplo: determinado governo, por meio de extensionistas, decide diagnosticar a agroecologia em determinada região, as práticas adotadas, os problemas enfrentados segundo os agricultores etc. Porém, não é assegurada a participação no projeto que apontará soluções. A consulta pode ser feita com a aplicação de questionários ou por meio de reuniões, utilizando-se ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo. Quando feita em atividades grupais podem ocorrer debates, desde que haja animação. Trata-se de uma ação que ainda se situa no campo das relações verticais por ser estabelecido que o interesse e decisão estão concentrados no agente do governo.

**Diálogo:** o diálogo é a primeira etapa na escala das relações horizontais. Trata-se de uma forma de estabelecer proximidade entre os diferentes atores que estarão envolvidos no projeto de desenvolvimento. As pessoas começam a se conhecer, a se compreender de forma mútua em relação à metodologia de elaboração e execução do projeto, assim como de seus objetivos. É importante que para o estabelecimento do diálogo, o que representa o início da elaboração de um projeto coletivo, estejam

presentes em reuniões os agricultores, extensionistas, pesquisadores, representantes de órgãos ambientais, membros de agências de financiamento, agentes de governo. Exemplo: diferentes atores que atuam direta ou indiretamente na agricultura familiar são convidados para debaterem os problemas regionais concernentes às atividades e possíveis soluções. Não se deve excluir nenhum ator social.

Além desse evento, o diálogo também deve ser estimulado no seio das associações e cooperativas, com reuniões frequentes para debater questões relacionadas às atividades. Nesses eventos, antes dos debates, podem ser realizadas palestras com extensionistas e pesquisadores sobre temas de escolha dos agricultores. Pode-se organizar também a apresentação de resultados obtidos por um agricultor, a fim de se debater o sistema adotado. O diálogo é uma etapa importante para construir a coesão social necessária à elaboração e execução do projeto coletivo. Trata-se de um movimento de mudança, pois se migra das ações individuais para uma ação coletiva.

**Concertação:** a concertação representa o entendimento entre os diferentes atores em relação às bases do projeto. Os agentes governamentais devem estar cientes que deverão compartilhar o poder de decisão para que haja efetivamente um processo de concertação. Mermet (1998), apud Beuret (2006), afirma que a concertação é mais avançada que uma consulta, pelo fato de representar a adaptação das decisões às necessidades dos atores, após um esforço para ajustar os interesses de cada um. Em relação à etapa seguinte, a negociação, a concertação é menos avançada no que concerne à participação, pelo fato de não representar ainda a tomada de decisão em relação a um acordo comum, de não representar ainda um compromisso. O objetivo dessa etapa é construir uma visão comum do problema. Exemplo: em um processo de concertação com a presença de agricultores, extensionistas, pesquisadores etc, debate-se quais práticas deverão ser recomendadas, considerando-se os diferentes sistemas de cultivo existentes na região, ou seja, busca-se construir um modelo que seja adequado à maioria dos agricultores, que tenha viabilidade econômica, reduzido impacto ambiental e que seja passível de ser financiado. Assim, inicia-se um processo em que os pesquisadores irão estudar os modelos existentes em seus diferentes aspectos diretamente nas unidades de produção, com apoio e informações dos agricultores. Posteriormente, haverá a apresentação de resultados. Independente da tomada de decisão quanto ao modelo mais adequado, está em curso um processo que permite a construção de visões e objetivos, que serão as bases do projeto. Trata-se de uma etapa de elaboração na escala de participação, considerando-se as relações horizontais.

**Negociação:** a negociação representa a tomada de decisão entre os atores. Dupont (1994), apud Beuret (2006), define a negociação como “*uma atividade que coloca em interação vários atores que, confrontados ao mesmo tempo com as divergências e interdependências, escolhem buscar voluntariamente uma solução mútua aceitável*”. Exemplo: considerando os diferentes sistemas de cultivo em determinada região, havia aqueles de produção orgânica. Alguns ainda praticavam a agricultura convencional.

Considerando a demanda dos consumidores locais, a associação decidiu implantar uma Organização de Controle Social<sup>1</sup> com produtos comercializados em duas feiras semanais de produtores. A decisão foi tomada e um conjunto de ações definido: acompanhamento de algumas propriedades por pesquisadores e extensionistas para se compreender melhor os aspectos econômicos e ambientais do sistema; reuniões mensais em associações de produtores com apresentação e debate sobre as operações técnicas realizadas e os resultados obtidos; cursos para produtores e extensionistas sobre as técnicas do modelo, considerando os dados de pesquisas realizadas nas propriedades. Essa etapa é a mais elevada no processo de participação das relações horizontais, visto que um modelo de criação foi escolhido após um processo de concertação.

### 3.5 Economias de Grandeza

As pessoas estão inseridas nas organizações que integram em situações que são ao mesmo tempo cooperativas e conflituais, ou seja, de interesses divergentes em relação a outras pessoas. Cooperação não faz, necessariamente, referência a um acordo amigável, posto que não é a amizade o elemento indispensável à aparição da cooperação para a prática da economia solidária, mas a interdependência mútua e a reciprocidade. Não é possível obter a coordenação entre atores que permanecem cada qual imerso apenas na lógica de ação de seu respectivo mundo, posto que diferentes mundos representam diferentes grandezas ou sistemas de equivalência (Andrade *et al.*, 2001).

Para que existam trocas e coordenação é preciso que sejam estabelecidas convenções entre as pessoas que integram uma associação ou cooperativa ou entre representantes destas entidades e o poder público, empresas ou consumidores, por exemplo. Trata-se de acordos formais ou informais sem os quais nenhuma forma de troca seria possível na sociedade, mesmo as pontuais. A *economia das convenções* é uma corrente da economia que coloca no centro da sua análise a construção de acordos e trocas. Um exemplo clássico de estudos realizados pelos convencionalistas são as relações estabelecidas no mundo do trabalho entre patrões e empregados. Neste caso, geralmente, há uma relação conflituosa por haver divergência de interesses, mas também há cooperação. Trata-se, assim, de uma convenção de trabalho onde são resolvidos os conflitos (Amblard *et al.*, 2005).

O sociólogo Luc Boltanski e o economista Laurent Thévenot fundamentaram-se na ideia de que a construção da sociedade não pode ser justificada somente pelas relações econômicas ditadas pelo mercado ou, por outro lado, unicamente pelas regras que se sedimentam ao longo do tempo e integram a cultura, hábitos e o saber

---

<sup>1</sup> A Organização de Controle Social pode ser formada por um grupo, associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, de agricultores familiares. Mas, para que a Organização seja reconhecida pela sociedade e ganhe credibilidade, é preciso que entre os participantes exista uma relação de organização, comprometimento e confiança.

[http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE\\_SOCIAL.pdf](http://www.planetaorganico.com.br/arquivos/CONTROLE_SOCIAL.pdf)

comum de determinado grupo. Assim, sugeriram rejeitar essas justificativas que se opõem por considerá-las superficiais e propuseram uma teoria que se apoia nos acordos justificados e legitimados entre os integrantes de uma sociedade. Essa teoria foi denominada **economias de grandeza** e integra o arcabouço teórico da economia das convenções. Amblard *et al.* (2005) afirmam que a preocupação central dos convencionalistas em geral e em particular dos autores das economias de grandeza é a reflexão sobre a produção dos acordos, a realização da coordenação entre pessoas.

Uma cooperativa ou associação de agricultores é um espaço de estabelecimento de regras entre seus integrantes para a realização de atividades coletivas, assim como de negociações com fornecedores e compradores. Assim, as relações existentes não podem ter sua compreensão reduzida aos aspectos puramente sociais ou econômicos. A teoria das **economias de grandeza** é apresentada para que se possa compreender as lógicas de ação das pessoas e facilitar a construção de acordos. Boltanski e Thévenot (1991) afirmam que as relações, os acordos ou os desacordos, fundamentam-se em grandezas, que são sistemas de equivalência regidos pela coerência de princípios e ativados por cada pessoa para justificar as suas posições e ações. Enfim, uma situação ou fato podem ser considerados grandes por um indivíduo e pequenos por outro. Dessa forma, grandeza refere-se à equivalência de princípios, sendo que grande significa o que é relevante, o que possui uma maior representação. Utilizando-se as grandezas definidas pelos autores, identificam-se os valores que definem as posições das pessoas nas controvérsias e conflitos.

Boltanski e Thévenot (1991) definiram seis sistemas de equivalência, que denominaram mundos: Inspiração, Doméstico, Opinião, Cívico, Mercantil e Industrial. Os mundos são caracterizados da seguinte forma:

**Mundo Inspiração:** os valores do mundo inspiração estão associados à genialidade, à criação. Para Corcuff (1995), esse mundo estabelece uma ligação imediata entre pessoas e uma totalidade. Como exemplos podem ser citados Deus para os místicos ou a arte para os artistas. Para Amblard *et al.* (2005) «*o homem criativo e sua equipe em uma agência de publicidade, o pesquisador e seus colegas de laboratório, assim como o arquiteto e seus assistentes, são pessoas fortemente submetidas ao mundo da inspiração*». Pode haver controvérsias dentro de um mesmo mundo, como ciência x religião, por exemplo, visto que para os cientistas é preciso que haja comprovação científica dos fatos, enquanto para os religiosos basta a fé para que o fato exista.

**Mundo Doméstico:** este mundo compreende três aspectos simultaneamente imbricados: um é temporal, devido à fidelidade das pessoas aos costumes. Outro é espacial, de familiaridade e um terceiro é hierárquico, de autoridade. A confiança para a realização de práticas solidárias é uma característica desse mundo. As relações entre os seres humanos são de longo prazo e fundamentam-se na familiaridade (Boltanski e Thévenot, 1991). Assim, segundo Amblard *et al.* (2005), as figuras de referência são aquelas da família, da tradição, dos ancestrais. A noção de patrimônio é chave,

pois ela designa uma totalidade constituída de bens apropriados com vistas ao seu uso e transmissão. As relações estabelecidas motivadas por fatores socioculturais em determinado território estão inseridas nesse mundo.

**Mundo Opinião:** para a grandeza opinião, somente a consagração pública importa. Não interessa o espírito criador do mundo de inspiração ou o respeito às tradições do mundo doméstico. No primeiro caso, há o risco de haver isolamento e não ter reconhecimento público. No segundo caso, a limitação da ação a regras impediria o alcance da celebridade. Amblard *et al.* (2005) caracteriza como integrantes desse mundo desejos como ter reputação reconhecida, ser considerado, ter um julgamento positivo por expressivo número de pessoas, ter sucesso.

As ações de promoção estabelecidas com o objetivo de ganhar aliados, como consumidores conscientes e o poder público em apoio à economia solidária pela promoção das suas qualidades socioeconômicas e ambientais estão inseridas neste mundo.

**Mundo Cívico:** no mundo cívico prevalece o interesse coletivo, sempre acima do interesse particular. As pessoas se mobilizam em torno de noções como equidade, liberdade e solidariedade. Há uma grande valorização dos direitos de cada um e dos representantes legais. O cooperativismo é uma forma de organização que se enquadra nesse tipo de grandeza, com ênfase no coletivo e na solidariedade. O interesse coletivo não significa a soma dos interesses individuais, mas um interesse superior comum (Amblard *et al.*, 2005). As relações estabelecidas para a definição de práticas de agroecologia ou de um modelo de criação de peixes para uma coletividade estão inseridas nessa grandeza.

**Mundo Mercantil:** este mundo é fundamentado no princípio da concorrência, sendo os preços a referência universal do valor dos objetos. É o mundo dos interesses particulares e as pessoas estão em relação por ocasião dos negócios, que são caracterizados pelo oportunismo. A ligação social é fundamentada somente pelas trocas, que são feitas supostamente em benefício de todos, para contribuir com o bem comum. Esse mundo é caracterizado pelo concorrencial, pela captação de clientela, obtenção dos melhores preços e do máximo proveito nas transações. Para essa grandeza, o mundo doméstico não é suficiente pelo fato de as relações domésticas impedirem a obtenção de sucesso com o aproveitamento de todas as oportunidades comerciais (Amblard *et al.*, 2005). As transações comerciais estão inseridas neste mundo.

**Mundo Industrial:** Boltanski e Thévenot (1991) afirmam que as características do mundo industrial não devem ser confundidas com as do mundo mercantil, apesar de ambas constituírem coordenações de ordem econômica. No mundo industrial, o desempenho técnico, a aplicação dos conhecimentos gerados pela ciência fundamentam a busca pela eficácia. Amblard *et al.* (2005) afirmam que investir em uma máquina ou na formação de um operador que vai conduzi-la, assim como medir a produtividade utilizando-se de instrumentos desenvolvidos cientificamente, são características

típicas do mundo industrial. Para esses autores, uma empresa fortemente equipada, moderna na sua forma de produzir, com profissionais que dominam integralmente a tecnologia, constituem essa grandeza. A produção de *commodities* agrícolas está inserida nesse mundo.

O Quadro 3 apresenta uma síntese da caracterização das ordens de grandeza.

	Inspiração	Doméstico	Opinião	Cívico	Mercantil	Industrial
Valores de referência	Inspiração, criação, imaginação	Tradição, família, hierarquia	Reputação, fama	Coletividade, democracia, vontade geral	Concorrência, rivalidade	Eficácia
Características valorizadas	Espontaneidade, emoção	Fidelidade, discrição, benevolência, decoro	Celebridade, visibilidade, sucesso, moda	Representatividade, unidade, legalidade	Ganho, valor, lucro	Funcionalidade, validação científica, performance
Características desvalorizadas	Hábito, rotina	Novidade, grosseria, traição	Indiferença, obsolescência	Divisão, individualismo, o arbitrário, o ilegal	Derrota, falta de competitividade	Improdutivo, ineficaz
Sujeitos valorizados	Artista, o gênio, o iluminado	O pai, o rei, o patrão, o pajé	Vedete, audiência	O representante, o eleito	Vendedor, o homem de negócios	O <i>expert</i> , o profissional, o operador
Práticas harmoniosas	Criação a partir de uma folha branca, liberdade do espírito	Cerimônias familiares, recepções	Olhar dos outros sobre um evento	A eleição, a manifestação	O mercado, a conclusão de um negócio	O teste, a realização

Quadro 3. Caracterização das ordens de grandeza

Fonte: Boltanski e Thévenot (1991)

Nas organizações de produtores podem emergir conflitos entre representantes do mesmo mundo ou de mundos diferentes, o que é mais comum. Há situações em que participantes atuam para que haja a priorização das relações mercantis em detrimento das relações fundamentadas na tradição, ou seja, do mundo doméstico, ou nas ações coletivas como os mutirões, nesse caso cívicas. É importante, porém, que haja no grupo um equilíbrio entre as ações de cada ordem de grandeza. Os resultados econômicos de um empreendimento econômico solidário serão consequência das relações sociais. Mesmo o mercado é resultado das relações entre pessoas. Porém, como verificado na Figura 5 as grandezas **cívica**, **doméstica** e **mercantil** devem ser necessariamente mobilizadas e colocadas em interação, para que determinada atividade esteja inserida em um projeto de **economia solidária**. Dessa forma, o empreendimento gerará renda e se fundamentará na reciprocidade e na valorização dos conhecimentos dos seus integrantes.

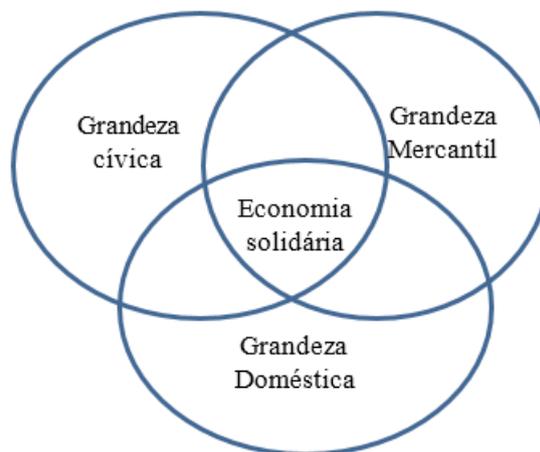


Figura 5. Representação das ordens de grandeza relacionadas com a economia solidária

O conflito mais comum entre pessoas que representam lógicas de ação diferentes na economia solidária ocorre entre os mundos mercantil e cívico. É comum a incompreensão de que a economia solidária é resultado de relações de reciprocidade entre integrantes do grupo e destes com clientes e poder público para a construção de uma economia que não se fundamenta na troca mercantil. A formação quanto aos valores e princípios da economia solidária pode promover o acordo entre esses mundos. Porém, outros conflitos podem ocorrer, como a crítica do mundo mercantil ao mundo doméstico: «a tradição não gera renda». O acordo entre esses mundos pode ser construído no turismo de base comunitária, forma de organização em que a contribuição financeira dos visitantes fortalece a cultura local. No Quadro 4 consta uma relação de atividades concernentes a um grupo de economia solidária relacionadas às economias de grandeza. O planejamento e execução de cada uma pode ocorrer como acordo após a existência de controvérsias.

Atividade	Ordem de Grandeza	Informação complementar
Participação dos integrantes do EES em pesquisa-ação para gerar informações e possibilitar inovações	Inspiração	A pesquisa científica é integrante do mundo da inspiração, mas se outros agricultores familiares participam/ajudam, mobiliza-se também a grandeza cívica
Gestão do EES com a valorização do conhecimento local, da tradição. Influência das lideranças mais velhas.	Doméstica	Atividade relacionada à tradição, à família
Apresentação dos resultados da associação ou cooperativa para a imprensa	Opinião	Ações que buscam a conquista da opinião pública são do mundo opinião
Participação de atividades em mutirão ou reuniões na associação ou cooperativa com o objetivo de definir regras para o fundo rotativo da entidade	Cívica	O mutirão de despesca, por exemplo, se integrado por aquicultores também representa a ordem de grandeza cívica. Mutirões para plantio ou colheita seguem a mesma lógica.

Comercialização da produção	Mercantil	As relações de mercado são do mundo mercantil, mas se realizadas coletivamente, a ação incorpora aspectos da grandeza cívica
Teste de um equipamento para a associação ou cooperativa para melhorar a eficiência da gestão	Industrial	A operacionalização da ciência com o teste de um equipamento ou técnica é um aspecto do mundo industrial

Quadro 4. Atividades de um empreendimento econômico solidário e suas respectivas ordens de grandeza

As ações dos integrantes da associação ou cooperativa como representadas no Quadro 4 mostram que há um esforço para que a atividade seja sustentável, pois há a mobilização de diferentes ordens de grandeza que contemplam a pesquisa, o mercado, a cooperação, a valorização da tradição, a sensibilização da opinião pública, o aperfeiçoamento técnico. Nem sempre os integrantes do empreendimento econômico solidário têm compreensão ou aptidão para realizar todas as articulações necessárias para operacionalizar as ações descritas ou mesmo inexistente a cooperação necessária entre pessoas por terem suas lógicas pautadas pelas diferentes ordens de grandeza, podendo, inclusive, haver conflitos. Assim, o extensionista deve assessorar os grupos, colocar em relação atores sociais dos diferentes mundos a fim de integrar a dinâmica local por meio da convergência de interesses, atuar na divulgação dos resultados alcançados e das atividades coletivas em reuniões das organizações dos produtores, por exemplo.

### 3.6 Sociologia da tradução

A sociologia da tradução também é denominada sociologia das redes sociotécnicas ou sociologia da inovação. O seu nascimento se deu do estudo das condições de produção da ciência e da tecnologia realizados principalmente pelos franceses Michel Callon e Bruno Latour, mas atualmente é aplicada para a compreensão ou promoção de processos de inovações nas empresas e organizações (Bernoux, 2004). A sua utilização como referencial teórico para o desenvolvimento da agricultura fundamenta-se na premissa de que a atividade somente se viabiliza se for resultado de uma rede sociotécnica, integrada por diferentes atores em cooperação, sendo eles os agricultores, pesquisadores, extensionistas, representantes de agências de financiamento, fornecedores, consumidores etc. A inovação é comumente apresentada segundo o difusionismo. Neste modelo, um pacote tecnológico tem a função de encontrar um produtor ou grupo de produtores que o adote. Na trajetória clássica das informações no difusionismo as técnicas são desenvolvidas por um pesquisador e são difundidas pelo extensionista para os produtores. Assim, apenas uma parte dos beneficiários está apta à nova tecnologia, visto que não é considerada as características e necessidades do conjunto de produtores. Trata-se do modelo vertical descendente. Na tradução, a inovação somente se viabiliza como resultado da construção de uma rede, ou seja,

em um processo construtivista. Bernoux (2004) afirma que o modelo da tradução é mais trabalhoso de ser viabilizado, mas certamente é o único eficaz, considerando os resultados que serão produzidos para a totalidade dos produtores.

Para o entendimento do mecanismo da construção de redes sociotécnicas é necessário o conhecimento de alguns conceitos-chave como **rede sociotécnica**; **tradução**; **controvérsia**; **fato e rede**; **simetria**, que foram relacionados tendo como base as publicações dos sociólogos da inovação.

### *Rede sociotécnica*

A rede sociotécnica é definida como uma organização integrada pelas entidades humanas e não humanas, individuais ou coletivas, definidas por seus papéis, objetivos, identidades e programas, colocadas em intermediação uns com os outros (Callon, 1999). Para Bernoux (2004) o coração da sociologia da tradução é constituído pela ideia de que uma inovação, seja técnica ou organizacional, não tem força necessária para se impor quando inexistente uma rede sociotécnica que a viabilize. Assim, um projeto como a organização de agricultores em associação ou cooperativa, por exemplo, aparentemente é bom. Porém, ele se tornará efetivamente bom se uma rede sociotécnica viabilizá-lo, pois não se imporá pelas suas qualidades próprias. São os integrantes da rede atuando em cooperação, de forma alinhada, que farão com que a ideia se torne boa, que o projeto seja bom. Latour (2000) afirma que a rede será tão forte quanto o seu elo mais fraco. O desafio, portanto, é colocar os atores sociais, heterogêneos, em relação para construir a rede, visto que cada um deles tem um objetivo particular e uma lógica de ação específica. Assim, é necessário que essas lógicas de ação sejam compreendidas, que haja o entendimento de que somente o trabalho em rede pode viabilizar o objetivo de cada um. Quando um ator alcança o seu objetivo, ele viabiliza que outro ator também alcance o seu objetivo. A construção da rede sociotécnica está condicionada à realização de traduções.

É importante ressaltar a diferença existente entre cadeia produtiva e rede sociotécnica. Cadeia produtiva é considerada como o itinerário dos produtos e informações concernentes à determinada atividade, que contribuem desde a formação até a disponibilização do produto final (Davis e Goldberg, 1957). Assim, a cadeia produtiva é integrada pelos agentes econômicos, consumidores e por aqueles que geram e disponibilizam conhecimento. Para Batalha (2005), com a compreensão do funcionamento da cadeia podem surgir opções de intervenções, públicas e privadas, capazes de aperfeiçoar os mecanismos de geração de valor. Amblard *et al.* (2005) afirmam que o conceito de rede sociotécnica, originário da sociologia da tradução, pressupõe que os atores envolvidos em determinada atividade econômica atuem de forma coordenada para alcançarem objetivos que integram um quadro de interesse comum. Esse conceito se diferencia daquele de cadeia produtiva, originário da economia, que não propõe o aprofundamento do conhecimento das relações estabelecidas entre os diferentes agentes que integram a cadeia. Segundo Bernoux

(2004), é impossível compreender os fatores responsáveis pelos resultados econômicos de uma atividade excluindo-se da análise as relações entre os atores e suas influências recíprocas. Além da necessidade da existência de traduções e de compromisso, o estabelecimento de relações de confiança entre os agentes da cadeia produtiva é de fundamental importância para a construção de redes sociotécnicas. Para Fournier *et al.* (2005), a garantia de reciprocidade nas trocas no seio da cadeia proporciona a redução dos custos de cobertura de risco, favorecendo a realização de transações a preços inferiores àqueles do mercado. Além das relações verticais estabelecidas por fornecedores e clientes, típicas da cadeia produtiva, na rede sociotécnica há relações horizontais entre os agentes. Estas podem ser representadas por acordos formais e informais de cooperação, adequação dos produtos às necessidades dos clientes e trocas de informações e saberes.

### *Tradução*

Para os sociólogos da tradução, traduzir não tem o sentido que essa palavra possui na linguagem corrente. Não se trata de passar um texto de um idioma para outro. Callon (1999) exemplifica o conceito de tradução. Em uma situação emergente, o ator A, engajado na produção de conhecimentos porta um enunciado não inteligível para o ator B. Se A transmite a B os seus conhecimentos em forma de enunciado codificados, esse último não está dotado de competências necessárias para a sua compreensão por ter uma lógica de ação diferente do primeiro. B não pode ver utilidade nos conhecimentos de A, a não ser que este se lance em uma tarefa de estabelecer um elo de inteligibilidade com B e crie um cenário de interesse comum em que se estabelecem compromissos a partir da conciliação de propósitos. A tradução é um processo que proporciona a convergência de interesses. Assim, não se trata de convencer o outro. Dessa forma, A seria o tradutor de B. No início da tradução, as posições entre os atores envolvidos são divergentes, mas ao seu fim um discurso as unifica e as coloca em relação de forma inteligível possibilitando compreender as vozes falando em uníssono e se compreendendo mutuamente. A tradução é um processo antes de ser um resultado, que permite estabelecer uma equivalência constantemente renegociada entre o produtor do conhecimento e o utilizador em potencial. Ela passa frequentemente pela construção de novos atores e interesses, com base no deslocamento de posições desses mesmos atores, na medida em que avançam as negociações e a convergência.

Beuret (2006) afirma que o perfil do tradutor é de fundamental importância para que as traduções sejam realizadas. Para o autor, de forma geral, o tradutor deve saber construir um clima de cooperação entre os atores sociais, ter capacidade de ouvir, favorecer as proximidades e estabelecer parcerias, dialogar com integrantes do poder público e ter criatividade, formação técnica e engajamento pessoal.

O poder público deve assumir as operações de tradução ou apoiá-las quando um ator da iniciativa privada ou ONG a realize. O ator do poder público mais indicado

para realizar as traduções é o extensionista pelo fato de poder estar em contato com os produtores, suas entidades e demais atores, como pesquisadores, representantes de ONGs e de setores privados da cadeia produtiva, por exemplo.

### *Controvérsia: a entrada real*

Controvérsia pode ser definida como o debate, a polêmica que tem por objeto os fatos científicos, técnicos ou organizacionais que não estão ainda estabilizados. As controvérsias podem envolver, por exemplo, cientistas, extensionistas, governos, ONGs ambientais ou responsáveis por atividades que impactam o ambiente. Callon *et al.* (1999) afirmam que as controvérsias sociotécnicas têm dinâmicas que se estendem no tempo e no espaço. A trajetória de cada uma depende da sua natureza ou do nível de incertezas que portam, mas igualmente da forma como algumas acabam por serem reduzidas ou mesmo desaparecendo. O acompanhamento do desenvolvimento da controvérsia mostra os grupos sociais que entram em cena, as alianças que se estabelecem ligando as posições, as opções tecnológicas ou organizacionais que vão ser assumidas ou descartadas. As questões são refeitas, debatidas, na medida em que evolui a controvérsia. Elas são ao mesmo tempo a consequência e o motor da dinâmica.

Latour (2000) afirma que as controvérsias antecedem sempre um enunciado científico, inovação tecnológica ou organizacional. Portanto, o extensionista deve fazer um esforço para identificar as controvérsias existentes, para que seja feita a tradução entre os atores sociais envolvidos no problema e se estabeleça um acordo, para que a rede seja construída. O autor define esse primeiro passo, ou seja, a detecção das controvérsias como “entrada real”. Amblard *et al.* (2005), afirmam que a análise das controvérsias é o coração da sociologia da inovação, pois é por elas que se elaboram os fatos.

### *O fato e a rede*

O fato, ou seja, a mudança, a inovação, se viabiliza pela rede que o porta e esta somente existe devido ao próprio fato em torno do qual ela se forma. Fato e rede, respectivamente conteúdo e contexto, se viabilizam ou não sempre mutuamente. A solidez do fato depende da irreversibilidade da rede, ou seja, a sua legitimidade não é dada pelas suas qualidades, mas pela sua capacidade de arrebatamento, de construção de uma rede com a participação de diferentes atores.

O sucesso ou o fracasso de uma mudança, de uma inovação, não podem ser compreendidos a partir de suas propriedades intrínsecas. É o processo que ela foi objeto que permite compreender como foi adotada e que é a razão da sua emergência, que lhe dá ou não estabilidade. Portanto, a inovação não se impõe por si. Latour (2000) afirma que a construção de fatos, ou seja, de mudanças, é um processo coletivo, comparando a reconstituição das redes com a abertura de caixas pretas, em que se

passa a compreender a lógica de ação dos atores e *actants*<sup>2</sup>, seus papéis, a tradução e as interações estabelecidas *entre* todas as entidades individuais ou coletivas.

Exemplificando o presente conceito, pode-se considerar um caso em que o fato seja representado por um determinado modelo de criação de peixes, que só será adotado e viabilizado se, em torno dele, se formar uma rede integrada por técnicos, produtores, organizações de produtores, consumidores, fornecedores de insumos, a (s) espécie (s) de peixe (s) em questão, ONGs ambientais etc. Por outro lado, essa rede só seria possível de ser formada devido à existência do modelo de criação de peixes em questão. Mesmo que determinado técnico, produtor ou qualquer entidade acredite, proponha, insista em expor as qualidades de um determinado modelo de criação de peixes para que o mesmo seja adotado, ele somente existirá se um conjunto de atores sociais o viabilizarem. Os interesses de cada um são os fatores determinantes da construção da rede, não se tratando de convencimento de pessoas para integrá-la.

### *Simetria*

Considerando que as entidades humanas e não humanas formam a rede, deve-se tratar com igualdade de importância os atores e *actants*, sejam eles humanos ou não. A importância de ambos é a mesma na construção e estabilidade da rede. Da mesma forma, o sucesso e o fracasso de uma atividade também devem ser tratados com a mesma importância, pois serão resultados dos fatores intrínsecos à rede.

#### *3.6.1 As dez etapas de construção de uma rede sociotécnica*

As redes sociotécnicas são construídas em dez etapas, que normalmente ocorrem na sequência apresentada, mas pode ocorrer uma etapa anteceder outra: análise do contexto, problematização, ponto de passagem obrigatório, atuação dos porta-vozes, investimento de forma, mobilização dos intermediários, mobilização dos atores, expansão e irreversibilidade da rede, vigilância e transparência. Assim, o extensionista para atuar como tradutor ou apoiar as traduções que são realizadas por outros atores, deve compreender como se constrói uma rede, de acordo com Amblard *et al.* (2005).

Amblard *et al.* (2005) contribuíram também elaborando uma proposição metodológica de operacionalização do instrumento de análise de construção de redes sociotécnicas, considerando uma cronologia em 10 etapas que, em determinadas situações, algumas delas não ocorrem uma após a outra, mas em simultaneidade. São elas: análise do contexto, problematização, ponto de passagem obrigatório, porta-vozes, investimento de forma, intermediários, mobilização, ampliação da rede, vigilância e transparência.

---

<sup>2</sup> Latour (2000) define actant como qualquer coisa ou pessoa que na tradução é representada por porta-vozes. Por exemplo: determinada espécie de peixe que integra um modelo técnico de criação é um actant, visto que é desprovida de voz e deverá ser representada por um técnico, produtor ou outro ator que assimilará o papel de porta-voz

A tradução se inicia com a **contextualização** que, nesse caso, é a compreensão dos atores implicados no processo, o interesse de cada um e o nível de convergência entre eles. A etapa seguinte é a da **problematização**, quando o papel do tradutor se destaca operando a ligação entre os atores do contexto em torno de uma questão geral, iniciando os seus deslocamentos no sentido da convergência, fazendo passá-los por um **ponto de passagem obrigatório**, que pode ser um enunciado, uma instituição, regras para a prática de determinada atividade ou um lugar.

Após as etapas descritas, o quadro entre as entidades é de cooperação. Considerando a rede o produto de uma negociação, cada entidade humana ou não humana tem o seu **porta-voz** nas discussões. Porém, dependendo do tamanho da rede, o ator-tradutor trata de reduzir o número de representantes para que haja maior homogeneidade e controle do processo. Essa etapa, denominada **investimento de forma**, é mais que um investimento material, é uma forma que permite um trabalho entre os diferentes atores. A rede é cimentada pelos **intermediários**, que significa tudo o que circula entre as entidades envolvidas, que as coloca em relação, podendo ser informações contidas em papéis, disquetes, informativos técnicos, dinheiro ou outros seres humanos com as suas competências.

A cooperação entre os atores está estabelecida, a ligação dos porta-vozes está feita. Agora, os atores serão alistados e **mobilizados**, tendo um sentido, um papel ativo definido para fazer a rede sociotécnica funcionar. A **expansão da rede** é fundamental para a sua estabilidade e irreversibilidade, que ocorre no sentido do seu centro em direção à periferia, agregando novos atores que lhe darão mais solidez e viabilização do fato.

A estabilidade da rede depende, também, da sua **vigilância**. É necessário que esta seja feita em diferentes aspectos para que não haja o enfraquecimento da rede, que pode ser causado por um problema externo, como o surgimento de um patógeno que provoque grandes perdas aos piscicultores, por exemplo, ou, ainda, a perda de mercado para produtores de outra região. A vigilância deve ser feita da mesma forma sobre o comportamento dos atores da rede, para que não haja traição, causada principalmente por atores que mudam de papel no decorrer do tempo e passam a perseguir objetivos de caráter pessoal. Portanto, a **transparência** deve ser constante em todo o processo de construção da rede para que não gere dúvidas. A confiança entre os atores está fundamentada nas suas ações. A existência da mínima manipulação pode condenar a tradução e sepultar a rede.

### 3.7 Economia de proximidade

As diferentes proximidades observadas em determinado território, como: **cultural, geográfica, institucional e organizacional** (Martin, 2010; Torre e Filippi, 2005) podem ser fatores determinantes para viabilizar empreendimentos econômicos

solidários, visto que facilitam a organização dos agricultores e demais integrantes de uma cadeia produtiva para que assumam a postura de colaboração e de valorização dos recursos locais. As proximidades podem viabilizar as interações solidárias entre indivíduos e organizações em um determinado território.

### *3.7.1 Tipologia das proximidades*

#### Proximidade cultural

A proximidade cultural é verificada em territórios onde as pessoas têm características comuns, como comunidades tradicionais - indígenas e quilombolas - descendentes de imigrantes do mesmo país ou região e territórios onde há uma expressiva concentração de agricultores familiares. As práticas adotadas no seio dessas comunidades são fundamentalmente do mundo doméstico, como organização de festas, rituais religiosos, respeito à sabedoria dos mais velhos e hierarquia. Em alguns casos utilizam idioma próprio e práticas agrícolas tradicionais, com poucas inovações.

Efetivamente, a proximidade cultural pode ser um fator que facilita a organização em associações e cooperativas e o desenvolvimento de práticas cívicas, mas, por outro lado, a tradição pode dificultar a adoção de inovações que possibilitam o acesso ao mercado, a interação entre os mundos doméstico e mercantil, podendo haver geração de conflitos. O extensionista, utilizando-se de metodologia participativa, pode promover palestras, cursos, estudos de mercado e excursões para que os grupos conheçam a realidade de outros agricultores que acessaram o mercado com sucesso.

É importante ressaltar que em territórios onde os produtores não possuem proximidade cultural, não está inviabilizada a possibilidade de se ativar outras proximidades, fundamentalmente aquelas relacionadas com o interesse de se organizar para buscar soluções de forma coletiva.

#### Proximidade geográfica

A proximidade geográfica pode ser um fator de grande importância para a construção de relações solidárias entre agricultores familiares, por exemplo. Para que se torne uma vantagem competitiva, as relações que podem ser facilitadas por esse tipo de proximidade devem ser ativadas. É o caso de um determinado território em que há piscicultura e existe produtor de alevinos, piscicultores que se dedicam à engorda de peixes, fabricante de ração, pesque-pagues que compram o pescado, extensionistas, enfim, os principais agentes que constituem a cadeia produtiva da atividade, mas cujas relações limitam-se ao mundo mercantil. Desta forma, não se aproveita a proximidade geográfica existente para o estabelecimento de coesão social e relações solidárias que propiciem ganhos financeiros e de aprendizagem para todos os integrantes da cadeia, de forma equitativa. Assim, a questão que emerge é: como ativar a proximidade geográfica?

Inicialmente é necessário que os piscicultores estejam associados ou cooperados e sejam desenvolvidas ações como mutirões de despesca, fundos rotativos, reuniões para troca de informações referentes às técnicas e insumos utilizados e os resultados dos ciclos de produção. Os representantes dos fornecedores e compradores devem ser convidados para participar dos eventos. Assim, criam-se possibilidades para que a proximidade geográfica seja um facilitador para a proximidade organizacional entre os agentes da cadeia produtiva, promovendo a redução de custos e aperfeiçoamento dos produtos com base nas necessidades dos consumidores. Possibilita-se, ainda, a organização da cadeia produtiva de forma que haja uma distribuição mais equitativa da renda gerada e agregação de valor aos produtos, associando-os ao território ou à forma de produção.

#### Proximidade institucional

A proximidade institucional é representada, principalmente, pela interação das ações dos profissionais do poder público que atuam em determinado território em apoio aos empreendimentos econômicos solidários. Esse tipo de proximidade é determinante para o sucesso das atividades, sendo que o ideal é que pesquisadores e extensionistas atuem no mesmo órgão ou integrem um fórum de economia solidária local onde possam definir suas ações de forma conjunta, contando ainda com a participação dos agricultores. Integrando o mesmo órgão ou um fórum, a interação entre os referidos profissionais será facilitada. É determinante, também, que haja proximidade de outros profissionais, como representantes de agências de financiamento e de órgãos do meio ambiente, responsáveis pela elaboração de leis e pela fiscalização de sua aplicação. Os produtores, por meio da direção das entidades, com o apoio dos extensionistas, pode solicitar reuniões periódicas entre os atores ligados ao poder público para debater processos, resultados, problemas e soluções.

#### Proximidade organizacional

A proximidade organizacional também deve ser ativada e pode ser representada pelas cooperativas e/ou associações de produtores em relação de cooperação com outros segmentos da cadeia produtiva, extensionistas e pesquisadores. A proximidade organizacional é preeminente em relação a qualquer outro tipo de proximidade, seja ela cultural, geográfica ou profissional. Martin (2010) afirma que a vitalidade econômica de uma atividade ou território é incontestável quando se constrói a proximidade organizacional, visto que os atores passam a trabalhar de forma coordenada e a **mutualizar seus recursos**, o que requer o estabelecimento de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade, características fundamentais da economia solidária.

Para que se tenha proximidade organizacional entre empreendimentos econômicos solidários, fornecedores, consumidores e profissionais do poder público de determinado território, é necessário que os agricultores familiares estabeleçam proximidade organizacional nas associações e cooperativas por meio de trocas de

informações sobre os resultados alcançados, exposição de problemas, busca de soluções de forma coletiva e desenvolvimento de ações de cooperação na compra de insumos e comercialização da produção.

### 3.7.2 Ativar e fazer interagir as proximidades

Há territórios em que já existem proximidades e não são ativadas em benefício dos empreendimentos econômicos solidários, pois falta visão dessa possibilidade e cooperação, sendo as relações fundamentadas somente no mundo mercantil. Nesses casos, os pesquisadores e extensionistas devem realizar estudos socioeconômicos para compreender a existência de proximidades e propor formas de cooperação que possam ativá-las e fazer com que as interações ocorram. Torre e Beuret (2012) afirmam que a proximidade geográfica quando interage com a proximidade organizacional de determinada atividade emerge a proximidade territorial, como demonstrado na Figura 6, situação em que se inicia um processo de inserção da atividade na governança do território.

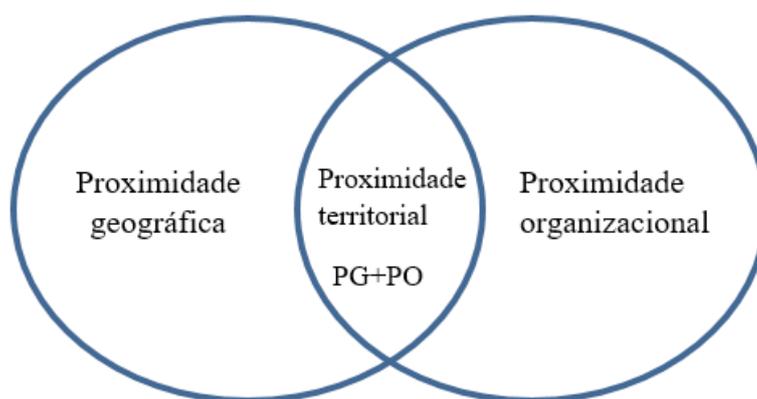


Figura 6. Representação da interação entre as proximidades geográfica e organizacional

Fonte: Torre e Beuret (2012)

Assim, emerge o desafio de fazer interagir as proximidades que poderão viabilizar os empreendimentos econômicos solidários em determinado território por meio da cooperação e reciprocidade e incluir a economia solidária nos processos de governança territorial. A identificação do território com a economia solidária contribui para o desenvolvimento local e pode gerar vantagens competitivas baseadas na agregação de valor, podendo ser comercializado como “produto originário de relações solidárias”. O reconhecimento e apoio de diferentes segmentos da sociedade são de fundamental importância para a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários. O extensionista, além da assistência técnica aos produtores, pode ser o articulador e animador do processo.

## 4 | RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária fundamentada no associativismo e/ou cooperativismo é a forma de organização mais observada. Os diferentes órgãos e políticas do poder público devem ser integrados para apoiar essas organizações. Assim, criam-se condições para a emergência de inovações técnicas e organizacionais necessárias para a superação de eventuais crises, fenômeno comum na sociedade capitalista, e, ao mesmo tempo, haja condições para acessar o mercado com fundamentação nas relações de solidariedade e reciprocidade. Então, há três aspectos que devem estar em interação: a organização dos agricultores, ação do poder público e adequação dos produtos às necessidades do segmento do mercado consumidor a que se destinam. Dessa forma, são apresentadas algumas recomendações para o poder público, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas e agricultores familiares atuarem com o objetivo de fortalecer a economia solidária:

- disponibilizar um serviço multidisciplinar de extensão

É necessário que haja um serviço multidisciplinar para que se atenda às diferentes exigências da economia solidária. A atuação do extensionista não pode ser fundamentada na difusão de tecnologia. A sua ação deve contemplar o assessoramento técnico e organizacional baseado no construtivismo, com a valorização da participação. É de fundamental importância que os extensionistas atuem para a capacitação continuada do público para a gestão de negócios, associativismo e cooperativismo, valores e princípios da economia solidária e para o acesso às políticas públicas.

As ações de extensão devem estar voltadas, também, para elevar o capital social das comunidades onde se objetiva promover o desenvolvimento socioeconômico. O capital social, pelo fato de viabilizar ações colaborativas, tem um peso fundamental para a obtenção de resultados positivos para toda a comunidade (Putnam, 2002). Entende-se que o capital social é formado pela presença de três fatores em interação: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistema de participação cívica (D'Araújo, 2003). As sinergias emergentes da confiança e reciprocidade existentes entre agricultores (capital social comunitário), com a pertinência e coerência das ações do poder público (capital social institucional) e as relações estabelecidas entre produtores de diferentes regiões por meio da troca de experiências (capital social extra-comunitário) (Woolcock, 1998, apud Moraes, 2003), podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento da economia solidária. Assim, o serviço de extensão tem também o importante papel de identificar os produtores que possuem as mesmas preocupações e anseios, a fim de estimular aproximações e atuar como articulador dos diferentes atores que devem integrar a rede sociotécnica que viabilizará o empreendimento econômico solidário.

- realizar pesquisa-ação

A pesquisa deve ser realizada com a inserção dos agricultores em todas as

etapas da adaptação ou geração de tecnologia, valorizando os seus conhecimentos empíricos e necessidades. A atuação deve ser feita por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores, obrigatoriamente integrada às dinâmicas locais.

- elaborar projetos de forma participativa

Os projetos devem ser elaborados de forma participativa. Os agentes do poder público têm que considerar sempre um dos princípios fundamentais da sociologia da tradução: “nenhum projeto se impõe por suas qualidades próprias, são as redes sociotécnicas que os viabilizam” (Amblard *et al.*, 2005). Projetos que representam somente a lógica de um técnico, liderança comunitária ou poder público, têm elevada probabilidade de não apresentarem resultados positivos.

## 5 | CONCLUSÃO

A extensão rural adotou o difusionismo como forma de trabalho para viabilizar, principalmente, a adoção de técnicas. Porém, com a emergência do conceito de sustentabilidade, emergiu também a necessidade de se formar extensionistas que sejam capazes de conhecer os aspectos técnicos das culturas e criações e tenham habilidade para colocar em relação diferentes atores sociais para a construção de redes e, conseqüentemente, viabilizar projetos, ideias e soluções de forma participativa. O conhecimento e adoção de referenciais teóricos integrantes do construtivismo são necessários, principalmente, no que concerne à construção da economia solidária por agricultores familiares, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas. Assim, as universidades deveriam se engajar no processo de formação de profissionais com um novo perfil. Os órgãos de extensão deveriam priorizar o construtivismo como referência de atuação. Então, haveria mais possibilidades de inclusão socioeconômica para comunidades rurais e litorâneas com fundamentação nos valores e princípios da economia solidária.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, J.C. ; DIAS, C.C. ; QUINTELLA, R.H. A dimensão político-institucional das estratégias sócio ambientais : o jogo Aracruz Celulose S.A. – Índios Tupiniquim e Guarani. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, ano IV, nº 9, 1 – 18. 2001.

AMBLARD, H.; BERNOUX, P.; HERREROS, G.; LIVIAN, Y.F. *Les nouvelles approches sociologiques des organisations*. 3ª ed. Paris: Seuil, 2005. 244p.

BATALHA, M.O. *Gestão do agronegócio*. São Carlos: Edufscar. 465 p.

BERNOUX, P. *Sociologie du changement* : dans les entreprises et les organisations. Paris : Éditions Du Seuil. 2004. 308 p.

BEURET, J. E. *La conduite de la concertacion pour la gestion de l'environnement et le partage des*

resources. Paris: Éditions L'Harmattan, 2006. 322p.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. *De la justification. Les économies de la grandeur*. Paris: Gallimard, 1991. 482 p.

BROSE, M. *Metodologia participativa*. Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001. 310p.

CALLON, M. *Éléments pour une sociologie de la traduction: la domestication des coquilles Saint-Jacques et des marins-pêcheurs dans la baie de Saint-Brieuc*. L'Année Sociologique, 1986. n 36. p. 169-208.

CALLON, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. IN: PARENTE, A. *Tramas da rede*. Porto Alegre: Editora Sulina. 2010. 64 – 79p.

CALLON, M. Le réseau comme forme émergente et comme modalité de coordination : les cas des interactions stratégiques entre firmes industrielles et laboratoires académiques. IN : CALLON, M ; COHENDET, P., CURIEN, N., DALLE, J. M., EYMARD DUVERNAY, F., FORAY, D., SCHENK. *Réseau et coordination*. Paris: Economica. 1999. 13 – 64 p.

CAPORAL, F.R. *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. 134 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 1991.

CAPORAL, F.R. *La extensión agrária del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. 1998. 517 p. (Tese de Doutorado). Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e História, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba, Córdoba. 1998.

COLOMBO, E. A. *Contribuição e Proposta da Emater-RS, construindo o modelo Alternativo de Desenvolvimento Rural e Extensão Rural*. 2000. 196 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

CORCUFF, P. *Les nouvelles sociologies*. Paris : Nathan. 1995. 126 p.

D'ARAUJO, M.C. *Capital social*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar. 2003. 65 p. (Passo a Passo, 25).

DAVIS, J.H.; GOLDBERG, R.A. *A Concept of agribusiness*. Boston: Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, 1957. 136p.

FASER. *Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar: proposta*. Trabalho apresentado no Workshop Nacional: “Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar”. Brasília, DF, 24-28 de novembro de 1997, Brasília, DF.

FONSECA, M.T.L. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, 192 p.

FOURNIER, S. ; MUCHNICK, J. ; REQUIER-DESJARDINS, D. Proximité et efficacité collective : les cas des filières gari et huile de palme au Bénin. IN TORRE, A ; FILIPPI, M. *Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux*. Paris : INRA. 2005. 319 p. (un point sur...).

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Paz e Terra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, 93 p.

HEGEDUS, P. La extensión rural em Uruguay. In: Vela, H.A.G. *Extensão rural no Mercosul*. Cruz Alta: Unicruz, 1999, 72 p.

LAMBALLE, P.; CASTELLANET, C. *La recherche-action em milieu paysan: méthodes et outils*. Paris: Les Éditions du GRET, 2003. 168 p.

LATOURE, B. *Ciência em ação* : como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP. 2000. 438p.

LEITE, E.S.; Silva, J.S.; Silva, J.G.S.; Magalhães, T. Extensão rural e pesquisa agroecológica amazônica: a experiência do projeto Piraruci-Gente. Apresentado no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil. 04 a 07 de setembro de 2012. Universidade Federal do Piauí, Teresina, Piauí. Capturado no endereço <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT22-03.pdf> em 10/03/2013.

MPA. Assistência técnica e associativismo. Capturado em 20/03/2013. <http://www.mpa.gov.br/index.php/infraestrutura-e-omentempa/fomento/assistencia-tecnica-e-associativismo>.

LIMA, I. A. *A Extensão Rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no Estado de São Paulo*. 2001. 127 p. Dissertação. Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Faculdade de Engenharia Agrícola. Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: E.P.U. 2013. 112p.

MARTIN, P.M. *L' économie de proximité: une réponse aux défis majeurs de la société française*. Paris: Conseil Économique, Social et Environnemental. 2010. 190 p.

MORAES, J. L.A. de. Capital social e desenvolvimento regional. p. 123-148. IN : CORREA, S.M.S. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul : EDUNISC. 2003. 334p.

NUNES, D. *Incubação de empreendimentos de economia solidária*. São Paulo: Annablume. 2009. 350p.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996, 523 p.

PINTO, A.G. *A construção de uma nova extensão rural: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo*. 1998. 114 p. Dissertação. Mestrado em Planejamento e Produção Agropecuária. Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 1998.

PUTNAM, D. R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2002. 260 p.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, 1997, p. 113 – 154.

SILVA, N.J.R. *Dinâmicas do desenvolvimento da piscicultura e políticas públicas: análise dos casos do Vale do Ribeira (SP) e do Alto Vale do Itajaí (SC)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008, 240 p.

SILVA, A.P.; Oliveira, J.T.A. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. *Rev. Ceres*, Viçosa, v. 57, n. 3, p. 297 – 306. 2010.

TORRE, A.; FILIPI, M. *Proximités et changements socio-économiques dans les mondes ruraux*. Paris: INRA Éditions. 2005. 322 p.

TORRE, A.; BEURET, J-E. *Proximités territoriales*. Paris: Economica, 2012. 105 p.

VAN DER BAN, A. W. e HAWKINS, H. S. *Extensión agraria*. Editorial Acribia. Zaragoza. 1998. 340 p.

VELA, H.A.G. e HEGEDUS, P. A extensão rural e o pensamento internacional. In: Vela, H.A.G. *Extensão rural no Mercosul*. Cruz Alta: Unicruz, 1999, 72 p.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**LUCCA SIMEONI PAVAN-** Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá, PCE/UEM. Estudante de doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, PPGDE/UFPR. Professor Substituto da Área de Gestão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Cornélio Procópio, DACHS/UTFPR-CP.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-27-7



9 788585 107277